

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

POTIRA VIEGAS PREISS

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: O PROCESSO DAS
FAMÍLIAS PRODUTORAS DE ARROZ NO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO**

Porto Alegre

2013

POTIRA VIEGAS PREISS

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO:
O PROCESSO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE ARROZ NO
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural

Orientador: Prof. Dr. Fabio Kessler Dal Soglio

Co-orientadora: Prof. Dr. Rumi Kubbo

Série PGDR – Dissertação nº 160

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Preiss, Potira Viegas

Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão / Potira Viegas Preiss. -- 2013.
195 f.

Orientador: Fabio Kessler Dal Soglio.
Coorientadora: Rumi Regina Kubo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Construção do conhecimento agroecológico. 2. Reforma agrária. 3. Produção de arroz. I. Dal Soglio, Fabio Kessler, orient. II. Kubo, Rumi Regina, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

POTIRA VIEGAS PREISS

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO:
O PROCESSO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE ARROZ NO
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de março de 2013.

Prof. Dr. Fabio Kessler Dal Soglio – Orientador

Profa. Dra. Rumi Kubo - Co-orientadora

Prof. Dr. Luis Alejandro Lasso Gutierrez
UFSC/SC

Profa. Dra Isabel Cristiana Carvalho Moura
PUC/RS

Prof. Dra Flávia Charão Marques
PGDR/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Se a construção do conhecimento emerge através de dinâmicas de interação com humanos e não-humanos, esta pesquisa não foi diferente! É a essa rede de relações que manifesto meu carinho e reconhecimento. Sou grata:

Em primeiro lugar aos meus pais, pelo cuidado e nutrição, garantindo que de broto a ser adulto eu fosse cercada por um ambiente fértil e estimulante. Mas também por plantarem dentro de mim a semente da investigação. A Dona Rosa, por me ensinar a buscar histórias, por me pegar pela mão e me levar de porta em porta pela cidade para descobrir que cada pessoa, cada lugar, guarda um mundo. Ao Seu João pela sede pelos livros e a perseverança e habilidade de ficar horas sentada, desvendando em cada página um universo de possibilidades.

Ao Cleber, pelo mundo compartilhado, pela paciência cotidiana de esperar “só mais um parágrafo”, por me ajudar a encontrar palavras e corrigir as que caem tortas na página, por me alimentar com carinho e por zelar por mim como se eu fosse a única flor do campo. Colhe-me!

As irmãs Pati e Paula, pelo cuidado, apoio e influência. Pati, a menina que cresceu contemplando tuas artes aqui criou coragem para mostrar seus próprios desenhos, ainda que a estética pernaça a dos 7 anos. Paulinha, subo no palco da ciência tentando interpretar uma pesquisadora, sabendo que rir das próprias trapalhadas é sempre o melhor remédio.

As irmãs de alma: Julia, Fer Black e Tati, nossos laços só crescem já que o incentivo e carinho de vocês não conhece distâncias.

A Aninha e a Julinha que abriram a porteira do Desenvolvimento Rural para mim, me vendo onde eu não via, me ajudaram a perceber que a multidisciplinariedade é o máximo de disciplinariedade que consigo absorver!

Aos meus orientadores, Fábio Dal Soglio e Rumi Kubo, por apontar caminhos, pelo incentivo constante e sempre me desafiar a ir um pouco mais.

A toda rede do PGDR, aos colegas, professores e funcionários que dão vida ao lugar e se dedicam a constituir uma instituição de qualidade.

A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que mesmo sem me conhecer investiu em mim e viabilizou a realização do mestrado.

A Raquel pela parceria e generosidade em literalmente me fornecer o veículo para esta pesquisa. Ao Fusca guerreiro que nunca me deixou na mão!

Ao Antü pela companhia nas sextas a noite e a Aline pela correção.

Ao Alberto Bracagioli pelo trabalho metuculoso que me deu dados e insights durante toda a pesquisa.

A Mônica pela paciente gentileza.

Ao Rica, Fernanda e Luisa, pela acolhida benevolente, pelos caminhos abertos e pelas conversas enriquecedoras.

Ao Boca, sua família e companheiros por me proporcionarem uma mesa farta, colorida e saborosa.

Aqueles cujo pensamento colho e replanto aqui: Ingold, Ploeg, Merleau-Ponty, Carvalho e Steil, Long, Giddens, Altieri, Gliessman, Guzmán, Molina e Sevilla-Guzmán, entre tantos outros.

As seres que permearam esse estudo: as plantinhas do meu mini-fundio pela companhia e ar; aos marimbondos na janela por estabeleceram uma vizinhança pacífica; aos passarinhos da cidade baixa por cantarem entre cimentos; as marrecas queridas que preparam a terra; as minhocas, fungos, bacterias e todos micro seres que vivem no solo e do solo; as capivaras e jacares por no convívio questionarem as leis da predação; a água por fluir alheia as polêmicas que se instauram em seu nome; aos cervo, invisíveis (para mim) mas sempre presentes; aos abacateiros, bergamoteiras, caquis e todas as plantas que tornarem minha estadia no Assentamento mais agradável. Ao arroz do cultivo, da pesquisa, da mesa.

Ao Grupo Gestor do Arroz, ao Distrito de Irrigação, ao MST e ao Assentamento Filhos de Sepé por me permitirem estar entre voces e com voces aprender!

Sou grata acima de tudo e em especial aqueles que aqui chamo de: Horácio, Telmo, Lara, Clóvis, Diogo, Nestor, Márcia, Alceu, Ana, Cícero, Arlindo, Alfredo, Ernesto e Camilo. Agradeço por me deixarem entrar em seus mundos, por compartilharem seus saberes, histórias, lutas e vitórias. Fica meu carinho e admiração pela coragem na paleia e a nobreza do coração.

A tudo aquilo, aqueles e aquelas que não dei visibilidade aqui, mas que de alguma forma também fazem parte.

Gracias!

Ninguém queria entender os camponeses,
todos estavam demasiado ocupados em se modernizar.

Silvia Pérez-Vitoria

Se plantar o arroz ali,
se plantar o milho acolá,
um jeito de produzir,
pra gente se alimentar.
Primeiro cantar do galo,
já se levanta da cama,
e o camponês se mistura
a terra que tanto ama.

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

(trecho da canção Caminhos Alternativos de Zé Pinto)

RESUMO

É através de ações propositivas e da prática cotidiana que novas formas de desenvolvimento rural, com perspectivas localizadas, estão sendo experienciadas ao redor do mundo, estando o florescimento da Agroecologia entre estas respostas. O processo de construção do conhecimento Agroecológico tem auxiliado a fortalecer a gestão da base de recursos de agricultores familiares, criando sinergia entre diferentes formas de produção de conhecimento e dinâmicas sociais de desenvolvimento local. O presente trabalho tem como objetivo investigar como as famílias assentadas em Viamão que estão em processo de transição agroecológica percebem o processo de construção do conhecimento. O Assentamento existe desde 1998, em Águas Claras, município de Viamão. É composto por 376 famílias, que provem de 115 municípios do estado e apresentam uma diversidade de experiências em relação à agricultura, as formas de produção e cultivos. É o maior assentamento de reforma agrária no estado, com 9.450 hectares, dos quais 2.543,46 hectares são destinados ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, obrigando as famílias a produzirem de forma orgânica desde 2008. Ainda que o processo de transição seja recente, pela narrativa das famílias é possível constatar que o envolvimento com a Agroecologia tem se mostrado mais adequado para a condição camponesa em que estas se encontram, permitindo a ampliação da autonomia e melhoria da qualidade de vida em vários contextos. Assim, ainda que o engajamento das famílias na transição agroecológica tenha envolvido uma imposição legal, a permanência tem sido uma escolha. Os posicionamentos divergentes no Assentamento ajudam a evidenciar a transição agroecológica como um projeto em construção e disputa dentro do MST. A atuação do Estado no que diz respeito a leitura e aplicação da legislação ambiental, tem contribuído para a reprodução e ampliação de um contexto de restrição sobre o uso dos recursos, colocando em risco o trabalho e modo de vida das famílias.

Palavras-chave: Construção do conhecimento agroecológico. Reforma agrária. Produção de arroz.

ABSTRACT

It is through purposeful actions and daily practice that new forms of rural development with local perspectives are being experienced around the world. The blossoming of Agroecology is between these responses. The process of construction of Agroecological knowledge has helped to strengthen the management of the resource base of farmers, creating synergy between different forms of knowledge production and social dynamics of local development. The present study aims to investigate how farmers settled at the Assentamento Filhos de Sepé involved in agroecological transition perceive the process of building knowledge. The Settlement has existed since 1998, at Águas Claras, Viamão municipality. It consists of 376 families, who come from 115 cities in the state and bring a diversity of experiences in relation to agriculture, forms of production and culture. It is the largest Settlement of the Agrarian Reform in the state, with 9,450 hectare, from which 2543.46 hectares are allocated to the Wildlife Refuge Banhado dos Pachecos, forcing the families to grow organically since 2008. Although the transition process is recent, by the narrative of the families it can be seen that the engagement with Agroecology has being proved more suitable for the peasant condition in which they find themselves, allowing the expansion of autonomy and improvement of life quality in multiple contexts. Thus, although the engagement of families in agroecological transition has involved a statutory requirement, the their permanence has been a choice. The divergent positions help to highlight the agroecological transition as a project under construction and dispute within the Landless Workers' Movement - MST. The performance of the State regarding the implementing of environmental legislation, have contributed to the reproduction and expansion of a context restriction around the use of resources, endangering the work and way of life of the families.

Keywords: Agroecological knowledge construction. Land reform. Rice production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa ilustrativo com a localização de Viamão, RS.....	44
Figura 2 - Mapa ilustrativo do Assentamento Filhos de Sepé.	48
Figura 3 - Representação da rede de instituições envolvidas no cultivo de arroz agroecológico do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão.	55
Figura 4 - Localização aproximada das casas e áreas de lavoura identificadas pela mesma cor.....	58
Figura 5 - - Mapa ilustrativo com as trajetórias das famílias participantes da pesquisa	59
Figura 6 - As Dimensões do Conhecimento Agroecológico das Famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé: Lavoura e Corre.....	109
Figura 7 - Área de Proteção Ambiental Banhado Grande (SEMA, 2012).....	111
Figura 8 - As Dimensões do Conhecimento Agroecológico das Famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé: o Habitar.	121
Figura 9 - Médias do Rio Gravataí de 2005 a 2013.....	167
Figura 10 - Uso do solo na Bacia do Gravataí.....	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados básicos de perfil das famílias produtores de arroz.....	55
Quadro 2 - Geração de Renda por Famílias	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados da Safra 2011/2012 de arroz agroecológico.....	100
Tabela 2 - Propriedade de Maquinários.	150
Tabela 3 - Realização do Plantio safra 2010/2011.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFISE	Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé
APA	Área de Proteção Ambiental
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
COPTec	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.
COTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IMO	Instituto de Mercado Ecológico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
FZB	Fundação Zoobotânica
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
UC	Unidade de Conservação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PCA/PAC	Plano de Consolidação de Assentamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
2.1 Aproximação e escolha dos participantes	21
2.2 Coleta de Dados	22
2.3 A análise dos dados e apresentação.....	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO	28
3.1 A Agroecologia e os processos de Transição	29
3.2 Perspectiva Orientada pelos Atores	33
3.3 Antropologia ecológica.....	37
3.4 Diálogo entre as teorias.....	41
4 AS TRAJETÓRIAS	43
4.1 A Trajetória do Lugar	43
4.2 Trajetória do Arroz Agroecológico	48
4.3 A Trajetória das Famílias	58
4.3.1 A lida é muito bonita!	59
4.3.2 O melhor lugar pra viver	62
4.3.3 Uma luta boa de pelear e vencer	66
4.3.4 Sem terra antes de sem terra existir.....	69
4.3.5 O que eu sei fazer é arroz	71
4.3.6 Ensinado para trabalhar!	74
4.3.7 Seguir plantando	76
4.3.8 Sempre pronto a aprender mais.....	79
4.3.9 Investindo no Coletivo	82
5 AS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO	86
5.1 A Lavoura.....	87
5.2 O Corre	96
5.3 O Habitar	110
6 DISCUSSÃO	122
6.1 Tamo aprendendo, se é que aprendemo!.....	128
6.2 Lutando com o arroz.....	144
6.3 Assentamento de preservação	159
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	177
ANEXOS	186

1 INTRODUÇÃO

De certa forma, posso dizer que essa pesquisa nasceu em meados de agosto de 2011, quando participei de uma visita ao Assentamento Filhos de Sepé. Durante a visita, um agricultor, ao contar a história do Assentamento e configuração da produção de arroz disse: “é mais fácil e rápido para mim pegar um ônibus e ir trabalhar no centro de Viamão, do que ir para lavoura cultivar arroz. Mas eu faço isso porque sou agricultor!”. Esse depoimento me acompanhou por dias e me mobilizou a tentar entender “os porquês” e “como” destes assentados se manterem na agricultura, quando parecia que tudo o mais configurava essa escolha como um nadar “contra a corrente.” Eu já conhecia o assentamento por outras ocasiões, mas certamente aquela visita me marcou.

Ainda que tenha me graduado em biologia, minha trajetória profissional tem sido pouco linear: da secretaria do orçamento participativo na Prefeitura de Porto Alegre à pesquisa sistemática com botânica e insetos; da gestão de projetos ambientais à produção cultural; da supervisão de obras de saneamento básico à ensino em formações sobre sustentabilidade. Assim, acredito que esse percurso sempre foi um obstáculo para perceber de forma nítida as fronteiras que academicamente dividem as diferentes disciplinas, em especial as barreiras entre o natural e o social. Também sempre entendi ciência, filosofia e política como coisas emaranhadas, presentes no cotidiano e em nossas escolhas. E se na biologia meu interesse pelo social era visto com estranhamento, ironicamente no PGDR, um curso com forte ênfase nas ciências sociais, sou frequentemente lembrada da minha formação como bióloga.

Assim, ao tentar buscar respostas para a provocação feita por aquele agricultor assentado, percebi que o que estava em jogo eram as mesmas questões que sempre me inquietaram sobre como os modelos hegemônicos de ciência e de desenvolvimento afetam a cotidiano das pessoas e seus meios, e que por mais que as regras impostas não deixem saídas, sempre há aqueles que resistem construindo novos modelos. Assim, a minha trajetória encontra as diferentes trajetórias que compõem essa pesquisa, entendendo que os desafios que enfrentamos como sociedade são os frutos de uma complexa trama que envolve as formas como temos concebido e aplicado o conhecimento.

A constituição da racionalidade científica no século XVI cria um o novo paradigma que reforça rupturas e dicotomias como: conhecimento científico e conhecimento comum, natureza e cultura, sujeito e objeto, razão e emoção. Essa perspectiva, associada à ideia de progresso e modernidade é que constituem o modelo de desenvolvimento que vai pautar a relação entre natureza e sociedade, tendo a Ciência e sua íntima relação com a criação de tecnologias, um papel central na consolidação do projeto de dominação da natureza pelo homem, possibilitando assim o processo de crescimento acelerado das economias industriais nos séculos passados.

No Brasil, o Estado ao implementar um modelo de desenvolvimento focado na industrialização e urbanização teve um papel crucial na configuração da agricultura, designando o rural como um espaço de produção de alimentos em grande quantidade a custos baixos. Com o início do processo de modernização da agricultura uma série de pacotes tecnológicos e econômicos deram origem no país à agricultura patronal agroexportadora. Ao mesmo tempo, a chamada Revolução Verde, só agravou os problemas históricos de concentração fundiária e exclusão social, além de provocar um significativo êxodo rural nas décadas 1960 e 1970. Além disso, retirou o protagonismo dos agricultores na produção do conhecimento, agravando uma crença de que os trabalhadores rurais eram ignorantes desprovidos de cultura, representantes de atraso e indolência. Nesse contexto, os ecossistemas eram vistos como uma reserva para a exploração e ampliação de mercados, justificando assim a destruição das bases materiais de grupos territorialmente referenciados, utilizando-se do padrão tecnológico para substituir a diversidade biológica por espécies dominantes e concentrar os recursos nas mãos de poucos.

Assim, se constituiu um contexto de especialização produtiva com a disseminação do empreendedorismo baseado na economia de escala, fortalecendo a dependência da agricultura a insumos comerciais e a mercados de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais. Marginalizados pelas políticas públicas e discriminados culturalmente, muitos agricultores de base familiar entraram em um processo intenso de endividamento, vivenciando um acelerado processo de deterioração cultural, além de sofrerem impactos na saúde pessoal devido ao uso intensivo de agrotóxicos.

A agricultura familiar que sempre esteve presente nos movimentos de resistência em lutas localizadas desde os tempos do Império, começa a se mobilizar

frente à situação de precariedade e ganha força e unidade a nível nacional nas décadas de 1970 e 1980. As ocupações das fazendas Macali, Brilhante e Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul, são simbólicas desse momento onde os acampamentos tornam-se uma ferramenta de expressão e de contestação do autoritarismo da ditadura militar. Mobilizando diversos trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia e acesso a terra (posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens) é fundado em 1984, em Cascavel no Paraná o Movimento Sem Terra – MST, como um movimento camponês nacional, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. O MST ganha especial projeção nos anos 1990, tendo o processo organizacional de forma cooperativada, porém em um sistema produtivo convencional e moderno.

De forma paralela, uma série de reflexões e transformações em reação aos impactos dos modelos hegemônicos a nível local e global, foram redirecionando o rumo dos debates sobre desenvolvimento, rural, sustentabilidade e produção do saber, bem como do papel atribuído e reivindicado pela sociedade como protagonista na idealização e implementação de novos modelos. Nesse cenário, começa a se constituir um campo agroecológico brasileiro, onde a transição agroecológica passa a integrar as pautas dos movimentos sociais do campo não de forma institucionalizada, mas como uma expressão de luta por um novo modelo de desenvolvimento socioambiental, baseado nas estratégias de resistência e inovação produzidas pelos produtores familiares em diferentes partes do país. Nesse contexto, a visão setorial da agricultura passa a ser criticada ou ainda contraposta a uma visão do rural como um espaço de vida heterogêneo e multifuncional. As primeiras experiências agroecológicas no MST começam a ser desenvolvidas em assentamentos no RS com a produção de sementes, hortaliças e o arroz ecológico tendo a Fundação Gaia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS papel de destaque como apoiadores e fomentadores (MST, 2012). As iniciativas foram lentamente crescendo e se ampliando, e o debate interno ao movimento se aprofundando. Em 1995, após a realização do 3º Congresso Nacional do MST realizado em Brasília, a perspectiva agroecológica passa a ser introduzida oficialmente na pauta do Movimento e em 2007 no 5º Congresso Nacional é assumida como um de seus compromissos políticos.

A criação da primeira política federal direcionada exclusivamente à agricultura familiar em 1996 através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, é um primeiro reconhecimento oficial que reflete as configurações da reforma do Estado e a posição de destaque que a agricultura familiar toma na época representando 85% das propriedades rurais do país, respondendo por 40% da produção nacional e envolvendo sete a cada dez pessoas ocupadas no campo, ainda que estas tivessem acesso a menos de 30% da terra e a somente a uma quarta parte dos financiamentos agrícolas (MAIA, 2009).

Atualmente, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a agricultura familiar representa 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, 38% da renda agropecuária e 75% da mão de obra no campo (BRASIL, 2012). Além do PRONAF que continua em vigor, uma série de outros programas tem incentivado e viabilizado da agricultura familiar dando especial atenção aos alimentos orgânicos, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Porém, a existência de dois Ministérios Brasileiros com a pasta rural, o Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento - MAPA e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA exemplificam como os modelos de agricultura no país não foram substituídos com o passar do tempo, mas andam em paralelo promovendo, no campo acadêmico, calorosos debates que questionam a possibilidade de coexistência de tais modelos a longo prazo.

É nesse sentido, que Ploeg (2008) ao analisar o contexto atual da agricultura mundial, argumenta que o dualismo entre a agricultura patronal e familiar já não são apropriados para descrever os fenômenos socioeconômicos do mundo rural contemporâneo e sugere a existência de um complexo processo de recampesinização como “uma expressão moderna para a luta de autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência”. Para Ploeg (2006, 2008 e 2009), atualmente a agricultura familiar camponesa mantém características clássicas do campesinato como a centralidade do trabalho na família, a preservação do patrimônio familiar, incluindo o capital ecológico e a busca pela otimização das rendas, porém apresenta também uma multiplicidade de reações para lidar com os contextos de dependência, marginalização e privações que enfrenta. Conforme o autor é justamente essa multiplicidade de reações que constitui o caráter de resistência camponesa atual, entendendo que esta não se dá somente pelas formas

clássicas de luta, mas também pela a intervenção direta nos processos produtivos ao confrontar os modos de ordenamento dominantes em nossa sociedade. Assim, para Ploeg (2008), é através de ações propositivas e da prática cotidiana que novas formas de desenvolvimento rural, com perspectivas localizadas, estão sendo experienciadas ao redor do mundo onde o florescimento da Agroecologia está entre estas respostas. Petersen; Dal Soglio e Caporal, (2009) propõe que a Agroecologia seja vista como uma ciência a serviço do campesinato, pois sua perspectiva aberta ao diálogo de saberes abre um campo fértil para a criatividade dos agricultores familiares, permitindo que estes fortaleçam a gestão de sua base de recursos, criando sinergia entre diferentes formas de produção de conhecimento e dinâmicas sociais de desenvolvimento local.

O processo de criação e consolidação do Assentamento Filhos de Sepé em Viamão acompanhou estes debates. Criado em 1998, é um dos maiores do Estado, acolhendo 376 famílias com trajetórias pessoais distintas no que diz respeito a seus modos de vida e relação com a agricultura. O caminho percorrido na consolidação do Assentamento envolve uma série de desafios para a reprodução social das famílias tais como: a precariedade da chegada, a morosidade da ação do Estado, os desafios produtivos e o uso de recursos comuns. Além disso, o fato do Assentamento estar dentro do perímetro de uma Área de Proteção Ambiental e ter dentro de seu terreno um Refúgio da Vida Silvestre, as famílias são inseridas em um contexto de restrição frente ao uso dos recursos. Apesar dos desafios, atualmente o Assentamento é reconhecido pela produção de arroz agroecológico. Assim, o Assentamento por vezes parece um cadinho onde uma série de dicotomias clássicas se encontram, como: produção de alimentos com preservação ambiental, produção agroecológica com o uso intenso de maquinários, uma vida rural em um dos municípios mais urbanizados do estado. Assim, o cenário vivido pelos assentados põe em cheque teorias mais deterministas e restritivas.

Por isso acreditamos que processo de construção do conhecimento agroecológico que vem sendo construído pelas famílias assentadas envolve uma série de questões complexas e atuais sobre desenvolvimento, agricultura familiar, e relação entre sociedade e natureza. Como suas trajetórias de vida influenciaram suas escolhas atuais como agricultores agroecológicos? Como o engajamento das famílias em um processo de transição agroecológica tem contribuído para ampliação de sua autonomia? Como o conhecimento agroecológico tem sido construído e

praticado pelos atores em seu cotidiano? Como este dialoga com as pautas de luta e compromissos políticos assumidos pelo MST? Como que as intervenções do Estado têm influenciado o processo de transição agroecológica e a autonomia dos atores? Como esta experiência dialoga com as teorias contemporâneas sobre a Agroecologia e o campesinato? Quais são as influências que facilitam ou restringem o processo de transição e construção do conhecimento? Estas são algumas das questões que pretendemos elucidar.

Assim, adotamos como objetivo geral deste estudo investigar como que as famílias assentadas em Viamão em processo de transição agroecológica percebem o processo de construção do conhecimento. Como objetivos específicos, nos propusemos a: 1.resgatar as trajetórias que envolvem a produção do arroz agroecológico; 2.descrever como o conhecimento agroecológico tem sido construído; 3.analisar as dinâmicas que afetam o processo de transição e construção do conhecimento.

Para responder as questões colocadas a presente dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta os caminhos empírico-metodológicos utilizados nesta pesquisa, detalhando o processo de aproximação com o assentamento, a escolha das famílias participantes e as ferramentas utilizadas para a coleta e análise de dados. O segundo capítulo traz o referencial teórico utilizado, apresentado seus pressupostos conceituais de cada abordagem utilizada. O capítulo se subdivide em 4 seções. A primeira parte é dedicada a Agroecologia e os processos de Transição como um campo do conhecimento e de investigação científica, construído de forma sistêmica e multidisciplinar, que questiona as bases científicas do modelo hegemônico de agricultura e que oferece estratégias metodológicas de transformação social. A segunda seção apresenta a Perspectiva Orientada pelos Atores, onde o desenvolvimento rural é tido como foco de análise, considerando a capacidade de reflexão dos atores como fundamental para a compreensão do papel dos agricultores como construtores de seus projetos de desenvolvimento. No terceiro item, buscamos na antropologia ecológica de Tim Ingold uma abordagem mais integral e complexa das relações homem e natureza, reconciliando as oposições clássicas entre ciências sociais e naturais, compreendendo os seres humanos como parte integrante do meio que atuam simultaneamente como sujeito e objeto, ator e produto. A última seção traz os pontos de encontros e complementaridade das diferentes perspectivas, fornecendo

um arcabouço mais consistente para a análise do processo de construção do conhecimento das famílias assentadas.

No terceiro capítulo buscamos resgatar a partir de uma perspectiva histórica as diferentes trajetórias que contextualizam e compõe esta pesquisa, demonstrando como os fatos, negociações e decisões foram sendo tomados ao longo dos anos, até configurarem o contexto atual, revelando a heterogeneidade dos atores ao longo do tempo. Assim, na “Trajetória do Lugar” apresentamos a constituição física e social do território, demonstrando como a área foi se conformando em um espaço propício (ou não) para se tornar um Assentamento da Reforma Agrária. Na seqüência, a “Trajetória do Cultivo” tenta descrever os principais fatos de como um cereal asiático chega ao Estado e ao longo do tempo deixa de ser uma produção exclusiva de grandes arroteiros, tornando-se fonte de renda destas famílias. Na “Trajetória das Famílias” através das narrativas dos assentados, apresentamos as nove famílias participantes, relatando as circunstâncias e escolhas que conduziram suas vidas até aqui.

No quarto capítulo apresentamos as três dimensões onde identificamos a construção prática do conhecimento agroecológico. “A lavoura” relata as práticas que envolvem o plantio e o manejo do arroz, e suas diferentes etapas. “O corre” aborda as questões administrativo-burocráticas e políticas que envolvem a produção, viabilização e comercialização do grão. A última sessão, “o habitar” busca revelar aspectos da vida das famílias que vão além do processo produtivo e tratam de como estas se relacionam com o território, com a comunidade, consigo mesmas e com a cidade.

O quinto e último capítulo é dedicado a discussão e análise dos dados apresentados, estando este novamente organizado em 3 subseções. Em “Tamo aprendendo, se é que aprendemo!” versamos sobre as percepções em torno da Agroecologia, os métodos e dinâmicas de construção do conhecimento. Em “Lutando com o arroz” buscaremos explorar como se dá a conexão entre a condição camponesa e a prática agroecológica, evidenciando como as diferentes racionalidades e estratégias implementadas pelos atores afetam sua reprodução e autonomia. E por fim, em “Assentamento de Preservação” buscamos debater a relação entre os modos de vida e a produção dos assentados frente ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos e a Área de Proteção Ambiental Banhado Grande como Unidades de Conservação internas e circundantes ao Assentamento.

O maior desafio foi o tempo, que insistentemente nos alcançava, desafiando que sem pausa pudéssemos perceber as sutilezas de um tema tão complexo como a construção do conhecimento agroecológico. Também, porque entendemos que a construção do conhecimento, seja o agroecológico ou aquele que pode ser extraído a partir dessa pesquisa, não se dá pela mera descrição ou transferência de informações. Mas emerge através de encontros e descobrimentos, pelo engajamento nos mundos, necessitando de tempo para amadurecer. Assim, os resultados aqui apresentados são os grãos possíveis de serem colhidos nesta safra e esperamos que possam gerar sementes para que novas reflexões, práticas e pesquisas possam ser cultivadas.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A seguir apresentaremos os caminhos empírico-metodológicos utilizados nesta pesquisa, detalhando o processo de aproximação com o Assentamento, a escolha das famílias participantes e as ferramentas utilizadas para a coleta e análise de dados.

2.1 Aproximação e escolha dos participantes

Em novembro de 2011 iniciamos uma aproximação com uma pessoa que havia trabalhado como técnica no Assentamento que nos auxiliou a conhecer os técnicos em exercício. A partir disso, começamos a realizar visitas de campo exploratórias guiadas pelos por um dos técnicos do Assentamento, que certamente teve um papel fundamental nessa pesquisa em nos introduzir ao local, às famílias e suas problemáticas. Assim, fomos conhecendo algumas famílias e acompanhando de forma tênue a dinâmica de colheita do arroz que estava em vigor, entre os meses de janeiro e abril.

Durante esse processo, também tivemos encontros com a direção do Assentamento, onde apresentamos a pesquisa e recebemos o apoio para sua realização. Durante esse período, nos instrumentalizamos com dados obtidos através de uma série documentos referentes ao Assentamento, desde relatórios técnicos, apresentações de formações, pesquisas, editais, mapas, artigos, etc. Com esses dados pudemos tomar conhecimento sobre o processo histórico e atual do Assentamento. Apesar do foco inicial não ser o cultivo de arroz, o fato de este ser a principal fonte de renda e reprodução da maioria das famílias assentadas envolvidas com a agricultura, optamos como caminho metodológico trabalhar com as famílias envolvidas com esta atividade. Assim, compusemos um perfil básico das famílias envolvidas durante a safra 2011/2012, onde noventa famílias estiveram envolvidas com a produção do arroz, organizadas em nove grupos de produção. Destes, identificamos vinte e quatro famílias que se envolviam de forma direta com o plantio, onde então decidimos por trabalhar com uma família por grupo. Na escolha das nove famílias buscamos contemplar a heterogeneidade dos atores, levando em consideração especialmente os seguintes dados: o setor de residência, o tempo de

assentamento, a experiência prévia com o cultivo e o grupo de produção pertencente. Além disso, contemplamos diferentes faixas etárias e representatividade das diferentes formas de atuação nos grupos e demais coletivos, podendo assim ter a perspectiva de coordenadores de grupo, plantadores e membros do Distrito de Irrigação. Dos participantes inicialmente escolhidos, apenas dois não se dispuseram a participar da pesquisa, sendo então novos participantes selecionados seguindo os mesmos critérios. A partir das visitas exploratórias e o processo de aproximação, definimos três atores que representam uma dimensão coletiva e são centrais para a pesquisa para além das famílias, sendo estes: os grupos de produção, o Distrito de Irrigação e o Grupo Gestor do Arroz. Sendo que entendemos que estes ora atuam como atores coletivos, ora são arenas onde diferentes projetos estão em negociação e disputa.

2.2 Coleta de Dados

A pesquisa teve como foco a metodologia qualitativa, ancorada na abordagem teórico-metodológica da Perspectiva Orientada pelos Atores - POA. Para a coleta dos dados primários utilizamos as seguintes técnicas: entrevistas semi-estruturadas, história de vida com uso de álbuns de família, observação participante. Recorremos a dados secundários dos registros da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda - COPTEC, do Distrito de Irrigação e da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre - COTAP, como um complemento as técnicas de coleta utilizadas. As narrativas das biografias coletadas nas entrevistas nos permitiu coletar dados para resgatar a trajetória dos agricultores agroecológicos (objetivo 1) e também a entender o processo de envolvimento com a transição agroecológica e a construção do conhecimento (objetivo 2). Os agroecossistemas envolvem diferentes dimensões de forma complexa, assim o uso das narrativas se mostra adequado nesta pesquisa, pois permite explicitar as diferentes visões de mundo e percepções a cerca da realidade que estão encarnados nas práticas dos atores (CARVALHO, 2007). Elaboramos um roteiro para nortear as entrevistas, incluindo questões gerais sobre os membros da família (idade, nível de escolaridade, naturalidade, dados sobre a propriedade e geração de renda) e questões sobre sua trajetória de vida, em especial sobre seu envolvimento

com o MST, com a agricultura e a relação à Agroecologia. Também incluímos questões sobre o contexto atual da produção, as formas de organização e atuação na rede de relações sociais na produção do arroz agroecológico, bem como sobre o modo de vida das famílias.

As entrevistas eram pré-agendadas e aconteceram conforme a disponibilidade das famílias, sendo o agricultor sempre a pessoa de referência. A dinâmica destes momentos aconteceu em um processo de negociação onde sempre buscamos o contato com a família como um todo, porém respeitamos a vontade dos atores. Assim, as entrevistas ocorreram de formas variadas, sendo algumas com toda a família em suas casas, outras somente com os agricultores, seja nos espaços de residência ou na lavoura. Apesar de ter um roteiro, buscamos tornar as entrevistas momentos de conversa, deixando os participantes à vontade para exporem suas narrativas. Dessa forma, o roteiro foi mudando ao longo das entrevistas, pois a cada família as informações se ampliavam e novas questões surgiam.

As entrevistas foram sempre que autorizadas registradas com um gravador digital, tendo os participantes recebido e assinado uma carta de consentimento livre e esclarecido com informações sobre a pesquisa e a confirmação do caráter confidencial da mesma (Anexo 1). Com algumas famílias utilizamos como método complementar o uso de imagem fotográfica, através de álbuns de família dos participantes como estímulo para a narrativa de suas trajetórias. A metodologia se mostrou bastante oportuna, pois com as fotos acontecimentos antes não relatados emergiam. Também, auxiliaram a visualizar as transformações ao longo dos anos nas famílias e no território.

Compreendendo que, conforme o referencial da POA, o conhecimento é expresso nas falas, nas práticas e nas atividades cotidianas, entendemos necessário também o uso da observação participante e do diário de campo, podendo assim descrever de forma mais sensível como as famílias constroem o conhecimento agroecológico e quais são as dinâmicas que afetam este processo (objetivo 3). A observação participante é um método que propõe a participação do pesquisador na vida da comunidade de estudo e por isso possibilita o acesso aos contextos em que os indivíduos estão envolvidos, bem como captar as práticas habituais dos indivíduos (GIL, 1999). Já, o diário de campo é um dos métodos mais básicos de pesquisa e consiste na anotação diária pelo pesquisador de informações sobre as

observações, eventos e o desenvolvimento da pesquisa, além de permitir o registro de conteúdo reflexivo e analítico durante a coleta de dados (ROESE ET ALL, 2006).

Paralelamente às entrevistas, participamos de quase todos os momentos coletivos de relevância dos quais tivemos conhecimento e oportunidade: reuniões, elaboração dos projetos de plantio, seminários, formações, assembleias, visitas técnicas, somando cerca de sessenta e dois momentos. Nesse sentido, buscamos acompanhar os atores em atividades cotidianas, possibilitando assim uma melhor compreensão do processo organizativo, das problemáticas e as diferentes reações através de seus discursos e atuação nas arenas.

Durante as entrevistas, era bastante recorrente a citação de outros atores envolvidos no processo. Assim optamos, por realizar quatro pequenas entrevistas, de algumas horas, sendo dois com técnicos atuais do Grupo Gestor do Arroz, 1 com um dirigente do MST e uma com o Gestor responsável pelo Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. As entrevistas foram gravadas e tiveram como foco a atuação de cada um destes no Assentamento e na construção do conhecimento agroecológico. De forma complementar, o registro fotográfico foi realizado durante todo o período de campo. Ainda que tenhamos optado por não apresentar as fotografias como uma forma de resguardar a identidade dos atores envolvidos, as imagens ajudaram na análise e elaboração das ilustrações apresentadas.

Visto que começamos a acompanhar as famílias durante a colheita de uma safra (2011/2012) e segui até a colheita seguinte (2012/2013), pude acompanhar as diferentes etapas e atividades que envolvem a produção agroecológica de arroz. Como o plantio de arroz não fazia parte da minha experiência, a cada visita e conversa era um aprendizado sobre o cultivo, sobre a planta, sobre os manejos, etc. Assim, para pesquisar o processo de construção do conhecimento dos agricultores, precisei construir também o meu processo de conhecimento sobre o cultivo. Tarefa árdua e urgente, já que o tempo proposto para a pesquisa não nos permitira acompanhar cada fase em seu tempo e era evidente que quanto melhor fosse o nosso entendimento, melhor e mais detalhadas eram as conversas. Por uma necessidade de materializar e visualizar o que eu estava aprendendo comecei a elaborar desenhos sobre as atividades. Assim, de forma despreziosa, acabamos criando uma nova ferramenta de coleta de dados, onde ao mostrar os desenhos aos agricultores e técnicos podia confrontar minha compreensão com as perspectivas

deles, facilitando e possibilitando o aprofundamento de nossos diálogos. Também, de forma indireta, eram confrontadas as diferentes práticas dos agricultores e seus grupos de produção, bem como estas dialogam com as recomendações técnicas. A partir das intervenções dos agricultores os desenhos foram se transformando e final da pesquisa e acabaram por se tornar uma ilustração do Calendário de atividades da produção agroecológica do arroz. Nesse sentido, este processo de coleta de dados que emergiu ao longo da pesquisa, pode ser enquadrado dentro das perspectivas metodológicas na pesquisa-ação. Conforme Engel (2000), este método busca unir a pesquisa à ação ou prática de forma participante engajada, onde o processo de pesquisa tornar-se uma dinâmica de aprendizagem para todos os envolvidos, superando a separação entre sujeito e objeto. Assim, o método propõe que a problemática seja diagnosticada e interpretada a partir do ponto de vista dos atores envolvidos, baseando-se, portanto nas representações destes em uma dinâmica onde os resultados são constantemente avaliados, modificados e integrados (ENGEL, 2000).

O uso conjunto das metodologias ajudou a amenizar as potenciais limitações de cada uma das ferramentas, entendendo estas complementares entre si. No que diz respeito aos desafios da pesquisa, uma questão constante era a disponibilidade de tempo das famílias. O que entendemos que não era só uma questão de agenda, mas de interesse, ou melhor, de disposição de “perderem tempo”. Isso era expresso de formas diferentes pelos atores, sendo alguns extremamente receptivos e outros mais resistentes. Nesse sentido, essa resistência em muitos casos estava relacionada à dificuldade dos agricultores perceberem que a pesquisa em curso poderia ter alguma relevância para suas vidas. Além disso, por serem beneficiários da reforma agrária e outros programas de governo, percebemos que muitas famílias não se sentiam a vontade para negar a participação, temendo que isso pudesse prejudicá-los de alguma forma. Desta forma, buscamos ter uma comunicação clara com as famílias sobre o tema de pesquisa, a liberdade de participação e o caráter confidencial, além de nossa intenção de que os resultados pudessem de alguma forma contribuir com o seu processo, onde nos comprometemos em retornar os resultados aos participantes e ao Assentamento. Outra questão era a diferença nas falas com o uso ou não do gravador. Para além do clássico e um tanto inevitável distanciamento entre entrevistador e entrevistado, mas por perceber que a presença do gravador tornava os momentos mais formais e as falas mais elaboradas. Porém,

essa questão era contrabalanceada por momentos mais informais onde o gravador era substituído pelo mate, um bom almoço ou simplesmente uma caminhada. Assim entendemos que são desafios inerente ao processo de pesquisa e nenhum deles se colocou de forma a inviabilizar o estudo.

Como fator realmente limitante o que identificamos é o tempo curto para realização da pesquisa de mestrado. Também, porque entendemos que a construção do conhecimento, seja o agroecológico ou aquele que pode ser extraído a partir dessa pesquisa, não se dá pela mera descrição ou transferência de informações. Mas, emerge através de encontros e descobrimentos, pelo engajamento nos mundos, necessitando de tempo para amadurecer. Assim, a insistência do tempo em nos alcançar, desafiava que sem pausa pudéssemos perceber as sutilezas de um tema tão complexo como a construção do conhecimento agroecológico.

2.3 A análise dos dados e apresentação

A análise dos dados foi feita à luz das teorias, com uma perspectiva interpretativista, buscando identificar as percepções, os discursos e as práticas. A apresentação dos resultados está organizada em dois capítulos. Entendendo que a conhecimento agroecológico aqui em questão foi emergindo a partir do encontro de percursos que se cruzam, no terceiro Capítulo buscamos resgatar, a partir de uma perspectiva histórica, as diferentes trajetórias que contextualizam e compõe esta pesquisa, demonstrando como os fatos, negociações e decisões foram sendo tomados ao longo dos anos, até se configurarem no contexto atual, revelando a heterogeneidade dos atores ao longo do tempo.

Seguindo a lógica proposta pelos atores, a partir da identificação de algumas categorias êmicas, ou seja, a partir das terminologias propostas pelos próprios agricultores, destacamos três dimensões principais de construção do conhecimento: a lavoura, o corre e o habitar. A “lavoura” esta associada às práticas que envolvem o plantio e o manejo do arroz, e suas diferentes etapas. Seria o que alguns autores identificam como as dimensões internas da transição agroecológica ou ainda as atividades que ocorrem “da porteira para dentro”. Já o “corre” está relacionado às atividades necessárias para a viabilização do plantio (elaboração de projeto, acesso

a crédito e outros recursos) e ao processamento e venda do arroz (transporte, secagem, armazenamento, empacotamento, venda, certificação). Assim, podemos dizer que seria a dimensão referente ao processo de transição externa, porém nas atividades sob as quais os atores tem poder de ação.

Entendendo que o conhecimento acontece e se expressa não só nas tarefas de trabalho, mas no conjunto de relações sociais e ecológicas que envolvem cada pessoa, no “habitar” descrevemos elementos que falam sobre o modo de vida das famílias, bem como algumas de suas percepções sobre relações ou situações presentes em seu cotidiano, buscando contemplar aspectos da vida que vão além do processo produtivo, como as relações familiares e comunitárias, a conexão com o território, os cuidados com a saúde, outras estratégias de reprodução, entre outros. É importante ressaltar que estas 3 dimensões não são estáticas e desconexas, pelo contrário se interpõem e entrelaçam criando uma série de interfaces.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

É na revolução científica iniciada no século XVI, a princípio nas ciências naturais e a partir do sec. XIX nas ciências sociais, que se constituiu a racionalidade científica que tornou-se com o passar dos tempos um modelo hegemônico totalitário que repudia as formas de conhecimento baseadas em epistemologias e metodologias que não sigam os seus pressupostos (SANTOS, 2003). É a partir desse paradigma que se instauram uma série de rupturas e dicotomias (conhecimento científico e conhecimento comum, homem e natureza, sujeito e objeto, razão e emoção) que associadas à ideia de progresso e modernidade vão dar base às noções de desenvolvimento e pautar a relação entre ambiente e sociedade.

Nesse percurso, a Ciência e sua íntima relação com a criação de tecnologias, teve papel central na consolidação do projeto de dominação da natureza pelo homem, possibilitando assim o processo de crescimento acelerado das economias industriais nos séculos passados (RAYNOUT, 2006). Os impactos deste modelo são sentidos em todas as dimensões da sociedade, tendo como fruto a crescente desigualdade social e a degradação ambiental. No mundo rural brasileiro não foi diferente, onde o modelo de desenvolvimento agrícola produtivista implementado através da Revolução Verde, só agravou os problemas históricos de concentração fundiária e exclusão social, além de desmerecer o protagonismo dos agricultores na produção do conhecimento.

Nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 70, uma série de transformações a nível local e global tem redirecionado o rumo dos debates sobre desenvolvimento, sustentabilidade, produção do saber, bem como do papel atribuído e reivindicado pela sociedade como protagonista na idealização e implementação de novos modelos. É nesse sentido, que as três perspectivas teóricas que fundamentam este estudo se encontram e por isso foram escolhidas.

A Agroecologia é um campo do conhecimento e de investigação científica, construído de forma sistêmica e multidisciplinar, que questiona as bases do modelo hegemônico de agricultura e que oferece estratégias metodológicas de transformação social. A Perspectiva Orientada pelos Atores tem o desenvolvimento rural como foco de análise e ao tratar da capacidade de reflexão dos atores, se contrapõe aos modelos institucionalistas e difusionistas, reconhecendo o papel

central dos agricultores como construtores de seus projetos de desenvolvimento. A antropologia ecológica de Ingold traz uma perspectiva mais integral e complexa das relações homem e natureza, reconciliando as oposições clássicas entre ciências sociais e naturais ao colocar os humanos como parte integrante do meio, atuando simultaneamente como sujeito e objeto, ator e produto.

Assim, apresentamos a seguir uma síntese de cada uma destas perspectivas teóricas, ressaltando os principais conceitos utilizados nesta pesquisa. Ao final, dedicamos uma seção para descrever como tais teorias dialogam e complementam-se, fornecendo um arcabouço teórico mais consistente para a análise da construção do conhecimento das famílias assentados em Viamão.

3.1 A Agroecologia e os processos de Transição

Conforme Dalgaard, Hutchings e Porter (2003), o termo Agroecologia foi usado pela 1ª vez pelo zoólogo Friederichs em 1930 e em 1939 pelo fisiologista de grãos Hanson, em ambos os casos os pesquisadores se referiam a aplicação da ecologia na agricultura, entendendo que os agroecossistemas precisavam ser analisados como sistemas complexos. Existem um grande número de autores ao redor do mundo que atualmente contribuem com a construção deste campo de conhecimento, trazendo aportes tanto em termos ecológicos e produtivos, como sociais e econômicos (DALGAARD, HUTCHINGS; PORTER, 2003). Há também uma visão menos acadêmica da Agroecologia, utilizada pela sociedade como um termo para se referenciar as práticas em agricultura de base ecológica (BULHÕES; DAL SOGLIO, 2009).

Para esta pesquisa, entendemos que a Agroecologia é um campo do conhecimento e de investigação científica, construído com contribuições de diferentes disciplinas e que oferece estratégias metodológicas de transformação social (CARMO; COMITRE; FAGUNDES, 2012). A partir das leituras realizadas, identificamos três conceitos principais ou perspectivas que embasam a concepção epistemológica da Agroecologia: a co-evolução, o potencial endógeno e a participação social. A co-evolução dos agroecossistemas é explicada por Norgaard (1987) ao colocar que:

Os sistemas biológicos e sociais têm co-evoluído de uma maneira onde um depende da retroalimentação do outro. O conhecimento, encarnado nas culturas tradicionais através da aprendizagem cultural, estimula e regula a retroalimentação dos sistemas sociais para os sistemas biológicos... Os povos são parte dos sistemas locais em evolução. A natureza de sistema biológico evoluiu para refletir a natureza do povo, sua organização social, seu conhecimento, sua tecnologia e seus valores (NORGAARD, 1987, p. 5; tradução da autora).

O potencial endógeno refere-se à característica da agricultura como uma prática localmente enraizada, seja pela peculiaridade de composição dos ecossistemas ou das culturas a eles associadas, gerando um conhecimento próprio e específico que permite a potencialização da biodiversidade ecológica e sociocultural no desenho de sistemas de agricultura sustentável (CARMO; COMITRE; FAGUNDES, 2012). Assim, Caporal, Costabeber e Paulus (2009) ressaltam que é a realidade local que define a melhor forma de aplicação da teoria, tornando a Agroecologia uma ciência dinâmica sem fórmulas ou modelo fixos. É nesse sentido, que a efetiva participação social se torna tão relevante, ao reconhecer a relação intrínseca entre as variações ecológicas e sociais de cada agroecossistema, a Agroecologia propõe que os pesquisadores aceitem seu conhecimento em pé de igualdade com o conhecimento endógeno gerado pelas comunidades locais, em uma postura de investigação participativa que requer uma mudança na noção do papel dos agricultores que passam de “objeto de estudo” a atores centrais (OTTMANN ET AL., 2012).

Assim, uma série de trabalhos e pesquisa tem sido redigidos no mundo todo buscando restabelecer o diálogo entre os saberes locais e o conhecimento científico, tendo as metodologias participativas como ferramenta para a construção do conhecimento (MARQUES, 2009). No Brasil, a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA e da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, tem sido crucial para a elaboração e sistematização de experiências que aliam o ensino e a pesquisa na agricultura com a extensão rural, avançando assim na construção de saberes (MARQUES, 2009; COTRIM E DAL SOGLIO, 2012). Assim, de acordo com a ABA- Agroecologia (2009) tem se utilizado o termo construção do conhecimento agroecológico (CCA) com o intuito de:

Referir-se a processos de produção e disseminação coletiva de novos conhecimentos sobre a gestão dos agroecossistemas que buscam, tanto quanto possível, mobilizar a efetiva participação de profissionais de distintos ramos do saber científico acadêmico e de agricultores/as além de promover

uma maior integração entre as ações de ensino, pesquisa e Ater (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2009, p. 5).

Petersen e Dias (2007) ressaltam que conforme a perspectiva agroecológica, a produção e a transmissão de conhecimentos devem ser vistas como atividades próprias do ser humano, indo de encontro com as abordagens positivistas e difusionistas que desvalidam os conhecimentos produzidos fora da metodologia científica, mostrando-se como formas antiecológicas e desumanizadoras de gestão do conhecimento. Portanto, ao focar questões agronômicas, ecológicas e sociais de forma integrada, a Agroecologia questiona fundamentos conceituais e metodológicos do paradigma dominante do desenvolvimento rural, questionando o difusionismo tecnológico e a linearidade da produção de conhecimento (PETERSEN; DIAS, 2007). Conforme Petersen e Dias (2007), a constituição da Agroecologia como ciência se dá pela:

constatação da existência de sofisticadas racionalidades ecológicas em agriculturas camponesas. Assim como nos sistemas agrícolas tradicionais, a Agroecologia aproveita os recursos da natureza localmente disponíveis para desenvolver agriculturas que assegurem produções estáveis e satisfatórias, para atender às necessidades econômicas das famílias agricultoras e que ao mesmo tempo possuam elevada capacidade de se auto-reproduzir técnica, cultural e ecologicamente. No enfoque agroecológico, essas agriculturas são apreendidas como a expressão de estratégias coletivas de produção econômica e de reprodução sociocultural. São, portanto, o produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre seus meios de vida e os ecossistemas e não uma manifestação de um atraso cultural a ser superado. Com efeito, a construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre uso e manejo dos recursos naturais e a sua integração com os saberes de origem acadêmica. (PETERSEN E DIAS, 2007, p. 9).

É nesse contexto que Chambers (1983 apud ALTIERI, 2009) propõe que o objetivo da Agroecologia é “que os camponeses se tornem arquitetos e atores do seu próprio desenvolvimento”. Gomes de Almeida (2009) sugere que desde os anos 1980 vem sendo constituído um campo agroecológico brasileiro, onde a Agroecologia passa a integrar as pautas dos movimentos sociais do campo não de forma institucionalizada, mas como uma expressão de luta por um novo modelo de desenvolvimento socioambiental, baseado nas estratégias de resistência e inovação produzidas pelos produtores familiares em diferentes partes do país.

Ploeg (2008) ao analisar o contexto atual da agricultura mundial, argumenta que o dualismo entre a agricultura patronal e familiar já não são apropriados para

descrever os fenômenos socioeconômicos do mundo rural contemporâneo e sugere a existência de um complexo processo de recampesinização como “uma expressão moderna para a luta de autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência”. Para Ploeg, a agricultura familiar camponesa atual mantém características clássicas do campesinato como a centralidade do trabalho na família, a preservação do patrimônio familiar e a busca pela otimização das rendas, ao mesmo tempo que apresenta uma multiplicidade de reações para lidar com os contextos de dependência, marginalização e privações que enfrenta. É justamente a essa multiplicidade de reações que o autor atribui o caráter de resistência camponesa atual, entendendo que essa se dá não só pelas formas clássicas de luta, mas também, pela intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho ao confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades. Portanto, é através de ações propositivas, da prática cotidiana que novas formas de desenvolvimento rural autóctone vêm sendo experienciadas ao redor do mundo onde o florescimento da Agroecologia estaria entre estas respostas. Para o autor:

Uma característica importante dessas novas formas de resistência, especialmente relevante para a sustentabilidade, é que elas conduzem à busca e à construção de soluções locais para problemas globais. Evitam roteiros prontos. Isso resulta em um rico repertório: a heterogeneidade das muitas respostas torna-se, assim, também uma força propulsora que induz novos processos de aprendizagem. (PLOEG, 2009, p.27).

Muitas das perspectivas buscam analisar os processos transitórios inerentes ao desenvolvimento, conforme Rotmans e Kemp (2003) as transições “são processos evolucionários que tornam possíveis outras vias para o desenvolvimento”. Conforme Marques (2009, p. 179), “em essência, a transição, tanto quanto a sustentabilidade, é um processo de aprendizagem: mudanças objetivas em práticas, habilidades e estruturas sócio-institucionais”.

Assim, a transição agroecológica seria uma busca a longo prazo da ampliação da sustentabilidade dos mais distintos sistemas agropecuários (EMBRAPA, 2006). Porém, sua implementação não deve seguir a lógica dos “pacotes tecnológicos”, mas precisa ocorrer de forma descentralizada e localizada, respeitando as características peculiares a cada agroecossistema, sendo guiada por aqueles que percebem a Agroecologia não só como uma forma produtiva, mas sim como um meio de vida (BRACAGIOLI, 2003). Ainda, devemos ressaltar que quando falamos da busca de uma agricultura mais sustentável, não podemos apenas levar em

consideração os aspectos tecnológicos, pois a raiz da insustentabilidade do sistema agrícola está intimamente vinculada ao modelo socioeconômico em vigor, influenciando, portanto, o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido (ALTIERI, 2002). Assim, a tomada de decisão em relação ao início de um processo de transição depende também do processo histórico e sócio cultural dos atores envolvidos bem como das relações homem/natureza e suas simbologias associadas (CAMARGO, 2007).

Gliessman (2009) propõe uma sistematização de momentos a serem trabalhados durante o processo de transição agroecológica, buscando com isso a mudança gradual das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais. Conforme o autor, o processo deve levar em consideração as dimensões internas e externas ao sistema produtivo agropecuário. A dimensão interna refere-se às práticas de plantio e manejo no espaço de produção e envolve: a redução e a racionalização do uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos, a substituição dos insumos químicos por outros de origem biológica e o manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos. A transição externa busca dar conta de um conjunto de condições mais amplas a ser construído pela sociedade e pelo Estado para que a transição agroecológica possa se tornar realidade, amparando o processo de mudança de forma a contemplar as diversidades e características locais e respaldar as demandas sociais apresentadas. Os movimentos de transição devem também auxiliar na valorização dos agricultores como agentes de produção de conhecimento, papel esse depreciado pela modernização da agricultura onde as tecnologias eram supervalorizadas, criando assim uma ciência desconectada das realidades agroecológicas locais (COTRIM; DAL SOGLIO, 2012).

3.2 Perspectiva Orientada pelos Atores

A Perspectiva Orientada pelos Atores – POA é uma abordagem teórico-metodológica centrada no desenvolvimento rural, que busca analisar como os processos de intervenção externa se inserem nos mundos de vida dos indivíduos e grupos, e passam a constituir parte dos recursos e limitações nas estratégias sociais que estes desenvolvem ao serem “internalizadas” em seus quadros interpretativos, podendo ter distintos significados para os diferentes atores envolvidos (LONG,

2001). Desenvolvida por Long e tendo contribuições de Ploeg, busca identificar as diferentes estratégias utilizadas pelos agricultores na geração e apropriação dos conhecimentos, dando voz aos atores na tentativa de compreender as racionalidades que embasam suas práticas e possibilitando que a heterogeneidade possa ser explicitada (SOUZA, 2009). A perspectiva vai de encontro às abordagens estruturalistas e institucionalistas que restringem a influência dos atores em processos de mudança (SOUZA, 2009).

A heterogeneidade dos atores é um dos conceitos centrais da teoria que propõe que diferentes agricultores realizam seus projetos e práticas tendo diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas (LONG, 2001). Partindo do princípio de que o desenvolvimento rural é um processo multifacetado e complexo, que emerge através de forças sociais provenientes de várias arenas, a heterogeneidade torna-se uma característica estrutural desse processo pois não surge de forma casual ou de forma manipulada, mas é o resultando de dinâmicas a partir “de baixo” onde uma diversidade de configurações locais de recursos, restrições e condições para a ação geram distintas formas de conhecimento local, que tornam-se fundamentais para a produção e reprodução dessa mesma heterogeneidade (LONG, 2001). Ao sugerir que a vida social é heterogênea, ou seja, compreende uma ampla diversidade de formas sociais e repertórios culturais, a POA entende como necessário analisar os processos sociais onde tais diferenças são produzidas, reproduzidas, consolidadas e transformadas (LONG, 2001).

Neste sentido, centra-se na noção de agência humana ao tratar os atores em seus mundos de vida e a partir das formas como gerenciam seus assuntos cotidianos, reconhecendo que dentro dos limites de informação e recursos que têm, bem como das incertezas que enfrentam, os atores são capazes de resolver ou ainda evitar “situações problemáticas”, estando engajados ativamente na construção de seus próprios mundos sociais, mesmo que isso signifique serem “cúmplices ativos” de sua própria subordinação (LONG, 2001). A perspectiva não ignora as estruturas, porém entende que apesar das mudanças estruturais poderem ser um resultado do impacto de forças externas, busca um olhar mais amplo levando em consideração a capacidade dos atores de processar a experiência social e criar maneiras de enfrentar a vida, sendo o conceito de agência desenvolvido por Giddens, fundamental para a análise (CARAVALHEIRO; GARCEZ, 2007). Nesse sentido, a agência propõe que os atores são reflexivos, visto sua a capacidade de

trazer para consciência e refletir sobre suas escolhas, ou seja, são capazes de entender o que fazem enquanto fazem (GIDDENS, 1984). Mais do que ilustrar intenções, a agência demonstra a habilidade dos atores de agirem dentro de suas redes de relações, sendo estas ações centradas não no indivíduo-ego, mas sim na relação social (LONG, 2001). Conforme o autor:

As ações devem ser vistas com o princípio de que em qualquer momento, os atores "poderiam ter agido de outra forma"... Uma abordagem orientada pelo ator começa com a simples ideia de que diferentes formas sociais se desenvolvem sob as mesmas circunstâncias ou estruturas similares. Tais diferenças refletem variações nas formas em que os atores tentam se entender, cognitiva, emocional e organizacionalmente, com as situações que enfrentam. Portanto, uma compreensão de padrões diferenciais de comportamento social deve ser aterrada em termos de "sujeitos ativos em saber/sentir" e não apenas vistos como resultados dos impactos de diferentes forças (tais como mudança ecológica, a pressão demográfica, ou incorporação no mundo capitalista). A principal tarefa para análise, então, é identificar e caracterizar as práticas dos diferentes atores, estratégias e fundamentos, bem como as condições em que elas surgem ou bloqueiam a sua viabilidade ou eficácia para a resolução de problemas específicos, e sua ampla ramificação social. (LONG, 2001, p. 34, tradução da autora).

Conforme a POA, a agência pode ser exercida por atores individuais ou coletivos, sendo estes não necessariamente grupos formalizados, mas sim uma coalizão de atores que em um dado momento partilham definições comuns ou objetivos em torno de uma mesma problemática e, que acordam explícita e tacitamente sobre as formas de ação social. Importante destacar que a abordagem propõe que para além de uma multiplicidade de atores sociais, lidamos com "múltiplas realidades", implicando potencialmente em interesses sociais conflitantes em torno de normáticas e configurações que apresentam uma descontinuidade de conhecimentos e, portanto, envolvem aspectos de poder, autoridade e legitimidade. Nas palavras de Cotrim e Dal Soglio (2012):

Os significados, os valores e as interpretações dos atores sociais são construídos socialmente, porém esses são diferencialmente aplicados e reinterpretados, por vezes gerando novas regras culturais. A percepção que os atores têm do mundo, e em especial da sua relação com a natureza, lhes possibilita a construção de um conjunto de significados que são negociados socialmente no exercício da agência (COTRIM; DAL SOGLIO, 2012, p.8).

Assim, outro conceito central na POA são as arenas vistas como espaços de disputas de diferentes práticas ou situações sociais onde os atores se confrontam uns com os outros, mobilizam as relações sociais e utilizam discursos no sentido de apoiar seus interesses (COTRIM; DAL SOGLIO, 2012). De acordo com Deponti

(2007) a noção de arena auxilia na análise de projetos de desenvolvimento e programas, já que estas consistem geralmente de processos de intervenção onde uma série de arenas se entrelaçam cada qual, com suas especificidades, limites e possibilidades. Portanto, ao analisar contextos empíricos deve-se buscar desvendar os discursos utilizados em arenas específicas de luta, compreendendo que estes não são separados da prática social conforme Foucault sugere com a noção de "prática discursiva" (LONG, 2001).

As arenas são espaços férteis para a identificação de situações de interface, ou seja, situações onde diferentes mundos de vida ou campos sociais se tocam em dinâmicas de negociação, facilitando a análise de discrepâncias em interesse e interpretações (LONG, 2001). Porém, as interfaces não se limitam às arenas, mas tratam de situações em geral onde haja algum tipo de encontro/contato face a face entre indivíduos com diferentes interesses, recursos e poderes, onde negociações e/ou adaptações de significados podem acontecer em um processo de interação de diferentes "mundos" promovendo a construção do conhecimento (DEPONTI, 2007). Nesse sentido o conhecimento não é simplesmente algo possuído, acumulado ou passível de medição, mas um processo que emerge através de dinâmicas de interação social, podendo ser visto como um resultado do encontro e fusão de horizontes, predispondo lutas entre atores ao tentarem engajar outros em seus textos e projetos (LONG, 2001). Portanto, o estudo da criação e a transformação do conhecimento devem ser analisados nas práticas cotidianas da vida social onde discursos, crenças e reações possam desvelar como o conhecimento é internalizado e reconstruído pelos diferentes atores (DEPONTI, 2007). Nas situações de interface o encontro dos diferentes corpos de conhecimento são transformados e traduzidos, gerando uma dinâmica de criação conjunta de novos conhecimentos entre agricultores, extensionistas, planejadores, cientistas, políticos, etc. (LONG; PLOEG, 1994).

Stuiver, Leeuwis e Ploeg (2004) definem o conhecimento dos agricultores como a capacidade destes coordenarem e (re) moldarem um amplo leque de questões sociotécnicas em torno de elementos produtivos, dentro de redes e contextos locais com vistas à obtenção de resultados determinados. Porém, como ressalta Long (2001) ainda que os agricultores inventem alternativas para solução de seus problemas, freqüentemente seu conhecimento local é depreciado pela inserção de conhecimentos científicos, gerando o que Ploeg denomina de "esfera de

ignorância” onde agricultores se tornam invisíveis perante especialistas visíveis e autoritários. Nesse sentido, a POA propõe uma abordagem crítica às teorias de desenvolvimento e intervenções planejadas que desconsideram a heterogeneidade como uma característica estrutural do desenvolvimento rural, e possibilita a identificação de valores e conhecimentos locais através do reconhecimento da capacidade reflexiva dos atores.

3.3 Antropologia ecológica

A antropologia ecológica na perspectiva proposta por Tim Ingold pressupõe uma relação mais simétrica entre sociedade-natureza, colocando o humano como um ser no mundo em um contínuo processo de aprendizagem, onde o conhecimento é visto como um processo perceptivo e prático do engajamento (DI DEUS, 2007). Com fortes inspirações na fenomenologia de Merleau-Ponty e nas teorias sobre percepção visual de James Gibson, a proposta é fundamentada por diversos estudos etnográficos que variam de povos caçadores e coletores da América do Norte a camponeses colombianos, onde o autor propõe um conjunto de reflexões sobre as questões centrais e pressupostos basilares das ciências modernas, bem como das dualidades clássicas entre ciências naturais e sociais, conhecimento local e científico, corpo e mente. Para tanto, uma série de conceitos são problematizados tais como as noções de apropriação, fabricação e transformação da natureza como ações humanas de transcendência ao mundo natural (INGOLD, 2000). O autor propõe a noção de “ambiente” como um resultado emergente da relação entre o ser e o mundo, em predileção à noção de “natureza”, que seguiria uma prerrogativa de que o mundo só seria natural a um ser a quem ele não pertença (BASSI; COELHO DE SOUZA; KUBO, 2010). Assim, ao analisar comunidades que têm seu sustento baseado na interação com o ambiente, Ingold questiona a visão Ocidental moderna do trabalho agrícola, onde o cultivo seria uma ação humana de impressão de um desenho conceitual sobre um substrato de matéria-prima ou uma natureza subordinada. De acordo com a abordagem, a produção agrícola não pode ser associada a um processo de manufatura, mas sim a um processo de crescimento, nas palavras do autor:

Os agricultores e os pastores, no que diz respeito a essa questão, se submetem a uma dinâmica produtiva que é imanente no mundo natural em si, ao invés de converter natureza em um instrumento para seu próprio propósito... O trabalho que as pessoas fazem, em atividades como a limpeza de campo, plantio, capina e assim por diante, ou pastorando seu gado, não é literalmente fazer plantas e animais, mas sim estabelecer no meio ambiente condições para o seu crescimento e desenvolvimento. Eles são cuidados, nutridos, assistidos... Se os seres humanos, por um lado, e as plantas e os animais, por outro, podem ser considerados alternadamente como componentes de ambientes uns dos outros, então não podemos mais pensar nos seres humanos como habitando um mundo social próprio, para além do mundo da natureza em que as vidas de todos os outros seres vivos estão contidas. Em vez disso, os seres humanos e os animais e as plantas que dependem para subsistência um do outro devem ser considerados como companheiros participantes no mesmo mundo, um mundo que é ao mesmo tempo natural e social. E as formas que todas estas criaturas tomam não são dadas em antecedência, nem impostas a partir de cima, mas emergem no contexto de seu envolvimento mútuo em um campo único e contínuo de relacionamentos. (INGOLD, 2000, p. 101, tradução da autora).

Assim, Ingold (2000) propõe que humanos se constituem tanto como organismos dentro de um sistema de relações ecológicas, como pessoas dentro de um sistema de relações sociais - sendo, considerados, portanto, “pessoas-organismos”. A contribuição da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty se dá especialmente nas noções de ser e habitar o mundo, onde a análise de foco deixa de ver um ser de forma abstrata, mas colocando-o como um ser-no-mundo. Conforme Merleau-Ponty (1971):

O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 9).

Merleau-Ponty proporciona a possibilidades de superação das interpretações que propõe a percepção como um processo exclusivamente orgânico, centrado na mente humana, trazendo uma visão inovadora de integralidade entre corpo e mente ao situar a fenomenologia no horizonte da prática, onde o sujeito ao agir se projeta em direção ao mundo e aos objetos, ao mesmo tempo em que é constituído pelos mesmos, posicionando, assim, o corpo como sujeito do conhecimento e ao mesmo tempo objeto que se projeta no mundo (CARVALHO; STEIL, 2012). Conforme Ingold (2000), ao propor o corpo não como objeto ou ferramenta da percepção, mas sim como sujeito da percepção, Merleau-Ponty ressalta uma consciência fundamental de nossa total imersão corporal no ambiente.

Já a influência de Gibson se dá em sua proposta de uma psicologia ecológica onde a percepção é concebida como uma atividade de todo o organismo em um ambiente, atuando de forma integral e não a partir de suas partes sensoriais ou mentais:

Não é absorvendo representações mentais ou esquemas para organizar dados brutos de sensações corporais que nós aprendemos, mas através de uma sintonia fina ou sensibilização de todo o sistema perceptivo, incluindo o cérebro e os órgãos receptores periféricos junto com suas conexões neurais e musculares, com aspectos específicos do ambiente (GIBSON, 1979 apud INGOLD, 2010, p. 21).

A psicologia ecológica compreende a percepção não como um feito de uma mente presa a um corpo, mais sim de uma mente que não é limitada à pele, mas um organismo interagindo de forma integral com seu ambiente, nas palavras do autor “se a mente está em algum lugar, então não é <dentro do cérebro> mas sim <lá fora> no mundo” (INGOLD, 2000, p. 3). A partir disso, Ingold propõe que o conhecimento depende fundamentalmente da imersão e engajamento dos sujeitos em seus mundos, argumentando que mais do que um acúmulo de informações transmitidas, o conhecimento consiste primeiramente em habilidades, onde todo ser humano é um centro de percepções e agência em um campo de prática (INGOLD, 2010). Conforme a abordagem, a vida orgânica é tida não como reativa, mas ativa ao se desdobrar em um campo de relações no qual os seres estão imersos e do qual emergem, sendo cada ser um centro único de consciência e agência (INGOLD, 2000):

Ao habitar o mundo, nós não apenas agimos sobre ele ou realizamos coisas para ele; mas, mais do que isso, nós nos movemos junto com ele. Nossas ações não transformam o mundo, elas são parte do mundo transformando a si mesmo (INGOLD, 2000, p. 200, tradução da autora).

Portanto, a contribuição de uma geração às suas sucessoras se dá essencialmente não por um processo de enculturação, mas sim através de um processo de “habilitação” (enskilment), onde cada geração encontra e supera a sabedoria de seus predecessores (INGOLD, 2010). Conforme o autor:

De fato, na educação da atenção, rigorosamente falando, nada é realmente “transmitido”. O crescimento e o desenvolvimento da pessoa, em suma, devem ser entendidos como um movimento relacional ao longo de um modo de vida, concebido não como uma promulgação de um conjunto de regras e princípios (ou uma “cultura”) recebidos de seus antecessores, mas como a

negociação de um caminho através do mundo (INGOLD, 2000, p. 146, tradução da autora).

Conforme explica Steil e Carvalho (2012), as habilidades são como um conjunto de relações engajadas num ambiente material e simbólico não podendo, portanto, ser associadas a um indivíduo isolado, visto que acontecem através de um envolvimento perceptivo direto com o mundo que habitamos. Trata de uma aptidão da atenção para captar os sinais pelos quais os seres (humanos e não humanos) se revelam uns aos outros ao habitarem uma determinada paisagem. Para o autor as habilidades não têm um sentido de capacidade ou competência, mas sim de uma redescoberta orientada que se dá ao longo da história de vida de uma pessoa. Nesse sentido, esse redescobrimto poderia ser melhor associado a noção de demonstrar:

Mostrar alguma coisa a alguém é fazer esta coisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo. Aqui, o papel do tutor é criar situações nas quais o iniciante é instruído a cuidar especialmente deste ou daquele aspecto, do que pode ser visto tocado ou ouvido, para poder assim 'pegar o jeito' da coisa (INGOLD, 2000, p. 21, tradução da autora).

Assim, o conhecer acontece não entre uma relação de estruturas do mundo com estruturas da mente, mas como algo que emerge dentro do campo da prática, a partir de sua presença enquanto ser no mundo sendo, portanto, inseparável à vida e consciência do conhecedor (INGOLD, 2010). É nesse sentido que Ingold e Kurtilla (2000 apud Prado 2012) falam no conhecimento local:

O conhecimento é local porque é inerente à atividade de habitar a terra. Que de fato cria o lugar. E ao criar os lugares essas atividades também fazem os habitantes serem daqueles lugares – ela os torna locais. As pessoas pertencem às localidades e ambientes em que cresceram, tanto quanto estes pertencem a elas (INGOLD E KURTILA, 2000 apud PRADO, 2012, p. 195).

É nesse contexto que Steil e Carvalho (2012), esclarecem que o que a perspectiva propõe não é a interpretação de significados impressos em uma paisagem pelos que ali viveram e vivem, mas situar-se nela e tomando-a como categoria analítica relacional que integra humanos e não humanos em um fluxo contínuo de atividades.

3.4 Diálogo entre as teorias

As três abordagens teóricas aqui apresentadas têm em comum uma constituição multidisciplinar e a busca por uma análise complexa crítica da realidade, apostando que é na relação que os processos emergem e tomam forma. Também, valorizam as peculiaridades de cada local dando especial atenção à capacidade de ação dos indivíduos frente aos seus mundos de vida, questionando visões deterministas e totalitárias. Para além disso, propõem uma nova racionalidade para a geração e produção do conhecimento, onde reflexão e ação, pensamento e prática se dão não como atividades antagônicas, mas como atos emaranhados em si, inerentes ao viver.

Muitos estudos já foram feitos a partir do casamento entre a POA e a Agroecologia, tendo a agricultura como tema central, ambas entendem que esta acontece através de uma dinâmica complexa de relações entre o social e o ambiental. Cotrim e Dal Soglio (2012) sugerem que a aproximação destas teorias amplia a possibilidade de compreensão em torno da heterogeneidade das práticas sociais promovidas pelos agricultores e da própria construção do conhecimento agroecológico, visto que este se dá pela relação dos atores emersos em agroecossistemas, onde um conjunto de significados é negociado, aplicado e reinterpretado. De acordo com Bulhões e Dal Soglio (2009), a medida que a Agroecologia apresenta um bom repertório conceitual para a análise dos sistemas naturais e das relações ecológicas inerentes, a POA traz um foco maior na agência dos atores e suas relações sendo adequada para a análise de relações sócio-culturais. A POA também contribui teoricamente apresentando conceitos operacionais para a valorização dos conhecimentos dos agricultores e para análises onde a construção do conhecimento agroecológico é fruto de diferentes atores, tais como agricultores, pesquisadores, técnicos e movimentos sociais.

Porém, apesar de sua abordagem crítica e entendimento da interação emaranhada entre elementos sociais e biológicos na co-evolução dos agroecossistemas, a Agroecologia e a POA não dão conta de quebrar, ou melhor, transpor as dicotomias clássicas do pensamento científico moderno. Tendo um contexto empírico onde questões paradoxicas como produção e preservação são colocadas em diálogo, entendemos essencial buscar um referencial teórico onde

estes temas pudessem ser tratados de forma sensível e sistêmica. Assim, concordamos com Velho (2001) ao propor que:

A escolha por um dos lados (oposição ou não entre natureza e cultura) não é puramente objetiva, pois depende de inúmeros fatores em que o social e o individual se imbricam um no outro. E essa escolha é de certa forma, política, por referir-se a modos de habitar o mundo, e não simplesmente a representações (VELHO, 2001, p. 136).

Ainda, Santos (2003), ao discutir ciência, coloca como necessário que reconheçamos os modos de conhecimentos alternativos a ela, vendo na possibilidade de uma ciência multicultural a possibilidade de se recompor uma relação com conhecimentos locais, onde as interpenetrações entre natural e social possam ecologizar o conhecimento e a cultura. É nesse sentido que a antropologia de Ingold vem contribuir, ao ver o humano em sua totalidade mente-corpo engajado em seu ambiente em um processo contínuo de aprendizagem. Ao tratar do desdobrar dos processos de conhecimento entre seres e meio, esta fornece elementos contundentes para a análise da construção do conhecimento a partir dos agricultores em sua prática cotidiana.

4 AS TRAJETÓRIAS

Desde o início desta pesquisa, percebemos que a construção do conhecimento agroecológico, era fruto de um encontro entre famílias em busca de um novo espaço de vida e trabalho e de um território. A necessidade das famílias de gerarem renda e a aptidão do lugar dá início a uma nova história em torno do cultivo agroecológico do arroz. Assim, a partir dessa compreensão de um processo dinâmico que vem sendo construído ao longo dos anos, dedicamos este capítulo a apresentar as diferentes trajetórias que contextualizam e compõe este estudo. As três seções têm uma abordagem histórica e buscam demonstrar como os fatos, negociações e decisões foram sendo tomados ao longo dos anos, até se configurarem no contexto atual.

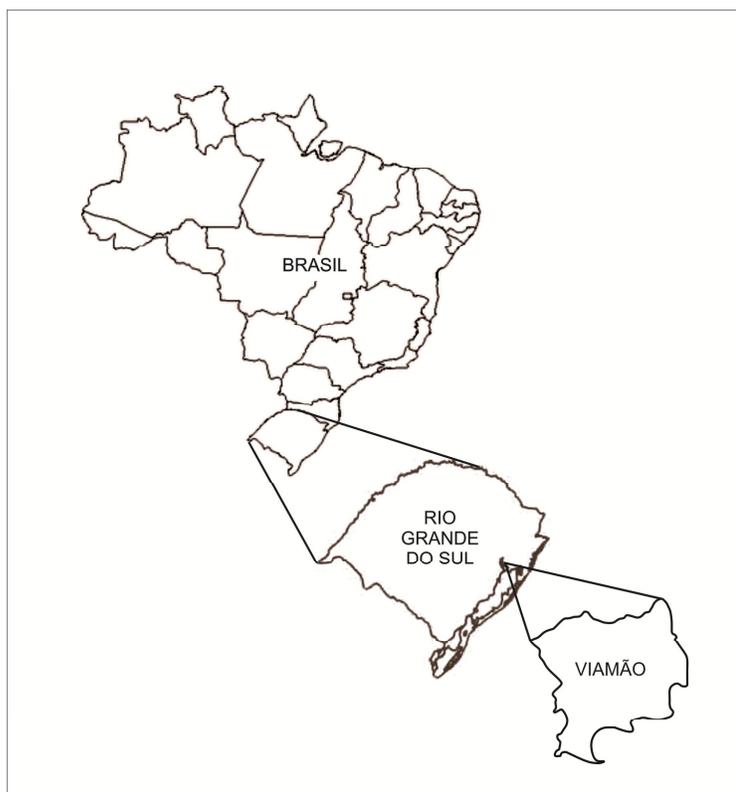
Na “Trajetória do Lugar” resgatamos a história do território, física e social, demonstrando como a área foi se conformando em um espaço propício (ou não) para se tornar um Assentamento da Reforma Agrária. Na seção seguinte, apresentamos a “Trajetória do Cultivo”, buscando sintetizar como a produção de um cereal asiático chega ao Estado e ao longo do tempo deixa de ser uma produção exclusiva de grandes arroteiros, tornando-se fonte de renda destas famílias. Na “Trajetória das Famílias” através das narrativas dos assentados, apresentamos as 9 famílias que participaram desta pesquisa, buscando relatar os principais fatos e escolhas que conduziram suas vidas até aqui, em especial sua relação com a agricultura e inserção na reforma agrária.

4.1 A Trajetória do Lugar

Viamão é um município localizado na região metropolitana do estado do Rio Grande do Sul. Pertence a Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí e está inserida Depressão Central¹ (Figura 1).

¹ Depressão Central é categorização baseada em atributos fisiográficos, como relevo, hidrografia, vegetação (FORTES, 1959).

Figura 1 - Mapa ilustrativo com a localização de Viamão, RS.



Fonte: elaborada pela autora (2013)

A ocupação da região começou com os açorianos que se instalaram em propriedades com uma média de 272,5 hectares por família, tendo entre os plantios mais comuns trigo, feijão, arroz, mandioca, milho, abóbora, hortaliças, frutíferas, etc. (MERTZ, 2002). O município foi um dos primeiros núcleos de povoamento do Estado, e foi a capital do governo do Estado de 1763 a 1773 (VIAMÃO, 2011). A área localizada a aproximadamente 11 km a leste da sede municipal, é bastante rica em recursos hídricos. Conta com dois arroios (do Vigário e Alexandrina), a nascente de Águas Claras e o aquífero de mesmo nome. O clima é subtropical e o relevo é na sua maioria plano, abrigando áreas de várzea e banhados (INFINDHA, 2004). No período anterior a 1954, a área era propriedade de Mário Azevedo que realizava atividades de pecuária de corte, produção de arroz para o consumo e caça esportiva no banhado (DIEL, 2011). Posteriormente, a propriedade foi adquirida pela família Bopp, que desmatou a área para a produção de milho, feijão e pecuária de corte (DIEL, 2011). Em 1959, tornou-se propriedade de Breno Alcaraz Caldas, que realizou obras de macro-drenagem na área do banhado com vistas a aumentar a

área de cultivo de arroz irrigado e também construiu uma estrada que passou a ligar as extremidades da fazenda (DIEL, 2011). Nessa época, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS realizou a construção do sistema de drenagem do Banhado Grande, onde além do canal principal com 35 km de extensão, que hoje pode ser considerado um prolongamento do Rio Gravataí, foram construídos canais laterais ao sul, tornando possível a drenagem do Banhado dos Pachecos (DIEL, 2011). Em 1985, a área passa a ser propriedade da empresa Incobras Agrícola S.A, conhecida, então, como fazenda Santa Fé. Uma grande quantidade de obras de irrigação e drenagem foi desenvolvida neste período, incluindo a construção da Barragem das Águas Claras, que potencializou a produção dos cultivos de arroz e soja irrigadas, chegando a alcançar uma área anual de 1950 hectares e 2500 ha, respectivamente. As atividades realizadas na área geravam uma utilização intensa dos recursos naturais locais em um sistema de manejo agrícola que buscava a máxima produção dos grãos (INFINDHA, 2004; DIEL, 2011).

Então em janeiro de 1998 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/RS elaborou um relatório de levantamento de dados da fazenda, denominada fazenda Santa Fé, e em agosto do corrente ano publicou o “Laudo de Avaliação do Imóvel Rural”, o qual descrevia e caracterizava a fazenda para fins de reforma agrária. Em outubro do mesmo ano, enquanto corriam as tramitações legais para consolidação da fazenda para fins de reforma agrária, foi criada a Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande através do Decreto Estadual nº 38.971/1998 (RIO GRANDE DO SUL, 1998). Visto que a área que seria destinada para assentamento estava integralmente inserida nesta APA, as negociações para constituição de um assentamento no local intensificaram em contraponto aos possíveis impactos ao local. Foi então que, por solicitação do INCRA, um grupo de estudos da UFRGS elaborou o “Parecer sobre a ocupação agrícola da área da propriedade da Incobrasa localizada junto ao Banhado dos Pachecos, Viamão – RS”. O documento lançado em novembro indicava que: não havendo a disponibilidade de levantamentos básicos, mesmo que em nível de reconhecimento, a decisão de iniciar e concluir o trabalho de assentamento de 450 famílias em curto espaço de tempo seria a opção menos adequada e que levaria o empreendimento ao fracasso, com desperdício de recursos públicos e prejuízos às famílias assentadas (INFINDHA, 2004; DIEL, 2011).

No mesmo mês, é lançado pelo INCRA o documento “Compromissos para a Viabilização do Assentamento Rural da Fazenda Santa Fé, da Incobrasa, em Viamão”, onde estabelece diversos parâmetros para a implantação do assentamento desde o número de famílias a definições sobre os usos da área para cultivos. A instituição da APA do Banhado Grande mobilizou um processo de negociações sobre o cumprimento da legislação ambiental e o sistema produtivo a ser implementado no Assentamento (DIEL, 2011).

Em 07 de dezembro de 1998 foi assinada a escritura de compra do imóvel para fins de reforma agrária e em 14 de dezembro é criado o Projeto de Assentamento Viamão por meio da portaria INCRA/SR – 11 Nº 81/98. Logo em seguida, as 376 famílias começam a chegar ao local tendo sua origem em 115 municípios do RS, com grande diversidade de experiências em relação à agricultura, as formas de produção e cultivos (INFINDHA, 2004). A área de 9450 ha foi organizada em quatro setores de residência: A, B, C e D, sendo o assentamento batizado de “Filhos de Sepé”. As estruturas da antiga fazenda serviram de abrigo para as famílias, sendo que algumas receberam casas e outras ficaram instaladas em outras construções de forma coletiva. A distribuição aconteceu de acordo com sorteios ainda nos acampamentos, que tiveram como foco os grupos de família chamados núcleos de base. Em Viamão, esses grupos de famílias começaram a se organizar em grupos de crédito, tendo de 01 a 02 dirigentes em cada setor, formando juntos a direção microrregional conforme os critérios do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST na época (INFINDHA, 2004).

Somente um ano depois, em novembro de 1999, é que os beneficiários assinaram o “Contrato de Assentamento Provisório” junto ao INCRA, onde os beneficiários deveriam cumprir uma série de normas em função das áreas de proteção ambiental, sendo o descumprimento dos critérios passível de rescisão (INFINDHA, 2004; DIEL, 2011). Entre as proibições descritas no documento estão: o corte de vegetação em área de APP, a caça ou captura de animais silvestres, o uso de fogo ou queimadas, o uso não autorizado ou desperdício de água e o uso de agrotóxicos e produtos transgênicos. Em 24 de abril de 2002, foi constituída a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre “Banhado dos Pachecos” dentro do Assentamento através da cedência pelo INCRA de uma área de 2543,46 ha para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, que desde então mantém no local um posto administrativo. A consolidação desta área como uma de unidade de

proteção integral gerou uma série de eventos e negociações sobre a gestão da água e o uso de agrotóxico, envolvendo diversos atores como: a COPTec, o INCRA, a Direção do Assentamento, Prefeitura Municipal de Viamão, a SEMA, o IPH/UFRGS e o Ministério Público Federal – MPE (DIEL, 2011). Em maio de 2005 foi realizada uma assembleia do assentamento onde ocorreu a fundação da Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé – AAFISE, com intuito de viabilizar a execução dos projetos do Plano de Consolidação de Assentamento – PCA/PAC. A associação contava com representantes dos 4 setores, organizados nos seguintes grupos de produção: Animais; Grãos; Mel, Peixe e Reflorestamento; Infraestrutura e Autossustento. Os grupos constituíram um fórum que ficou conhecido como o “Grupo dos 35” (DIEL, 2011).

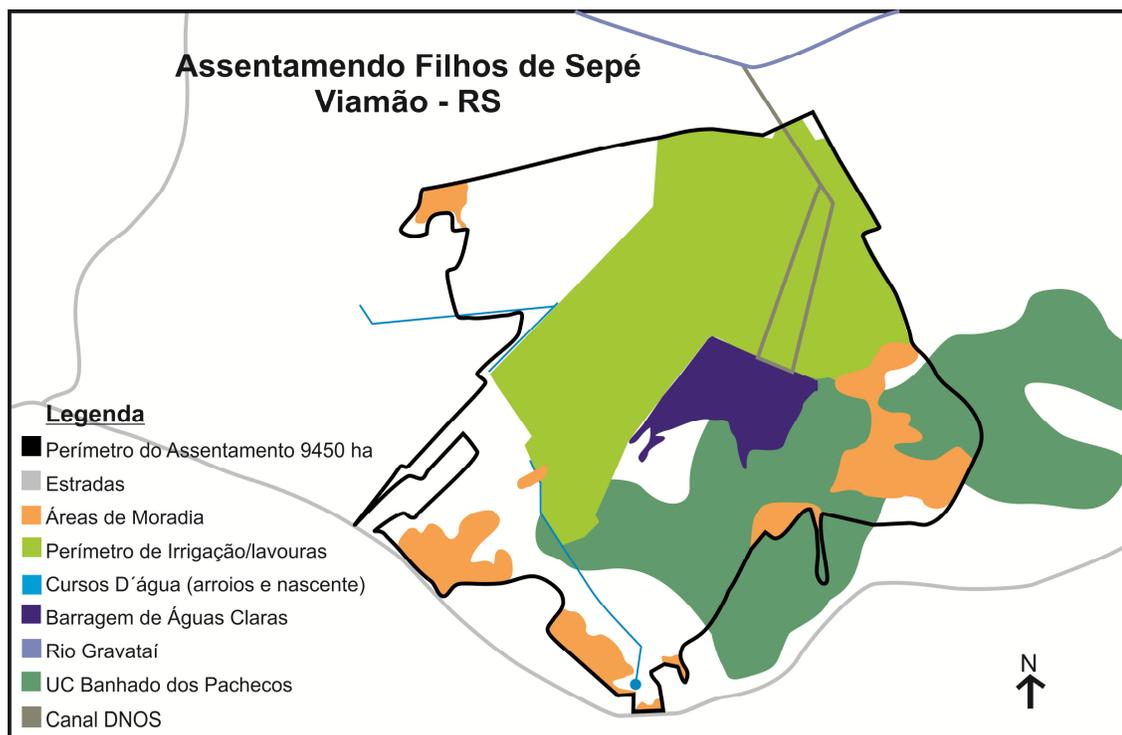
Em 2004, a Prefeitura de Viamão assinou um termo de cooperação com o INCRA para a elaboração do PCA com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento social, econômico e ambiental do assentamento. A empresa contratada - INFINDHA elaborou um documento extenso e extremamente detalhado, compilando documentações e levantamento de dados empíricos através de trabalhos de campo, entrevistas e realização de diagnósticos participativos com as famílias assentadas. Além de apresentar o contexto e as problemáticas vivenciados no assentamento. Foi através deste trabalho que pela primeira vez foram levantados dados mais sistemáticos sobre o contexto social das famílias através de um censo “casa a casa”. O documento finaliza apresentando projetos básicos do PCA/PAC do assentamento com objetivo de recuperar e adequar o sistema de irrigação e drenagem para que este atendesse a demanda dos usuários e garantisse o acesso equânime da água (INFINDHA, 2004).

Atualmente, o Programa de Apoio e Consolidação / Emancipação de Assentamento Filhos de Sepé esta sendo executado. Informações recebidas durante a pesquisa em campo sugerem que cerca de 30% das famílias trabalha integralmente fora do assentamento e, os 70% restantes possuem envolvimento com a agricultura, porém nem sempre de forma exclusiva. As principais atividades agrícolas praticadas no assentamento são: cultivo de arroz orgânico, fruticultura, produção de sementes para a Bionatur², cultivo de hortaliças, adubação verde, criação de gado de leite e corte, produção de mel e produções diversificadas para o

² Rede de Agricultores Assentados pela Reforma Agrária e Agricultores Familiares que produzem e comercializam sementes agroecológicas.

autossustento familiar. O mapa a seguir, Figura 2, apresenta de forma esquemática a área do Assentamento Filhos de Sepé.

Figura 2 - Mapa ilustrativo do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão, Rs.



Fonte: elaborada pela autora (2013)

4.2 Trajetória do Arroz Agroecológico

A planta popularmente conhecida como arroz, botanicamente é considerada uma monocotiledônea da Família das Poaceas. Conforme Botelho (2005), duas formas silvestres são apontadas como precursoras do arroz cultivado: a espécie *Oryza rufipogon*, procedente da Ásia, assim originando o *Oryza sativa*, e a *Oryza barthii* (= *Oryza breviligulata*), derivada da África Ocidental, dando origem a *Oryza glaberrima*. Entre os historiadores, não há consenso sobre a origem do cultivo. Alguns sugerem que teria sido em torno de 2.800 A.C. na China, já outros indicam que teria sido na Índia há 5000 anos (BOTELHO, 2005). A planta crescia a princípio em solos secos, mas através do cultivo foi se adaptando a um hábito semi-aquático,

sendo os grandes arrozais inundados desenvolvidos na China que a tornaram um dos cultivares de maior rentabilidade (CARNEIRO, 2003).

Apesar de ter chegado à Europa somente nos séculos VII e VIII com a ocupação árabe na Espanha, registros indicam que no Brasil o arroz era cultivado antes da chegada dos portugueses, sendo chamado de “abati-uaupé” (milho d’água) pelos tupis que colhiam em áreas alagadas próximas ao litoral (BOTELHO, 2005). Com a chegada dos portugueses, o cultivo foi lentamente se espalhando até que em meados do século XIX o país já era um grande exportador de arroz. O cultivo na região de Viamão remonta a chegada dos açorianos a partir de 1740, onde acontecia somente em terras secas, com pequenas safras que não atendiam a demanda do mercado da época, cerca de 50 toneladas no período da Independência que aumentaram para 160 toneladas com a chegada dos colonos alemães em 1859, chegando a atingir 250 toneladas em 1863 (MERTZ, 2002).

O arroz irrigado foi introduzido nos municípios de Gravataí e Guaíba no início do séc. XX, a partir de empresas alemãs com a aplicação de técnicas de irrigação, processos mecanizados e grandes investimentos financeiros. Buscando analisar o papel do Estado para o incentivo a orizicultura, Fagundes (2011) destaca a história do Instituto Rio Grandense do Arroz como uma entidade criada inicialmente pelo Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, em 1926, com o intuito de promover a pesquisa e a assistência técnica aos agricultores. Posteriormente, em 1938, é transformada no Instituto do Arroz do Rio Grande e somente em 1940 é que se torna o Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA, como uma entidade pública subordinada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Agricultura. Dessa forma, a criação do IRGA se destaca por ser anterior a de outros órgãos públicos que posteriormente tiveram como foco de atuação o fomento da agricultura, como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), em 1955, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA em 1972 e em 1977 a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS. A incorporação do IRGA pelo Estado sofreu influência do modelo produtivo incentivado na época a Revolução Verde, fazendo com que a produção cada vez mais se tornasse um cultivo de grandes áreas sendo necessários investimentos altos para a infraestrutura hidráulica além de utilizar o padrão tecnológico norte americano com máquinas de grande porte e insumos químicos (FAGUNDES, 2011).

De acordo com Fauth (2002), é somente a partir da década de 90 que o arroz se destaca na região, significando 3,2% dos 4,5% produzidos no Estado no período, tendo Viamão como o município mais proeminente representando 56% da produção regional em 1995. Em termos de produtividade, o cultivo na Região Metropolitana de Porto Alegre é muito semelhante à produção do Estado, gerando de 04 a 05 mil quilos por hectare, tendo atingido picos de produtividade superior como é o caso de Eldorado do Sul que entre 1990 e 1995 atingiu 6.928 quilos por hectare (FAUTH, 2002).

Conforme relatado anteriormente, a área atual do Assentamento além de ter características ambientais naturais propícias ao cultivo foi, ao longo dos anos, sendo cada vez mais estruturada como um espaço para produção de arroz. As primeiras experiências de cultivo do Assentamento Filhos de Sepé aconteceram ainda em 1998 por aqueles que já tinham uma experiência prévia, o grupo ficou conhecido internamente como “os Camaquã”. O plantio era feito de forma convencional³ e com uso de agrotóxicos. Para a safra seguinte - 99/00, o MST fez uma articulação com a Cooperativa do Assentamento de Charqueadas – COOPAC para que a área de cultivo fosse ampliada, porém sem o uso de agrotóxicos (INFINDHA, 2004; DIEL, 2011). No processo de criação do Assentamento havia sido definido que as áreas de várzea seriam de uso comum para que os cultivos acontecessem de forma coletiva, dispensando, portanto a necessidade de parcelamento das áreas. No entanto, os assentados apresentaram muita dificuldade em trabalhar nestes termos. Sendo assim, o INCRA propôs a divisão das áreas de várzea por setores e posteriormente as famílias se subdividiram em “bolsões”⁴ de plantio. Na safra seguinte, 2000/01 houve um leve aumento no número de famílias envolvidas com o cultivo e, a área de plantio ficou em torno de 600 ha, sendo estes totalmente realizados em sistema convencional, sendo grande parte sem agrotóxicos (INFINDHA, 2004). Nesse ano houve uma primeira experiência de administração do uso da água com a criação da Comissão da Barragem. Porém o grupo logo se dissolveu por não conseguir realizar de forma plena seu maior objetivo: a distribuição equitativa das águas (INFINDHA, 2004; DIEL, 2011).

³ Sistema que envolve preparos primário e secundário do solo, a semeadura do arroz em linha com semeadoras convencionais, e o estabelecimento de lâmina de água sobre o solo, 20 a 35 dias após a emergência das plântulas (BRASIL, 2005).

⁴ Os bolsões eram áreas de plantios coletivos, onde as famílias de um mesmo setor se reuniam por motivações distintas (afinidade produtiva, religiosa, ideológica, etc..), integrando os núcleos de base (INFINDHA, 2004).

Na época, a produção de arroz orgânico já vinha sendo praticada em vários assentamentos da região metropolitana vinculados ao MST, tendo sido criado o Grupo Gestor do Arroz Ecológico, apostando na produção de base ecológica como forma de efetivar sua territorialização (FAGUNDES, 2011). Para isso o grupo iniciou um processo de construção de saberes através de formações e da viabilização das estruturas necessárias para desenvolvimento do cultivo. Na safra de 2001/02, a área plantada em Viamão foi estimada em 1500 ha e começaram a surgir iniciativas de cultivo de base ecológica, com ações da COPTec (DIEL, 2011). Visto que os lotes não estavam divididos conforme as famílias, os plantios eram feitos através de acordos internos entre os assentados, sem haver uma discussão muito criteriosa sobre a capacidade de irrigação e a quantidade de área semeada. A falta de planejamento no uso dos sistemas de irrigação gerava conflito entre as famílias, pois cada agricultor buscava suprir sua necessidade de água não levando em consideração o processo coletivo. Somando a isso, a falta de habilidade no cultivo de arroz pela maioria dos assentados, a necessidade de renda e a facilidade de acesso às ofertas de trabalho da região metropolitana, fez com que muitos assentados começassem a se afastar da agricultura (INFINDHA, 2004; DIEL, 2011).

Por outro lado, a chegada dos produtores catarinenses que já tinham uma boa experiência com o sistema pré-germinado⁵ fez com que se proliferassem uma série de parcerias entre assentados e plantadores de fora que aconteciam em diferentes modalidades, envolvendo distintas etapas do processo. Porém, a maioria dos casos caracterizava uma situação de arrendamento, onde o arrendatário (assentado ou não) se responsabilizava por todo o processo produtivo e comercial, repassando às famílias beneficiárias dos lotes um pagamento que podia ser em porcentagem ou valor fixo por hectare. Em muitos casos as famílias assentadas nem mesmo tinham conhecimento da localização real de sua área de lavoura (DIEL, 2011).

Diante disso, a safra de 2001/2002 teve 20% do plantio em sistema pré-germinado e o restante em sistema convencional, com uma área total de 1500 ha cultivados, extrapolando o limite acordado entre INCRA e SEMA para utilização da água da barragem de 3,5 ha por família (DIEL, 2011). Assim, o nível da barragem

⁵ Definido no RS como um conjunto de técnicas de cultivo adotadas em áreas sistematizadas onde as sementes, previamente germinadas, são lançadas em quadros nivelados e inundados (BRASIL, 2005).

sofreu uma redução drástica e os conflitos pelo o uso da água se acirraram, havendo relatos de ameaças de morte e intervenções policiais (INFINDHA, 2004). Paralelo a isso, na mesma safra foram realizadas as primeiras iniciativas agroecológicas por influência da COPTec, onde uma associação foi criada por um grupo de assentados que realizaram experimentos com rizipiscicultura e produção de arroz associada com marreco-de-pequim (INFINDHA, 2004; DIEL, 2011).

A constituição da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre “Banhado dos Pachecos” intensificou as negociações sobre a gestão da água e uso do agrotóxico (DIEL, 2011). A área de plantio na safra seguinte 2002/03 foi ligeiramente menor, 1200 ha, apresentando uma maior variação nos sistemas de plantios: 40% no sistema pré-germinado, 30% no convencional e 30% de cultivo mínimo⁶. Já para a safra de 2003/2004 a área praticamente dobrou para 2259 ha.

Em outubro de 2004, uma segunda tentativa de gestão coletiva do sistema de irrigação e drenagem aconteceu com a criação de uma associação, que por falta de experiência técnica e financeira para desenvolver as atividades acabou sendo desconstituída antes mesmo de ser legalizada (DIEL, 2011). No mesmo mês, foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta entre a Prefeitura de Viamão e o INCRA com o objetivo de eliminar os danos ambientais na UC Refúgio de Vida Silvestre “Banhado dos Pachecos”, causados pela falta de fiscalização no local, utilização de fogo e de agrotóxicos, arrendamentos de terra e água, excesso de área cultivada e vendas de lotes. Conforme o Termo, o INCRA ficou obrigado a elaborar um estudo técnico de capacidade de irrigação da Barragem de Águas Claras até março de 2005, indicando a área possível de ser plantada sem que houvesse prejuízos para o ecossistema como um todo. Além disso, deveria também: dimensionar, num prazo máximo de 90 dias, corredores ecológicos; realizar até 31 de dezembro de 2004 a demarcação dos lotes e bolsões; apresentar proposta de viabilidade técnica de plantio de 1700 hectares de arroz para safra 2004/05, bem como fiscalizar o limite de área plantada; destinar servidor público para, no mínimo três dias por semana, fiscalizar as irregularidades e orientar as famílias sobre o uso sustentável dos recursos hídricos e das técnicas agrícolas permitidas no local. Já a Prefeitura de Viamão ficou responsável por contratar um topógrafo para contribuir nas demarcações dos lotes e bolsões (DIEL, 2011).

⁶ Sistema onde o solo é preparado no inverno-primavera, com um revolvimento reduzido do solo, antecedido à sementeira da cultura (BRASIL, 2005).

A safra 2004/05 teve uma área superior a 2540 ha de arroz irrigado cultivada com um alto grau de conflito entre os assentados. Somada a uma estiagem, isso provocou uma forte diminuição nos níveis de água em toda Bacia Hidrográfica do Gravataí colocando em risco o abastecimento nas cidades de Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão. Em resposta, o Ministério Público Federal - MPF e o Ministério Público Estadual - MPE determinaram o rompimento de estruturas que impedissem o escoamento natural das águas nos arroios da região em direção ao Rio Gravataí, resultando em perdas em lavouras que ainda necessitavam de irrigação (DIEL, 2011). Em abril de 2005 foram divulgados os resultados do estudo de capacidade de suporte de irrigação da Barragem, elaborado através de Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o INCRA e a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/Instituto de Pesquisas Hidráulica – IPH. O estudo indicou que o sistema não tinha condições de atender a totalidade da área e propôs 59 regras operacionais para a utilização da água. Entre as quais ficou determinado pela SEMA, a cota 11⁷ como limite ambiental para uso da água da Barragem sendo que as áreas a serem cultivadas com arroz deveriam estar abaixo da cota 10, para que possibilitasse a irrigação por gravidade determinando assim um perímetro de irrigação com 3400 ha, sendo a área máxima permitida para ser cultivada anualmente é de 1600 há (DIEL, 2011).

Em maio de 2005, o INCRA publicou um edital determinando a proibição do uso da água na produção de arroz até o momento da criação de uma associação que tivesse condições de receber do INCRA a concessão para gerir os recursos hídricos do assentamento. Buscando atender esta exigência, foi criado o Distrito de Irrigação como uma associação civil constituída pelos agricultores irrigantes, tendo como objetivo a administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e o rateio das despesas destas atividades, sendo a participação das famílias compulsória (DIEL, 2011).

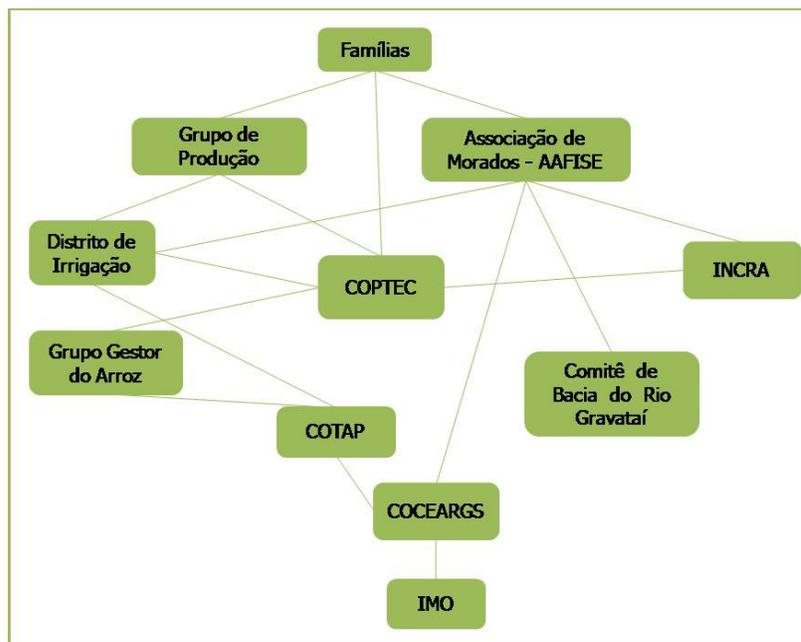
Para a safra 2005/06, todas as famílias tiveram a possibilidade de cultivar arroz, sendo que para tanto foi implementada a obrigatoriedade de apresentação de projetos de plantio (coletivos ou individuais), a serem avaliados por uma comissão

⁷ Cota altimétrica é uma medida topográfica de um determinado ponto do terreno em relação a altitude de um ponto de referencia, normalmente o nível do mar, permitindo a identificação dos desníveis do terreno (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, ?)

de julgamento composta por representantes do INCRA, um técnico do Convênio INCRA - FAURGS/CECO, um técnico da COOPTEC, e um representante da chefia da UC “Banhado dos Pachecos” (DIEL, 2011). Em 2006 o processo de gestão da água começou a avançar e demonstrar resultados. A gestão seguiu os critérios definidos na safra anterior, porém o recurso para o pagamento dos custos com equipe técnica e gastos administrativos passou a ser viabilizado com a taxa paga pelos camponeses pela irrigação (05 sacas de arroz por hectare). O Distrito de Irrigação passou a ser órgão auxiliar da diretoria da AAFISE e esta passou a ser concessionária do INCRA para realizar a gestão da água no Assentamento (DIEL, 2011).

Somente em 2007, nove anos após as famílias serem assentadas, foi concluída a divisão dos lotes da área de várzea, ficando definido que apenas 256 famílias teriam áreas dentro do Perímetro de Irrigação, podendo assim cultivar arroz (DIEL, 2011). Em março de 2008, através de fotos de satélite de alta resolução, o INCRA fez uma análise dos lotes com plantio de arroz, e verificou que dos 186 lotes com lavoura, 142 foram considerados em situação de irregularidade. Em consequência disso, houve uma ação judicial envolvendo força policial (a Polícia Federal e a Brigada Militar) que resultou na apreensão de 1240 ha de arroz. A ação foi justificada pelo INCRA pelo descumprimento dos critérios para cultivo de arroz irrigado, em especial: o excesso de área plantada, plantio sem projeto, uso de agrotóxicos, arrendamento e o não encaminhamento de certificação de produção orgânica (DIEL, 2011). A ação judicial foi impactante para o conjunto do Assentamento e dos atores, visto que envolveu inclusive força policial e acarretou na retirada de cerca de 40 famílias. Desde então, a certificação orgânica tem sido uma exigência para a permanência das famílias, processo que tem sido feito pelo Instituto de Mercado Ecológico – IMO, sendo a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rido Grande do Sul - COCEARGS a mandatária. O processo de produção passou a ser organizado em grupos de produção e o manejo passou a ser 100% de forma agroecológica. Através de representações, os grupos de produção compõem o Distrito de Irrigação e o Grupo Gestor do Arroz. O organograma abaixo (Figura 3) ilustra a rede de instituições envolvidas no cultivo de arroz agroecológico.

Figura 3 – Representação da rede de instituições envolvidas no cultivo de arroz agroecológico do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão.



Fonte: elaborado pela autora (2013)

A partir de relatórios técnicos e dados levantados durante o campo, 90 famílias estiveram envolvidas com a produção Agroecologia do arroz na Safra 2011/2012, organizadas em nove grupos. A seguir, no quadro 1, apresentamos alguns dados básicos dos grupos de produção.

Quadro 1 - Dados básicos de perfil das famílias produtores de arroz.

Grupo	Número de famílias	Área total cultivada (ha)	Variedades Cultivadas	Produção estimada (sacas)	Famílias já certificadas
Grupo 1	15	182	417 e 108	9450	80%
Grupo 2	10	121	417	4550	60%
Grupo 3	10	104,9	417 e 108	7232	70%
Grupo 4	10	109,15	417 e semente de 417	8415	100%
Grupo 5	12	139,6	417, 108 e semente 108.	10292	83%
Grupo 6	8	73,5	109, 417 e 424	6072	100%
Grupo 7	12	100,04	417 e cateto	6300	100%
Grupo 8	4	47	417 e 108	4000	100%
Grupo 9	9	112,6	417	3204	88%
Total	90	989,79	5	59515	

Fonte: elaborado pela autora (2013)

Os grupos apresentam diferentes formas de organização e divisão de trabalho, identificamos pelo menos três tipos. Um dos grupos tem uma proposta

realmente coletiva entre as 18 famílias: os bens do grupo foram adquiridos de forma coletiva e os recursos são também divididos de forma igualitária, tanto os custos de produção como os lucros da venda do arroz. A cada safra, o grupo elege três ou quatro agricultores para realizarem o preparo da terra e plantio de forma assalariada pelos demais e um assentado faz a parte administrativa. “Estamos feliz com esse momento de hoje, estamos crescendo muito ligeiro, conta de água, de distrito tudo certinho! Todos participam, quando fazemos prestação de conta todos os companheiro participam, não é individual É só no coletivo!” (Clóvis)

Outros grupos se organizam de forma coletiva muito mais em função do processo administrativo, apresentando no manejo pouca afinidade na forma de trabalho e, portanto uma baixa cooperação são os “coletivos individuais”:

É que eles querem que nos trabalhemos em, no mínimo cinco famílias. É coletivo mais é individual! É um grupo coletivo pra busca semente, os recursos da cooperativa. Mas a gente se ajuda para plantar, fica na mesma boleia. (ARLINDO, 2012).

Precisava de um coordenador. Eu só ajudei ele no ano passado, só ajudei! Eu nunca plantei com ele. Eu tava no grupo de pegar recurso só, custeio, mas não por trabalhar. Até trabalhei para ele mas não mais, o pensamento é muito diferente do meu pensamento de como eu acho que deve ser. Não que eu sou muito mais que os outros, mas no meu entendimento a sociedade ta formada assim, quanto menos incomodo vai dar! Imagina todo mundo ir lá e cobrar? Não, vamos passar para um e ele passa para os outros.... Deviam passar para todo mundo, todos tem o mesmo direito! Então eu tive dificuldade nesse sentido ai... Não quero outro também, vou me virar por conta mesmo! Eu não queria assumir de coordenador, então ta bom! Mas estar num coletivo é bucha, tudo é dificultoso...(HORÁCIO, 2012)

É os mesmos que plantava desde o inicio, desde que nos chegamos aí! Desde que chegamos somos os mesmos! Tivemos várias mudanças na forma de trabalhar, mas sempre os mesmos entendeu? Nós nos conhecemos no acampamento, antes disso cada um era de uma ponta. Deu certo, sempre certo. É claro sempre tem alguma coisinha para a gente ficar melhor, né? Mas o espírito é o mesmo entendeu? Somos sócios das maquinas, daí fazemos o planejamento e cada um planta o seu lote. A gente faz uma escala de como as máquinas vão trabalhar e daí cada um toca o seu. Mas, se um precisa de uma mão do outro, ele ta sempre ali! A gente troca serviço, troca o que for preciso. Mas cada um faz a sua lavoura (ALFREDO, 2012)

Existe ainda um terceiro tipo de dinâmica entre os grupos onde o processo é concentrado em um número bem menor de famílias dentro do grupo, sendo apenas um ou dois envolvidos com o plantio.

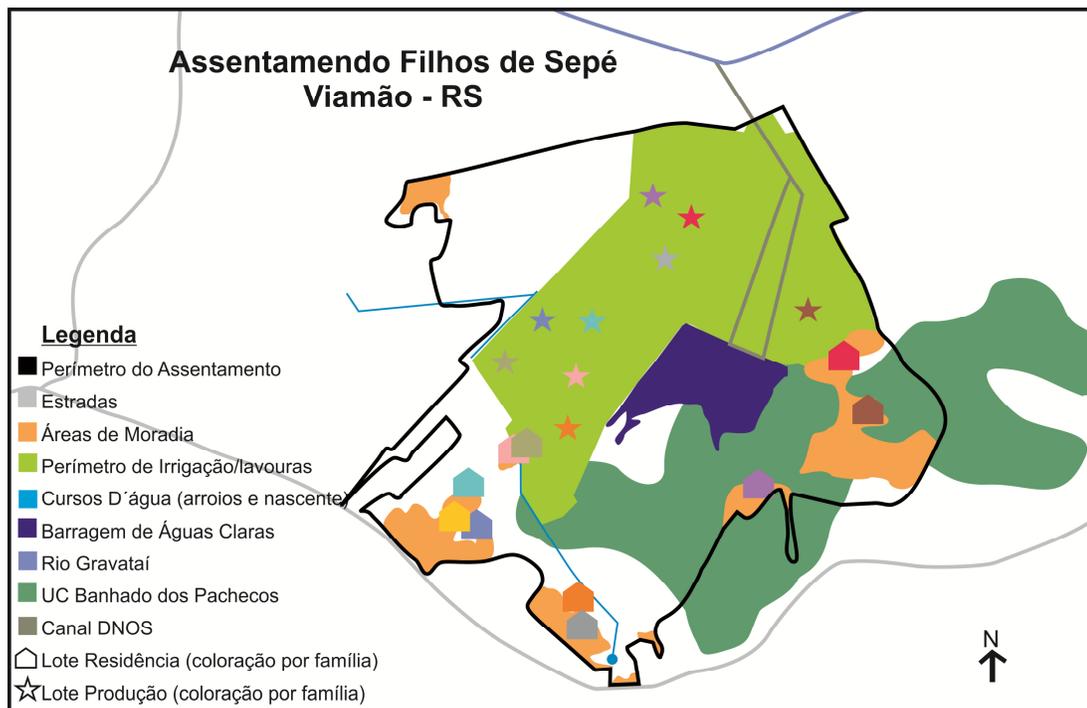
O grupo se organiza nessa parceria que a gente tem, a parceria da organização é passada para todo mundo. Vamos dizer que fazemos tipo

uma prestação de serviço pra eles no caso, até semeia o resto é contigo, entendeu? Mas sai tudo no nome dele! Tudo no nome dele igual, a cooperativa só faz nesse sistema ai (NESTOR, 2012).

O pessoal quer planta e não tem maquina, daí a gente trabalha no sistema de parceria, faz as terra e acerta na colheita, para poder desenvolver mais o projeto, mas sai tudo no nome da pessoa. (ALCEU, 2012)

A variação do tamanho dos lotes de moradia é de 1 ha até 5,5 ha, sendo o tamanho do lote residencial proporcionalmente inverso ao do lote na várzea onde o menor é de 11 ha e o maior de 14, compondo uma média de 15 hectares por família. A distância entre a casa e a área de plantio na várzea varia entre 4 e 18 km. Visto essa característica dos lotes de residência distantes das áreas da lavoura, identificamos um afastamento do espaço de moradia com o espaço de trabalho não só de forma física, mas também no cotidiano das famílias, ainda que expresso em diferentes intensidades. As famílias que residem no setor A e tem sua fonte de renda exclusivamente do cultivo de arroz, tem uma relação diferenciada, talvez privilegiadas, com a lavoura já que estão a poucos quilômetros de distância e por isso podem se deslocar para a lavoura ao longo do dia, mas retornar para casa para fazer as refeições e dormir com a família. Isso possibilita que o processo da lavoura não interfira com o convívio familiar e que os agricultores possam se envolver no cotidiano familiar. Já, as famílias que residem no setor C e D ficam mais distantes da lavoura, e em épocas de trabalho mais intenso os agricultores se mudam para a lavoura deixando a família por dias. A figura 4 abaixo ilustra no mapa do Assentamento a localização aproximada das casas e áreas de lavoura das famílias pesquisadas, sendo a mesma cor utilizada para identificar as distintas as áreas da família.

Figura 4 - Localização aproximada das casas e áreas de lavoura identificadas pela mesma cor.

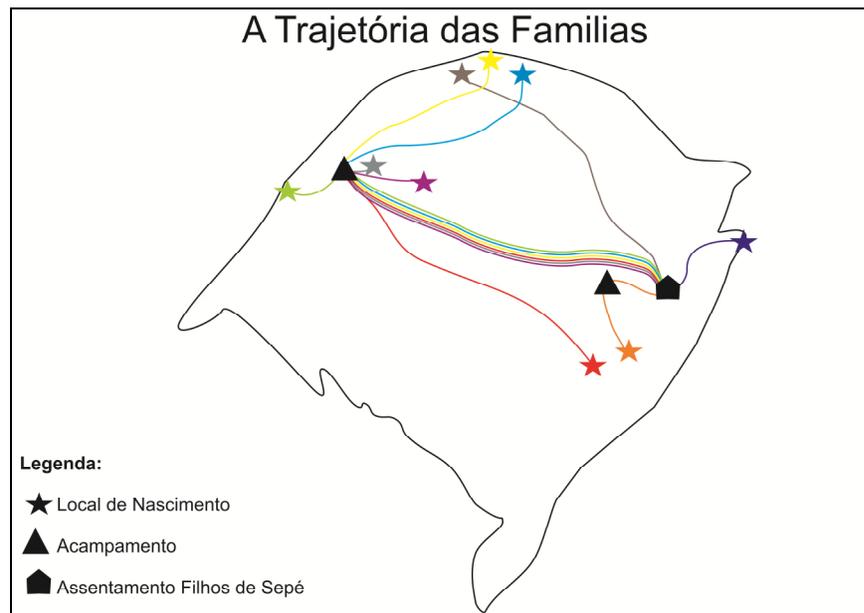


Fonte: elaborado pela autora (2013)

4.3 A Trajetória das Famílias

Para a realização da pesquisa, trabalhamos com nove famílias buscando uma representatividade de cada um dos grupos e para as elaboramos de um perfil mais detalhado e um resgate de suas trajetórias. As nove famílias tem origens em nove municípios do Estado, todas tem um histórico famílias de envolvimento com a agricultura e tem familiares assentados ou envolvidos com o MST. Entre os entrevistados, apenas duas famílias não passaram por acampamento sendo que uma delas encontra-se em situação de regularização e a outra é um jovem que cresceu no Assentamento de Viamão. A maioria dos assentados esteve acampada em Santo Arlindo das Missões, porém, uma família esteve acampada em Charqueadas (Figura 5).

Figura 5 - Mapa ilustrativo com as trajetórias das famílias participantes da pesquisa.



Fonte: elaborada pela autora (2013)

Apesar de todos entrevistados serem assentados e filhos de agricultores, no desenrolar de cada história fica evidente a heterogeneidade dos atores, seja pelas origens ou ainda pelas diferentes reações às situações vivenciadas. Os relatos a seguir dão vida às seções anteriormente apresentadas, ilustrando nas narrativas a perspectiva pessoal de como os fatos foram sendo percebidos e vivenciados pelos assentados.

4.3.1 A lida é muito bonita!

Eles se conheceram em um baile e já estão juntos há 35 anos. Telmo e Lara nasceram em Joia, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul na década de 1950. Lara vem de uma família grande com oito irmãs e quatro irmãos. Telmo por sua vez nasceu em uma família menor com apenas duas mulheres além dele. Filhos de agricultores, ambos viveram uma infância rural e muitas das lembranças estão associadas ao trabalho na lavoura e as dificuldades de uma vida precária. A soja era o principal cultivo na região, mas também plantavam alimentos de auto-consumo.

Nos criamos na lavoura mesmo, naquele tempo não tinha máquina de colher, era tudo de muque! Tu cortava soja de foicinha e fazia os montes, agora tudo é fácil. Nós tinha terra longe, dava uns 10-12 km. Nós ia de

trator, uma ficava em casa, fazia comida, lavava roupa, fazia de um tudo e as outras iam para lavora com o pai e a mãe.... Às vezes trovoava à noite que iria chover, o finado pai nos tirava tudo da cama, nos ia lá triava e recolhia tudo... Trabalhava pareinho com o pai na lavoura (LARA, 2012).

Trabalhava de tarde e de noite também trabalhava. Tinha que ir até na lavoura debulha soja de noite. Sofremos muito, carpia, também lavrava com boi, Ih! Hoje temos bota! (TELMO, 2012)

Na época, Joia ainda não havia sido emancipada como Município e todos os recursos eram distantes, desde a assistência à saúde, à escola - a mais próxima ficava no Município de São José. Assim, a dificuldade de acesso somada à necessidade da mão de obra para a família fez com que não completassem o Ensino Fundamental, ele cursou até a 3ª série e ela até a 5ª série.

O nosso colégio era longe, era pra mais de 10 km. Nós ia a pé! Tinha tempo de frio, então nós ia, que antigamente não era igual que agora: pega o ônibus na porta da casa e sempre bem vestido. Nós era em 12 irmãos. Então, nós ia, chegava às vezes no colégio duro de frio assim, com os dedinho duro de chinelinho de dedo. Quando chegava lá a professora mandava nós volta, às vezes, porque chegava atrasado na aula. Às vezes chegava lá chorando de frio. Nós éramos pobre, o pai criou 12, pensa bem! Então, chegava lá com frio, gelado. Hoje eles têm mais mordomia, não passa o tanto que a gente passava quando a gente era pequeno! Naquele tempo tudo era mais difícil, roupa, calçado, material, agora é tudo mais fácil, às vezes ganham até, assim mesmo não sabem aproveitar (LARA, 2012).

Lara também relata as brincadeiras, a mais frequente entre as meninas era brincar de casinha, construída com maricás – vegetação abundante na área. A brincadeira geralmente acabava quando os irmãos chegavam, desmanchavam tudo e deixavam as meninas chorando. Telmo, por sua vez, sempre adorou jogar bola. Desde os 8 anos jogava como goleiro em torneios locais e regionais. Foi assim que aos 17 levou um “coice” de outro jogador e precisou ficar uns alguns anos sem jogar bola. Ele conta com orgulho que aos 26 anos ganhou um prêmio em um torneio regional, por ser o único goleiro invicto do campeonato onde chegou a jogar com o Dunga em Ijuí, de quem conhece toda a família e gostaria de algum dia reencontrá-lo.

Lara lembra que o pai era bastante conservador e tradicional. Para ir aos bailes recebiam muitas recomendações e só podiam ir acompanhadas por ele. Quando decidiram casar, ela tinha 19 e ele 25 anos. Logo que casaram, foram morar com a família dele e trabalhavam juntos na lavoura. Tiveram dois filhos, uma menina – Carla e um menino – Tiago. Envolvidos sempre com a agricultura, trabalhavam com agrotóxicos na produção de soja, milho, trigo, alho, entre outros. Tinham também gado de leite e entregavam seus produtos a uma cooperativa local. Foi a

falta de terra e a dificuldade de se manter que motivou a entrada no MST, do qual ouviam falar pelos amigos. “Nós era agricultor, mas era arrendado. Tinha que pagar arrendamento, maquinário, no fim do ano não sobrava nada para nós. Eu quis acampar para poder pegar terra para nós, para não pagar arrendamento” (TEODORO, 2012).

Telmo demorou a ir acampar porque Lara não queria que ele fosse: “Podia fazer uns cinco - seis anos a mais que ele podia tá assentado, só que quando ele quis eu não deixei ele ir, não queria que ele fosse” (LARA, 2012). Ele justifica a apreensão da esposa dizendo: “lá não tava bem organizado ainda, tinha que sair e invadir fazenda, davam tiro na gente”. Em 1997, foi para o Acampamento de Santo Arlindo das Missões. Lara ficou em casa cuidando dos filhos. Ele logo conseguiu a liberação da Direção do Acampamento para trabalhar e juntamente com outros assentados viajavam para Vacaria para trabalhar no cultivo de maçãs, onde faziam diferentes atividades, sendo que o “manejo” com agrotóxicos era o principal: “mais era passá veneno, de noite, de dia” (TEODORO, 2012).

Depois de um ano, foi sorteado para o Assentamento em Viamão junto com boa parte dos demais acampados. O início foi difícil, não havia casas para todas as famílias. Até as primeiras estruturas serem feitas, boa parte das famílias precisou ficar acampada: “nós moramos um ano lá em baixo, aqui era tudo mato. Daí começaram a derrubar, daí vinha um, depois vinha outro. Cada um fazia seu barraquinho” (LARA, 2012). Nessa época, a filha já estava casada e Tiago ainda morava com eles, tinha 12 anos. Logo que as famílias chegaram, houve uma grande cerimônia de crisma para as crianças. O lote de moradia que receberam fica no setor A. A primeira morada ali foi em um galpão. Com o recurso do primeiro crédito, fizeram uma casa de madeira e com o tempo foram organizando o terreno, tirando um pouco dos eucaliptos, estruturando as áreas de horta. Também receberam uma área de 14 ha na várzea, dentro do perímetro de irrigação. Não quiseram plantar arroz no início, preferiram colocaram gado e plantar cultivos de sequeiro como; milho, pepino, melancia, feijão. Porém, problemas com o roubo de gado fizeram com que ele retirasse o gado da várzea e iniciasse o plantio de arroz.

No entorno da casa, o casal mostra um ótimo aproveitamento do terreno. Receberam um novo crédito e construíram uma casa melhor, de alvenaria. Ao lado, tem um pequeno galpão com um forno e fogão de barro, que nos dias frios serve de cozinha para Lara. No pátio, ele construiu estufas para a produção de sementes e

um chiqueiro com um porco. A área de cultivos também é bem organizada, no lado esquerdo da casa ficam “os arvoredos”, nos fundos tem várias hortas para a produção de verduras, sementes, plantas medicinais e também as caixas de abelhas. Na frente uma horta para consumo próprio e uma horta de flores. Além da produção do arroz, eles também geram renda com as feiras (hortaliças, frutas e mel) e venda de sementes para Bionatur. Telmo é aposentado, benefício que Lara deve receber no próximo ano. Para uma renda extra ela faz algumas faxinas como diarista em condomínios do entorno.

A idade já influencia na saúde, uma das principais motivações para frequentar a cidade. Há 5 anos ele teve um aneurisma e também já retirou um câncer de pele. Lara está há dois anos em uma fila de espera para poder operar a vesícula. Ao falarem da vida atual, demonstram satisfação em especial com o tipo de agricultura praticada e como isso tem influenciado suas vidas:

Naquele tempo se botava veneno, mas se fosse pensar mesmo como hoje a gente pensa, acho que a gente tinha feito sem veneno também lá atrás. Tem muita coisa que dá para fazer sem o tal de veneno. (LARA, 2012).

Aqui a gente tá bem melhor do que lá. Lá só usava veneno e aqui nada de veneno. Isso foi uma grande vantagem para nós, não usar veneno. Lá só usava veneno, veneno, veneno, veneno! Isso tava estragando a saúde de nós lá! Eu gosto da lida, ela é muito bonita. Eu to com 60 anos e nunca aprendi tanta coisa como tão nos ensinando hoje, meu Deus do Céu! (TELMO, 2012)

4.3.2 O melhor lugar pra viver

Nestor e Márcia chegaram ao Assentamento de uma forma bastante distinta dos demais. A família é, entre as entrevistadas, a única em processo de regularização com o INCRA. A entrada se dá após o falecimento de um assentado que era parente da Márcia. Como os filhos do falecido são menores de idade, a família passou uma procuração para eles cuidarem do lote, “eles iam perder o lote, daí tinha que colocar família em cima” (MÁRCIA, 2012). Além disso, na época enfrentavam dificuldades para se manterem na agricultura. A história pessoal como plantadores de arroz e o tipo de agricultura praticado no Assentamento foram decisivos.

Lá onde a gente morava, tava ruim para plantar arroz, ruim de terra. E com essa lei que tem que ficar longe 100 m do rio ficou pior ainda, porque a gente era de perto do rio... Valeu a pena pra começo porque aqui não pode

usar o veneno né. Muito melhor pra os meus filhos, nossa família que trabalha aqui (MÁRCIA, 2012).

Ambos vêm de famílias de agricultores da região de Torres, no Litoral do Norte do Estado. Cresceram na lavoura, plantando arroz: “a gente não tinha empregado, desde pequeno nós na lavoura” (MÁRCIA, 2012).

A minha vida todo eu planto arroz, a minha vida toda! Aprendi com meu pai, mas só que era um sistema diferente, era maquininha sabe? Mas bem nas antiga assim, não usava. Acho que ele não usava o veneno porque eu acho que não existia. Eles botavam até as coivara que meu avô até falava, eu lembro. Mas no tempo do meu pai já usava os herbicida (NESTOR, 2012)

Ambos frequentaram a escola somente por um tempo quando eram pequenos:

Fui até a 6ª série, parei! Onde nós morava era é muito longe, não tinha esse negócio assim de ônibus parado na porta. Tinha que andar! (MÁRCIA, 2012)

A vontade era pouca, fui até a 5ª. Eu lembro que eu apanhava da mãe pra ir pra colégio, apanhava. Pra ti ir vendo como é as coisas. Hoje faz falta pra gente! (NESTOR, 2012)

Conhecem-se desde a infância, são parentes distantes. Ainda em Torres, tiveram quatro filhos. Os mais velhos, são gêmeos, e hoje estão com 20 anos. Desde pequeno, Fabio tinha problema nos rins e precisou fazer um transplante há alguns anos atrás. Ele é o único que frequenta a escola ainda, cursa o 2º grau à noite. Como esse ano o ônibus “ainda não entrou” no setor de moraria deles, o pai leva e busca o filho de moto.

Tem que estudar! Tudo que a gente puder fazer, vamos fazer! É muito esforçado, é muito bom, passou de ano! Até a hora que a gente puder bancar, vai estudar! Eu quero que estude, eu não estudei. Faço muita questão que ele estude, para ser alguém na vida, tem que ser! (NESTOR, 2012)

Os outros filhos trabalham na lavoura, Fernando (20 anos) e Everton (19 anos) plantam, fazem os adubos preparados, dirigem as máquinas. Já, o mais novo – Marcos, com 16 anos, é o aguador. “Eu já deixo a comida deles prontinha de noite. De manha, levanto, faço café e boto na mochila. E aí, eles vão pra roça e só volta de noite, é dia todo na lavoura” (MÁRCIA, 2012).

É evidente o orgulho que os dois têm dos filhos e como vêem a sua estada no Assentamento como algo importante para o futuro deles.

Tem muito jovem aqui dentro. Aqui (no setor D) tem muito e são tudo amigo. No começo, nós fizemos um dobrado, porque olha que essa nossa casa pequenininha aqui, era tudo cheia dos amigo dos guri! Todo mundo, a casa vivia cheia. São tudo amigo aqui! Tudo rapaz bom, gente trabalhadeira, tudo trabalham, ninguém fica vadiando aí! Nós agradecemos de tá aqui com os guris porque nesse mundo o que tem pra fora aí de droga, essa coisarada. Deus o livre! (MÁRCIA, 2012)

Esse era um incentivo que se tivesse a oportunidade pra gente falar, tamo falando pra ti, lógico. Mas se nós pudesse falar, o INCRA tinha que escutar uma coisa dessa aqui. Como é que a gente vai da oportunidade pros filho da gente? Tudo isso que a gente tá falando, isso tudo é para o futuro deles! Eles tão aqui aprendendo com nós, bastante mais avançado do que nós! Sabe, às vez ai até já paro...já dou uma escutada nos guri, porque tão mais avançado nesse plantio do que eu já. (NESTOR, 2012)

Desde que chegaram em 2009, buscaram fazer da casa e do lote seu espaço de vida e trabalho. Desde o primeiro ano, plantam arroz com a procuração da família do falecido. A família conta como contribuiu para o desenvolvimento do lote, tudo feito com trabalho pessoal, pois por não serem assentados regularizados não possuem direito aos créditos. O pátio foi limpo e organizado, uma horta de auto-consumo estruturada nos fundos, uma área de pomar, o galpão para guardar as máquinas e a casinha de madeira foi ampliada. Quem cuida da horta é a Márcia e o Fabio. Nestor é coordenador de um dos grupos de produção do arroz e faz parte do Conselho do Distrito de Irrigação. A família também contribuiu para o processo de manejo do arroz, dizem que trouxeram o manejo com o Marreco de Pequim, prática até então não realizada no Assentamento. Outra inovação é a presença da família como um todo na lavoura. A Márcia é a primeira mulher que se envolve de forma direta.

Na época de cuidar marreca na roça, a gente vai e dorme lá. Durante o dia também, precisa ajudar a cuidar dos passarinhos que comem, daí eu vou prá lá também. Ninguém ia, quando souberam que ia para lá ajudar a cuidar teve outras que foram umas duas vezes e depois não foram mais. Eles se admiraram, mas eu vou junto lá! A gente tem uma casinha pequenininha, a gente leva colchão, faz comida (MÁRCIA, 2012).

Porém, no que diz respeito à influência do Assentamento na vida dessa família, a satisfação com a vida atual sempre aparece em contraste com a experiência do passado.

Antes nós plantava o convencional que de tudo podia. Pensa em um cara mal, os órgãos parando de funcionar assim tudo, por veneno de arroz mesmo e fumo essas coisa assim! Porque a gente já sofreu isso e sabe! Sabe que o é isso aí! (NESTOR, 2012).

A saúde da gente não tem comparação! Porque lá a gente via muitos casos das pessoas baixar hospital aqui em Porto Alegre, porque passavam mal lá e eles mandava pra cá pro hospital por causa dos veneno da lavoura que botavam. Só para ti ter uma ideia quando a gente sai daqui e come tomate, que tu compra no mercado, sai umas bolas nele de cocera. Os nossos aqui plantados nunca deram nada nele (MÁRCIA, 2012).

Em uma de nossas conversas o clima estava bastante tenso, pois pela primeira vez o projeto de plantio para a safra seguinte não foi aprovado pelo INCRA, questionando a permanência da família no Assentamento. Segundo eles, o INCRA sempre soube da existência deles ali. Relatam visitas que receberam, citando nomes de funcionários e não entendem como o Instituto pode alegar não saber do caso deles. A possibilidade de serem retirados impactou a família.

Hoje, não temo legal porque temo nessa agonia. Até foi bom que tu veio assim pra gente conversar, o cara desabafa um pouco. Bah! Porque eu vou ti dizer: a cabeça da gente fica... Nossa, a gente fica numa tristeza, uma alegria. Uma vontade do cara, que nem diz o outro, dá uma vontade de morrer até numa hora dessa. Que bah, tu tá loca! Mas tudo com fé em Deus. Se não der certo, vai ter que dá de qualquer jeito! Nós somos sem terra também! Se nos mandaram embora daqui vamos pra onde? Deus o livre se a gente vai sair daqui. Bah! Não tem lugar melhor que esse pra gente viver (NESTOR, 2012).

Essa forma diferenciada de chegar ao Movimento, sem passar pelo processo de Acampamento, evidencia as impressões prévias sobre o Movimento que se romperam no convívio com os demais assentados.

Nós fomos muito bem recebidos pelas pessoas daqui. É bem diferente. Como tem gente boa aqui dentro, tem gente ruim. Mas também tem lá na vila, na cidade, é assim. Antes falava num assentado, num sem terra, era o fim da picada! Mas só tu estando dentro para ti saber o que é, o que não é, como funciona. Quem é de fora não conhece! No começo, foi estranho, porque tu tem que participar. Tu não pode ficar isolado, sozinho. Tu pensa: eles precisam de ti, mas tu precisa deles também, então tem que acompanhar (MÁRCIA, 2012).

Da vida que levavam talvez o que faça mais falta hoje sejam as roscas de polvilho: “Minha nossa, pensa que coisa tão boa! Aqui a gente não acha essas roscas de lá pra ti comprar. Tu até fala num lugar aí, eles ficam olhando pra ti que roscas?” não sabe o que é?” (NESTOR, 2012)

4.3.3 Uma luta boa de pelear e vencer

O casal Alceu e Ana são naturais de Tapes e Barra do Ribeiro, respectivamente. Coincidentemente, ambos vêm de famílias de agricultores com 9 irmãos. Desde pequenos trabalharam com o cultivo de arroz, sempre dependendo do arrendamento de terras para trabalhar: “o pai trabalhava em lavoura, cuidando de água, em granja... Naquela época tudo era braço, mas sempre trabalhando de empregado” (ANA, 2012)

A experiência de arroz orgânico que eu tinha era de quando eu era pequeno e trabalhava com o meu pai. Naquela época a gente plantava e nem sabia que era orgânico. Não usava veneno, nem tinha. O adubo que a gente usava era que nós ia pros campos e juntava osso, moía e usava. Nem que quisesse usar químico, não tinha (ALCEU, 2012).

Ele foi morar em Barra do Ribeiro, lá a conheceu e casaram-se. Tiveram dois filhos, um casal. Nessa época Alceu tinha se afastado da agricultura e estava trabalhando em metalúrgicas. Um tempo depois abriu uma oficina mecânica e voltou a plantar arroz: “sempre gostei, a gente se criou naquela lida”. Estava plantando arroz em Eldorado do Sul, quando se envolveu com o MST.

Eu tava plantando ali em Eldorado, na fazenda da Eliane Eder. Ali em Eldorado, é bem perto do Assentamento. Aí eu puxava água do Guaíba e o pessoal do Assentamento não tinha como aguar a lavoura, não tinham água. Então eu cedia água para eles. E eles sempre me convidavam, diziam: quando sair um acampamento tu vai pra lá para ti não trabalhar mais com terra arrendada. Eu arrendava terra para plantar e nem tinha ideia de ir para acampamento. Daí eu disse: não quando sair um bem pertinho aqui eu vou! E ficou aquilo... E deu acaso de sair ali na BR 290 em Charqueadas, fizeram acampamento ali. Era mês de agosto. Aí quando eu vi eles chegaram lá e disseram: “nós não viemos nem convidar, viemos te buscar porque tu disse que quando saísse perto tu ia”. Daí nos pegaram, eu e o Lauro, o meu guri. Então vamos! (ALCEU, 2012)

Ficaram cerca de um ano acampados. Porém, a necessidade de renda fez com que Alceu fosse logo liberado para trabalhar nas lavouras de arroz dos Assentamentos da região. Ana ficou no acampamento em turno integral.

Quem ficou de titular no lote fui eu porque o Alceu ia trabalhar. Então quando o INCRA ia lá era tudo comigo, vem tudo no meu nome... Acabei eu ficando acampada, porque o Alceu conseguiu liberação para trabalhar. Não foi fácil, não foi mesmo! Mas eu não me arrependo! Às vezes tem as dificuldades daí eu penso: “não, a gente passou tanto trabalho para chegar até aqui, não pode se abandonar as coisas” (ANA, 2012).

Após um ano acampados, ficaram sabendo sobre um lote vago em Viamão: “agente sempre queria um lote na região e mais para o plantio de arroz” (ALCEU, 2012)”. Em 2000, foram assentados por ata, um processo onde através de reuniões tanto no acampamento como no assentamento a família era aprovada, constando em ata a autorização das diretorias de ambos os espaços. A precariedade de estruturas no lote tornou a chegada ao acampamento difícil e neste momento o apoio da família foi essencial:

Foi bem difícil! Não tinha água, não tinha luz, não tinha estrada. Quando nós chegamos aqui, naquela casinha que tinha ali... cheguei muito desolada porque não conhecia ninguém aqui, era só mato. Minha filha ficou chorando lá... Achou que nós vinha mal para cá, não tinha recurso, não tinha nada. Daí, no dia que nós chegamos aqui, nós passamos ali, que meu irmão mora ali em Viamão e avisei ele: “tamo indo”. No outro dia que nós chegamos aqui, os vizinhos vieram ajudar nós...o coordenador do grupo, Seu Bruno na época, e o filho dele vieram. Não tinha janela na casa, nós trouxemos uma loninha, fizemos as janela de loninha. Daí quando eu olhei lá para cima, muito desolada, não tinha onde tirar uma água sabe como é? A gente se sente assim né: “Meu Deus do céu, como será que nos vamos conseguir ficar aqui?” A gente já não era muito criança. Aí quando eu olhei lá pra cima, a lomba lá, enxerguei uma caminhonete rural parada lá, dai eu disse: “parece a caminhonete do meu irmão, mas não é capaz não!” Quando eu vi eles vinham chegando mato adentro, porque não tinha estrada, não tinha nada... Mato a dentro os dois, vinha eles! Um com uma panela na mão, uma galinha, um pacote de arroz em baixo do braço (risos) e um litro de refri... Aquilo foi uma alegria tão grande para mim, parece que eu nasci de novo. Pensei não estou sozinha, tenho gente do meu lado! (ANA, 2012)

Ainda que o Assentamento já existisse há dois anos, a demarcação de terras pelo INCRA ainda não havia sido realizada, o que prejudicava o desenvolvimento das lavouras. “Uma das dificuldades maior que a gente sentiu foi o atraso do INCRA para legalizar as pessoas. A gente chega e fica sem poder fazer nada... daí não sabe se vai ficar, se vai sair, se vai plantar. Esse é o problema mais sério!” (ALCEU, 2012)

Essa situação se prolongou por três anos. Alceu continuou trabalhando a serviço da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre - COTAP nos assentamentos da região Metropolitana, onde participou das primeiras experiências com o arroz orgânico em assentamentos.

A primeira lavoura a gente fez em Guaíba, para experiência. E começou a dar certo... quando a gente começou a fazer isso foi uma época que deu o quebra-quebra no arroz. Deu juro alto, o granjeiro pequeno quebrou. Então começamos a trabalhar e começou a dar certo! (ALCEU, 2012)

Com o tempo a situação foi melhorando, hoje contam com toda a infraestrutura básica necessária - luz, água, estradas, transporte. Além de uma boa casa, construíram um galpão para as máquinas e uma horta de auto-consumo. A horta fica sob os cuidados de Ana, que planta o necessário para o consumo, mas se orgulha em especial do talento que tem para cultivar tomates. A idade avançada e os demais afazeres são vistos por ela como o maior empecilho para a produção de hortaliças para venda. Quando possível, ela produz sementes para a Bionatur. O casal já está aposentado. Ainda assim, pai e filho trabalham juntos no cultivo de arroz e prestam serviço com as máquinas - consertos e trabalhos em outras lavouras. Na várzea, também criam gado. Após a retirada de algumas famílias pelo INCRA em 1998, o processo para a ocupação dos lotes vagos priorizou filhos de assentados que tivessem envolvimento com o cultivo de arroz. Isso possibilitou que Lauro fosse assentado com lote próprio. Ainda assim, pelo cotidiano do trabalho ele continua passando boa parte do tempo com os pais.

Atualmente, cultivam o arroz em seus lotes com um grupo de produção com assentados vizinhos. Alceu não é o coordenador do grupo, mas tem um papel bastante ativo. Está sempre presente em reuniões e seminários, além de pertencer ao Conselho do Distrito de Irrigação.

Os cuidados com a saúde são constantes. Alceu tem problemas cardíacos e já passou por cirurgias. Lucas teve neurocisticercose, condição pela qual permanece em tratamento. Assim, as visitas à Viamão e Porto Alegre são frequentes em busca de cuidados médicos e materiais necessários ao trabalho, em especial peças para as máquinas. Estão contentes com a vida que levam: “A gente casou né? Daí eles optaram por entrar na luta, daí eu disse: também vou entrar na luta... Tamo aí, e não me arrependo.” (ANA, 2012)

Engraçado é que eu não sei como é que foi passando o tempo e a gente fez isso! Porque a gente foi pro acampamento, mas não tinha precisão de ir pro acampamento. Na época, profissão: nós trabalhava. Nós temos até hoje casa lá na Barra do Ribeiro. Deixamos a casa lá com luz, com água, tudo arrumadinho. Então nós viemos, passamos por isso aí... mas não foi uma coisa que a gente não tivesse onde ir, não tivesse onde morar. A gente deixou porque queria lutar, virar! Hoje eu sinto que esse tempo que passou foi uma luta boa de nós pelear e vencer (ALCEU, 2012).

4.3.4 Sem terra antes de sem terra existir

Ele nasceu sem terra, antes mesmo do Movimento Sem Terra existir. É natural da região dos índios, nos arredores de Nonoai, no norte do estado. Alfredo vem de uma família bastante grande, com dez filhos. Seus pais estavam entre os camponeses que ocuparam uma área indígena conhecida como Encruzilhada Natalino, na década de 60.

Eram sem terra também, né? Eram invasores da área dos índios - a minha mãe e claro daí casou com meu pai... A mãe trabalhando para poder manter um pouco. Porque naquele tempo tu ia acampar, mas não tinha recurso nenhum. Então tu ia ter que te virar de qualquer jeito... pra ter recurso pelo menos pra comer, né? Daí a mãe se virava pegando empreitada. Levava os outros guris junto pra fazer empreitada pra poder manter aquele acampamento... capina, lavoura, arrancá soja, colher feijão, o que tinha... Quando o finado pai era acampado era um movimento de sem terra só que não era nada oficial. Depois que foi na Fazenda Anoni, que foi fundado o Movimento, né? Mas antes era uns sem terra igual, do mesmo jeito - ocupavam as terras e eram expulsos... e foi onde que nasceu a Encruzilhada Natalino lá. O pessoal pegou e se juntou todo lá e disserem: "daqui nos não saímos, não tem pra onde ir mesmo!". Até que começaram a surgir assentamentos (ALFREDO, 2012).

Após serem expulsa da área pelo governo estadual, a família foi morar em Passo Fundo. Quando tinha 10 anos, Alfredo foi morar com o irmão mais velho que estava acampado na Fazenda Anoni. Ocupação esta que é reconhecida como a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e um marco na luta pela terra. Lá ajudava o irmão a cuidar de sua família, ficou até quando pôde frequentar a escola: "Morei um tempo na Fazenda Anoni, daí quando foi saí os assentamentos não tinha mais escolaridade pra mim, né? Aí eu fui pra Passo Fundo voltar a estudar e daí lá fiquei morando até eu ir acampar. Até chegar a idade né de acampar" (ALFREDO, 2012).

Em Passo Fundo, casou-se e teve 3 filhos. Seguiu trabalhando com a agricultura em uma época em que a Revolução Verde ainda não havia se instalado.

Morava em Passo Fundo, na cidade. Mas também sempre trabalhava de peão, pra fora né? Para colônia! Porque Passo Fundo antigamente era um município que na cidade tinha pouco serviço e eles iam busca bastante gente das granjas. Que nem as máquinas eram bem raras né, só em fazenda muito grande. Era mais na capina... capiná soja, capiná feijão... não é como hoje que se usa essas semente aí que aceitam o veneno e daí não precisa mais mão de obra para limpar. Só passá o veneno e mata tudo! Pra arrancá também a maioria era com a mão, hoje as máquina tomaram conta (ALFREDO, 2012).

Logo que pôde foi para o acampamento de Santo Arlindo das Missões, onde ficou por cerca de dois anos. Nesse período a experiência prévia com construção de casas fez com que fosse chamado para as frentes de trabalho do próprio movimento. Onde os assentamentos recém-formados recebiam créditos para a construção das casas e precisavam de mão de obra. Em 1998, foi sorteado com boa parte de seu acampamento para ser assentado em Viamão. Lembra que a divisão dos lotes de moradia foi feita ainda no acampamento, conforme ele conta:

Foi imaginada as áreas lá, posto num quadro e “aqui ó nessa aqui tem tantos hectare, pode ir tantas família. Quem quer vir pra cá?” Entendeu? Foi mais ou menos nesse tipo. O B foi o único que foi certo que foi priorizado para quem tinha mais tempo de acampamento, isso a gente sempre respeitou. (ALFREDO, 2012)

Quando chegaram foram morar com outras famílias na Casa de Pedra. A produção também já veio organizada do acampamento, onde Alfredo se articulou com um grupo para a compra de maquinário e implementos. Até então não tinha nenhuma experiência com o cultivo: “arroz só na panela, isso nós aprendemos aí, se é que aprendemos!” A falta de experiência com o tipo de ambiente fez com que antes de cultivar o arroz, tentasse produzir espécies mais familiares a ele.

Banhado nós não tinha ouvido nem falar que dava pra ficar em banhado! Até que chegamos aqui e foi o que nós fizemos. Fizemos um lavorão de milho e de feijão. Daí deu uma chuva e morreu tudo, né? Largou nós por terra! Porque essa área não suportava isso, não era pra isso. Era pra arroz mesmo ou gado, só! (ALFREDO, 2012).

O fracasso do primeiro plantio deu início ao aprendizado com o arroz. Processo construído com o auxílio dos técnicos do movimento e de outros companheiros. Diz que a experiência com orgânico começou sem querer, motivado muito mais pela falta de recursos.

Nos chegamos e plantamos orgânico, sem querer mas fizemos! Foi a vez que deu um incentivo para nós toca, dá! Depois os outros anos foi regredindo, o arroz dava mais do que aquele ano, mas não sobrava nada... Porque o custo era um exagero né? Então falamos: “Não, vamos pensar: o que é que a gente tá fazendo de errado aí se nós começemos a plantar e deu certo!” Daí nós fomos convidados pra uma reunião com a cooperativa, tavam formando a cooperativa de produto orgânico. Daí a história dos companheiros era a mesma que a nossa, entendeu? Todo ano ia plantando, ia só enrolando a dívida que ia cada vez mais aumentando. Aí resolvemos dá um basta, então a gente se desafiou a plantar orgânico... Aprendemos na marra, se é que aprendemos! Foi buscada bastante informação de fora de quem tinha esse conhecimento, o João Wolkmann dava bastante curso, a gente ia pra lá ver a experiência que tava dando certo. Depois foi todo um trabalho de consciência, que a gente vinha formando desde o

acampamento. Mas pra ti ver, se essa ideia for contra a barriga, a gente vai pensar com a barriga primeiro! Mas daí a partir do momento que começa a unir as coisas, beleza, né? (ALFREDO, 2012).

Hoje, está separado, mas continua vivendo com a ex-esposa na mesma casa. A separação é bem amigável e fizeram alguns acordos de divisão dos bens onde ela ficou com a casa existente e ele é o responsável pelo lote na várzea, podendo construir uma casa no lote seco, caso ele queira. Têm apenas algumas frutíferas, não tem horta. Prefere comprar do verdureiro que passa todo final de semana, também assentado. O filho mais velho, com 24 anos, é assentado em Nova Santa Rita e faz faculdade de veterinária, em Pelotas. O do meio está com 18 anos e gosta do trabalho na lavoura. A filha mais nova, com 16 anos, estuda na Escola Técnica Agrícola. Pretende cuidar de cabritos. Sua mãe é assentada em Viamão, vizinha de Alfredo. O irmão mais velho, com quem viveu na Fazenda Anoni, está assentado em Júlio de Castilhos. Outros dois conquistaram terras em Candiota. Sobre as perspectivas futuras do grupo, estão dialogando sobre a possibilidade de desenvolver outras formas de renda, em especial na época de entre safra:

O futuro é arroz mesmo! Mas estamos pensando em outras coisas, um gado quem sabe mais adiante, ter uma frutíferas também! Estamos estudando ai para ver o que se pode trabalhar no inverno, porque nos estamos achando muito pouco. A gente trabalha só seis mês ai! Claro que 6 mês de férias não é nada ruim né. Mas a gente ta achando que não precisa tanto néh? (ALFREDO, 2012)

4.3.5 O que eu sei fazer é arroz

Nascido em Camaquã, Ernesto (2012) se criou na lavoura produzindo arroz em áreas de reforma agrária. O pai foi assentado no Banhado do Colégio durante o governo de Leonel Brizola no Estado. Cresceu vivenciando as instabilidades da agricultura.

Me criei plantando arroz. O primeiro ano que eu quebrei na agricultura foi com 16 anos. Eu comecei com 10 anos, trabalhava com o pai daí o pai me dizia: "tu tem tanto pra ti"...Daí foi me dando, foi me dando... Aí com 15 anos eu já tinha a minha lavoura, daí plantei. Plantei lá na costa do Rio Camaquã numa fazenda lá. Daí deu uma enchente, foi a primeira vez que eu quebrei. (ERNESTO, 2012)

Aos 17 anos serviu o exército e começou a namorar Neuza. Eles se conheciam desde o colégio, eram vizinhos. Namoraram por 7 anos, até casar. Ela

trabalhava como professora e chegou a dar aula aos irmãos mais velhos dele. Ernesto (2012) retornou para agricultura quando desistiu da carreira militar. Quando tinha 22 anos se envolveu com o MST, ajudando a organizar um acampamento na região. Ficou acampado por 3 anos. Sempre teve papel de liderança, auxiliando nas articulações do movimento. Passou por várias cidades como: Encruzilhada do Sul, Santo Arlindo das Missões, Júlio de Castilhos, São Miguel e outras. Através do Movimento conheceu o estado, mas também não deixou de se manter como arroteiro.

Apareceu os sem terra no asfalto, então eles chegavam na cidadezinha, próxima a Camaquã e botavam nas rádios, isso e aquilo, meio dizendo assim que a gente ganharia terra fácil, rápido e daí a gente se envolveu naquilo ali... Eu sempre era meio diligente, vinha para Porto Alegre. Desde o início, eu articulei lá em Camaquã, então a direção toda me conhecia. Rodamos todo o estado! Aonde tiver mais povo a gente vai. Rodamos todo o estado, conhecemos todo o estado. Pra mim foi bom, que eu não conhecia nada, só conhecia Camaquã. Foi muito bom, fomos aprendendo muita coisa, conheci muito povo! Eu sempre era liberado também na época de plantio para mim plantar lá na terra do pai...para mim ter a sobrevivência e pagar uma porcentagemzinha pro acampamento, né? A minha mulher era professora e de vez em quando me mandava uns trocos, mas eu saía pra fora também para plantar (ERNESTO, 2012).

Um pouco antes de se engajar no MST ele havia feito um curso sobre orgânicos na sua região, mas a primeira experiência de plantio com o pré-germinado foi para reduzir custos.

Era convencional na nossa terra lá, daí começou a inçã e lá muitos anos atrás eu fiz um curso de pré-germinado e fiz pré-germinado lá. Porque no pré-germinado se barateia custo e lá nós era químico. Nós botava veneno lá e quando eu plantei pré-germinado, daí eu fazia a dormência do inço para não aplicar veneno, então eu ganhava aquele dinheiro do veneno que era muito, né?! Era muito caro! Então nos últimos anos que eu plantei lá eu já plantei o pré-germinado (ERNESTO, 2012).

Ernesto fez parte do grupo que vistoriou áreas para se tornarem assentamentos. Entre elas estavam Viamão e Pelotas, ambas as áreas propícias ao plantio de arroz. Dos seis irmãos acampados, cinco foram para Viamão. Havia cerca de 70 casas da antiga fazenda que foram sorteadas entre as famílias recém-chegadas. Ele não foi contemplado e recebeu um lote próximo à área de várzea, na ponte de ferro. No início as famílias recebiam uma cesta básica do INCRA. Pelo histórico com o plantio e já tendo maquinário, ele compôs com os irmãos o primeiro grupo de plantio de arroz no assentamento conhecido como “Os Camaquã”. Com o tempo outros agricultores foram se aventurando. Como os lotes não estavam

definidos, os plantios aconteciam com arranjos internos entre os camponeses que acordavam quem plantava onde. A lavoura voltou a ser convencional. As negociações com o INCRA foram lentamente acontecendo para que o plantio no Assentamento fosse feito de forma orgânica. O primeiro lote que recebeu foi fora do perímetro, então seguiu com as parcerias para poder plantar. Somente em 2009 adquiriu terra dentro do perímetro de irrigação.

Desde o primeiro ano nós saímos plantando arroz aqui dentro. Nós trouxemos até as máquinas nossas que nós tinha lá, em Camaquã. Essa era o grupo Camaquã que eles chamavam ali, éramos nós! Quando eu vim para cá a nossa terra não era sistematizada então eu comecei no convencional de novo, depois a gente foi sistematizando e daí entramos no pré-germinado. Daí não precisava botar veneno, não tem necessidade! Claro que antes tinha os Catarina aí que eles botavam veneno. Eles plantavam e aplicavam o veneno. Mas mesmo assim o INCRA fez uma negociação entre nós assim: “você tem que ir se adaptando, né?”. Tinha uma área dividida: da rua da Barragem prá baixo podia botar veneno, mas prá cá não. Daí foi indo... Daí mais dois anos eles disseram: “oh, não pode mais botar veneno em todo assentamento”. Foi indo assim, dessa forma, nós fomos nos adaptando....O perímetro de irrigação foi criado dentro do computador e a nossa área ficou fora do perímetro. Daí a gurizada do grupo parou de plantar e começou a fazer uns bicos por aí. Eu continuei, fiz umas parcerias... Eles alugaram o campo, eles ratiaram! Daí aconteceu isso aí e eles tiveram que sair (ERNESTO, 2012).

Em 2008, quando o INCRA executou uma ordem judicial contra famílias em situação de irregularidade, dois de seus irmãos e outros amigos foram retirados porque haviam arrendado seus lotes. Evidentemente a experiência marcou a família: “Quando aconteceu aquilo com a gurizada, eu me arrependi um pouco! Foi onde o pessoal do meu grupo foi todo mundo expulso, só ficou eu e o Durval. Todo mundo ali é novo, todos os meus vizinhos” (ERNESTO, 2012)

Em Viamão ficaram apenas duas irmãs. Um dos irmãos que foi retirado anteriormente, hoje em dia auxilia Ernesto (2012) nas lavouras. O pai continua assentado em Camaquã e uma irmã está em Bagé. Atualmente, o casal comemora 21 anos de união. Tiveram três filhos, o mais velho tem 17 anos e está fazendo um curso de manutenção de computador. Os mais novos são gêmeos, estão com 11 anos e jogam na escolinha de futebol do Grêmio. A princípio nenhum deles quer seguir a profissão do pai: “Se ficar na lavoura vai ser só eu. Meus guris eles querem estudar, trabalhar... mas na grande Porto Alegre. Eles não querem lavoura mais”! Entende que sua situação atual é boa, ao mesmo tempo considera que a vida que levava antes não pode mais ser retomada.

Hoje tá bom! Se tu não trabalha, tu vive ruim, se trabalha tu vive mais ou menos... A gente depois que entra para esse pessoal aqui do movimento, é difícil a gente voltar para trás porque lá o pessoal diz assim: "esse aí era o sem terra, esse aí que andava com o pessoal do sem terra". Então daqui tu não pode voltar mais! Tu tem que ficar aqui ou trocar de cidade. Pra tua cidade natal não dá pra voltar mais! Os meus irmãos voltaram, mas é bem complicado. Tem que fazer tudo de novo, complicado... Tipo naquelas fazenda que eu plantava antes, que nós íamos pra dentro dela e plantava antes de ser acampado, aquilo eu não consigo mais (ERNESTO, 2012).

4.3.6 Ensinado para trabalhar!

Arlindo nasceu no ano de 1968, em São Luis Gonzaga, mas foi registrado em Santo Arlindo das Missões. Vem de uma família bastante grande, com nove irmãos. A família morava nas terras do Padrinho, trabalhavam para ele. Para aumentar a renda produziam oito hectares de alfafa na área do Padrinho e cortava pau-ferro para vender como postes na serra, em São Luis Gonzaga. Desde 6 anos ajudava o pai no plantio e aos 9 começou a trabalhar em granja. Frequentou a escola até a 4ª série. Desde pequeno ouvia falar na reforma agrária, tinha 8 anos quando o pai se cadastrou, até hoje não foi contemplado. Quando a família foi morar em Santo Arlindo, continuou trabalhando com lavoura e depois foi ser ajudante em uma oficina até ir para o quartel. Saiu do quartel em 1985 e foi para Porto Alegre onde teve uma série de experiências profissionais além da lavoura:

Trabalhei em Porto Alegre um pouco lá na Minuano, depois comecei a trabalhar de pedreiro. Daí trabalhei um tempo de pedreiro, depois de borracheiro... Aí depois voltei de novo lá pra fora. Noventa e pouco era, eu voltei lá pra São Borja. Aí trabalhei um pouco de guarda lá, numas residências. Depois eu fui pra uma borracharia... e da borracharia eu fui pro acampamento (ARLINDO, 2012).

O envolvimento com o MST se deu para apoiar os irmãos e amigos que estavam acampados:

Uma que fui acampar porque eu queria mais que... tinha uns guri lá, que não trabalhavam, né? Daí eu queria que eles se fimassem em alguma coisa. Eu tava ganhando o meu salário, eu sempre trabalhei pra ganhar o meu salário. Daí eu fui acampar pra segura eles lá no acampamento pra eles adquirirem um pedaço de terra pra eles trabalhar... e daí bem no fim eles acabaram saindo do acampamento e ficando eu! (ARLINDO, 2012).

Ficou por cerca de 2 anos acampado em Santo Arlindo das Missões. No acampamento se engajou no grupo de religião e fazia a animação nos domingos.

Durante esse tempo participou de 3 outras ocupações e algumas marchas, porém sempre retornando ao acampamento sede. Depois de algum tempo, se juntou em uma empreitada de mações até ser sorteado para Viamão. As famílias foram organizadas - em grupos - por setores, onde já havia um planejamento para a realização dos plantios. Arlindo e seu grupo pretendiam juntar os R\$ 12.000,00 que receberiam por família para comprar um trator e iniciar a lavoura de arroz. Porém, os créditos recebidos tinham destinações específicas, o que desmobilizou as expectativas do grupo.

O dinheiro era destinado já para uma coisa que nós não ia ter retorno. Era destinado para fazer casa, para fazer cerca, fazer chiqueiro para porco, comprar vaca... então, era só gasto! Nós ia empregar o dinheiro aqui no que eles queriam e daí nós não ia ter lucro! Aquilo ali não dá lucro para nós se manter e nós não podia desviar o dinheiro. Daí é que nós entramos em dívida porque pegamos o dinheiro e fizemos o que eles quiseram e ficamos tudo a ver navios! Nós sempre lutando para sobreviver, porque eles (o INCRA) atiraram nós aí... deram esse dinheirinho aí do jeito que eles queriam que nós gastasse! É como se nós tivesse atolado, eles vieram e largaram um porrete em cima para nós não levantar mais, foi bem isso mesmo que aconteceu! Como quem diz: “esses aí não é pra se mexe!”. Daí nós continuamos com a terra boa para trabalhar e sem recurso (ARLINDO, 2012).

A falta de experiência, maquinário e recursos fizeram com que o plantio de arroz começasse através de parcerias com “os Catarina”:

Daí chegaram os Catarina e daí fizemos uma parceria com eles. Os assentados... eles eram assentados, são ainda assentados! E aí agora o INCRA tirou eles daí. Eles se conchavaram com o pessoal de fora, os que eram o pessoal deles, os padrinhos deles... Aí trouxeram os maquinários emprestados, fizeram as terras e começaram a trabalhar. E aí começamos a trabalhar, onde eles nos davam 300 sacos de arroz para nós. Mas nós ganhava essa porcentagem da lavoura! Nós ajudava eles e eles ajudavam nós! Aí começamos a levantar... Os Catarina entravam com o maquinário e nós com nossa mão de obra, daí nós fazia uma parceria com eles... nós descontava a despesa daí sobrava 600 sacos, 300 é teu, 300 é meu! Nós plantava o convencional mas não usava o veneno, era só adubo e ureia. Uma porque não precisava, nós fazia tudo com água... aí tinha umas lavoura lá no fundo que usava, mas era bem pouco. Depois fomos sistematizando, sistematizando... no final não tinha mais área que era usado o produto químico. Aí o que houve: veio o INCRA lá, prendeu nossas lavoura, prendeu as máquina, prendeu tudo e como quem diz: “Bueno, vocês não é pra se mexer, é pra vocês ficarem aí atolado, não é pra saírem daí.” E tamo aí! Agora tamo começando de novo a se mexer, a produzir no caso para nós se alimentar (ARLINDO, 2012).

Após a ação do INCRA em 2008, passou a plantar o arroz pré- geminado. Arlindo realmente entende que a falta de recursos e escritura no próprio nome é a

maior dificuldade para a produção e o sustento próprio com o arroz, pois isso o impossibilita de comprar os maquinários de que precisa:

Não temo nada que comprove que a terra é nossa. Daí tamo adquirindo com pessoa de fora, com quem nós era contra - os fazendeiros. Tamo tendo que nos aliar com eles, pedindo para eles um contrato de arrendamento pra poder comprar o trator. Tanto é que tamo lá no banco com aqueles 12 mil e não pudemos fazer nada! Não podemos compra nada! Nem o óculos que eu fui comprar lá (ARLINDO, 2012).

Ainda assim, o dinheiro recebido do arroz permitiu que Arlindo comprasse uma borracharia na estrada. Trabalho que executa desde então, conciliando com a lavoura. Em 2006, casou com Denise. Ela era de São Borja, viúva com dois filhos, veio morar no Assentamento. Pensionista pelo marido que faleceu em acidente, Denise também trabalha como costureira. Ele inicialmente assumiu a criação dos afilhados, que agora já estão crescidos e morando fora. O casal teve um filho próprio, agora com 4 anos. Na área de 1 hectare da casa possuem uma pequena horta para o gasto e algumas galinhas. Satisfeito com sua situação atual, pretende passar o resto da sua vida ali. Apesar de ter outra renda além da lavoura, não tem a intenção de parar com o plantio de arroz.

O pai ensinou a gente a trabalhar pra se sustenta! Então dentro do assentamento ou fora do assentamento nós tamo ensinado para trabalhar. Não vamos adquiri o alimento de outra forma. Foi assim que fomos ensinado e assim que vai ser, assim que a gente ensina o filho também, né? A trabalhar para se sustentar (ARLINDO, 2012).

4.3.7 Seguir plantando

Entre os participantes da pesquisa, ele é o mais jovem e o último a ser assentado. Hoje, Cícero está com 20 anos, porém, a vida no Assentamento em Viamão não é nem um pouco novidade, pois ele cresceu ali. A família está na agricultura já há algumas gerações, os avós cultivavam principalmente milho e soja. Diz a mãe: “Meu pai não sei se chegou a matar a fome, o pai do José também não!” A mãe - Marli é de Ibirubá, quando tinha 11 anos se mudou para Tenente Portela onde conheceu José. Casaram e tiveram dois filhos, um casal. Mais tarde, quando estavam em Palmitinho é que Cícero nasceu. Desde pequenos acostumados com a lida, plantavam milho, soja, feijão, mas o forte mesmo era o fumo. A mãe conta:

Era um toquinho, quase não sabia caminhar... A gente vinha capinando, pegava uma cadeira e ia mundo afora! Ele ia até um pedaço, cansava sentava para espera nós... Esse sofreu no meio da roça! De pequeno sofreu, vai da conta de uma criança com 2 -03 anos no meio da lavoura! Formiga morde, é quente! (MARLI, 2012)

José tinha acampado quando Cícero tinha dois anos, acabou desistindo. Mas tarde Carlos, o filho mais velho, decidiu acampar e, depois de um tempo, foi contemplado com terras em Viamão. Assim, chamou a mãe e os irmãos para morar com ele e o pai resolveu voltar a acampar em Charqueadas, em busca de terra própria.

Morei aqui desde que veio o assentamento, um ano depois nós já viemos morar pra cá. Eu era pequeno tinha uns 6 - 7 anos quando eu vim pra cá. Nós viemos para cá em 99 acho, 2000. Meu irmão veio antes, daí nós viemos e o pai foi acampar (CÍCERO, 2012).

Assim, Cícero chegou a Viamão quando ainda era pequeno, tinha 7 anos. No início ficaram morando em um galpão durante uns 2 anos, até receberam a casa. Em 2000, o pai foi contemplado com terras no Assentamento. E em 2010, Cícero recebeu seu próprio lote: “foi assim, pros filhos de assentado abriu vaga, que sai um pessoal. Daí abriu vaga e eu consegui pegar um lote para mim também” (CÍCERO, 2012). A irmã casou e também está assentada em Viamão.

Frequentou a escola até a 8ª série, quando iniciou seus estudos na Escola Técnica Agrícola, prática bastante comum entre os assentados. Paralelamente fez um curso de informática no centro de Viamão. Após 2 anos de curso na ETA desistiu e foi passar um tempo em Teutônia, cerca de oito meses morando com uma tia. “Eu recém tinha terminado o colégio, tinha terminado o ano daí nós fomos viajar lá na minha tia lá e daí eu fiquei por lá. Fiquei uns tempos lá. Eu trabalhei em uma fábrica de calçado”. (CÍCERO, 2012)

Com a possibilidade de terra própria, decidiu voltar. O primeiro lote que recebeu ficava bastante afastado da área de moradia da família, o que não agradou ninguém. Foram renegociando, até conseguirem um lote mais próximo.

Porque o lote dele era um lá no fundinho, lá na reserva, lá em baixo. Depois a gente conseguiu. Nós tinha até feito uma desistência, porque ia desistir e vir morar comigo. Mas daí o INCRA não aceitou, disse iam dar um jeito de arrumar uma área mais perto. Claro, na verdade a gente tá ficando velho, precisa de alguém perto. E não era muito perto. (MARLI, 2012)

Desde que recebeu suas terras há 2 anos, planta em seu próprio lote e auxilia no cultivo de outras famílias do grupo. Apesar do pouco tempo, está se estruturando rápido. Fez um financiamento em parceria com o irmão, e é dono de metade de um trator, também em parceria com o irmão.

É que eu estudava não trabalhava ainda. Há 2 anos atrás eu comecei. Comecei a trabalhar com eles ali. Daí eu parei de estudar e comecei a trabalhar com eles. Daí surgiu a vaga, eu consegui pegar lote, peguei e comecei a plantar a minha e ajudo o Sergio também no serviço. É o segundo ano que eu vou plantar. (CÍCERO, 2012)

Apesar de ter casa própria, passa boa parte de seu tempo na casa dos pais: “Na verdade eu sou solteiro, daí tem a casa lá. Mas daí eu tenho que fazer almoço, café, janta... daí, como tá sempre na correria eu janto, almoço aqui” (CÍCERO, 2012). Nas entre-safras realiza outras atividades para ganhar uma renda extra. Mas, diz que gosta do trabalho na lavoura e pretende se manter nele: “é um serviço bom, não é muito puxado. As vezes é puxado, mas nem sempre”. O aprendizado com o plantio vai sendo facilitado pelo convívio com outros assentados. Entende que uma das dificuldades que enfrenta é a baixa produtividade e, também, o valor pago pelo arroz orgânico.

Eu não cheguei a planta com eles, quando eles podiam botar adubo, uréia, esses negócios, antigamente. Eu não sei, mas a terra aqui é meia fraca, não produz muito. Se pudesse colocar alguma coisa eu acho que podia melhorar. Nem que não fosse a questão do veneno, mas só um adubo químico, um adubo orgânico, alguma coisa. É que as terras são bem fracas aqui, o cara tem que tá fazendo rotação de cultura. Não pode plantar 2-3 anos, senão não dá nada. Tem que dar um tempo de pousio... Podiam pagar um pouco mais é no preço, porque tem a questão de ser orgânico que tem muita propaganda que fazem ai que faz muito bem para saúde e pá, não tem nada de tóxico e essas coisa, seria uma boa. Eles podiam pagar um pouco mais. (CÍCERO, 2012)

De certa forma, podemos dizer que ele cresceu junto com o Assentamento e por isso naturalizou muitas das situações vivenciadas ali, inclusive o sistema de plantio. A compreensão sobre as diferenças entre a produção orgânica e a convencional se dão mais pela experiência da família, do que sua própria.

Eu me criei aqui, é assim, o cara conhece, não tem muita diferença! Acho interessante porque até faz bem para a pessoa que não convive com o veneno, pode ter mais expectativa de vida por causa que o agrotóxico, meu pai trabalhava com fumo e coisa e tai o resultado hoje, agora é cheio de doença e coisa. (CÍCERO, 2012)

A pouca vivência fora do Assentamento e talvez o envolvimento da família como um todo, faz com que o plantio com arroz e a moradia ali seja o que Cícero (2012) visualiza de perspectiva para seu futuro.

Eu to aprendendo ainda!... É bom, sobra alguma coisa. É o que a gente pode fazer, não pode trabalhar fora. Para mim ficar aqui é mais futuro, ficar trabalhando de carteira assinada ganhando 600-700 pila nunca vai conseguir comprar nada e assim a gente trabalha aqui, sobra um pouquinho e o cara consegue, devagarzinho. Seguir plantando, é o que a gente pode fazer. Seguir morando aqui dentro e plantando arroz! (CÍCERO, 2012)

4.3.8 Sempre pronto a aprender mais

Ele nasceu nas Missões, no noroeste do Estado do RS, na região de São Luiz Gonzaga. Horácio vem de uma grande família de agricultores – seis homens e cinco mulheres. “Se espalhemos pelo Brasil afora aí, cada um pegou seu rumo e construiu sua família”. A agricultura era para o autossustento e o excedente gerava uma renda extra.

O meu pai era da agricultura familiar, plantava mais o auto sustento, a sobra era o que se revendia. Naquela época, o pai ainda podia guarda o produto, guardava o produto e conforme precisava ia vendendo: feijão, milho, soja, batata, aipim. Naquela época levava o milho para moagem e fazia farinha, daí comprava um pouco de açúcar, farinha. Depois que entrou o tal de trigo! Plantar trigo é que levou a falência, quebrou a pequena agricultura e a grande começou a se expandir. Não tem dinheiro para comprar? Mas o banco tem! Não tem máquina? O banco financia trator! Então tá bom, vamos pegar! E o juro comendo, assim que foi a falência a agricultura familiar. (HORÁCIO, 2012)

Conta que o pai também trabalhava com uma profissão bastante valorizada na época, carpinteiro.

O pai tinha profissão além da agricultura, ele tinha profissão também. Eu puxei um pouquinho por ele também, puxei não eu acho que aprendi com ele muita coisa. Era pedreiro e carpinteiro. Naquela época não se dava muito valor, mas o ganho hoje ta melhor na construção civil. Antigamente, 50 anos atrás, um pouco menos, um pouco mais muita coisa se fazia pros vizinho, pra ser solidário com os vizinho e assim passavam o conhecimento, em ser solidário. O pai ajudou até a construir escola e criou 11 filhos em cima de 11 hectares de terra! (HORÁCIO, 2012)

Os filhos ajudavam na lavoura, e no que fosse preciso. Chegando à vida adulta, Horácio saiu de casa buscando seu próprio sustento através da agricultura.

Aos 18 anos, saí de casa para trabalhar e namorar, ganhar um dinheirinho para mim, antes eu trabalhava com o pai. Fui trabalhar a 150 km e namorando, bah agüentei 3 anos assim! Às vezes demorava três – quatro meses para voltar para namorar. (HORÁCIO, 2012)

O namoro acabou em casamento quando ele tinha 21 anos. Trabalhava em granjas, para terceiros, serviço que fez por cerca de 20 anos. Passou um tempo em São Borja e teve as primeiras experiências cultivando arroz.

Em São Borja aprendi a plantar arroz! Trabalhava pros outros... Bah, quanto veneno se botava: inseticida, herbicida, fungicida... Eu trabalhava arroz e coxilha também, com a planta do seco. Muito veneno ia. Me intoxiquei e fui parar no hospital, daí pensei assim junto com a minha esposa se um dia poder parar com essas coisas não quero mais usar veneno (HORÁCIO, 2012).

Depois chegou a sair do Estado, mas acabou retornando para sua região e morou um tempo na cidade de Taubaté.

Eu já era casado, fui trabalhar no Mato Grosso. Deixei a esposa aqui e fui pra lá, na safra fazer uma colheita... Que loucura a gente faz! Mas numa proposta de ir morar prá lá, tinha proposta de morar prá lá. Acabei ficando doente e tive que voltar antes do tempo. Então me instalei na cidade! Fui morar na cidade, gastar as minhas economias. Gastei todas as minhas economias ali, de anos e anos! (HORÁCIO, 2012)

As dificuldades que havia vivenciado na agricultura e o envolvimento de familiares com o MST o motivaram a ir acampar. Já tinha duas cunhadas assentadas, uma em Eldorado e outra em Livramento:

Vim pros sem terra, eu saúde não tinha mesmo pra trabalhar. Daí eu pensei a família podendo trabalhar, alguma coisa eu faço. Eu acredito muito na agricultura, acreditava, acredito!... Eu não via possibilidade de que pelo meu trabalho eu conseguiria um pedaço de terra, não desmerecendo o nosso trabalho de luta que também é um trabalho. A luta é um trabalho, e que trabalho árduo! Exige estratégia, resistência, persistência. Também não é fácil não (HORÁCIO, 2012)

Passaram dois anos acampados em Júlio de Castilhos, depois foram acampar em Santo Arlindo das Missões por mais um ano até serem chamados para o assentamento em Viamão. Como já estavam há bastante tempo acampados, tiveram prioridade para escolher o assentamento. Vieram em um grupo de famílias do acampamento. Inscreveu-se porque sabia que a área era propícia ao arroz, não queria lavoura do seco “arroz onde tiver água a colheita é mais garantida”. A chegada em Viamão não foi fácil. Além da precária situação do lugar para receber 376 famílias, as origens e as culturas tão diversas começaram a se expressar de

forma mais intensa. Ainda que no período de acampamento, as discussões sempre foram direcionando as famílias para o trabalho e convívio coletivo, a prática se mostrou difícil.

Vimos para cá daí vai se ajeitando as abóboras numa carroça daí começa um prá lá, outro para cá e daí começamos a entender as diferenças ou não entender as diferenças de cada um. Vai com a tua diferença para lá que eu vou para cá e vamos tocar nossa vida, e algumas coisas que ainda tem que ser ainda em conjunto, em coletivo... Porque a proposta inicial aqui desse Assentamento era ser um grupão só de plantio, abraçar toda a área e juntar todos os assentados. Porque aqui em baixo a morada é muito difícil, foi formado as agrovilas lá em cima e era para ser um coletivão, que bom que se fosse funcionar! Mas a gente não enxerga a diferença do outro, ou o outro ser diferente de mim e eu diferente do outro (HORÁCIO, 2012)

Além disso, a morosidade do INCRA para a demarcação dos lotes dificultava que o processo de plantio fosse iniciado de forma efetiva, permitindo que os camponeses se organizassem em seu trabalho e reprodução.

Barbaridade! Aí que começou a luta. Para tu teres uma ideia nós estávamos fazia 9 anos que nós estávamos aqui para o INCRA, Ministério Público demarcar os lote, os 4 cantos! <Esse é teu agora> Isso é uma dificuldade, eu querer investir em cima do meu às vezes sabendo que não é meu. Teve gente que teve que sair mudar a casa porque a divisa não passou ali. A política é essa para não dar certo (HORÁCIO, 2012).

Em Viamão sempre cultivou de forma orgânica, foi plantando como pode. Há pouco tempo trocou sua área, pegando um lote em uma área que lhe agrada mais: “sempre era um sonho ter um lote aqui em baixo!” Também tiveram algumas outras experiências para a geração de renda além do arroz que não funcionaram muito bem. Já produziram para venda em feiras e chegaram a ter na área de sua casa uma estrutura de agroindústria para processar produtos. Porém, não conseguiram encontrar uma forma de trabalho que agradasse a todos.

Sozinho eu não consigo fazer, até conseguiria, mas não é meu projeto! E a questão de venda, né? Eu tinha uma época morango para a venda, fazia feira, mas não dá... produzir, embalar, vender, ou se dedica a uma coisa ou enfraquece a outra. Você tem que ter parceiros aí nesse sentido, mas você achar parceiros fiéis aí entre nós não é fácil. Porque todo mundo quer barganhar em cima do teu produto. E a nossa feira foi mal projetada (HORÁCIO, 2012).

O casal mora sozinho hoje em dia e mantém uma horta para consumo. A renda vem do arroz mesmo, trazendo o desafio de se sustentar com um cultivo anual: “tem que ter essa magia de conseguir segurar o ano inteiro, não gastar muito agora para poder ter lá no final”. O filho já é casado e com filhos, mora em Bom

Jesus. Trabalha com o cultivo de maçãs, porém, não seguiu o mesmo estilo de vida da família, motivo de preocupação para os pais:

Tá no agronegócio! Pra tu vê como é as coisas, eu não consigo segurar um! Mas eu acho que ele tem que cair por si, tem que cair por si!...Com 20 anos ele saiu, foi estudar na ETA. E ele assim trabalhar em casa, ele pouco trabalhou. Ele me ajudou pouca coisa. Eu queria mais que ele estudasse para ele entender as coisas! Nós tava numa construção ainda e ai daqui a pouco foi trabalhar lá e se apaixonou, daí casou. Então já tá mais difícil dele resolver sozinho, às vezes fala que tem vontade de voltar. Mas como tá meio obscuro ainda aqui, obscuro não! Eu tenho claro isso, mas ele acha que pode não ter futuro aqui (HORÁCIO, 2012).

A visão crítica sobre o agronegócio vai além da preocupação com as escolhas de vida do filho, mas também com os impactos sociais do modelo agrícola em vigor. Fala com frequência sobre contextos políticos nacionais e internacionais, se demonstrando bastante informado.

Já ouviu falar que a semente é o patrimônio da humanidade? Como é que nos tamo construindo patrimônio da humanidade, com veneno? Esse é o patrimônio da humanidade, o capital? O capital pode ser, mas não da humanidade... O Brasil é democrático, mas tá tudo concentrado no capital, as resoluções... O capital que manda, ainda dá as rédeas. Aonde é que vem o maior dinheiro da agricultura? Para o agronegócio, depois é que vem o resto para a agricultura familiar. Essa semana é que vão anunciar o Plano Safra para Agricultura Familiar. Então veio depois! Se não fosse vir toda a população entupir as cidades, disputar emprego. Se tivesse emprego lá na campanha, na agricultura que rico era o Brasil. Que rico era um país! (HORÁCIO, 2012)

Horácio cuida de seu lote praticamente sozinho. Apesar de estar há pouco tempo no lote, já construiu um galpão onde passa boa parte do seu tempo, lidando e observando a lavoura. Assim constrói seu conhecimento. Com sua simplicidade, busca somente uma vida tranqüila.

Eu não conheço nada, só tenho as minhas observações que eu faço. To sempre pronto a aprender mais das coisas... Se daqui há 10 - 15 anos eu conseguir me aposentar, tenho meu lugarzinho aqui, meu auto-sustento e daí vou ter uma vida mais tranqüila. Eu acredito nisso! (HORÁCIO, 2012)

4.3.9 Investindo no Coletivo

Naturais de Iraí, Clóvis e Vilma também vêm de famílias de agricultores. Produziam: feijão, milho, soja, fumo, os cultivos típicos da região. Todos tinham que ajudar na lavoura. Foi na região que se conheceram, segundo ele “o amor falou mais

alto. Foi paixão à primeira vista e não se larguemos mais. O amor falou mais alto!” A primeira filha nasceu ainda em Iraí. Seguiram na agricultura familiar, tinham um pedaço de terra, mas viviam a mercê da instabilidade do tempo, veio a seca e perderam tudo. Engajou-se no MST por influência de lideranças locais, que visitavam os agricultores e falavam sobre o Movimento. Ela relutou um pouco a ir acampar: “Pra te dizer na verdade eu era contra nós ir pra acampamento. Eu não queria, até criticavam porque os familiares de perto diziam que não ia dar certo. Eu não queria sair de lá” (VILMA, 2012).

Ficaram mais de 2 anos acampados “fazendo luta”. Nesse processo, passaram por diversas cidades como Santo Arlindo das Missões, Planalto, Panorama, São Luiz Gonzaga. Sempre fazendo ocupações e sendo despejados: “foi sofrido, mas é divertido!” (VILMA, 2012) Para se sustentarem no acampamento ele pegou algumas frentes de trabalho, com as macieiras em Vacaria. Ainda nesse período, Clóvis fez um curso em Palmeiras das Missões e foi escolhido para “achar sem terra”. Mas preferiu ficar no acampamento, pois teriam que cuidar de 16 municípios, teria pouco auxílio financeiro e, também, não gostava muito de reuniões. No acampamento, Vilma se integrou na equipe de alimentação, ele atuou no grupo de religião e de segurança. Deixa claro que acampar requer organização e disciplina.

No acampamento a gente não se manda! Tu sabe o que significa um acampamento? Eu vou te dizer! Nós chegava numa fazenda aqui, nós ocupava, daí a pouquinho corre que vem do governo lá um despejo. Tem que sair! Se nós não sair eles tiram a força. Já muitos de nos tentamos bancar o pé ali e levamo-lhe pau! Levamo-lhe pau das forças armada, que nem diz o outro. É polícia, porque tamo no setor deles, é pau mandado dos governantes, entendeu? Se nós temo 100 família pra sair, sai as 100 família. Daí vamos pra outro lugar, outra terra, daí tem que espera ter terra liberada para assentar. Daí aquela discussão dos grupos, no acampamento tem grupo de religião, tem grupo de segurança, tem grupo da higiene, da saúde. Isso ai no acampamento tem tudo! Se te perguntarem, assim no acampamento é moda bicho? Não! No acampamento tem regra, somos que nem os militares, tu tem que cumprir se tu não cumprir tu é expulso! Não adianta! (CLÓVIS, 2012)

No acampamento nasceu a segunda filha, falando sobre a personalidade da filha brinca: “decerto que a Alice vai ser articuladora do MST!” Em 1998, foi sorteado para vir para o Assentamento de Viamão, na verdade vieram 32 famílias da região de Iraí. Ficaram todas próximas. Toda a família dele está no assentamento, o pai e os quatro irmãos. Como todos assentados, ficaram acampados até conseguirem

organizar suas próprias moradias: quando nós chegamos aqui nós tava lá pra baixo tudo nuns barracos porque nós não tinha casa... Daí nós viemos pra cá, nos organizemos e começamos a construir (VILMA, 2012)".

Lembra que desde o tempo do acampamento, o chamado era de que os assentados de Viamão deveriam trabalhar com arroz, de forma coletiva. Orientação que Clóvis levou à risca, desde que se engajou se articulou em um grupo. Até hoje, já esteve em 3 grupos de produção, buscando encontrar a melhor forma de trabalho. Nesse processo, foi se dando o envolvimento com o plantio do arroz.

Eu sempre investi no coletivo, se tu procurar aí no assentamento acho que não acha alguém que tenha investido tanto como eu! Eu acredito nisso! Mas não é fácil! Tivemos um grupo de 32 famílias em uma área comunitária só que esse grupo não deu certo, e acabamos se deixando que nem diz o outro... Seguindo desses grupo coletivo eu escolhi um outro de 9 companheiro. Nós já tava aprendendo a lutar com o arroz. Quem tava aqui na época era os Catarina, os Catarina era quem lutava com o arroz germinado. E nós não lutava com esse arroz, e aí nós começamos, eu comecei a aprender. Na época podia o químico, não era o orgânico. Daí em função do grupo dos 9, nós tinha um trator e eu fui alugado junto com o trator para esses Catarina. Trabalhei mais um ano, e daí o grupo não deu certo. Daí permaneci 3anos aqui num secador, aqui pertinho. Nesse secador eu era responsável, levei mais 14 companheiros para trabalhar comigo. Nesses tempo a minha terra era os Catarina que tocava, aí foi que estourou que aqui tinha que lutar com arroz orgânico! Perdemos umas quantas família porque não podia mais veneno e essas coisas. Daí começamos discursar no grupo gestor que só se plantava com arroz orgânico daí eu fiz essa discussão com o companheiro Oswaldo e criamos esse grupo aí (CLÓVIS, 2012).

Desde então está plantando em sua própria área, aprendendo a plantar arroz. Em Viamão a família cresceu com o nascimento do último filho – Ivan, agora com 4 anos. O casal demonstra uma relação forte de parceria. Quando pode, Vilma faz algum trabalho, especialmente no período entre safra, quando ele fica um pouco mais em casa. Durante a época de trabalho com o arroz, é ela quem fica em casa cuidando das crianças e também ajuda a cuidar do filho de uma vizinha: “quando um trabalha o outro tem que ficar em casa”. Também no entorno da casa mantém uma horta de consumo.

Comenta que na safra passada recebeu uma visita de um grupo de estudantes de Santa Maria, que vieram observar o trabalho. Clóvis ficou surpreso, ou melhor, chateado em ver a visão sobre os sem terra demonstrada pelos estudantes.

Não sei se no teu colégio é assim, mas os estudantes lá de Santa Maria diz que lá falam mal de nós que tá louco! Diz que até os professor deles, lá é

gente que não gosta de nós. É esses estudantes que paga por conta, que tem dinheiro. Daí quando eu comecei a colocar água para tirar os inço, sabe onde é que eu levei eles? Levei direto no negócio, lá no meio dos arroz e o cara tirando pau! (risos). Ficamos lá quatro dias, chovendo... Mas faze o que, né? Agora vamos ver se eles passaram, se fizeram o trabalho deles! Acho que foi um dia só que ele ficou lá nos arroz, mas eu mostrei pra ele o sofrimento na prática! (CLÓVIS, 2012)

Diz que está feliz com o momento de hoje, sente que seu grupo de trabalho está se desenvolvendo bem. Apesar de não ser o coordenador do grupo, mantém um papel muito ativo, estando bastante informado sobre tudo que acontece. Também está sempre atento e participativo das discussões coletivas: “tem muito companheiro que quando nós vamos pro debate eles não falam. Eu já falo! Sou meio bocudo, porque nós temo um compromisso com o grupo”. Sente que a família também vive um bom momento, estando em um contexto bem melhor com acesso a recursos e uma qualidade de vida maior: “Estou feliz com esse momento de hoje! Quando penso em Iraí, nós aqui estamos melhor. Estamos conseguindo!” (CLÓVIS, 2012).

5 AS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

O cotidiano das famílias envolvidas com a produção de arroz é bastante influenciado pelas diferentes etapas ou fases do processo de cultivo, sendo o calendário anual organizado conforme essas atividades. Assim, seguindo a lógica proposta pelos atores, neste capítulo apresentamos três dimensões onde identificamos a construção prática do conhecimento agroecológico: a lavoura, o corre e o habitar. A lavoura esta associada às práticas que envolvem o plantio e o manejo do arroz, e suas diferentes etapas. Seria o que alguns autores identificam como as dimensões internas da transição agroecológica ou ainda as atividades que ocorrem “da porteira para dentro”. Ao percorrer o ciclo de plantio, são apresentadas as concepções e formas de interação dos agricultores com o arroz, o solo, a água e demais elementos necessário ao cultivo.

O “corre” esta relacionado às atividades necessárias para a viabilização do plantio, o processamento do grão, questões administrativo-burocráticas, a participação em espaços organizativos e políticos e por tanto envolve toda a rede de relações sociais da produção. Assim, podemos dizer que seria a dimensão referente ao processo de transição externa, porém nas atividades sob as quais os atores atuam e, portanto tem poder de ação. Torna-se a dimensão onde os processos de negociação ficam mais evidentes, e é onde descrevemos a ação e interação dos 3 atores coletivos centrais para a pesquisa, sendo estes: os grupos de produção, o Distrito de Irrigação e o Grupo Gestor do Arroz. Ressaltando que entendemos que estes hora atuam como atores coletivos, hora são arenas onde diferentes projetos estão em negociação e disputa, alternâncias que tentaremos evidenciar ao longo do texto.

Entendendo que o conhecimento acontece e se expressa não só nas tarefas de trabalho, na terceira dimensão “o habitar” buscamos contemplar aspectos da vida dos agricultores que vão além do processo produtivo e tratam do modo de vida: as relações familiares e comunitárias, a conexão com o território, os cuidados com a saúde, outras fontes de renda, estratégias de reprodução, entre outros. É importante ressaltar que estas 3 dimensões não são estáticas e desconexas, pelo contrario se interpõem e entrelaçam criando uma série de interfaces.

5.1 A Lavoura

Entendemos que o conhecimento agroecológico foi sendo construído ao longo de cada ciclo produtivo. Apresentamos aqui o percurso percorrido nas safras 2011/2012 e 2012/2013, visto que foi o período de realização desta pesquisa e pode ser entendido como um recorte da trajetória anual vivenciadas pelo conjunto de atores envolvidos. É nas formas de intervenção para cada etapa, nas práticas e nos discursos que podemos ver a heterogeneidade dos atores. Visto que as famílias também têm um tempo distinto de envolvimento com a transição agroecológica e um histórico diferenciado com o cultivo do arroz, podemos também perceber uma diferença de acúmulo entre aqueles que estão há mais tempo no processo e os recentemente envolvidos.

A partir dos dados levantados em campo, entendemos que o cultivo do arroz pré-germinado envolve quatro fases principais, a saber: preparo do solo, germinação das sementes e semeadura; estabelecimento da lavoura e maturação e colheita. O período de cada uma das etapas pode variar conforme o ciclo da variedade de arroz cultivada, porém todos tendem a seguir um percurso similar. Por ser um processo cíclico, o final de uma fase é o início da seguinte e requer um cuidado específico, onde a habilidade de ler e manejar os elementos bióticos e abióticos são fundamentais para o sucesso da colheita. Porém, uma colocação constante entre os agricultores é de que não há uma receita ou uma linearidade de práticas, mas sim um contínuo processo de observação e interação.

A questão é conseguir transformar coisas mortas em vivas, quanto mais você conseguir aproveitar a natureza te ajudando ou você ajudando ela a fazer esse trabalho. Porque ela consegue fazer isso, só as vezes não é no meu tempo! O tempo da natureza é diferente, o capitalismo exige de você um resultado imediato, uma solução imediata. Se você vai trabalhar na Agroecologia não tem uma solução imediata. Orgânico é bem diferente das outras coisas, você tem que aprender a observar as coisas, na observância do capitalismo só no olhar já detecta é tal produto que precisa e vamos meter, não dá tempo ao tempo, tempo da planta reagir, tentar reagir ou <eu to ficando fraca, to precisando de alimento> mas não é o químico que resolve porque assim você ta destrutando a terra com o químico, coisa de louco, como a gente aprendeu a distorcer as coisas... (HORÁCIO, 2012).

Tu vai plantar orgânico mas também tem que produzir, né? Daí tem que tentar entender em primeiro lugar o que é o orgânico na verdade. Porque se

só plantar e dizer que plantar orgânico é jogar a semente na terra e não fazer nada por ela, não vai dar. Lavoura de arroz tu nunca sabe né? Tu chega lá um dia é uma coisa, tu chega lá no mesmo dia um ano depois é outra coisa. Não tem uma receita! Tem que aprender a tentar entender a natureza, ver como ela ta se comportando. Vê o que falta, se ta faltando alguma coisa, se não ta faltando, se está bom! (ALFREDO, 2012).

O preparo do solo vai do período pós-colheita em meados de abril até a semeadura na primavera e tem como principal objetivo garantir a fertilidade do solo. Esta é a fase para a qual identificamos a maior diversidade de estratégias, sendo estas utilizadas de forma isolada ou integrada pelas famílias. Para alguns, essa etapa começa ainda no período de resteva, onde a palha do arroz colhido é reincorporada ao solo contribuindo assim com a produção de matéria orgânica. Outros aproveitam o momento para criação de gado de corte ou leite, permitindo que o esterco contribua para a adubação do solo. A distância da área de lavoura com as residência é uma das dificuldades enfrentadas nesse caso, já que muitas famílias relataram problemas de roubo de gado, Telmo conta: “eu tinha gado, tinha 20 e poucas cabeças. Tinha até de leite organizado lá. Mas tavam me roubando muito, daí peguei e vendi tudo que eu tinha, e segui plantando arroz” (TELMO, 2012).

Outra possibilidade de consórcio com animais é o marreco-de-pequim. Essa prática é de origem chinesa e muito comum nos cultivos no estado de Santa Catarina. O manejo foi introduzido no assentamento com a chegada dos “Catarina” e é vista como uma possibilidade interessante por auxiliar na fertilidade do solo, ajudar no controle de plantas invasoras como o arroz vermelho, podendo além disso ser uma alternativa econômica às famílias, seja como renda através da venda ou como alimento.

Antes de acampar eu já sabia das marrecas, ha 10 anos atrás eu já tinha visto na televisão. Sempre foi um sonho, eu só não sabia como era....A marreca não é uma solução, eu to consciente disso mas ela é uma ajuda! Ela me faz um trabalho excelente, consegue retirar os insumos indesejados na planta do arroz, ela faz uma limpeza para ti conseguir uma pureza de semente. Mas tem que saber lidar com elas, eu não sabia, mas aprendi! Se você larga o animal, ela faz a volta, vai conhecer a divisa. Você já conhece a divisa do seu terreno, mas faça também, vai com ela, tem que imitar um pouco o animal também (HORÁCIO, 2012).

As marrecas preparam a terra, comem o inço tudo! Comem tudo que é bichinho, esterçam na água e já é adubo. Óh bichinho que trabalha, é um tratorzinho! E a terra é vermelha e o marreco é branco, é muito lindo! (TELMO, 2012)

Ao responder uma questão de até quando os marreco devem ficar, Horácio responde “até quando elas começam a namorar, daí é hora de tirar.” Apesar de ser quase um consenso entre as famílias que este consorcio é eficiente, para a safra de 2012/2013 somente um agricultor utilizou o manejo. A justificativa dos demais para não utilizá-la está associada ao custo e a necessidade de cuidados intensos, em especial devido a predadores ou roubos nas áreas de lavoura.

Eles funcionam! Dá 100%, mas tem que ter uma pessoa morando lá! Eu tive que me desfazer delas porque no meu lote, deu muito predador! Muito caracará⁸ e um outro bichinho que ia lá e chupava o sangue deles. Daí eu tinha us 400-450 marreco, o predador pegou muito! Eu ia de manhã e tinha um mundaréu de bicho morto, bando de bicho! E cada bicho (marreco) que morria é uns R\$ 8,00, então não dá! (ERNESTO, 2012).

Botei 500 marreco, me deixaram sabem quantas? 50 marreco, foi contado! Rateamos lá. Em 2 noites foram todas roubadas, uns 4 mil de prejuízo (NESTOR, 2012).

Outro agricultor traz uma perspectiva distinta sobre o papel dos gaviões como predadores: “O gavião não é predador, ele é um reciclador! Eu já observei muito e ele só leva as doentes, então é a natureza! É um serviço que ele faz” (HORÁCIO, 2012).

A fertilidade do solo também é incrementada com a adubação, podendo esta ser de composto orgânico como cama de aviário, pó de rocha ou ainda preparados biodinâmicos. Nesse sentido, as práticas são pautadas não só pela preferência dos atores, mas também conforme o que é permitido pela certificadora. O adubo é visto como algo necessário para melhorar a qualidade da terra, uma questão frequentemente comentada como um problema que alguns associam ao uso histórico de agrotóxicos no local ou ainda a falta de “descanso” para a terra.

Quando comecei aqui, não se achava nem minhoca para pegar lambari, agora ta cheio nas nossas terras, porque estamos cuidando e não usamos o veneno! (LÚCIO, 2012)

O arroz é a comida que a gente come. Tu tem fome tu vai comer, se não, tu vai ficar meia fraca, um dia, dois tu passa. Mas ali tu já não vai passar mais. Então o arroz a mesma coisa, tem que te uma comidinha. Então é essa cama de aviário aí! (NESTOR, 2012)

Um dos entrevistados que alega plantar agroecológico apenas por obrigatoriedade tem outra visão.

⁸ Caracará (*Caracara plancus*).

Essa terra é ruim mesmo e com um lote tão pequeno para sobreviver tu não pode deixar de plantar nenhum ano. O que ajudava era o químico, mas agora não pode mais (CAMILO, 2012)

Meu pai tinha 3 cortes de lavoura, daí plantava um ano num, um ano noutro, dai dava uma produção boa! Aqui não dá porque os lotes são muito pequenos 10-12 hectare então é uma área muito pequena e dai a gente tem que plantar todos os anos...Um pouco da baixa produção eu acho que tem a ver com isso, porque eu tenho aberto umas áreas novas. Ano passado fizemos área do meu guri, uma área nova e aqueles áreas novas que faz tempo que não é plantado ta produzindo melhor, a terra se recuperou (ALCEU, 2012).

Outra estratégia usada é simplesmente deixar a lavoura em pousio, sendo esta certamente a estratégia mais econômica e menos trabalhosa, porém nem sempre eficiente em termos de fertilidade do solo. Nesse período, também é realizada a manutenção do sistema irrigação através da limpeza de canais, valos e possíveis concertos de encanamentos. A partir de setembro, a lavoura começa a ser sistematizada, prática também introduzida pelos “Catarinas”. Nesse processo o terreno é nivelado para que possa ser totalmente inundado, permitindo um bom fluxo do sistema de irrigação. Dentro de cada lote as canchas podem ser separadas por taipas permanentes ou ainda em curvas de nível dependendo da topografia do terreno.

Nos chamamos esses quadros que tem as águas separadas de cancha. Então cada cancha tem sua história, tem seu jeito de ser. A matéria orgânica de um cancha para a outra é diferente, as vezes o sol é diferente, a posição que ele cruza de uma cancha para a outra, a lua, as estrelas é diferente, eu indo para o outro lado de lá eu enxergo diferente (HORÁCIO, 2012).

A sistematização é feita de forma mecanizada por todos assentados, sendo que entre as nove famílias participantes, quatro tem trator próprio, três utilizam o trator do grupo e duas contratam os serviços. Assim, aqueles que possuem maquinário acabam tendo uma redução nos seus custos de produção, além de uma alternativa de renda através da prestação de serviço a outras famílias. Aqueles que não têm tratores, além de ter um custo maior de produção, ficam dependentes da disponibilidade e dos valores da hora máquina, sendo que o pagamento de hora/máquina pode aumentar o custo de produção em até 60% (conforme informação dos agricultores entrevistados).

Muitos agricultores concordam que o preparo adequado do solo é um fator essencial, “o que mais ajuda na produção e o preparo do solo na época certa como

tem que fazer” diz Alceu. O preparo secundário garante o nivelamento do terreno e o destorroamento, ação feita com o uso das grades de disco e de dente. Com o solo sistematizado, a lavoura é alagada por até quarenta dias antes da semeadura, provocando um aumento no processo de decomposição de matérias orgânicas e fermentação no solo.

O processo de germinação acontece com as sementes ainda nas sacas, onde são jogadas em valas próximas as lavouras para que em contato com a água possam germinar, geralmente são colocadas no final da tarde para pernoitar e passar algumas horas imersas. Depois as sacas são retiradas, e ficam sob uma lona no sol para brotarem. Esse é um momento delicado, pois para a semente germinar sem contato com a terra são necessários cuidados que garantam as condições adequadas de umidade, temperatura e oxigênio para que a semente não mofe ou seque demais. Após cerca de 24 a 36 horas, são semeadas à lanço (mecanizada) ou em linha (manual), momento onde alguns agricultores optam por “esgotar” a lavoura, ou seja, retirar toda a água. Outros preferem deixar uma pequena lamina d’água. A época de semeadura e a qualidade da germinação são indicadas como fatores essenciais para a produtividade do grão.

Se você vai plantar arroz tem que estudar a planta do arroz primeiro, como é que vai lidar com uma coisa que você não conhece? Conhece no prato, muito mal ainda. Todo mundo consegue comer o arroz mas não consegue cozinhar ainda, deixar ele prontinho. É, não é? tem que aprender primeiro. Então a planta é a mesma coisa, você tem que conhecer a planta, desde a semente, produzir a semente, começa mais cedo ainda. Não é somente pegar a semente e largar no chão, tem um processo para ser seguido. Não é uma receita! Eu quero olhar a planta, de onde é que ela vem, como é que ela sai do grão, com que energia ela sai, como é que ela se comporta daqui a pouco (HORÁCIO, 2012).

Além disso, as sementes recém germinadas atraem a atenção de aves, que buscam nos grãos uma fonte de alimentação. Assim, os assentados passam tempo integral na lavoura, afastando os pássaros seja com espantalhos durante o dia ou fogos de artifício durante a noite. Na última safra algumas famílias começaram a utilizar giroflex⁹, com acionamento programado por baterias. O descuido com as aves pode acarretar a perda da lavoura.

Tem que cuidar direto, uns dez dias. Tem que ficar lá dia e noite! Tem rodear toda a lavoura, porque senão vem um bando de passarinho e come 10 hectare de arroz num dia! Então nos se trocamos, um dia eu cuido, outro

⁹ Aparelho luminoso usado por autoridades policiais e médicas para facilitar o deslocamento.

dia o vizinho cuida...Damos uns tiro de foguete neles, daí em meia hora eles tão de novo. É complicado! (TELMO, 2012)

A partir desse momento, o manejo da água é essencial: “a ciência para comandar o arroz é a água” diz Clóvis. A água nesse processo não se resume a suprir a necessidade de irrigação da planta, mas também é utilizada como estratégia de controle biológico para plantas espontâneas ou indesejáveis como capim-arroz, arroz vermelho e preto; insetos como o gorgulho aquático (*Oryzophagus orizae*), o caramujo (*Pomacea canaliculata*) e os percevejos-do-grão (*Oebalus poecilus* e *O. ypsilongriseus*) ou ainda fungos como *Helminthosporium oryzae* e *Pycularia oryzae*.

O herbicida do orgânico é a água, porque é o controle teu...Tu semeia ele, tem o tempo de semeadura, tu semeou vamos dizer que esgotou a lavoura. Daí vem o caso do controle do bicho, do caramujo. Tu tirou a água, tu secou a lavoura, tu vai ficar com a tua lavoura 5 dia, 7 dia tu pode deixar, tem gente que deixa mais ainda, deixa torrar. Tu deixa uma semana já ele vai querer rachar tipo assim ó (aponta para o chão), com uma rachadura! Então o bicho que tinha ali e coisa foi... Pode vim o caramujo mais futuramente mais tarde, mas a hora que vir, o arroz já vai ta forte! Ele só come até um ponto, quando o arroz ta mole ainda, durante quinze dias. Depois ele não vai comer mais! (NESTOR, 2012)

A água é tudo. Se não tiver água não tem arroz. A água ela é veneno, ela é o adubo, ela é ureia, ela é tudo para o arroz (ALFREDO, 2012).

Para Cícero, o agricultor mais recentemente envolvido entre os participantes, a complexidade do manejo da água é apontado como uma das dificuldades do cultivo: “O orgânico é mais complicado porque tu tem que ter o controle da água, das pestes e dos inço, se tu não cuidar da água quando vê o inço toma conta, ele é mais puxado para ser produzido” (CÍCERO, 2012).

Depois, o cultivo entra na fase de estabelecimento da lavoura onde o principal é garantir um bom desenvolvimento das plantas e maturação do grão, onde alguns insumos ou preparados biodinâmicos podem ser utilizados. Nas palavras dos agricultores, biodinâmico é:

O biodinâmico é uma forma de produzir, o arroz biodinâmico é um jeito de você produzir ele. Dai tem os preparados que se usa...Mas pra você produzir biodinâmico tem que ser desde o preparo da semente até a colheita. Nós não chegamos ainda no nosso arroz biodinâmico, ihh nem perto! Mas nós usamos os preparados que a gente conhece! O pouco que a gente aprendeu, a gente usa no adubo, no grão... A hora de preparar e a hora de usar já muda tudo! Essa é a diferença de trabalhar com a natureza! (ALFREDO, 2012)

A questão não é quantidade, é a qualidade. A menor coisa às vezes é o que mais faz efeito! O biodinâmico é assim, é um pouquinho e dá uma melhora

de 100%. Mas tem que observar! Não dá para passar receita... (HORÁCIO, 2012)

Diferentes preparados são feitos conforme os agricultores e também a necessidade, “A gente faz fungicidas caseiros com cebola e alho” diz Alceu.

Tem um produto que a gente bota no chifre da vaca e enterra numa terra virgem. Aquilo funciona!! É um fungo que tu coloca na semente quando vai plantar, a gente inocula quando a semente tá germinando. A gente inocula e dá uma fortidão na raiz e o pé já sai valendo! É impressionante! Tem também uns produtos que a gente compra de um cara lá de Tapes, que faz o biodinâmico. Mas é caríssimo os produtos... A gente pega o esterco do animal, mas é montanha de esterco! Daí de ponta em ponta coloca esses produtos e deixa tapado. Daí ele vai fermentando ali. Depois tu pega o esterco, coloca num saco e vai e coloca de ponta em ponta na lavoura. É um tipo de um chá, porque ele funciona como um chazinho só que pra planta....Tem um outro que a gente faz que é com a urina da vaca, daí coloca num tambo, põe mel, açúcar mascavo e mais um monte de coisa, daí faz uma fermentação e depois coa. Daí bota numa bombinha nas costas, mas é uma porcentagem muito pouquinha que tem que botar, senão queima! Com o vento tu toca como daqui lá naquela palmeira lá! Essa é a nossa ureia biofertilizante, é muito bom e funciona! (ERNESTO, 2012)

No outro ano eu coloquei a tal da sílica. É muito bom, achei muito bom. Achei bastante diferente, deu mais rendimento, encheu mais o grão (NESTOR, 2012).

A partir de meados de janeiro inicia o período de colheita, sendo necessária a drenagem do solo. A colheita acontece também de forma mecanizada, seguindo a mesma lógica relatada anteriormente sobre o trator no que diz respeito a propriedade das máquinas e custos. Dos agricultores entrevistados três possuem colheitadeira própria, quatro utilizam do grupo e dois contratam o serviço. Durante a colheita uma grande preocupação é agilidade entre a colheita e o encaminhamento para a secagem, processo que não deve demorar mais do que 12 horas. Assim, a falta de um secador local realmente aumenta custos e dificulta o processo. Outro cuidado relevante é evitar possíveis perdas na colheita e transporte.

Uma questão que envolve o processo de plantio como um todo, é o acompanhamento técnico visto como essencial pelas famílias, em especial para aqueles mais recentemente envolvidos:

Nossos técnico que deram uma mão para nos porque nos não sabia nem dar um risco de arado no banhado! Bah, ajudaram muito nos! Eles diziam “oh vocês querem sobreviver aí vão ter que plantar arroz porque não há outra coisa que produza”... Os técnicos no começo eram excelente! Depois cada 30 dias era um técnico...cada vez era um técnico diferente, vinha um técnico 34- dias e sumia ...Agora nos temo um aí que é o Renato, mas o problema é que o Distrito tá pegando ele só! E ele também é o melhor do mundo, é um parceirão! Que se não é ele também já tinha ido a vaca com a

cinta! Não tinha nada aí, ele tem um grande conhecimento, sabe como fazer, é um homem sério, de confiança (ALFREDO, 2012).

Eles é que ensinaram a plantar, o manejo com a água, até a poda do arvoredo eles é quem ensina nós. Eles me ensinaram a poda, antes tinha pé que dava, pé que não dava... Depois que me ensinou a podar, meu deus! Não tem pé que não dá! (TELMO, 2012)

Conforme o técnico, o seu papel no processo de construção do conhecimento é de auxiliar os agricultores, suprimindo e complementando informações necessárias para a viabilização da produção.

O que os agricultores têm de conhecimento, como qualquer outra pessoa, é sobre o que eles fizeram na vida deles. O que tiveram oportunidade de conhecer, uns mais do que outros se dedicaram a saber, foram em busca. E isso aí na área deles, que é a área agrícola. Então é o resultado da vivência... O meu papel como assistência técnica é tentar suprir o sonho das pessoas, dos agricultores! As ações vêm para fortalecer, contribuir, ajudar, trazer elementos que ainda não foram colocados. Não em uma postura de eu vou lá te ensinar, vou contribuir com o conhecimento (RENATO, 2012)

A relevância da participação dos técnicos para o processo de construção do conhecimento é fundamental de acordo com todas as famílias entrevistadas. Ainda que os mais experientes com o arroz expressem uma menor demanda de auxílio para o processo, a permanência e o tamanho da equipe são questões citadas por todos para a continuidade e qualidade do trabalho. Durante a pesquisa, houve o vencimento do contrato dos técnicos, ficando apenas um profissional que permaneceu 10 meses sem contrato, trabalhando através de esforços do Distrito de Irrigação. A situação de instabilidade era motivo de preocupação para as famílias visto que a atuação do técnico é essencial, não só para apoio nos manejos, mas todo o processo administrativo e burocrático (projetos de plantio, solicitações de crédito, licenças ambientais, etc...) precisa de um profissional responsável técnico.

No nosso grupo o braço direito é os técnicos. Eles fazem a diferença, sempre que precisei estiveram junto com nos! Tiago, Renato, Mateus... Esse é um dado que é bom pra ti, importante de anotar que eu tenho conhecimento da realidade de assentamento A permanência dos técnico aqui, pro nosso grupo e para outros, eles fazem a diferença! Eles já estudaram para isso, nós somos um coiozinho..daqui a pouco vem uma peste nós temo que nos pegar com eles! Estamos até preocupado agora, porque se eles tiverem que sair, creio que a EMATER não tem conhecimento como eles. Teríamos que recomeçar tudo! (CLÓVIS, 2012)

É tranquilo, só que hoje tem pouco. Tá só o Renato! Eles ajudam conforme precisa, quando é necessário, mas eles já sabem quem sabe de todo o processo daí eles só perguntam "daí como é que tá? Tá bom? Precisa de alguma coisa?" Mas eles já sabem, tamo tranquilo. A gente usa eles para

fazer os projetinho como foi feito agora, essas coisas assim. Antes tinha bastante técnico, pras horta, pros arvoredo...(ERNESTO, 2012)

Agora nós estamos bem, mas precisava de mais um também eu acho! Mas ele também vive se clamando, coitado, e a gente entende bem né? Volta e meia não sabe quem vai contratar ele, quem é que vai pagar...porque todo mundo precisa trabalhar né, precisa recebe e ta nessa pendenga! Tem família! Volta e meia ficamos com medo de perder ele, dai surge um convênio, seguramos mais uns dias, o próprio distrito também ajuda. Temos ai nessa pendência! (ALFREDO, 2012)

Somente no final da pesquisa, em janeiro de 2013, a situação foi regularizada com a renovação do contrato do técnico e a contratação de mais 6 profissionais, ficando as responsabilidades conforme as linhas produtivas e projetos a serem executados, a saber: Distrito de Irrigação (acompanhamento de campo, projetos, plano de gestão, maquinário e revitalização sistema), educação, hortas, fruticultura, criações de animais, projetos de credito, agroindústria, grupo de mulheres, ações saúde, produção de arroz, licenciamento ambiental, juventude, secretaria. Para além da acessória técnica, as famílias demonstram uma forte relação de afetividade e confiança com os técnicos.

O Renato dá uma conversada bonita, umas participações importantes. Umas explicadas boa! Tu viu aquele dia na reunião? Bah! Eu gosto dele! Tamo sempre junto, um camarada que qualquer coisa o cara liga, tira uma dúvida, te dão atenção! Tão ali pra quilo! Tu quer ai executar uma coisa, um projeto, é um cara que sabe tudo! Sabe teu RG, sabe teu CPF, sabe onde tu mora, o cara sabe tudo! Como é que tu vai duvidar de um cara desse? (NESTOR, 2012)

Eles tão ficando mais participativo, mais comunicativo com nós, antes nos tinha os técnico, mas nos nem conhecia os técnico. Hoje estamos tipo assim: família sabe? Eles chegam, nos conversamos, eles nos ensinam. Bah! Nos estamos faceiro com eles! Tanto é que tamo meio triste porque tão saindo já, tão meio desassalariado, mas a gente precisa de gente que esteja junto com nós (ARLINDO, 2012).

Ainda que o número de plantadores possa parecer pouco em relação ao numero total de famílias envolvidas com a produção, os agricultores falam com satisfação que o número de plantadores está aumentando nos últimos anos.

Antes eram mais os "Catarina" que plantavam aqui, agora é nos mesmo! Agora tá todo o povão descendo lá pra baixo! Então quando chega época de plantio é moto veia, carro velho se cruzando lá por baixo. Então se sabe que quem ta plantado somos nós e antes não era assim. Então foi bom que deram essas regras, porque se o povo não quer plantar, o que ta fazendo em cima da terra? (ERNESTO, 2012).

5.2 O Corre

Durante o convívio com agricultores era comum escutar falas como “quem planta o grupo é o Fulano, Beltrano é quem corre”, ou ainda ao tentar agendar encontros ouvir como justificativa de impossibilidade “amanhã não dá, tenho que correr!”. Assim, compreendemos essa dimensão que também é percorrida ao longo do ano, mas que não acontece na lavoura, mas sim nos espaços de reuniões, na cooperativa, e que muitas vezes faz com que os assentados se desloquem para o centro de Viamão, para Porto Alegre ou Eldorado do Sul. É a dimensão que envolve as atividades necessárias para a viabilização do plantio, o processamento e a venda do arroz. Assim envolve toda a rede de relações sociais da produção e onde os processos de negociação ficam mais evidentes, pois é onde se lida com documentos, contratos e os recursos financeiros.

Os dados aqui apresentados são os coletados durante entrevistas, mas também observações de reuniões, seminários, avaliações de safra, etc. A relevância dessa dimensão para o processo de construção do conhecimento agroecológico está em demonstrar que este envolve mais do que o manejo agrícola. Novamente não há um início determinado, já que também segue um processo cíclico e concomitante ao manejo da lavoura.

Porém, começaremos abordando o processo de elaboração dos projetos, já que esta é a ação inicial para viabilizar o cultivo e um requisito do INCRA desde 2004. Para a safra 2012/2012 aconteceu em meados de junho após o lançamento pelo INCRA de um edital de abertura de safra (ANEXO 2). No edital são descritos os critérios de plantio e as etapas do processo que envolve: a apresentação dos projetos; avaliação e julgamento; publicação inicial; contestação dos projetos reprovados, publicação final dos projetos aprovados e reprovados e assinatura do termo dos contratos de irrigação.

A análise dos projetos deve ser realizada por uma comissão composta por representantes do INCRA, do Assentamento, assistência técnica e dos órgãos ambientais, ainda que estes não tenham estado presentes nos últimos anos. A apresentação dos projetos acontece através do preenchimento de um formulário (ANEXO 3) com dados de contato de cada família, informações sobre o lote, o total de área a ser plantada, a variedade, previsão de preparo do solo e de plantio. Acompanhar o processo de elaboração dos projetos certamente foi um dos

momentos de campo mais relevantes para a essa pesquisa, pois permitiu que tivesse um contato (ainda que breve) com todas as famílias envolvidas com a produção de arroz e também evidenciar as relações de poder e divisão de trabalho entre os grupos.

Os encontros aconteceram nos centros comunitários de cada setor, onde cada família apresentava seus documentos e informações ao técnico, que preenchia o formulário e conferia através de uma imagem de satélite as informações sobre o lote e área de plantio. Os documentos são elaborados pelo titular do lote ou o cônjuge, desde que este conste Relação de Beneficiários (RB) do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA/INCRA. Nesse momento, ficava evidente a atuação do técnico ao saber de memória a localização das áreas da família, o grupo a que pertenciam e detalhes como a variedade ou potenciais dificuldades para o plantio. Ao mesmo tempo, o grau de informação das famílias em relação a sua área e dados sobre o plantio também evidenciava sua relação de proximidade ou não com a produção. Em alguns casos, as informações eram quase que totalmente fornecidas pelo coordenador do grupo, demonstrando assim o pouco envolvimento com o processo de plantio. O caso mais extremo, foi de um senhor bastante idoso que não sabia informar nem seus dados pessoais como endereço e telefone, além de não saber assinar, sendo necessário um carimbo para registro de sua digital no campo de assinatura. Importante ressaltar que famílias com um alto nível de apropriação das informações também era presente. Um fato interessante era a presença expressiva das mulheres na elaboração dos projetos como titular do lote, conforme os dados já relatados nas Trajetórias.

Os lotes em situação de irregularidade podem ser plantados, neste caso, qualquer assentado regular pode apresentar projeto de plantio e caso haja mais de uma proposta, no processo de decisão o beneficiário com áreas mais próximas terá prioridade. As famílias afirmam que não existe mais processos de arrendamento, já que todo o processo administrativo é feito no nome de cada beneficiário, precisando este assinar os documentos e se fazer presente em momentos de tomada de decisão.

Antes eles chamavam de parceria mas não passava de arrendamento porque nada saia no nome das pessoa. Agora sai tudo no nome da pessoa!
(ANA, 2012)

Vem tudo no nome deles! A cooperativa só faz nesse sistema aí. A parceria do grupo é participativa! É obrigatório, tu tem que participar, tem que te envolver, tu tem que te envolver no que tu tá fazendo então está sendo assim e eu acho até que é melhor. Tu tem que te envolver, tem que saber quanto é que tu gastou: “olha aqui ó fulano é o teu lote, tu gastou tanto, te sobrou tanto, tu entende?” Tem que participar, tudo tem que ser participativo, aquela pessoa tem que ser envolver, tem que saber, entende? (NESTOR, 2012)

Após encaminhar os projetos, o técnico é quem auxilia na mediação sobre os resultados entre o INCRA e os beneficiários. Nesse meio tempo, acontece a Avaliação da safra anterior, em dois momentos: uma primeira etapa local, no Assentamento e um momento regional onde participam todos os assentamentos que compõem o Grupo Gestor do Arroz. A avaliação local aconteceu no setor C no final de junho, com cerca de 50 pessoas presentes entre famílias produtores, técnicos, assentados de outros assentamentos. A atividade é programada para o dia todo e é facilitada pelos membros da COTAP. Durante o encontro os representantes de cada grupo de produção são convidados a trazer a análise do grupo sobre a safra em alguns minutos. Infelizmente nem todos os grupos estavam presentes e alguns fizeram falas bem curtas e um tanto confusas, dando a impressão de terem dificuldade de se expressar ou não terem compreendido a proposta do momento. Ainda assim, foram levantados vários dados positivos e negativos em relação a Safra. Entre as questões a serem melhoradas está o alto custo da produção, em especial necessidade de contratação de horas/máquinas e os custos de secagem. O atraso no manejo da terra e plantio foi colocado como das causas da baixa produtividade, aliada a terras “ruins” como áreas muito arenosas ou pouco férteis. Os relatos sugerem uma grande variação de produtividade entre os lotes com resultados que vão de 40 sac/ha a 80 sac/ha. A justificativa pelas diferenças de produtividade é atribuída à baixa fertilidade do solo de maneira geral.

Tá dando uma porcentagem baixa, a gente está tentando negociar com a Cooperativa um adubo orgânico para aplicar, porque a terra tá ficando com pouca vida. Tamo colhendo pouco por hectare (ERNESTO, 2012).

Nós temos muito problema aqui porque dá baixa produtividade, não se conseguiu ainda chegar na causa. Não se diz que vida gera vida? Então a terra tendo vida ela consegue gerar outra vida, o arroz, a planta do arroz é uma vida vegetal, então a terra precisa ter vida para transferir essa vida para vida vegetal. Qual é a causa, porque ele não está fazendo isso? Não tem mais vida, qual é a causa? Ela tá pedindo ajuda! tá pedindo ajuda! Dependendo da ajuda que você dá, você estraga mais ou ajuda (HORÁCIO, 2012).

Alguns grupos também tiveram problemas com o sistema de irrigação, seja por valos sujos ou canais que estouraram, acarretando na falta d'água. Conforme alguns agricultores, a valor da venda do arroz poderia ser melhor. No entanto, há de maneira geral, um reconhecimento de que é necessário o envolvimento das famílias com outras atividades produtivas para o incremento da renda. Também, foram feitas avaliações sobre o processo do Distrito de Irrigação onde o novo sistema de pagamento da água com sacas de arroz é visto por todos como extremamente positivo. Um dos critérios de aprovação recentemente incluídos no Edital para a elaboração dos projetos de plantio é incluir um documento individual por beneficiário autorizando a cobrança da taxa da água no valor de 5 sacas de arroz em casca limpo e seco por hectare cultivado na safra, a ser descontado em arroz diretamente no secador da COOTAP no final da referida safra.

Assim, o sistema tem ajudado a acabar com problemas históricos de inadimplência na conta de água e garantido uma receita para o Distrito de Irrigação. A atuação do Distrito também é vista como um processo em construção e amadurecimento, sendo o crescente cuidado no planejamento e a composição massiva do Distrito por plantadores, como os grandes diferenciais. Uma questão problemática para os presentes era a condição do técnico, que há meses estava com o contrato encerrado, aguardando nova contratação. O final da manhã e boa parte da tarde foram dedicados a um processo formativo-educativo sobre a produção, onde o técnico da COTAP apresentou de forma detalhada o cronograma de plantio e possíveis práticas de manejo.

Em meados de julho, aconteceu o XI Seminário do Arroz Ecológico em Eldorado do Sul. O momento é em muitos aspectos similar ao da Avaliação da Safra anteriormente descrita, porém se configura como uma arena mais ampla, contando com representantes de todos os atores que compõem o Grupo Gestor do Arroz, a saber: membros da COTAP, técnicos da COPTEC, agricultores das 350 famílias de 11 assentamentos em sete municípios do Estado. Foram apresentados dados relacionando o processo de planejamento em cada um dos assentamentos envolvidos na produção do arroz, acompanhado de uma síntese das avaliações locais feitas. A tabela 1 apresenta um recorte dos dados apresentados no que diz respeito ao processo como um todo e os dados de Viamão.

Tabela 1 - Resultados da Safra 2011/2012 de arroz agroecológico.

	Grupo Gestor do Arroz			Assentamento Viamão			Representatividade na Execução de Viamão em relação ao Grupo Gestor
	Planejamento	Execução	Relação entre Planejamento e execução	Planejamento	Execução	Relação entre Planejamento e execução	
Área de plantio (ha)	3363	2788	83%	856	745	87%	27%
Média de produtividade (sac/ha)	78	70,5	90%	83	69	83%	98%
Média de produtividade do arroz limpo e seco	27,1882	207,541	763%	71,048	46,19	65%	22%

Fonte: elaboração da autora baseada em COTAP (2012).

Foi apresentada também uma análise econômica, onde a partir de uma média entre 2 grupos com valores extremos foi calculado os custos e lucros de produção. Os grupos de produção de Viamão obtiveram uma média de custo de 46,5 sac/ha e de lucro de 13 sac/ha, apresentando a pior correlação entre custo e produtividade da região. As principais variáveis para o custo são: o uso de água, preparo do solo, compra de semente, insumos, frete e processo de colheita. A avaliação é que a maior variação é em relação à produtividade, visto que conforme os dados levantados os que colherem mais, também tiveram um custo mais alto. Na avaliação geral de Viamão os indicadores apresentados como positivos foram: o preço pago pelo arroz; a colheita realizada no prazo; as políticas implementadas pelo Grupo Gestor, o acompanhamento Técnico, avanços no processo do Distrito de Irrigação e a qualidade da semente distribuída.

Entre os principais gargalos citados estão: processo de irrigação e gestão do Distrito, necessidade de baixar custos de produção, armazenamento e secagem; preparação tardia do solo muito prejudicial; baixa produtividade das lavouras e a falta de cooperação entre os grupos. De acordo com a avaliação Geral do Distrito de Irrigação, os principais desafios para a próxima safra seriam: diversificar as estratégias de produção e renda; aumentar a produtividade das lavouras, melhorar o manejo do cultivo, baixar os custos de produção, incrementar as estruturas de colheita, melhorar o planejamento e execução. Entre os comentários e intervenções, foram apresentadas algumas reflexões aos dados das quais destacamos algumas falas:

O preço esse ano foi uma chiadeira!! Abriu a exportação, o governo entrevistou no mercado antes e o arroz convencional subiu...Então a diferença entre o

convencional e o orgânico foi bem menor, então vamos ter que trabalhar com uma média/ano, porque o orgânico não consegue lidar tão bem com as flutuações de preço (EMANUEL, 2012).

Olha, eu acho que se nós não fazemos melhor o manejo é por falta de recurso, tamo tudo quebrado!..Tem também o tempo, ta fazendo mais de 40° na lavoura, não tem como granar assim! E tem que ver a cooperação dos companheiro na lavoura também para respeitar as escala da água, senão não dá! Vocês sabem do que eu to falando...Isso são problemas internos do assentamento que temos que discutir (JOEL, 2012).

Olha, tem que ver bem esses dados aí! Porque o Horácio faz 2 anos que só vive de arroz e o lote dele é o que melhor deu! É o com maior produtividade, mas ele ta com gado e marrecó! (MANUEL, 2012)

Depois, houve a reunião de planejamento da Safra seguinte, contando com representantes dos grupos de produção, do Distrito de Irrigação, da COTAP e da COPTec. Conforme, relatado anteriormente, o Distrito de Irrigação foi criado ainda em maio de 2005, como uma associação civil constituída pelos agricultores irrigantes, tendo como objetivo a administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e o rateio das despesas destas atividades, sendo a participação dos camponeses compulsória e uma exigência para a consolidação do PAC-Viamão.

Como a água é o que precisa, um precisava de água ia lá e largava água pra sua lavoura, daí tirava água do outro. Daí o outro ia lá trancava e pegava para si, aí era sempre uma baderna. Daí começamos a tirar uma pessoa que fizessem isso, nos pagava um dinheiro pra ela e ela coordenava. Era um jeito de eu não dizer “eu preciso de mais” ou outro dizer “não! essa é tua parte, e aqui a parte do outro”... Um ficava num canto de uma tranca e outro ficava noutra, não se tu fechar eu vou abrir! A partir disso a gente foi evoluindo, evoluindo até criar um Distrito. Justamente porque não tinha uma coordenação da área, do que podia plantar. Um ano foi plantada toda a fazenda e daí não tinha água. Aí, como é que iam fazer né? Aí que foi que a SEMA entrou na jogada porque nos queria água e a Barragem tava seca. Daí não tinha o que reclamar pra ninguém porque nos mesmo tinha decidido! Se ela comportava 1500 como hoje é o dado, plantar 2 mil hectare não vai chegar nunca e ninguém vai ficar contente. E daí foi criado esse Distrito de Irrigação (ALFREDO, 2012).

O técnico apresentou com o auxílio dos agricultores o projeto de planejamento de cada um dos grupos. Um fator que gerou um certo debate foi a respeito dos possíveis cortes de área, uma medida que as vezes é tomada pelo Distrito caso a área total de plantio seja maior do que a permitida ou ainda por possíveis dificuldades de irrigação. Assim, as posições mais fortes são daqueles que vivem unicamente do arroz e entendem que caso sua área seja cortada, ficariam prejudicados.

Outra questão problemática que surge no Distrito são os casos de famílias com área dentro do perímetro de irrigação que não irão plantar, porém tem áreas localizadas no meio de lotes que terão plantio, fazendo com que o Distrito tenha que arcar com os custos de preparação destas lavouras, pois delas dependem outros agricultores devidos às conexões do sistema de irrigação. Novamente, um tempo foi dedicado à revisão do itinerário técnico. Entre as reuniões observadas até então, as reuniões do Distrito são os espaços onde percebemos uma maior interação e troca de experiências entre os agricultores assentados, que ao falar de suas terras e pedir ajuda aos outros agricultores, ou ainda comentar situações ocorridas nas lavouras de outros agricultores demonstram como a experiência de um contribui para o outro.

A tarde aconteceu a Assembleia Geral da Associação dos Moradores – AFISE. Assim, a reunião teve a presença de famílias residentes de todos os setores e tratou de pautas relevantes a toda a comunidade como novos possíveis financiamentos com o BNDS e o Governo do Estado, que será utilizado para a construção de um parque de máquinas e um secador de arroz no assentamento. Durante a Assembleia foi feita a prestação de contas do Distrito de Irrigação, onde 60% do recurso tem sido gasto com limpeza e manutenção dos canais de irrigação, visto a situação de precariedade do sistema. A Assembleia também elege o novo Conselho Gestor, com representantes de todos os setores e grupos de produção, tendo 9 agricultores plantadores.

Agora cada coordenador de grupo faz parte do Distrito de Irrigação. É obrigatório fazer parte do Distrito de Irrigação porque tem que passar pro pessoal, pro grupo o que tem que fazer. O distrito de irrigação é quem decide aqui dentro. Então tem que participar! Nós nove decidimos o que fazer, mas o distrito de irrigação é a maioria, é todo mundo! Todo mundo que planta arroz faz parte do Distrito de Irrigação, funciona assim” (NESTOR, 2012).

A gente tem eleição a cada dois ano, daí tem que trocar. Mas nós fizemos uns acordo pra não trocar tudo de vez, porque tem que ficar uns que sabem para ajudar os outros a ir pegando o ritmo! Eu já estou vencendo 2 anos, então vou sair (ERNESTO, 2012).

Na primeira reunião do ano da nova Gestão do Distrito, é discutido o planejamento das atividades do ano e da contratação de equipe. É anunciado também o recebimento de um recurso para a compra de máquinas para serem utilizadas de forma coletiva pelo Assentamento. A possibilidade de melhoria nos equipamentos e maquinários e tido como uma vitória pelos agricultores, visto que

isso irá facilitar e baratear o processamento do arroz colhido: “Nos vamos ficar até nojento porque nós não tinha nada” diz Alceu (2012).

Entre as atividades essenciais para o plantio, sob responsabilidade do Distrito, está a manutenção do sistema de irrigação. O acordo interno é que o Distrito é responsável pela limpeza de dos pontos mais altos de cada terreno, viabilizando que o sistema de irrigação funcione em boa parte por gravidade. A definição das áreas a serem limpas acontece em um processo de negociação, onde são discutidas as necessidades conforme a situação atual das lavouras e experiências passadas. Ernesto (2012) ressalta que a organização foi necessária visto que o sistema de irrigação foi construído para ser manejado por uma pessoa (o antigo proprietário) e atualmente tem que ser gerido por 376 famílias.

Os valos foram feitos para um dono só, mas hoje somos 376. Então nós não podemos plantar todo mundo na mesma época. Temos que ter um planejamento. Se meu grupo plantou aqui, tipo na área da nascente onde nos temos 300hectares. Se eu planto hoje 2-3 lotes, daí o vizinho tem que esperar uns 4 dias para plantar os lotes dele. Porque quando eu não querer mais água aqui, o outro vai ocupar ela lá na frente! Tem que ser assim, água programada, senão não chega para todo mundo! (ERNESTO, 2012)

Além da equipe de campo, que sempre é contratada, pela primeira vez foi decidida a contratação de um coordenador para as atividades do Distrito, com a função de acompanhar a execução das obras do parque de máquinas e secador, a compra e utilização de maquinário de uso coletivo, supervisionar a manutenção do sistema de irrigação, entre outras tarefas. Na fala dos agricultores: “o coordenador é esse sujeito para fazer o corre fora e sentar 1-2 vez por semana com o caneleiro e o técnico pra discutir e toma decisão das atividades”. Os critérios apontados para o ocupante do cargo são: pertencer ao assentamento; conhecer o processo produtivo e organizacional do arroz; ser alfabetizado; ter carteira de motorista e ter experiência em lidar com projetos e habilidades de informática. A definição do coordenador apesar de essencial se mostra uma tarefa árdua visto que nenhum dos presentes quer deixar sua lavoura para assumir essa função. Além disso, nos nomes sugeridos nenhum cumpre de forma integral os critérios apontados, sendo várias vezes sugerido que o técnico local seria o mais indicado, criando uma situação no mínimo complexa visto que este já está sobrecarregado de tarefas. Como solução, é definida a abertura de um processo de seleção interno no assentamento, para o qual aparece uma grande variedade de candidatos, porém sem condições de cumprir com as expectativas. Assim, um dos ex-

conselheiros do Distrito é persuadido a assumir a tarefa, entendendo que, entre os critérios colocados, o conhecimento do processo produtivo e organizacional do arroz é o mais relevante. A nova equipe do distrito é complementada por 1 caneleiro e 2 operadores de máquina, dos quais nenhum pode atuar no Conselho, porém deve ter conhecimento e experiência com o plantio em Viamão.

Ha cerca de cinco anos a COTAP tem atuado como uma subsidiária e articuladora para os grupos, fornecendo o recurso para a compra do óleo diesel, as sementes para o cultivo. Assim, acontece uma série de reuniões e negociação com a COTAP, Distrito e Grupos onde a partir dos projetos encaminhados e aprovados, é acordado e encaminhado o cronograma de liberação dos recursos.

Agradeça a COTAP porque se não era eles essa força de financiar o óleo, de dar semente, eles não tinha condição de fazer (ALCEU, 2012)

A gente faz por causa da cooperativa, porque senão nos não fazia. A gente deve muito a cooperativa. O dinheiro eles dão pro diesel, eles te servem a semente. No ano quando a gente começou, poh não tinha um pila, nada! Hoje ta funcionando melhor através da cooperativa que ta dando esse apoio que eu te falei pra ti (NESTOR, 2012).

É a Cooperativa que ta dando uma mão agora pra o Distrito também né, porque o distrito tava quebrado. O INCRA quebrou ele com aquele ação né? Com aquela colheita ninguém pagou o distrito levaram todo o arroz. É isso que eu to me referindo, eles poderiam pelo menos pagar o distrito. O distrito trabalhou, irrigou toda a lavoura e chegaram e levaram tudo e nem a nossa parte. Dai como é que , se você não colhe um grão de arroz, como é que tu vai pagar a tua água? o distrito dependia daquilo pra poder tocar o outro ano, né? Então aquele divida foi se arrastando, a COTAP veio e deu mais um empurrão no distrito. Conseguiu adiantar um dinheiro no Distrito para poder plantar. Se não fosse a COTAP não teria acontecido. O agricultor fica dependendo do distrito para poder planta e mandar água na lavoura (ALFREDO, 2012).

Nós fizemos uma boa negociação com a COTAP, porque o pessoal tem tudo que pagar a água e agora ta todo mundo voando baixo..não tem dinheiro. Então ela dá um dinheiro adiantado que nos botamos em hora/retro. Manda dinheiro pra nós comprar diesel, então ta bom! Ta bem encaminhado, porque assim não falta dinheiro. Antes eu buscava dinheiro lá na nossa região, porque aqui tinha muitos exploradores, os “Catarinas” e esses grandes engenhos aqui exploravam o nosso pessoal, davam dinheiro, mas pegavam quase todo o produto para eles. Hoje a gente financia pela Cooperativa e ela é quem fica com nosso produto (ERNESTO, 2012).

No final do inverno, inicia o processo referente à certificação, através de um momento de cadastro e uma formação. Em seguida são iniciadas as visitas de inspeção interna e posteriormente externas, sendo o certificado fornecido somente em março. Durante o curso é percorrido passo a passo os procedimentos, de vistorias a critérios a serem cumpridos pelos assentados, entre os quais estão: estar

organizado, inserido num grupo (formal ou informal) e ser representado no Grupo Gestor da região pelo coordenador; participar das atividades de formação e capacitação; preencher e manter os documentos de cadastro e caderno de campo e produzir orgânico. No que diz respeito aos insumos, os técnicos ressaltam que caso seja utilizado algum produto fora da lista autorizada, o arroz não poderá ir para o mesmo silo que os demais e não receberá a certificação. O curso encerra com uma atividade prática de manuseio da “pasta do agricultor”, onde em grupos os agricultores devem encontrar os documentos solicitações em uma possível inspeção e revisar a forma de preenchimento de cada um dos campos. Nossa observação deste momento, ressalta as falas das famílias sobre a necessidade de registro e controle de suas atividades após o envolvimento com a Agroecologia:

Aqui é tudo anotadinho...a gente tá até aprendendo com esse tipo de coisa aí. Aprendendo o que? O que a gente não fazia! A gente sabia as coisas, mas não anotava. Agora não! O dia que tu bota a semente na água, que tu tira, que tu vai semear, é tudo marcadinho, o que tu bota, quantas pessoas trabalham, o que é feito lá em baixo, o que é feito no preparo da terra, quantos tratores, é tudo marcado! Porque o assentado tem que saber (NESTOR, 2012).

Sabe qual é a minha função do grupo? A minha função do grupo é que eu cuido dos livros de campo. Quando nós lutávamos com o químico não fazíamos nada de anotação, nós não fazíamos nada. Agora não, é tudo anotado! Hoje se entrou na lavoura, se nós gradeamos tem que anotar tal dia, tal lote. E isso vai chegar lá na certificadora. Nós guardamos nas pastas e essas pastas chegam até lá! Por exemplo olha aqui, isso aqui é das terras do Daniel...aqui é tudo que nós fizemos e isso depois vai para a pasta dele....desde o tempo do preparo do solo até a colheita (CLÓVIS, 2012).

Ainda que não seja um momento pertencente ao fluxo rotineiro do “correr”, durante o período de campo tivemos a oportunidade de participar do Seminário de Agroecologia do MST – Região Sul, que ocorreu em Viamão em setembro de 2012. O momento foi extremamente significativo para a pesquisa por ser um momento de formação e articulação do MST, onde foram debatidos os conceitos e estratégias adotadas pelos MST nos Estados, bem como as principais limitações e potencialidades. O Seminário durou três dias e contou com a presença de cerca de 80 pessoas dos Estados do PR, SC e RS, entre as quais estavam integrantes do Movimento (agricultores, técnicos, dirigentes) e membros de instituições parceiras. O evento se centrou nos seguintes temas: a Agroecologia na estratégia do MST como parte da contraposição ao agronegócio; Balanço do percurso de implementação da Agroecologia na Região Sul, discussão sobre possíveis questões-chave a serem desenvolvidas/trabalhadas para o avanço da Agroecologia no MST. Vale ressaltar que

ainda que o evento tenha contado com a presença de agricultores agroecológicos assentados, a participação dos agricultores residentes no Assentamento Filhos de Sepé (sede do encontro) foi pouco expressiva, estando os poucos presentes envolvidos na dinâmica de organização logística do evento. A coordenação das mesas e apresentação de relatos foram feitas exclusivamente por técnicos e dirigentes.

Outro espaço de atuação constante é o Comitê da Bacia do Gravataí. O Comitê é um colegiado, criado pelo Decreto Estadual Nº 33.125, de 15/02/1989 e alterado Nº 43.425, de 28/10/04, onde em caráter de gestão compartilhada com o Estado realiza o gerenciamento dos recursos hídricos conforme a Lei Gaúcha das Águas N. 10,350/1994 (SEMA, 2012). Ainda que as reuniões sejam mensais, durante o verão as altas temperaturas e o uso mais intenso da água da barragem pelo assentamento para a irrigação das lavouras, bem como de agricultores lindeiros interfere na qualidade da água do Rio Gravataí. Uma reclamação histórica do Comitê e da CORSAN em especial, é que a água lançada tem excesso de lodo e um alto índice de turbidez, o que prejudica ou até impossibilita o tratamento da água para o abastecimento público. A Cervejaria que também utiliza a água para elaboração de seus produtos acionou a CORSAN que por sua vez acionou o MPE, acarretando em uma reunião entre o Assentamento e a FEPAM, onde foi acordado que a água desaguada das lavouras seria desviada para amenizar os problemas. No entanto, a situação crítica de estiagem acarretou na emissão pelo Governo do Estado do decreto de emergência 49.938 de 7 de dezembro de 2012 (Anexo 4), autorizando os agentes públicos de fiscalização a entrar nas propriedades rurais a qualquer hora para vistorias e interdições, inclusive suspender as atividades de deságue de lavoura de arroz que apresentassem sedimentos em suspensão e ou poluentes.

A situação colocou os agricultores assentados em estado de tensão, com medo de uma possível intervenção policial e até mesmo a perda do lote. A reunião seguinte do Comitê aconteceu no assentamento, fato inédito. O encontro começou pela manhã com uma visita à barragem e o ponto de lançamento, o que permitiu que os membros do Comitê pudessem conhecer as estruturas do sistema de irrigação. Uma das evidências dos funcionários da CORSAN era a tendência escura da água da barragem como característica natural pelo solo turfoso.

A tarde, a reunião iniciou com a apresentação de um representante do IRGA que explicou as formas de cultivo de arroz, seguida por uma apresentação do

técnico do Assentamento que apresentou o processo interno de plantio e Gestão da água através do distrito. No início da reunião, houve falas de acusação que sugeriram que os problemas enfrentados de turbidez da água seriam o resultado de um descaso dos assentados. No entanto, os agricultores presentes buscaram esclarecer que as dificuldades enfrentadas eram menos pela má vontade dos agricultores a muito mais associada à precariedade das estruturas e de realizar um manejo adequado do sistema. Importante destacar que muitos dos integrantes do Comitê, referiam-se ao manejo agroecológico do Assentamento como uma “penalidade” que os impedia de realizar o plantio com manejos mais “eficientes” como os agrotóxicos. Em resposta, um dos agricultores assentados colocou que ainda que a maioria das famílias tenham iniciado o manejo orgânico após determinação da SEMA, esta já era uma prática de famílias assentadas e uma resolução do MST, e que a reprodução disso não se dá só por um processo de obrigação legal, mas sim por uma conscientização de uma agricultura que trabalha para a “vida” e que este exemplo deveria ser seguido pelos agricultores da Bacia. Ainda houve na reunião uma série de questionamentos ao Estado sobre as ações para conter o processo de crescimento urbano na região, visto que este gera um aumento da demanda do sistema de abastecimento de água além de aumentar a carga poluidora através do esgotamento. Em resposta, a CORSAN informa que não existem tais medidas, pois não há base legal que as oriente, assim as análises de viabilidade de abastecimento da Companhia são baseados em questões técnicas sobre a localização do empreendimento está ou não próximo e estruturado de forma a poder captar água a partir da infraestrutura pública, e não existe reserva de água suficiente para atender essas novas atividades e população. A reunião encerra com uma série de ações encaminhadas para lidar com a situação de emergência, mas entre elas um encaminhamento de que o Comitê auxiliaria na melhoria das condições de irrigação do Assentamento, se comprometendo em auxiliar a cobrar do Estado sua responsabilidade frente ao restauro dos canais de irrigação.

De janeiro a abril, começam as negociações para o processamento do arroz: transporte, secagem, empacotamento e venda. Neste sentido, a COTAP novamente serve como subsidiária ao fornecer uma ajuda de custo para o transporte. Dos 9 grupos, apenas um tem realizado o beneficiamento na COPERAV. Todos os demais encaminham o arroz para a COTAP, que realiza a comercialização do produto.

O período também sempre é marcado pela festa da colheita, onde participam todos os assentamentos envolvidos na produção de arroz em um ato solene entre os agricultores, técnicos, parceiros, inclusive representantes de governo. A COTAP de maneira geral, também encaminha o produto para a comercialização sendo o maior comprador do arroz a companhia nacional de abastecimento – CONAB, através do programa de aquisição de alimentos – PAA, que utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares e paga até 30% mais pelos produtos orgânicos e agroecológicos (BRASIL, 2012). Outros grandes compradores são as prefeituras da região metropolitana através do programa nacional de alimentação escolar - PNAE, que determina que pelo menos 30% dos recursos destinados a compra de produtos da merenda escolar sejam usados para preferencialmente adquirir alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Parte do produto também é comercializado em postos de venda do movimento como feiras e a loja da reforma agrária, ou ainda encaminhado para outros estados.

A seguir, a figura 6, construída em cooperação com as famílias, ilustra as atividades envolvidas na lavoura e no corre, como dimensões internas e externas a transição agroecológica.

Figura 6 - As Dimensões do Conhecimento Agroecológico das Famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé: Lavoura e Corre.



Fonte: elaboração da autora com colaboração das famílias participantes da pesquisa (2013)

5.3 O Habitar

Essa sessão busca relatar aspectos não contemplados nas seções anteriores da “lavoura” e do “corre” que tiveram como foco elementos e práticas diretamente relacionadas com o trabalho no cultivo do arroz. Assim são relatados elementos que falam sobre o modo de vida dos agricultores assentados, bem como algumas de suas percepções sobre relações ou situações presentes em seu cotidiano, entendendo que o conhecimento agroecológico se expressa não só nas tarefas de trabalho, mas no conjunto de relações sociais e ecológicas que envolvem cada camponês. Desta forma, contemplamos aspectos da vida dos agricultores que vão além do processo produtivo, como as relações familiares e comunitárias, a conexão com o território, os cuidados com a saúde, outras estratégias de reprodução, entre outros. Diferente das seções anteriores onde o texto percorreu situações vividas ao longo do ciclo produtivo, os acontecimentos e percepções aqui expostas não seguem uma linearidade temporal, mas sim um continuum de ações, práticas e sensações que revelam formas de habitar o mundo. Especial atenção é dada as UC visto a relevância destas para o processo de transição agroecológica.

Conforme, relatado nas trajetórias a consolidação do Assentamento e a APA do Banhado aconteceram quase que paralelamente. A implementação do RVS Banhado dos Pachecos ocorreu quatro anos após os assentados já estarem ocupando a área em Viamão, através de um contrato de cedência entre INCRA e a SEMA, acordando que a UC corresponderia a área reserva legal do assentamento, dispensando assim a segmentação das áreas nos lotes. Assim, a convivência com as UC passam a fazer parte do cotidiano das famílias e pautar determinações sobre sua forma de trabalho e modo de vida, para garantir a proteção das UC, em especial o RVS e seus elementos. Assim, ainda que o foco desta pesquisa seja a perspectiva das famílias assentados, compreendemos que seria interessante relatar também a perspectiva do gestor local, aqui identificado como Manuel.

A APA¹⁰ do Banhado Grande atualmente é composta pelos Biomas Pampa e Mata Atlântica e ocupa 2/3 da bacia hidrográfica do rio Gravataí, englobando áreas

¹⁰ Conforme o SNUC: é uma área geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso

dos municípios de Glorinha, Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha (SEMA, 2012). A UC abrange uma área de 136.935 ha, com áreas urbanas e de culturas agropecuárias, predominando o cultivo de arroz. Conforme a SEMA (2012), o objetivo da UC é “proteger os banhados formadores do rio Gravataí, compatibilizando o desenvolvimento sócio-econômico com a proteção dos ecossistemas naturais preservados e recuperando as áreas degradadas”. Na figura 7, é possível visualizar o mapa de abrangência da APA.

Figura 7 - Área de Proteção Ambiental Banhado Grande (SEMA, 2012).



Fonte: SEMA, 2012

O RVS Banhado dos Pachecos continua como área cedida à SEMA através de um termo de uso. O ecossistema prioritário é o bioma Pampa, sendo que nos ambientes de banhados encontram-se particularmente importantes nascentes do rio Gravataí e áreas de fundamental importância para o abrigo da fauna residente e migratória, sendo de especial interesse para conservação as seguintes espécies: o veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), a noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolmis dominicana*), o macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*), o curiango-do-banhado (*Eleothreptus anomalus*), e os últimos indivíduos do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) sobreviventes em todo o Estado do Rio Grande do Sul (SEMA, 2012).

Nos primórdios da pesquisa, em contato com algumas pessoas não assentadas mas que mantinham diferentes envolvimento com o Assentamento, a

localização e relação com as unidades de conservação era constantemente referida como a principal problemática vivida no assentamento ou vice-versa, o Assentamento visto como o maior problema para o RVS. Essa perspectiva de tensão é relatada pelo Gestor.

Quando a gente fala tem um Assentamento no entorno do Refúgio, as pessoas dizem “Bah! Deve ser um problemasso!” Todo cercado pelo maior Assentamento do estado. E eu digo, não! Hoje, eu vejo como uma oportunidade o Assentamento. Se fosse cercado por fazendas particulares, estaria tudo plantado direto com agrotóxico. E aqui tem um Assentamento que planta, nem planta toda a área, tem muita área que eles deixam um tempão lá parada e hoje até ta transformada em área de banhado, é praticamente o banhado que tem no refúgio. É a mesma vegetação. E se fosse fazendas particulares, não haveria isso! (MANUEL, 2012)

Em todas as conversas que tivemos e observamos, a unidade de conservação Refugio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos nunca foi citada como uma questão problemática, limitante ou um desafio a ser transposto, bem pelo contrário. A maneira como as famílias se expressam demonstra noções de afetividade, relevância, satisfação ou até mesmo orgulho por habitarem próximo a uma UC. Além disso, não há uma percepção clara de separação da unidade em relação ao restante do assentamento. Ainda que se entenda que legalmente há uma área definida, na prática é vista como mais uma das áreas do assentamento como as lavouras e os setores de residência, que ainda que sejam demarcadas se entrelaçam. São comuns os relatos de cervos e capivaras nas lavouras de arroz, e de outros animais nas residências como bugio, lebre e pássaros.

É bom demais, tu amanhece na lavoura de manha cedo e tu vê tudo quanto é tipo de bicho que tu nem imagina. É uma beleza! Acho que para funcionar tem que ser assim mesmo, desse tipo assentamento de preservação! Se não, não funciona sabe?! Em particular não é fácil, eles querem é dinheiro, eles não querem saber de nada, querem só dinheiro. Então tem que ser assim! Acho importante isso ai, porque nossa natureza já foi tão desmatada né? Hoje tem essa camada de ozônio, esse sistema climático. Porque isso ai? O próprio homem fez essa tendência toda! Então só fazendo assim! Uma água dessa ai que passa nos fundo, isso é uma riqueza pra gente sabe?!. É tão importante, a criação da gente vai ali tomar uma água e tu sabe que cai de lá de cima e que ninguém bota nada. O assentamento todo faz essa pratica então tu não fica com essa preocupação de veneno e coisa. Isso é muito bom demais! (NESTOR, 2012)

Aquela mata que aparece lá, ela ta me beneficiando aqui. Ta ti beneficiando lá na tua cidade. Tu viu o Globo repórter que passou outro dia? Foi aqui, eles não falam mas é aqui! É os cervos daqui de dentro. Essa área é para preservar essa vida selvagem que nos temos ai dentro (HORÁCIO, 2012)

Nesse sentido, os assentados do setor C que têm suas residências em áreas limítrofes com o Refugio, convivem em suas casas e hortas com a fauna que o Refugio abriga.

Como é proibida a caça os bichos vão de amansando, daí os bicho vem tudo aqui! Os passarinhos comem meus tomates, as folhas tudo... As capivaras gostam mesmo é de aipim! O bugio vem aqui do lado de casa. Tu tens que ver, eu adoro isso! Tenho muita alegria com isso, as minhas netas vêm, tiram foto. Pra mim é muito bom isso porque as crianças convivem com a natureza e aprendem a respeitar (ANA, 2012)

Naquele valo ali, mora um jacaré e uma capivara. Não sei bem como eles se dão, mas moram ai e já faz anos! (PEDRO, 2012)

No entanto, há uma relação diferenciada, distanciada com os funcionários da SEMA, referidos pelas famílias de uma forma personificada de “o Meio Ambiente”. Nesse sentido, a relação expressa pelas famílias é de controle e fiscalização. Os agricultores revelam certa indignação pela forma como são tratados, sendo acusados de ações de depredação e visto como poluidores, ao mesmo tempo em que reclamam da ineficiência dos Gestores em cuidar das UC como deveriam. O fato das restrições aplicadas aos assentados pela UC, não serem extensivas das áreas vizinhas é incompreendido e questionado.

O “Meio Ambiente” protege pouco isso ai, mas o “Meio Ambiente” meio que tinha que cuidar direto disso! Vem gente diferente aqui na lavoura, vem esses carros de fora pescar...A gente não sabe quem é e nem pode falar. Eles tinham que cuidar mais um pouquinho disso ai, se eles não querem que venha gente de fora para cá então devia ser melhor a fiscalização. Eles falam que muita coisa que foi feita que é tudo dos assentado, mas não é! É coisa de gente de fora! (NESTOR, 2012)

Não gosto desses pescadores de fora que entram ai! Eles matam os bichos, matam gado, fazem churrascada, deixam muito lixo espalhado, é uma porcalhada....O pessoal do “Meio Ambiente” fiscaliza, mas é complicado! Eu achava que tinha ser até um pouco mais rígido. O nosso povo não caça, não pesca, isso é o pessoal de fora. (ERNESTO, 2012).

Vem bastante gente de fora aí, pescar, roubar, incomodar....As minha pá sempre roubam, acho que vão pegar minhoca e jogam no valo! E tudo que fica no barraco, já me roubaram muita coisa! Nossos guarda florestal acho que foram tudo demitido, porque não aparecem mais...É ruim porque isso (o refúgio) ajuda o assentamento, isso ajuda o meio ambiente e isso vem a ajudar a todos nos! Não só o assentamento, mas também os de fora! Mas to achando que os de fora não tão tendo o reconhecimento que o Assentamento deveria ter, entendeu? Pela grande ajuda que ele dá para cidade, que é essa água ai que eles bebem, é pelo nosso jeito de trabalhar. (ALFREDO, 2012)

O gestor confirma que os problemas relatados pelos assentados existem e que realmente são provocados muito mais por pessoas de fora do Assentamento. Conta que quando iniciou o trabalho na unidade há alguns anos, constatou que os problemas se intensificavam nos finais de semana, onde a área era frequentada como espaço de “lazer”. O contexto mobilizou a equipe a readequar seus horários, para que haja funcionários da SEMA presentes diariamente. Atualmente, a equipe é composta por um técnico ambiental/gestor, 4 funcionários guarda parque e também contam com o apoio de 2 funcionários da APA, concretizando uma situação que, conforme o gestor, não é ideal, mas bem razoável em relação às outras UC do Estado. Na perspectiva do gestor, existe atualmente uma boa relação com as famílias. Comenta que algumas questões que poderiam ser problemáticas, são solucionadas como acordos de boca, tais como a permissão para que as famílias se banhem na barragem pequena, desde que não haja: veículos, animais domésticos, fogueira, resíduos ou pessoas de fora.

Os problemas principais que a gente identifica é: pesca na barragem grande, que ta fora do Refugio, na verdade ela fica fora da Unidade. Pesca nos valos e enfim. É que tem uma portaria da SEMA que proíbe a pesca com o uso de rede de qualquer tipo e espinhal dentro da APA do Banhado Grande. Então quando tem esse tipo de atividade dentro da área da APA a gente autua e apreende todo o material. Quando fulano ta La com seu canicinho, a gente só manda embora! A gente tem um trato de boca, que já tinha sido feito por outros gestores antes de mim que eu mantive, que é dos assentados pescarem com linha nos valos. E eles tem mantido isso. Então quem pesca hoje aqui é não é o assentado, é o pessoal de fora. O pessoal de Alvorada, Glorinha, pessoal de fora. Caça aqui dentro do Refugio a gente não teve nenhum registro nos últimos anos. Lá no assentamento mais próximo ao Gravataí, mais lá para o fundo a gente sabe que tem problemas. Queimadas, fotos de incêndio eventualmente aparecem, tem uma área aqui a samambaia que queima todo o ano, então a gente até tentando entender o porque isso acontece. Apesar de ser uma quantidade grande de famílias a gente tem conseguido conversar. Esses acordos que a gente faz de boca até que haja o Plano de Manejo, que possa regrad de uma forma melhor, tem funcionado ! Vão bem! As vezes eles me ligam, nessa questão do cervo do pantanal. “ohh te uma fêmea aqui e tal” “entrou alguém aqui de fora, ta pescando de rede!” Então eles ligam, a relação é boa.... Eles ligam para cá também muito em função dos animais deles, vários já tiveram problemas mesmo, de ter pato, gado, porco, bicho saqueado. Já roubaram bastante e o pessoal de fora entra muito para isso! E eles (os assentados) ligam muito para nós por isso e daí eu digo para eles: “olha, isso não é com a gente, a gente não tem essa função de estar vigiando ou fiscalizando, ou procurando criminosos que atuem em roubo. Isso é com a brigada militar”. Então eles confundem, confundem muito isso! (MANUEL, 2012)

O trabalho no RVS tem 2 focos principais a pesquisa e a educação ambiental. Assim foram feitas parcerias com Universidades para a realização de pesquisas em que os dados serviram de referência para o detalhamento do

processo de zoneamento e construção de diretrizes do Plano. Entre os estudos já elaborados são citados: 3 pesquisas de ictiofauna onde 3 novas espécies foram identificadas; um inventário denso sobre borboletas que resultaram em 2 novos registros para o estado e possivelmente mais uma nova espécie; inventários populacionais de coleópteros e insetos predadores; estudos populacionais sobre bugios; levantamento de flora, contemplando espécies herbáceas e arbóreas e um plano de monitoramento dos cervos onde é identificada uma população maior do que se imaginava.

Para toda a pesquisa realizada há uma cláusula no parecer que compromete o pesquisador a divulgar os resultados na unidade, onde segundo o gestor são feitos convites e folhetos impressos para divulgação entre os assentados, apesar de relatar nunca ter tido a presença destes nesse tipo de ocasião. Além das pesquisas, entre as atividades realizadas na UC estão atividades de educação ambiental com trilhas tendo como público de foga escolas da região e universidades. Há uma pretensão de que estas sejam estendidas ao público geral através de visitas programadas. Até o momento não houve nenhuma atividade específica em torno da UC voltada para as famílias do Assentamento. Existe um foco de atuação com o cervo, dada à relevância da espécie. Conforme explica o biólogo:

O cervo é uma espécie que é bandeira, por ser um símbolo dos banhados da região, da bacia do Gravataí. É uma espécie “guarda-chuva”, é um animal que tu conseguindo conservar essa espécie tu consegue conservar todas aquelas outras espécies associadas as áreas de Banhado e a vegetação inclusive. Então é fundamental, é o símbolo da região. E até então mal sabia se ele ainda existia aqui na região quando eu entrei. Ele renasceu no momento que eu disse “o bicho tá lá ainda”. Os assentados falavam e tal, viam...Mas ninguém, nenhum dos pesquisadores acreditava, na FZB ninguém acreditava que ele tava vivo ainda aqui, eles diziam esta extinto já. Daí quando eu entrei, primeiro eu vi por rastros, pegadas e daí pensei “não ele deve tá Lá!” Trouxe câmeras, registros fotográficos, hoje agora nos temos 140 registros fotográficos de cervo e mais e quase uma hora de filme, tem um monte de informação (MANUEL, 2012)

Em duas pesquisas houve uma participação mais intensa das famílias como informantes, sendo uma sobre predadores associados à UC e as áreas de moradia onde as famílias eram questionadas sobre os hábitos dos animais e outra sobre a população dos cervos onde os agricultores auxiliaram a mapear a extensão territorial da população de cervos. Quando questionado sobre a possibilidade dos Assentados auxiliarem na gestão da UC, o gestor ainda que entenda que a falta de um conhecimento sistemático e equipamentos adequados inviabilizaria essa dinâmica,

ainda que reconheça que a interação cotidiana das famílias com a área e seus elementos fornece dados sobre a existência, localização e hábitos dos animais. A identificação da população de cervos mobilizou um novo projeto denominado Pró-cervo, através de uma parceria entre Instituto Curicaca, a SEMA, CNBIO, IBAMA e A FZB. A proposta do projeto é:

É uma série de ações para conservar as áreas úmidas de banhado e o cervo do pantanal. E esse programa está em andamento, agora a gente vai começar a executar essas ações. Já distribuimos as ações para cada um dos participantes e vamos começar a executar isso. É um programa bem legal, se a gente começar a desenvolver da forma como a gente pensou e programou vai ser muito bom. E aí envolve várias questões aí de, por exemplo, aspectos sanitários do gado aqui no Assentamento. Para ver como é que tá isso, essa situação porque o gado pode transmitir doenças para o cervo, pode exterminar a população em função de uma doença como febre aftosa, brucelose, enfim E daí a gente tava falando dos agrotóxicos, e isso entrou muito forte: como resolver essa questão dos agrotóxicos na APA do Banhado Grande. Porque no Assentamento não tem, mas logo ali tem! ...Então estamos pensando em regradar isso, porque a partir do momento que entra no plano de manejo daí é lei. Então se a gente achar que o agrotóxico é altamente impactante para as populações de cervo, bom daí nesse área não vai se usar mais...porque hoje a lei permite. No assentamento não pode, mas ali já pode (MANUEL, 2012).

Dados os problemas com os visitantes de fora, a instalação de portarias ou porteiros são colocadas como solução tanto pelas famílias como pelo gestor. Além de demonstrarem conhecimento sobre o impacto que os visitantes de fora têm para o Refugio, as famílias também comentam sobre como outras práticas dos assentados ou não influenciam no processo de preservação da UC.

Nós tinha ema, avestruz aí, agora não tem mais nada! É por causa dos cachorro solto! Nosso povo tem muito cachorro, eu sei, mas tem muita gente que coloca cachorro fora aqui...Vai lá no Banhado vê os cachorro gordo que tem lá, já virou tudo selvagem até! Então eu achava que tinha que ser mais rígido com esse povo de fora, tinha que ter uma portão em cada entrada, no começo nós fazia assim!Tinha que ter mais cuidado porque é uma área especial, nem que eles pagasse um assentado para cuidar...Já foi mais cuidado, hoje tá assim! (ERNESTO, 2012)

Aqui no lado ainda tem isso aí, veneno! Pode ir aí no lado que te falam vários nomes de produto ali e tu vai lá conferir. É usado para matar bicho. Passa o veneno e mata tudo. Tu olha a lavoura dele e Desulivre aquilo! Todo mundo sabe o que tem lá! Eles (vizinhos) vem olhar no nossa lavoura aqui e diz que fica impressionado porque aqui não tem bicho! Mas porque? Porque tem um esquema que o predador que come o bicudo, que come a lagarta e daí diante. Aqui não tem muito bicho porque tem os predadores que comem os bichos aqueles que te prejudica, sabe? Ali não tem mais isso, então eles dão 3-4 vôo ali e elimina tudo quanto é bicho! E tu acha que isso não vai chegar aqui também? (NESTOR, 2012)

A gente trabalha pela vida, mas não tá sendo retribuído, teria várias formas de nos ser recompensado pela grande ajuda que nos damos em preservar,

manter essa estrutura cada vez mais, que queira ou não queira vem tirar de nos! Mas a gente não se importa, eu não! A gente preserva tanto essas águas que é vida, é o que mantém a cidade lá pra baixo, os outros vizinhos não respeitam entendeu? Eles pegam a água que nos largamos e põe veneno! E só nós é que somos cobrados, ta bem! Tem que ser cobrado para fazer direito, mas eu acharia que deviam também cobrar mais dos outros! (ALFREDO, 2012)

Conforme o Gestor, o instrumento que permitirá uma melhor definição de atividades e práticas na UC e seu entrono será o Plano de Manejo. Apesar do SNUC definir que o Plano de Manejo deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, nenhuma das Unidades de Conservação - UC em questão não possuem. Conforme o relato há recursos destinados para a elaboração do Plano de Manejo da APA, onde a RVS também seria contemplado, porem por problemas referentes à documentação o processo de elaboração tramita na SEMA há cerca de 5 anos. Conforme o programa atual, o Plano será elaborado pela Fundação Zoobotânica - FZB com auxilio de empresas de consultoria para projetos específicos. Conforme o gestor, o Assentamento Filhos de Sepé deverá ocupar uma das 6 cadeiras destinadas às organizações da sociedade civil no Conselho do Plano Gestor, conforme as diretrizes da legislação.

Eles vão ter uma importância grande, mas não tem porque ter um papel maior do que os outros em termos formais. Mas com certeza, pelo contato mais frequente com eles não vai ser aquela coisa mais formal assim, ter reunião e ter que discutir. Não, com o Assentamento é todo dia! Sempre to falando com alguém aqui do Assentamento sobre algum problema que ta envolvendo o Refúgio. Então é contato diário, não uma coisa formal da reunião, do Conselho. Por isso que tem uma importância maior o Assentamento. Mas em questões legais não, eles vão ter a mesma representatividade dos outros (MANUEL, 2012).

Conforme o Gestor houve 2 reuniões para a elaboração do Plano, onde as famílias foram representadas por 4 associações de moradores. Infelizmente, no Assentamento não encontramos os representados aqui citados. No momento, já está em negociação com o INCRA a passagem oficial da área À SEMA. Mesmo não sendo obrigado a ter uma área de reserva ambiental no próprio lote já que a UC cumpre esse papel para o conjunto do assentamento, as famílias gestionam suas áreas de residência preservando e incrementando o número de nativas, sendo a maioria das propriedades bastante arborizadas. Algumas famílias como Telmo e Lara tem sua própria “área de preservação”.

Quando nos chegamos aqui era tudo eucalipto, nos tivemos que tirar para poder construir as casa, fazer as hortas. Daí eu descobri que ali prá trás tinham umas nascente secando, daí comecei plantar nativa ali. Plantei uma porção, já tão grande até. Hoje as nascentes voltaram a fluir. Tem que fazer isso, precisa! Então essa área ai atrás da horta eu deixei de reserva, tem eucalipto ainda, mas tem muita nativa, precisa! (TELMO, 2012)

Assim, nas narrativas ficam claras as diferentes visões em torno do ambiente e do que seriam ações de preservação.

Outro problema que eu vejo aqui e dos mais sérios é a entrada de cachorros domésticos. É seríssimo! E aí ao contrário das grandes fazendas que eu tava falado porque iam plantar tudo com os agrotóxicos, se tivesse 4 grades fazenda no entorno cada uma teria 4-5 cachorros. Aqui cada casinha, cada lote, tem 5-6, vai multiplicar isso para o entorno. Eles entram, eles percorrem as trilhas, caçam, tenho registro disso...então é um problema seríssimo, eles afastam os animais silvestres, deixam os bichos estressados, tem o risco de transmitir doenças, raiva, cinomose, são animais predadores. É um impacto muito, muito grande! (MANUEL, 2012)

Concordo que tem que preservar essa vida selvagem que tem ai dentro. Mas tenho um pouco de dificuldade de entender algumas coisas, algumas idéias! Por exemplo, se a gente fosse levar isso a risca eu não poderia ter em a minha companheira de luta que me acompanha todo o dia aqui em baixo (cachorra) por que ela caça o rato, o ratão. Ele é selvagem, que nem o cervo! Mas é a natureza dela, ser assim! Umas coisas, podem, outras não podem, então é difícil entender essas coisas, até onde que é ruim, até onde que é bom? (HORÁCIO, 2012).

Através do futebol, as amizades no território vão além do Assentamento e se estendem até a Comunidade Indígena vizinha. Os jogos acontecem todos os domingos, às vezes no campo perto da Casa de Pedra no setor D, às vezes na comunidade Indígena.

De vez em quando nós vamos é aqui nos índio sabe? Eles vêm aí também. Mas pense num lugar muito bonito o deles lá, igual o nosso! Só que o deles é, bah! A mata lá dentro mesmo onde é o povoadinho deles. Mas assim, pensa num capricho os caras! No capricho mesmo! Eu vejo as coisinhas deles, que eles faz pra vender e coisa, daí tu olha ali uns barraquinhos. Mas ai tu vai lá e é umas casinhas boas, de madeira. É muito bom, um pessoal puro, que não tem maldade. A comida também igual a nossa, sabe! Muito bom! (NESTOR, 2012)

Geralmente o fim de semana é tumultuado por causa do jogo com os índios, então segunda tem que colocar os músculos em ordem né, descansando! Então na segunda geralmente eu costumo descansa (ALFREDO, 2012).

A maioria das famílias não conhecia Viamão ou a região, sendo o primeiro contato a chegada ao assentamento. Para os poucos que conheciam a geografia do lugar e a aptidão da área para o cultivo foram determinantes para a mudança para o

Assentamento, conforme relatado nas trajetórias. Porém, para os demais apesar das dificuldades em aprender a trabalhar com novos cultivos e outros desafios, a proximidade de Viamão e da Região Metropolitana ofereceram as famílias melhores oportunidades de educação aos filhos e de cuidados com a saúde da família. Tais questões são citadas por todas as famílias como motivações de permanência.

As vezes gente se descuida de muita coisa daí tem que ir na emergência, hospital! Outro dia eu fui! Então ta aqui é muito bom porque tudo ta perto e isso ajuda muito. (HORÁCIO, 2012)

Quando você pensa num médico pra piazada, nós mesmos para ir pro colégio. Lá na nossa casa, nós ia 10-12 km a pé pro colégio. Hoje aqui no assentamento vem ônibus nessa encruzilhada ali, é pertinho. Outra coisa quando nós tava doente lá era longe pra ir até o recurso, hoje nós estamos aqui praticamente em cima! Então isso é ponto muito positivo. Na minha avaliação tamo melhor do que lá! (CLÓVIS, 2012)

Ta aqui é bom porque é perto do posto de saúde e hospital. Meu filho fez transplante de rins, então 2 vezes por mês tem que fazer consulta. E aqui é muito melhor porque pego os remédios aqui perto, consigo remédios que antes não conseguia (NEUZA, 2012).

A idade já tá meio avançada, então a saúde não é o bicho. Mas a gente ta sempre pertinho. As vezes tem que ir em Porto Alegre também, to há 2 anos esperando para fazer cirurgia, mas fazer o que? Não podemos nos queixar! (LARA, 2012)

Apesar das comodidades da proximidade da região metropolitana, as famílias não abandonaram hábitos rurais como o cultivo de alimentos para o auto-consumo praticado por quase todas as famílias.

Não compramos verdura nada, é tudo plantado aqui. Desde moranguinho a tudo que tu pode imaginar eu tenho plantado aqui. Tem que ter né? Como é que eu não vou ter a horta? Tem que ter a horta porque tudo que a gente planta, vem tudo. Até fica feio ir lá no mercado comprar se tu tem terra pra planta! (MARA, 2012)

Tenho minha hortinha ali, planto de um tudo pouco mas meu orgulho mesmo são meus tomates...Até os técnico dizem que tenho mão boa pra tomate, tens que ver! (ANA, 2012)

A família é extremamente importante e contribui para o contexto comunitário. Entre as famílias entrevistadas, 5 tem parentes próximos morando no próprio assentamento. Também é comum as relações de reciprocidade, seja através da troca de produtos, oferta de alimentos, cuidando das crianças ou dos ajudando vizinhos.

Qualquer coisa a gente faz brique aí! Assentado, Deus o livre! É aquele coisa, tu passa uma maquina na lavoura do cara, ele te alcança uma cama de aviário (NESTOR, 2012).

Essa aqui tem que ver, se fica com a mãe dele faz uma cena, só chora, faz manha..... Mas vem para cá com nos e não incomoda nada, nada! Tem que ver! As vez diz: “tio: posso ajudar na horta?” (BRUNO, 2012)

A figura 8 a seguir, construída em cooperação com as famílias, ilustra de forma representativa a Dimensão do Habitar, com um recorte espacial das três principais “áreas” presentes do Assentamento se relacionam: áreas residenciais, áreas de proteção ambiental e áreas de lavoura.

6 DISCUSSÃO

Na Introdução, contextualizamos como a trajetória vivida pelos agricultores agroecológicos do Assentamento de Viamão envolve questões complexas sobre desenvolvimento rural, sustentabilidade e agricultura familiar, onde se fazem presente pressões dos modelos hegemônicos de ciência e de desenvolvimento que são contrapostas por posturas de resistência protagonizadas por atores que buscam implementar novos modelos. E indagamos: Como suas trajetórias de vida influenciaram em suas escolhas atuais como agricultores agroecológicos? Como o engajamento das famílias em um processo de transição agroecológica tem contribuído para ampliação de sua autonomia? Como o conhecimento agroecológico tem sido construído e praticado? Como este dialoga com as pautas de luta e compromissos políticos assumidos pelo MST? Como que as intervenções do Estado (INCRA, SEMA, MDA) tem influenciado o processo de transição agroecológica e autonomia dos atores? Como esta experiência dialoga com as teorias contemporâneas sobre a Agroecologia e o campesinato? Quais são as influências que facilitam ou restringem o seu processo de transição e construção do conhecimento? Assim, frente ao referencial teórico metodológico proposto e as perguntas em questão, este Capítulo tem como objetivo discutir e analisar os dados apresentados nas Trajetórias e nas Dimensões do Conhecimento Agroecológico.

Em diversas ocasiões durante os encontros dos quais participamos, foi colocado por diferentes atores que o MST estaria entrando em um novo momento onde os assentamentos passam a ser vistos como uma força política. Essa nova fase é impulsionada pela percepção de que além da mobilização dos acampamentos como força de luta pela terra, é importante que seja dada maior atenção aos projetos de desenvolvimento dos assentamentos através da organização da produção. De certa forma entendemos que essa visão, tem uma forte sintonia com as colocações de Ploeg (2009) ao identificar a busca por autonomia contemporânea do campesinato através de formas interrelacionadas de resistência, a saber: a luta aberta, a luta velada e as intervenções na organização do trabalho e da produção. Assim, ao reconhecer os assentamentos como nova força política o MST estaria reconhecendo conforme o autor sugere que ao proporem soluções locais para problemas globais, os agricultores estão através de seu modo de vida e práticas de

trabalho, se contrapondo ao ordenamento hegemônico atual. A fala de Bruno (2012) na abertura da Avaliação de Safra confirma essa visão:

O agronegócio tem cada vez mais gerado contradições, é extremamente excludente. Nós temos que nos agarrar a isso! Fazer frente ao agronegócio plantando arroz agroecológico! O desenvolvimento capitalista cria um antagonismo campo-cidade, numa tendência que prevalece uma visão de mundo urbanizada e industrializada e isso inviabiliza a manutenção dos camponeses no campo. Mas esse modelo está criando várias crises éticas, sociais, urbanas e ambientais. Nós, vocês camponeses, temos uma mensagem para a sociedade urbanizada que é o novo, é o modelo que pode reconstituir a sustentabilidade planetária. Os camponeses são portadores de uma proposta que incorpora elementos de uma visão de mundo que só os camponeses podem fazer. Então ao fazer a crítica temos que afirmar esse novo modelo. Esse é o momento que vivemos como Movimento, é de dar conta do papel que temos em mostrar outro jeito de fazer (BRUNO, 2012).

Nesse sentido, o autor (PLOEG, 2009) constata que esta forma de resistência vinculada organização do trabalho e da produção teria na heterogeneidade das respostas uma característica central relacionada à emergência de novos processos de aprendizagem, onde Agroecologia estaria atuando como uma “força motriz das muitas formas de desenvolvimento rural”. Já Petersen; Dal Soglio e Caporal, (2009) propõe que a Agroecologia seja vista como uma ciência a serviço com campesinato, visto que sua perspectiva aberta ao diálogo de saberes é que abre um campo fértil para a criatividade dos agricultores familiares em fortalecer a gestão de sua base de recursos criando sinergia entre diferentes formas de produção de conhecimento e dinâmicas sociais de desenvolvimento local. Nesse sentido, Ploeg (2009) destaca a relevância da terra nas lutas camponesas como um recurso essencial para a produção:

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de in-dependência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente. (PLOEG, 2009, p. 19)

Conforme o (INCRA, 2001), o objetivo do Programa Nacional de Reforma Agrária é: “promover a democratização do acesso a terra, por meio da obtenção e destinação de terras aos trabalhadores rurais, gerando trabalho, renda e melhores

condições de vida”. A partir disso e correndo o risco de nos tornarmos repetitivos, não podemos deixar de comentar que apesar da pesquisa encomendada pelo INCRA e realizada pela UFRGS concluir que “a decisão de iniciar e concluir o trabalho de assentamento de 450 famílias em curto espaço de tempo seria a opção menos adequada e que levaria o empreendimento ao fracasso, com desperdício de recursos públicos e prejuízos as famílias assentadas”, o Assentamento foi criado no mês seguinte (INFINDHA, 2004).

Assim, o Estado ao levar as 376 famílias para aquela área agiu, no mínimo, de forma descuidada. Se existe algum consenso entre as famílias entrevistadas é o contexto de descaso e precariedade que vivenciaram em sua chegada a Viamão: ausência de condições básicas de infraestrutura como água e saneamento, ausência de moradias ou ainda terras definidas para o plantio (lembramos que a demarcação dos lotes de produção foi concluída nove anos após as famílias serem assentadas). Infelizmente, conforme relatam Martins (2009) e Medeiros e Leite (2009) o caso vivido em Viamão não é único, mas é um cenário identificado em muitos outros projetos da reforma agrária. Então, se no imaginário de muitos a conquista da terra carregava a esperança de uma vida mais digna, o contexto de chegada e a vivência dos primeiros anos demonstrou que esta conquista desencadeava a continuidade de uma luta pela reforma agrária, onde as condições e os desafios de manutenção da terra (em especial conhecimento e recursos) são tão relevantes quanto o acesso. O que fica claro ao vermos que as iniciativas de plantio de arroz que aconteceram ainda nesta época foram protagonizadas por aqueles poucos que tinham uma experiência prévia de cultivo e o maquinário necessário. Tal contexto é confirmado por INFINDHA (2004), Diel (2011) e Fagundes (2011).

Portanto, se um olhar apressado interpreta como um sinal de fracasso o fato de um número expressivo das famílias do Assentamento estarem gerando sua renda com atividades fora da agricultura, um olhar mais apurado vai encontrar na história daquelas que permanecem vivendo da terra uma trajetória de perseverança e até mesmo audácia frente às restrições enfrentadas.

Outra fala constante, é a sobre o preconceito que sofrem como “sem terras”, seja pela apreensão e incompreensão dos parentes ou pela forma como sentem que são vistos por aqueles de “fora”, tais como instituições de crédito, pesquisadores, mídia e população em geral e inclusive pelo Estado. Nesse sentido, a fala de Diogo

(2012) explica bem a situação ao comentar “A gente não é sem terra mais, a gente já conquistou a terra, então agora somos com terra. Mas eles não entendem! É como um apelido que agarro e não sai mais da gente!”

A fala de Ernesto (2012) ressaltando que depois de se tornar sem-terra não é possível voltar atrás também explicita o estigma social. No entanto, as motivações que levaram as famílias a entrarem no MST, que podem ser sintetizadas pela busca de uma melhoria de vida, desvela que este contexto de marginalização já era uma realidade vivenciada por estas pessoas. Assim, fica o paradoxo de que o engajamento com um movimento social representa uma saída de uma situação de marginalização, ao mesmo tempo em que imprime “uma etiqueta” social que reproduz o mesmo contexto de marginalização. Para (Martins, 2009) a redução da diversidade presente dos Assentamentos a categoria abstrata de “sem-terra” esconde as diferenças de necessidades e reivindicações e dos próprios trabalhadores, impedindo a compreensão real das crises e contradições presentes nos processos fundiários.

Ainda assim, não observamos na fala de nenhuma das famílias arrependimento por se engajaram no MST. Muito pelo contrário, fica um reconhecimento de que os objetivos iniciais ter sua própria terra e um melhor contexto vida foram atingidos. Também se observa um orgulho pela “luta vencida” conforme fica claro nas palavras de Alceu (2012) ao falar “Hoje eu sinto que esse tempo que passou foi uma luta boa de nós pelear e vencer” ou de Horácio ao dizer “A luta é um trabalho, e que trabalho árduo! Exige estratégia, resistência, persistência. Também não é fácil não!”. A maneira como os pais falam dos comportamentos e escolhas dos filhos também revela a visão sobre o pertencimento ao MST, seja no orgulho de Clóvis (2012) ao falar da personalidade forte e inteligência da filha dizendo “decerto que a Alice vai ser articuladora do MST!” ou na frustração de Horácio (2012) ao comentar o desengajamento do filho: “Tá no agronegócio! Pra tu vê como é as coisas, eu não consigo segurar um! Mas eu acho que ele tem que cair por si, tem que cair por si!”.

Isso posto, entendemos que esse cenário de fragilidade, somado a pouca ou nenhuma familiaridade com o ambiente e os possíveis potenciais de cultivo (duas entre as seis famílias que chegaram ao Assentamento tinham experiência previa com arroz), facilitaram a chegada dos “Catarina”, que traziam uma forma de renda e o conhecimento necessário para o desenvolvimento expressivo das lavouras. Se por

um lado a entrada dos lavoureiros no assentamento é lembrada como um período de relações de exploração e de irregularidades frente ao projeto da reforma agrária proposto tanto pelo MST como pelo Estado, é também referenciado como o início do desenvolvimento expressivo das lavouras, do aprendizado com o cultivo e entre as primeiras formas de renda a partir do Assentamento, ainda que através de uma agricultura modernizada e empresarial.

Cria-se no assentamento uma situação de trabalho bastante similar a que os assentados vivenciavam antes de se engajarem no MST e ao escolherem trabalhar para os “Catarina” ao invés de ir buscar emprego na cidade, os agricultores com intenção de continuar trabalhando na terra se tornam “cúmplices ativos” de sua própria subordinação conforme sugere Long (2001).

Vale comentar que a relação com os “Catarina” não era de subordinação com todos, visto que alguns assentados (ainda que uma minoria) atuavam no assentamento através da mesma lógica, plantando arroz em áreas arrendadas de outros assentados ou como “patrão” de outros agricultores. Tais colocações são corroboradas por Fagundes (2011) e Diel (2011) que ressaltam que alguns “Catarina” foram assentados pelo INCRA aumentando o conflito, visto que os arrendatários se tornaram proprietários de lotes.

Importante também mencionar, que outra minoria começa ainda em 2001 a desenvolver um cultivo agroecológico através do apoio da COPTec e o Grupo Gestor do Arroz Ecológico em sintonia com outros assentamentos da região, configurando assim uma arena de disputa sobre os modelos produtivos dentro do próprio assentamento. A experiência previa de algumas famílias com a produção de arroz, mesmo que de forma convencional, auxilia na transição e na construção do conhecimento agroecológico, ao servir de referência inicial para que desenvolvessem e adaptassem técnicas e modos de produção ao agroecossistemas em que viviam.

Fica claro que mesmo que a obrigatoriedade da produção sem o uso de agrotóxicos estivesse legalmente presente desde 1999 pelo “Contrato de Assentamento Provisório”, essa era uma lei escrita, porém não cumprida ou tão pouco fiscalizada. A ação judicial de apreensão de 1240 ha de arroz realizada pela parceria entre INCRA, Ministério Público, Polícia Federal e a Brigada Militar em 1998, representa um marco na história do Assentamento, seja por permanecer em nível simbólico na memória das famílias como um momento traumático e violento,

mas também por marcar o fim da presença dos “Catarina” e da produção convencional. Acontece então um chamado geral para a reapropriação dos lotes de produção pelas famílias que, com a retirada massiva da competição imposta pelos “Catarina”, abre um espaço real e contundente para o florescimento da transição agroecológica em Viamão, mesmo que de forma truculenta. Desse modo, é interessante observar as falas que mencionam que ainda que a obrigatoriedade tenha apresentado uma restrição, a grande maioria entende atualmente que esse direcionamento para Agroecologia trouxe resultados positivos como a retomada quali e quantitativamente pelas famílias assentadas das lavouras, desencadeado uma série de outras mudanças internas que sugerem um incremento da autonomia dos agricultores. Tal questão fica subentendida nas falas dos assentados ao comentarem de forma positiva sua situação atual, em colocações como Arlindo (2012) “agora estamos dirigindo a lavoura” e Ernesto (2012):

Antes eram mais os “Catarina” que plantavam aqui, agora é nos mesmo! Agora ta todo o povão descendo lá pra baixo! Então quando chega época de plantio é moto veia, carro velho se cruzando lá por baixo. Então se sabe que quem ta plantado somos nós e antes não era assim.

Nesse sentido, Ploeg (2006 e 2008) afirma que na condição camponesa não é possível fragmentar a base de recursos em categorias de elementos opostos e contraditórios – trabalho versus capital, ou trabalho manual versus atividade intelectual, os recursos materiais e sociais se integram de forma orgânica e pertencem a quem está diretamente envolvido com o trabalho e assim os controla.

Ainda que possamos identificar atualmente um panorama de desenvolvimento e de condições de vida mais dignas, o percurso da transição agroecológica não aconteceu e ainda não acontece sem contradições e choques entre mundos. Ao analisar o processo de construção do conhecimento agroecológico, observamos um fino encaixe entre a condição camponesa¹¹ de Ploeg e o processo de transição vivenciado na busca de implementar seus projetos frente a condições de restrição e marginalização. Assim, reconhecemos que é nas interfaces que a interação entre os diferentes atores da rede de relações sociais tem

¹¹ Luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação, que seria caracterizado principalmente por: co-produção com a natureza; construção de uma base autônoma de recursos, relação pouco dependente dos mercados, centralidade no trabalho familiar e técnicas artesanais, pluriatividade, cooperação e relações de reciprocidade (PLOEG, 2009, p. 18).

provocado, nutrido e recriado conhecimentos e práticas que estabelecem uma série de potencialidades para os agricultores assentados. É também nas interfaces que vislumbramos os desafios do processo de transição, seja pela aparição de vestígios de uma agricultura convencional e empresarial, seja por novas restrições impostas pela própria Agroecologia ou ainda pelas pressões e condicionamentos do projeto de desenvolvimento hegemônico em vigor.

Na tentativa de problematizar e refletir sobre tais questões, apresentaremos a seguir a discussão em três blocos complementares. Em “Tamo aprendendo, se é que aprendemos!” versamos sobre as percepções sobre o conceito de Agroecologia, os métodos e dinâmicas de aprendizagem e como estes tem influenciado na construção do conhecimento agroecológico. Em “Lutando com o arroz” buscaremos explorar como se dá esse encaixe entre a condição camponesa e a prática agroecológica, evidenciando como as diferentes racionalidades e estratégias implementadas pelos atores afetam sua reprodução e autonomia. E por fim, em “Assentamento de Preservação” buscamos debater a relação entre os modos de vida e a produção dos Assentados frente ao Refugio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos e a Área de Proteção Ambiental Banhado Grande como Unidades de Conservação internas e circundantes ao Assentamento.

6.1 Tamo aprendendo, se é que aprendemo!

Tendo em vista que a Agroecologia dentro do MST, e mais ainda no Assentamento de Viamão, é um campo de conhecimento em construção, acreditamos relevante analisar como tem se dado esse processo. Assim, nesta seção, buscaremos desenvolver um olhar crítico para como o conhecimento tem sido construído e reproduzido, bem como as representações sobre a Agroecologia observadas nos atores envolvidos na rede de relações sociais.

Entre a maioria dos agricultores existe certa confusão, ou melhor, uma não distinção entre os termos “orgânico” e “agroecológico”, sendo estes utilizados muitas vezes como sinônimos. Alguns ainda falam no pré-germinado também como sinônimo, provavelmente por esta ser a única técnica do cultivo que pode ser realizada de forma orgânica, além do fato de que a ampliação da transição agroecológica se dá após 2008, com a mudança da matriz produtiva do

Assentamento. Portanto, o tempo e a forma de envolvimento com a transição agroecológica são fatores a serem levados em consideração no processo de construção do conhecimento.

Ainda assim, nas falas das famílias encontramos diferentes representações ao falarem sobre a Agroecologia, mas de maneira geral é associada muito mais a um estilo, uma forma de se fazer agricultura relacionada a não utilização de agrotóxicos e a manejos praticados por seus antepassados. Essa visão vai ao encontro das perspectivas difundidas pelo MST na maioria dos artigos em seu site oficial e em documentos internos a que tivemos acesso. Entre eles, citamos o documento intitulado “Carta do 5º Congresso Nacional do MST: Linhas políticas reafirmadas, onde a Agroecologia é citada no compromisso 11 onde lê-se: “Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. “os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, 2009). Outro documento relevante é denominado “Agroecologia: princípios e concepções do MST-RS” que foi distribuído em um Seminário interno sobre o tema onde diz: “Agroecologia se constitui na forma de produzir, a partir do (re) estabelecimento das relações homem-natureza em que o ambiente, a vida e o humano sejam respeitados”. (MST, 2012; p. 1, grifo nosso)

Porém, a partir das observações feitas e analisando com cuidado os relatos das famílias, podemos perceber que a partir de seu engajamento, os princípios epistemológicos que embasam a Agroecologia - co-evolução, potencial endógeno e participação social, foram sendo desvelados na interação com os com os agroecossistema. Assim, através da análise de como a construção do conhecimento agroecológico tem acontecido encontramos uma percepção mais ampla e profunda. Conforme propõe Ingold (2000), através do engajamento em um ambiente material e simbólico os agricultores foram criando um processo de atenção aos sinais que se revelam na paisagem e as desenvolvendo as habilidades necessárias. É esse aprendizado de como se relacionar que fica expresso nas falas que contam que para aprender a plantar é preciso conhecer o arroz.

Se você vai plantar arroz tem que estudar a planta do arroz primeiro, como é que vai lidar com uma coisa que você não conhece? Conhece no prato, muito mal ainda. Todo mundo consegue comer o arroz mas não consegue cozinhar ainda, deixar ele prontinho. É, não é? tem que aprender primeiro. Então a planta é a mesma coisa, você tem que conhecer a planta, desde a semente, produzir a semente, começa mais cedo ainda. Não é somente pegar a semente e largar no chão, tem um processo para ser seguido. Não

é uma receita! Eu quero olhar a planta, de onde é que ela vem, como é que ela sai do grão, com que energia ela sai, como é que ela se comporta daqui a pouco. (HORÁCIO, 2012).

A planta é uma pessoa.. A planta é uma pessoa porque ela precisa de tudo! Tu não pode deixar uma pessoa 5-6 dias sem comer, sem ter água. A planta a mesma coisa! Tem que dar água, comida, tem que cuidar! (TELMO, 2012)

É também o processo de atenção que fica tão presente nas falas que insistem em reafirmar que a produção agroecológica depende uma constante observação.

Tu vai plantar orgânico mas também tem que produzir né? Daí tem que tentar entender em primeiro lugar o que é o orgânico na verdade. Porque se só plantar e dizer que plantar orgânico é jogar a semente na terra e não fazer nada por ela, não vai dar. Lavoura de arroz tu nunca sabe né? Tu chega lá um dia é uma coisa, tu chega lá no mesmo dia um ano depois é outra coisa. Não tem uma receita! Tem que aprender a tentar entender a natureza, ver como ela ta se comportando. Vê o que falta, se ta faltando alguma coisa, se não ta faltando, se está bom! (ALFREDO, 2012).

Canuto (2008) ressalta que a observação é uma diferença fundamental em relação à agricultura convencional, onde há um esforço de simplificação do conhecimento que correspondem aos manejos através de pacotes e receitas, tornando o papel da observação um acessório. Na narrativa dos agricultores, a fala frequente de que “não há receitas” confirma a afirmação de Canuto (2008) de o conhecimento agroecológico é “de código aberto, livre acesso, modificação e aplicação”. Essa questão também é reafirmada por Camilo (2012), porém com de outra perspectiva, visto que afirma só “plantar agroecológico” por obrigação, mas que se pudesse produziria de forma convencional justificando da seguinte forma:

O orgânico tu nunca sabe, tem que ir todo dia para lavoura, andar por lá, cuidar, é muito mais trabalho. O químico não! Tu chega lá limpa a terra, prepara, põe a semente e depois é passar uma ou duas vez com o avião para matar as pragas e colher! Então o orgânico é muito pior! (CAMILO, 2012)

O irônico dessa fala talvez seja a compreensão deste agricultor de que é um fator negativo da Agroecologia a necessidade de maior trabalho e cuidado. Uma vez que propiciar um maior número de postos de trabalho seja justamente uma preocupação da Agroecologia e um dos desafios do desenvolvimento rural em muitos lugares. Porém, outros agricultores mais engajados com a transição

agroecológica, reagem de forma refratária às tentativas da Cooperativa de padronizar procedimentos.

A Cooperativa anda muito preocupada com as horas. Nos disse que tamo demorando demais para preparar a terra, que tem que fazer em 40min o hectare. Preparo e plantio tem que ser em 6 horas por hectare, no máximo! Por causa do lucro! Mas eles não conhecem direito nossas terra, tem lugar aqui que tu sofre para preparar. Para mim, o que importa é a terra bem feita, não o tempo! A terra bem feita da mais produtividade no grão e mais saca, também é mais dinheiro no bolso (CLÓVIS, 2012).

A Cooperativa quer que ponha adubo agora, que o arroz já ta vindo. Não quero botar! Agora não adianta, o arroz já não vai mais aproveitar isso. Se eu botar vai ficar na terra, para próximo ano. Tudo bem! Mas não tem que botar só porque o adubo veio, porque eles tão com essa idéias. Eles tem falado nisso agora, que tem um jeito certo de fazer as coisas! Mas não é assim, não tem receita! Daqui a pouco vão trocar o pacote do veneno pelo pacote do orgânico (HORÁCIO, 2012).

As falas se referem de certa forma a instituição do itinerário técnico recentemente definido pelo Grupo Gestor. No entanto, o técnico explica que o itinerário é importante para criar um direcionamento sobre os percursos do manejo e facilitar que aqueles que estão se engajando recentemente possam ter informações mínimas de por onde começar.

O itinerário técnico é importante por uma questão de curto prazo. As pessoas tem que sobreviver, tem que se manter na área, produzir...E as pessoas estão acostumadas, os agricultores, desde a implantação desse modelo de agricultora, elas estão acostumadas a receber uma orientação, uma receita! Se tu for fazer uma discussão de Agroecologia a sua essência, dialética, que tudo muda, que é o que acontece! Fica meio sem objetivo e daí eles não sabem nem pra onde atirar. E aí se perdem, não fazem o manejo e não viabiliza o Assentamento. Então tem que ter uma cartilha, uma orientação, mesmo que nisso a gente corra risco de fazer danos ao processo agroecológico. Derrepente tu pode prejudicar um pouco a fertilidade do solo, mas não ter isso pode prejudicar muito mais, que é não dar atenção ao período entre -safra por exemplo. Se eles fiz isso só pela cartilha já ta ótimo. Se disser que tem que estar atento a lua nova para ver se bota 1kg ou 2 kg de adubo, ele não vai fazer. Então, bota 1,5kg e pronto! A idaia é conseguir transmitir uma rotina mínima para o assentado saber se virar. Mas é claro o ideal seria que eles fizessem pela fase da lua, pelos elementos, e tal...(RENATO, 2012)

Nesse sentido, Canuto (2008) alerta que a busca pela simplificação dos manejos com aplicação genérica de práticas de manejo ou novos pacotes se constitui muito mais um cenário típico da agricultura orgânica comercial, onde se observa uma tendência de reprodução da lógica clássicas de pesquisa. Outro fator relevante nestas ressaltado pelos agricultores ao exaltarem a necessidade de observação e interação com os elementos naturais e não naturais para o manejo da

lavoura é o tempo e a localidade. Isso fica claro na fala de Horácio ao dizer que “o tempo da natureza é diferente do tempo do capitalismo” e da agricultura moderna onde são usadas soluções prontas e imediatistas através dos pacotes tecnológicos e na de Alfredo ao explicar que a produção Agroecologia depende de se aprender a “tentar entender a natureza, ver como ela ta se comportando”.

Assim, é no engajamento no campo de prática os agricultores descobrem e reafirmam as colocações de Bracagioli (2003) de que a implementação da Agroecologia não deve seguir a lógica dos “pacotes tecnológicos”, mas precisa ocorrer de forma descentralizada e localizada, respeitando as características peculiares a cada agroecossistema, sendo guiada por aqueles que percebem a Agroecologia não só como uma forma produtiva, mas sim como um meio de vida.

A questão da atenção não é só identificada no manejo da lavoura, mas também nos processos administrativos. É isso que vemos nos relatos sobre a importância dos cadernos de campo de participação ativa nos processos de gestão e formação. Ainda que a anotação das atividades seja um requerimento da Certificadora e a participação ativa nos grupos uma demanda do Grupo Gestor, ao reconhecer isso como algo relevante as famílias sugerem que o “estar atento” é um exercício constante em todas as esferas de construção do Conhecimento Agroecológico: ecológico-produtiva, sócio-econômica e sócio-política.

Essa questão também se faz presente em outros processos de construção de conhecimento agroecológico, tais como na implementação dos Centros de Vivência Agroecológica em MG relatados por Weitzman (2007) que apresenta relatos de educadoras comunitárias descrevendo como a prática do registro em cadernos de campo tem contribuído para construção do conhecimento, revelando que as anotações ajudam a apresentar e comunicar o trabalho para outros, bem como a avaliar o nosso próprio trabalho, possibilitando que erros ou acertos possam ser identificados.

Assim, percebemos que as famílias identificam mudanças ocorridas em suas vidas após o engajamento no processo de transição que envolvem representações sobre aspectos políticos (o tempo da natureza como diferente do tempo do “capitalismo”), organizativos (a necessidade de registro e controle dos dados, de práticas administrativas diferenciadas e coletivas), econômicos (menor grau de endividamento, melhor retorno financeiro pela venda do produto), socioculturais (melhorias na saúde, a necessidade constante de aprendizado e trocas de

experiências, necessidade de uma transformação nas formas de pensar, senso de orgulho ou nobreza em produzir “sem veneno”).

Dessa forma, ainda que não haja uma conceituação sistematizada sobre a Agroecologia entre os assentados, há uma perspectiva construída a partir da vivência das famílias que claramente se contrapõe à agricultura convencional e que relaciona a prática desta como algo que está além de um estilo de agricultura, envolvendo também outras dimensões da vida e do trabalho. Assim, podemos observar que a perspectiva destes atores foi construída a partir de sua experiência prática de engajamento com a Agroecologia, reforçando as colocações de Ingold (2000), ao propor que o conhecimento é fruto da imersão integral (corpo e mente) em um mundo, onde habilidades de leitura são criadas a partir da agência em um campo de prática. Assim, o conhecimento que emerge a partir da relação de pessoas e seus ambientes não é estruturado ou classificado, é fruto da experimentação perceptual, sendo ao mesmo tempo pré-objetivo e pré-ético. Conforme Ingold (2000):

Trata-se de conhecimento que não é do tipo formal e autorizado, transmissível em contextos fora de sua aplicação prática. Ao contrário, é baseado em sentimento, consistindo de habilidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas através da experiência de condução da própria vida em um ambiente (INGOLD, 2000, p. 25, tradução da autora):

Assim, a perceptiva apresentada pelas famílias ainda que não esteja organizada e sistematizada com conceitos, expressa de forma prática e perceptiva as bases fundamentais da Agroecologia. Essa concepção mais ampla também aparece nos documentos do MST que ao discutir ou elaborar textos sobre o tema associam noções que vão além de um estilo de agricultura. No mesmo documento anteriormente citado, lê-se em um trecho seguinte que a Agroecologia deve ser promotora de novas relações socioeconômicas e que esta se apresenta como um conceito construído socialmente que: “Tende a incorporar noções e entendimentos político-culturais que fazem parte da vida, da luta e do cotidiano de seus protagonistas (MST, 2012; grifo da autora, p. 2). O mesmo é corroborado na declaração construída pela Via Campesina Internacional (organização da qual o MST é membro) durante o Primeiro Encontro Mundial sobre Agroecologia e Sementes Camponesas, realizada na Tailândia em novembro de 2012, onde a Agroecologia é colocada como fundamental para a soberania popular e alimentar, e

uma importante resposta às crises e aos grandes desafios globais atuais, em um dos trechos diz que:

Há uma infinidade de nomes para agricultura agroecológica pelo mundo inteiro e a Via Campesina não está preocupada por nomes nem rótulos, quer se trate de Agroecologia, de agricultura orgânica, de agricultura natural, de agricultura sustentável com poucos insumos externos, ou outros, mas prefere especificar os princípios ecológicos, sociais e políticos chave que o movimento defende. Para a Via Campesina a verdadeira agricultura sustentável do camponês parte da recuperação dos métodos de agricultura tradicional dos camponeses e a introdução de novas práticas ecológicas, o controle e defesa dos territórios e sementes, e não esquecendo a igualdade social e de gênero (VIA CAMPESINA, 2012).

Assim, encontramos diferentes definições tanto na prática dos atores, como em documentos do MST. Dessa forma entendemos que a definição nebulosa da Agroecologia, é uma expressão de um projeto em construção dentro do próprio MST, defendida e representada de formas distintas entre os atores que compõe esta arena. Além de ser uma diretriz ainda recente dentro do MST, visto que das aproximadamente 16 mil famílias assentadas no Estado, cerca de 1600 estão envolvidas em processos de transição agroecológica. Essa disputa ainda está presente, conforme ilustra a fala de um dos entrevistados que declara “planto agroecológico porque sou obrigado, mas eu queria mesmo era poder voltar para o convencional” (CAMILO, 2012).

Essa percepção sobre a Agroecologia, não é exclusiva do Assentamento de Viamão, visto que foi observada em situações de interfaces com outros atores envolvidos e é reafirmada por Gutiérrez (2012) em sua pesquisa nos Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre, nas palavras do autor:

A dominância de uma perspectiva tecnocêntrica da Agroecologia, que a entende como um simples processo de troca de matriz produtiva é um limitante. Fato comprovado na análise das representações sociais, na qual tanto assentados quanto técnicos tendem a considerar que a Agroecologia consiste principalmente num conjunto de técnicas mediante as quais é possível deixar de utilizar agrotóxicos e produzir alimento saudável com valor agregado no mercado. Dito estreitamento conceitual obstaculiza a consolidação de ações mais integrais de gestão do desenvolvimento. (GUTIÉRREZ, 2012, p. 343)

Outra questão que revela a Agroecologia como um projeto ainda em construção e disputa dentro do próprio Movimento é a forma como tem sido disseminada entre os assentados. Conforme os dados já apresentados na sessão anterior, o calendário anual das famílias envolve uma série de momentos de

aprendizagem, formais e informais, que são caracterizados por uma riqueza de detalhes e informações.

No entanto, os momentos formais são sempre conduzidos por técnicos ou dirigentes, reproduzindo uma abordagem positivista e difusionista onde o conhecimento técnico-científico é priorizado. Isso também foi corroborado durante o Seminário que ao discutir os processos de transição agroecológica no MST com uma participação massiva era de técnicos e dirigentes, tendo uma pequeníssima participação de agricultores, entre os quais nenhum dos camponeses produtores de arroz em Viamão. Vale lembrar que a data do Seminário correspondia uma das épocas mais intensas de trabalho, estando as famílias envolvidas com o arroz em função de preparo do solo e sementeira. Na avaliação de Safra em Viamão, ainda que houvesse uma participação massiva dos agricultores, o tempo dedicado às intervenções era reduzido há alguns minutos. O fato de apenas dois agricultores terem feito falas mais detalhadas, ficando os demais em comentários amplos e extremamente genéricos como: “tivemos algumas dificuldades, mas tá bem!”. Isto demonstra que, nos momentos formais, tem sido dedicada pouca atenção e escuta as falas das famílias. Assim, cria-se um distanciamento entre a reflexão e a prática.

Assim, a metodologia utilizada nestes espaços não tem contribuído muito para uma participação efetiva das famílias e ampliação do processo de construção do conhecimento agroecológico de forma simétrica. Vale comentar, que em conversa com um dos técnicos ele reconhece que há algum tempo atrás havia uma maior dedicação e atenção aos processos metodológicos das formações, porém que a sobrecarga de trabalho tem colocado tais questões em segundo plano.

Outra forma de aprendizado presente são os dias de campo, onde um grupo de agricultores visita áreas de produção de outras famílias, permitindo que a família visitada fale sobre seus aprendizados a partir de sua vivência, relatando como encontrou soluções para os problemas enfrentados, assim são momentos caracterizados por uma dinâmica de conhecimento dialogado e focados na experiência prática. Ainda que sejam compostos por outros atores (técnicos, dirigentes, etc) e entre as informações apareçam dados técnico-científicos, estes aparecem emaranhados com o conhecimento endógeno dos camponeses que assumem um papel mais ativo.

Importante mencionar que, em relação aos encontros formais, observamos nestes momentos um maior destaque dos princípios agroecológicos da co-evolução

e localidade, visto que muitas vezes os problemas encontrados são específicos à interação dos elementos do local, assim os diferentes tipos de solo, a diferente origem da água para a irrigação, o tempo de preparo do solo, a forma, demonstra como o agricultor como humano busca interagir com os elementos que o cercam.

Outro espaço de construção do conhecimento onde os agricultores têm um maior protagonismo, conforme relatado no “Corre”, é o Distrito de Irrigação onde ao falar de suas experiências e de como seus grupos estão se organizando, partilham seus conhecimentos e permitem que o processo de um contribua para o outro. Um formato misto e foi o proposto no curso sobre Certificação Orgânica, onde as falas dos técnicos foram sistematicamente intercaladas por momentos onde os agricultores eram convidados a apresentar seus conceitos e percepções, tendo encerrado com atividades práticas em grupo com simulação de uma situação de vistoria. Dessa forma, os agricultores puderam ter uma participação mais ativa tanto na parte teórica como prática. Ainda, a prática realizada com a divisão de grupos de agricultores também criou um ambiente de interface entre eles, possibilitando que um agricultor pudesse ensinar ao outro.

Acreditamos importante ressaltar, que ainda que identifiquemos que há um claro processo de construção de conhecimento e dinâmicas de aprendizado entre agricultores, estes ainda reproduzem de forma geral uma concepção de “quem sabe são os técnicos”. Importante ressaltar que a maneira como as famílias falam dos técnicos com carinho e abertura, inseguros pela possibilidade do afastamento, e também a forma como os técnicos falam sobre o conhecimento dos agricultores, ajuda a evidenciar que o problema aqui colocado é muito mais referente a processos metodológicos do que uma postura entre os diferentes profissionais.

Uma questão que não podemos deixar de mencionar ao discutir metodologias o processo de construção colaborativa das ilustrações da lavoura e do corre. Conforme mencionado anteriormente, as ilustrações não foram um método programado, mas emergiram despretensiosamente a partir da interação entre a autora e as famílias participantes como uma forma de materializar práticas e se compreender o ciclo produtivo e administrativo. O processo além de servir como uma forma de coleta de dados para a pesquisa, que também criou uma potencial ferramenta de registro e sistematização do conhecimento agroecológico. Ao discutir os desenhos com as famílias, as racionalidades das práticas de cada grupo eram apresentadas e as heterogeneidades eram evidenciadas. Surgiam falas como

“fulano faz assim, mas eu acho melhor fazer de tal forma” ou “o que tem que cuidar nesse momento é tal coisa”. Além disso, ao criticar o desenho, as famílias mostravam seu conhecimento e, também, evidenciavam o conhecimento da autora, ou melhor, a falta dele ao desenhar os processos de forma errada. Assim, vinham as falas “o implemento da máquina tá errado, essa aí é pros valos, para o preparo tu tem que usar grade ou um rolo faca, senão tu não arruma a terra, tu piora ela!”. Ainda “a cor do marreco que ajuda na lavoura é diferente do marreco que vem come depois, não é o mesmo”. Também, “aqui tem que esgotar a lavoura, tirar toda essa água, senão tu não vai colhe!” e “aqui tem que colocar um agricultor, tem que ter um assentado aqui senão vão achar que nos abandonamos a lavoura, essa época todo dia tem que cuidar!” Assim, os erros ao criar mais polêmica e debate criavam um contexto que fazia com que os agricultores demonstrassem o seu saber.

O desenho do Habitar também surgiu a partir da crítica das famílias, que diziam que os ciclos (figura 6 que ilustra a lavoura e o corre) falavam das atividades ao longo do ano, mas não mostrava como uma lavoura influencia a outra, os problemas dos tempos de lavoura diferente, a tensão com a SEMA, a distancia das casas, etc. Ou seja, a crítica era de que, ainda que uma leitura temporal fosse interessante, ela precisava ser acompanhada de uma leitura espacial onde a localidade, o agroecossistema e o modo de vida também pudessem ser representados. A visão da autora também impulsionou reflexões, o fato do desenho desde o início ter sido feito de forma cíclica e não como uma linha reta surpreendia a maioria das famílias, que diziam “nunca tinham pensado assim, mas é assim mesmo. Nós trabalhamos sem parar, ano todo!”.

O processo também gerou um ambiente descontraído, fazendo com que as famílias se sentissem a vontade para contar histórias, mostrar fotos, desenhos próprios ou ainda fazer desenhos e esquemas durante os encontros. Ainda que na elaboração dos desenhos a preocupação fosse de ilustrar processos e situações, ao ler as figuras, as famílias reconheciam pessoas e lugares: “bah, mas o fulano tu desenha bem direitinho!”; “ali é a lavoura do Seu Beltrano, né?”; “como ciclano tá magrinho né?”. Assim, houve realmente uma apropriação pela maioria das famílias, tendo estas solicitado cópia dos desenhos ou ainda que fossem elaborados novos desenhos com os manejos específicos de seu grupo de produção. Conforme os agricultores.

Esse desenho é bom para a gente poder lembrar das coisas! A gente sabe fazer, mas as vezes se esquece e quando vê passou o tempo. Tu podia trazer um para nós para poder botar na parede que nem calendário, para ajudar a lembrar! (ALCEU, 2012)

Tu podia fazer um só para nós, só do nosso grupo! Do que a gente faz,... tem que tirar isso aqui, porque a gente não faz assim. Daí a gente leva para as reuniões para discutir, mostrar pros companheiro como se faz as coisas! (CLÓVIS, 2012)

Isso a gente podia fazer um negocio daqueles grande sabe! Aqueles bem grande de pendurar e colocar lá no Centrão! Porque seguido vem gente ai fazer curso, conhecer, querer saber como a gente trabalha. Daí fica mais fácil da gente contar! Acho que pode ajudar também o povo que ta começando, que as vezes chega meio perdido, não sabe por onde começar. “Olha fulano, é assim ó!” (ERNESTO, 2012)

Paranhos, Silveira e Nogueira (2007) ao relatar trajetória de construção do conhecimento agroecológico da Rede Ater Nordeste falam da relevância do uso de recursos visuais como forma de registro, sistematização e comunicação de experiências:

Os recursos visuais, como cartazes, banners, painéis com fotos sobre as experiências, entre outros, têm sido instrumentos importantes no apoio a esse fluxo de comunicação. Várias entidades da rede têm elaborado e utilizado boletins que descrevem e analisam experiências concretas como um veículo de comunicação eficiente entre os agricultores(as). Esse material é resultado de uma sistematização simples de experiências conduzidas pelos próprios agricultores e suas famílias, em que o foco não está nas técnicas, e sim nos processos de transição agroecológica por eles implementados. Os agricultores se identificam no boletim, uma vez que refletem a sua realidade, e a comunicação se torna uma poderosa ferramenta de resgate dos seus conhecimentos, da sua história e da sua cultura (PARANHOS, SILVEIRA E NOGUEIRA, 2007, p. 66).

É nesse sentido que Petersen (2007), coloca que ao criticar o enfoque científico e os fundamentos conceituais e metodológicos do paradigma convencional de desenvolvimento rural, a transição agroecológica tem como desafio aprimorar os métodos e ferramentas para a construção do conhecimento, buscando romper com o sentido vertical e unidirecional do difusionismo tecnológico. É através de canais horizontais de diálogo entre os conhecimentos dos diferentes atores que é capacidades, laços de confiança e reciprocidades são construídas, aliando teoria e prática e permitindo “erigir metodologias-ponte entre os procedimentos intuitivos, integradores e não lineares de produção de conhecimento dos (as) agricultores (as) e os procedimentos racionais, analíticos e lineares dos (as) técnicos (as)” (PETERSEN, 2007, pag. 9).

Por outro lado, ao estruturar o sistema organizativo e produtivo em dinâmicas cooperativas e em rede o Grupo Gestor cria justamente o campo fértil de interfaces para que novos conhecimentos aflorem, facilitando a cooperação na geração de conhecimento. Em sua pesquisa sobre os sistemas de conhecimento e inovação a partir da ação coletiva nos Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre, GUTIÉRREZ (2012) coloca que:

A existência dessas estruturas em rede, socialmente organizadas, para transmitir os conhecimentos e a novidade agroecológica é uma característica fundamental ao longo da trajetória desses assentamentos... Essas redes se expressam com maior vitalidade na medida em que as articulações sócio-institucionais valorizam o patrimônio cultural local, a diversidade biocultural e o conhecimento das comunidades migrantes que são os assentamentos. (GUTIÉRREZ, 2012, p. 330)

Assim, ainda que entendamos a fala do técnico ao dizer que a construção do conhecimento requer um tempo não condiz com as necessidades imediatas de geração de renda, e que ter alguma padronização de procedimentos auxilia as famílias sem experiência a se engajarem no processo de transição, fica a questão de como não limitar isso a um novo pacote e de ter uma metodologia que realmente propicie a ampliação de conhecimentos através de um despertar de olhares para a leitura de signos.

Portanto, trata-se é de conseguir encontrar formas e utilizar metodologias para que conhecimento técnico-científico e o conhecimento endógeno possam estar em um diálogo simétrico. Indo ao encontro de Petersen e Dias (2007), ABA (2009), Cotrim e Dal Soglio, (2012) de que a construção do conhecimento agroecológico se dá através da interação entre os diferentes atores, através de abordagens integrais de gestão do conhecimento e metodologias colaborativas que permitem que conhecimento científico e conhecimento endógeno sejam tratados de forma simétrica. Desta forma, estar-se-ia viabilizando a concretização de um dos conceitos epistemológicos básicos da Agroecologia que é a participação das comunidades, onde através da ação social coletiva incentiva-se a ruptura com a estrutura de poder imposta pelo modelo desenvolvimentista onde as relações estabelecidas com os agricultores é de dependência e dominação (CARMO, COMITRE; FAGUNDES, 2012). É a existência de uma base comunitária nas arenas que permite que, através das relações, sejam identificadas disputas pela hegemonia de projeto sejam encontrados novos acertos ecológicos e sociais (COTRIM E DAL SOGLIO, 2011).

Nesse sentido, a relevância e a relação entre o conceito e os métodos usados, conforme alerta Canuto (2008), está no fato de que a escolha de conceitos tem um desdobramento metodológico sobre quais estratégias serão seguidas ou não para a ampliação do conhecimento, conforme o autor:

No cenário de uma visão agroecológica ampliada, seria dada ênfase à geração de conhecimentos e não só de tecnologias. Teria fundamental destaque a interação entre pesquisadores, agricultores e extensionistas, a orientação à construção social do conhecimento, a construção de unidades e redes de referência para a transição agroecológica, onde as aplicações validadas localmente se transformam em novas referências. Nesta perspectiva, haveria a necessidade de considerar a realidade complexa dos agricultores familiares e estimular o manejo da biodiversidade e da complexidade... É de suma importância, considerando as contribuições da academia e a valorização do conhecimento popular, construir pontos de convergência para dar cada vez mais solidez ao conhecimento agroecológico. Para tanto, há a necessidade de reconstruir conceitos, instituindo um distanciamento crítico em relação aos conceitos, sem fundamentalismos (CANUTO, 2008, p. 6)

Assim, se para um “estilo de agricultura” sem agrotóxicos podemos pensar em “novos pacotes” orgânicos, para a prática efetiva da Agroecologia precisamos, conforme sugere Ingold, pensar em como despertar habilidades para que no engajamento no mundo os sinais emitidos por humanos e não humanos possam ser lidos. Ainda, a visão da Agroecologia somente modelo de produção, perde as possibilidades que esta oferece como campo de conhecimento, fornecendo elementos críticos ao modelo de desenvolvimento hegemônico pelos pacotes tecnológicos e o difusionismo, sob os quais os movimentos sociais atuam em contraposição.

Cotrim e Dal Soglio (2011) sugerem que a percepção do caráter diretivo e difusionista da modernização da agricultura, é uma das forças que mobilizou um conjunto de reflexões teóricas e metodológicas que deram origem a Agroecologia. Complementando, conforme Canuto (2008) a construção do conhecimento é um pilar do processo de transição, já que é através dela que processos participativos e procedimentos científicos se integram as dinâmicas sociais e econômicas, criando através de experiências uma sólida base para transformações políticas.

Ainda, conforme alertam Caporal, Costabeber e Paulus (2009) a confusão no uso do termo Agroecologia, sendo utilizado como produto, forma de agricultura ou ainda técnica produtiva, ainda que não pretenda ser agressivo ou ter sentido pejorativo, acaba por prejudicar o entendimento do potencial da Agroecologia para

estabelecer elementos e estratégias para um desenvolvimento rural sustentável. Portanto, para além de uma questão de semântica, a compreensão da Agroecologia para além de uma forma produtiva implica também na adoção de estratégias de ampliação e avaliação das experiências, que requerem outra forma de se relacionar com a geração de conhecimento, utilizando metodologias que facilitem a imersão integral dos atores neste campo de práticas. Deste modo, a Agroecologia não é uma ciência que busca a objetividade nem a neutralidade, como pretenderam os positivistas, ela se propõe a ser uma ciência mais humanizada, que considera a íntima associação entre questões políticas e técnicas (GOMES, 2005b).

Abreu et al. (2012) em uma análise teórica detalhada acompanhada de estudos empíricos, conclui que a agricultura orgânica tem se constituído mais como uma ecologização de práticas que avança agricultura empresarial e patronal, ao contrário da Agroecologia que tem crescido e se constituído junto agricultores familiares e camponeses, em parceria com movimentos sociais ressaltando assim o caráter político e social da última, vinculada a processos de cunho emancipatório de categorias sociais marginalizadas pelo processo de modernização da agricultura.

Assis e Romeiro (2002) complementam que, ainda que ambas tenham surgido como contraponto aos impactos ambientais resultantes da desconsideração pela agricultura moderna dos equilíbrios ecológicos naturais, a agricultura orgânica tem se constituído muito mais como uma prática agrícola, baseada em tecnologias e procedimentos padronizados, que reduzem processos ecológicos, na busca em atender características de mercado e as demandas dos consumidores. Já, Agroecologia constitui-se como um campo de conhecimento que a partir de uma abordagem multi e interdisciplinar propõe uma perspectiva para a agricultura que respeite os processos ecológicos, levando em consideração os contextos sociais e econômicos que envolvem a produção agrícola (ASSIS E ROMEIRO, 2002).

Entendendo que os Grupos Gestores atuam como núcleos de articulação e encontro entre Assentamentos e por isso viabilizam a multiplicação de conhecimentos e a inovação agroecológica entre distintos locais, acreditamos que uma maior clareza sobre a Agroecologia poderia redirecioná-los para a estruturação de conteúdos e métodos de ensino mais integrados, com uma linha pedagógica baseada na interação entre teoria e realidade, potencializando assim a construção e a prática do conhecimento agroecológico nas situações de interface. Almeida, Tavares e França (2008) ao analisar o caso do Assentamento Cunha em Goiás,

declaram que é o uso de uma abordagem mais ampla com contribuições de diferentes disciplinas, mais do que a imposição de modelos e padrões determinados, que permitem que o manejo da biodiversidade constitua-se em uma ferramenta para os agricultores assentados implementarem um novo modelo de desenvolvimento agrícola e viabilidade socioeconômica. Conforme ressaltam Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009) para a Agroecologia a produção de conhecimento é uma atividade própria do humano, portanto reservá-la para um pequeno grupo social conforme defendem os difusionistas e positivistas, é no mínimo um desperdício das aptidões dos indivíduos.

Tendo em vista que a integração entre as ações de ensino e pesquisa é uma questão essencial para a construção do conhecimento agroecológico, não podemos deixar de discutir nessa seção a relação estabelecida com outros espaços e instituições de aprendizagem, em especial as Universidades, tem sido extremamente tenso e complexo. Por um lado, é cada vez maior o número de assentados ingressando em cursos superiores e de especialização, onde cerca de 5 mil trabalhadores estudam em 50 instituições de ensino, além de haver aproximadamente 100 turmas de cursos formais com mais de 5 mil educandos em instituições com curso técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia) e cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História) através de parcerias com universidades públicas (MST, 2010).

Também, é crescente o número de pesquisas acadêmicas com o foco em assentamentos do MST, só para o Assentamento de Viamão encontramos 12 publicações, das quais duas são trabalhos de conclusão de graduação, três dissertações de mestrado e duas teses de Doutorado. Conforme relatado anteriormente, era recorrente nas falas dos agricultores a lembrança de pesquisas ali realizadas e entrevistas fornecidas, porém, sem ter havido um retorno sobre resultados para as famílias participantes.

Entre as conclusões do Seminário sobre fatores limitantes para a ampliação da Agroecologia nos assentamentos, estava a necessidade de realização de pesquisas e sistematizações das experiências em curso. No entanto, ao se pensar em como alcançar esta demanda as instituições lembradas são EMBRAPA e EMATER. Assim, ainda que pareça óbvio que uma relação de parceria entre

Universidades e o Grupo Gestor poderia gerar conhecimentos benéficos tanto para os movimentos sociais como para a academia, fica clara certa desconfiança e ceticismo dos atores em relação a essa possibilidade. Em parte, talvez porque tanto o MST como as famílias, tendem a ter um maior interesse em resultados de aplicação prática.

Assim, identificamos uma série de parcerias em andamento com a UFRGS, por exemplo, em torno de projetos de extensão que envolvem comercialização de produtos e apoio técnico para inserção em mercados. Por outro, também fica claro que a forma como as pesquisas acadêmicas tem sido feitas nos assentamentos muitas vezes se mostram utilitaristas e invasivas, sem um cuidado ético no tratamento dos participantes, ou ainda uma preocupação de retorno de resultados, tornando os questionamentos de Paulo Freire e Milton Santos sobre como e para quem se faz ciência, mais atuais do que nunca.

Certamente, esse cenário também envolve a persistente desvalorização da Academia dos conhecimentos autóctones que, conforme Ingold (2000) tem seu fundamento em uma razão abstrata que atua em uma perspectiva desengajada do mundo e por isso permite reproduzir uma lógica de dicotomias entre corpo e mente, sociedade e natureza, modernidade e tradição. Além de, conforme Long (2001), consolidar a hegemonia institucional e científica em torno da geração de conhecimento. Assim, Canuto (2008) fala sobre o compromisso social da pesquisa ou a falta deste, visto da tendência acadêmica de atender publicações científicas especializadas e sob o preceito de que a pesquisa serve a sociedade como um todo, pouco se questiona ou avalia o impacto prático destas na Sociedade. Assim, o autor argumenta.

como consequência deste processo, ocorre um círculo vicioso entre pensamento, prática e resultados: no nível do pensamento, tem-se como suposto que a pesquisa tem valor em si mesma, a pesquisa é neutra; na prática, a pesquisa é concebida em função de critérios internos das instituições, frequentemente pautada pelas demandas de empresas e agricultores capitalizados; quanto aos resultados, artigos de alta abstração são publicados, circulando prioritariamente entre os próprios cientistas. Quando são produzidos resultados aplicados, estes se traduzem em tecnologias sofisticadas e intensivas de capital "ofertadas ao mercado". (CANUTO, 2008, p. 2)

Assim, concordamos com Petersen; Dal Soglio e Caporal, (2009) ao afirmarem que a articulação entre instituições científico-acadêmicas e organizações

da sociedade civil é fundamental para que a perspectiva agroecológica possa orientar processos de transformação e reestruturação da agricultura.

6.2 Lutando com o arroz

Nessa seção vamos explorar como o engajamento no processo de transição agroecológica das famílias assentadas em Viamão, se aproxima da condição camponesa proposta por Ploeg (2006, 2008 e 2009) e como processo de construção do conhecimento tem contribuído para reprodução social e autonomia das famílias. Discutimos ainda como o processo tem criado novas restrições e condições de dependência, impondo novos desafios.

A relação de coprodução¹² e gestão da base de recursos, características definidoras da condição camponesa para Ploeg (2006; 2008 e 2009), estão presentes nas três Dimensões do Conhecimento identificadas e em sintonia com os princípios propostos pela Agroecologia. Na lavoura, as práticas de plantio e o manejo estão permeados de ricos exemplos de como humanos e não-humanos interagem para que o cultivo se desenvolva, tais como: os relatos que falam sobre a importância da observação e atenção para a forma como os elementos atuam, a inexistência de receitas (ou seja, procedimentos padronizados), o desafio de transformar “coisas” mortas em vivas, o tempo certo de agir ou de como os não-humanos precisam constantemente ser assistidos e cuidados. Para a Ploeg (2008) é a interação com a natureza viva que torna a agricultura um processo dinâmico e maleável, constituindo-se no principal campo de batalha dos camponeses. Tendo em vista que a natureza viva não pode ser controlada, é através do aprendizado de como interagir com os elementos que novas formas de fazer são criadas e recriadas construindo assim o modo camponês de agricultura (PLOEG, 2008). Ploeg (2009) ressalta que em contextos de crise, as soluções encontradas pelos camponeses tendem a ser o aumento da eficiência técnica e da autonomia na base de recursos, ou seja, o máximo dos recursos disponíveis, e não o aumento de relações de dependência com os mercados. Nesse sentido, importante a fala de Joel (2012) que declara:

¹²A coprodução é a constante interação e transformação mútua entre o homem e a natureza-viva, onde tanto recursos sociais como naturais são configurados e reconfigurados gerando novos níveis de co-produção (PLOEG, 2008).

A primeira vez que nós plantamos orgânico é quanto ficamos quebrado e não tinha dinheiro para comprar os químico para botar na lavoura. Como já tava tudo quebrado mesmo e nem sabia se ia dá lavoura, metemo a água em cima dos inço. E no fim deu certo! (JOEL, 2012)

A relação de coprodução também aparece no Corre através do trabalho do Distrito de Irrigação no gerenciamento do fluxo das águas e o ritmo das lavouras. A composição deste por plantadores e com representatividade de todos os grupos de produção viabiliza o controle interno de um dos recursos mais essenciais ao cultivo - a água. Assim, fica evidente como que ao longo dos anos os atores, em conflito e negociações, é que o processo de gestão da água foi sendo construído. Nesse sentido, retomamos a fala de Ernesto (2012), que ressalta que a organização foi necessária visto que o sistema de irrigação foi construído para ser manejado por uma pessoa (o antigo proprietário) e atualmente tem que ser gerido por 376 famílias. Ainda que esta também tenha sido uma condição imposta pelo Estado, houve uma série de tentativas que não tiveram sucesso conforme descrito na trajetória do arroz. O Distrito só passou a ter uma atuação coordenada após ser composto por agricultores plantadores representantes de cada um dos grupos de produção, ou seja, uma real participação social daqueles que dependem dos recursos e sabem dos possíveis problemas. Assim, ainda que a criação do Distrito tenha sido fruto de uma ação externa do Estado, fica claro que o processo de construção como ator coletivo, passa pelo estabelecimento de um objetivo em comum e acordos tácitos centrados na relação social, conforme propõe a POA (LONG, 2001).

Ao descrever as origens do campesinato no Brasil não só como categoria política, mas também social e técnica, Sabourin (2009), identifica no manejo compartilhado de recursos comuns práticas de reciprocidade ligadas à produção agrícola, sendo os sistemas de irrigação um dos exemplos mais recorrentes. Para o autor, não é tanto o objeto de compartilhamento que importa, mas ações entre os atores que gera valores de confiança a responsabilidade sob recursos limitados que acaba por criar um sentimento de pertencimento ao grupo (SABOURIN, 2009). Tal colocação vai ao encontro das falas que alegam “agora o Distrito somos nós”. Ainda, que existam relatos de disputas em relação ao uso da água, entendemos que estas fazem parte dessa arena, onde cada grupo e família busca a partir de seu mundo de vida e projetos defender seus interesses (LONG, 2001). Porém, o fato de o Distrito ter atualmente uma renda gerada de forma coletiva a partir do cultivo de arroz, permitindo que sejam contratados 3 funcionários e 1 coordenador demonstra uma crescente maturidade das

relações e um caráter de aumento na autonomia. A consolidação como ator coletivo, também pode ser vista no Grupo Gestor, onde o Distrito tem atuando além de suas funções originais de gestão da água, mas também intermediado o acesso a outros recursos (sementes, adubo, diesel, processamento).

Assim, a coprodução não se limita a transformar os elementos em bens e serviços, mas também a reproduzi-los, recriando e mantendo assim a base de recursos, sejam estes sociais ou naturais tais como conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, esterco, cultivos, etc (PLOEG, 2008). Conforme Ploeg, (2008) é através da interação com os elementos, em um lento processo de melhoria de qualidade e da produtividade dos recursos que os camponeses conseguem as ferramentas para aumentar sua autonomia. Assim, ainda que algumas intervenções do Estado tenham resultado de forma positiva, ao mesmo tempo, identificamos também fatores que restringem a ampliação da autonomia das famílias em relação à coprodução e a base de recursos. A necessidade anual de elaboração dos projetos de plantio e aval do INCRA como proprietário reforça uma condição de restrição sobre o manejo da terra. O lançamento do edital de abertura de safra no período de inverno é percebido como um obstáculo para as famílias, visto que nessa época deve ser realizado o preparo do solo. A incerteza de aprovações ou não, faz com que as famílias ou esperem os resultados para iniciar as atividades colocando em risco o processo de plantio ou invistam na terra sem a segurança de poderem plantar. A restrição para o deságue das lavouras no verão também cria um situação de risco para a lavoura, questão que discutiremos amplamente na próxima seção.

Outra questão que cria um contexto de restrição e dependência na gestão dos recursos são algumas diretrizes impostas pelo processo de certificação orgânica utilizada. Ao indagar sobre as práticas de adubação, as resposta eram introduzidas ou concluídas com a expressão “é o que pode!”. A determinação da IMO sobre quais elementos podem ser utilizados no manejo afeta a autonomia da base de recursos fazendo com que muitos dos produtos precisem ser comprados, criando um aumento do custo de produção e maior dependência dos mercados.

Assim, Carmo, Comitre e Fagundes (2012), alertam que os mercados orgânicos voltados contemplar a saúde dos consumidores criam o risco de resumir as necessidades de produção a um novo “pacote” do que é permitido ou não empregar para atender nichos, deixando de lado o compromisso de transição do modelo social e econômico, tão caro à Agroecologia. Então, ao reproduzir a lógica de simplificação de

manejos conforme discutido na sessão anterior, também afeta o potencial de novos processos de experimentação in loco, prejudicando a construção do conhecimento agroecológico.

Outra questão polêmica para as famílias foi a exigência do uso de equipamentos de EPI (chapéu, protetor solar, botas e luvas) durante o trabalho, questão que caso não cumprida pode acarretar em uma notificação por irregularidade por parte da certificadora. Quando essa questão foi apresentada em uma reunião, os agricultores argumentavam que em determinadas atividades precisam ficar dentro da lavoura (o que geralmente significa ter água até a cintura) e não é possível usar as botas, pois elas se perdem na lama. Ainda que pareça trivial, ao impor uma estrutura de normas de como a produção deve ser feita, seja no que diz respeito a insumos ou vestuário dos agricultores, a IMO esta direta ou indiretamente impondo uma padronização a produção que pode vir a alterar modos de vida e bloquear processos inovativos, assemelhando-se aos projetos de intervenções externas que não consideram em seus programas os mundos de vida dos atores (LONG, 2001).

A recente criação do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC¹³ para Certificação do MST abre possibilidades de um sistema de certificação mais sensível à lógica de produção das famílias, além de economizar custos. Fica a questão de como o processo de construção do conhecimento será abordado.

No Habitar, a relação de coprodução e gestão de recursos também aparece através da produção de auto-consumo realizada por oito famílias entrevistadas, apenas uma declara que compra os produtos de outro assentado. A produção de auto-consumo também é vista por Ploeg (2006, 2008 e 2009) como fator condicionante do modo de produção camponês, visto que permite um menor grau de dependência do mercado ao consumir parte da produção. Conforme Toledo (1990 apud PLOEG 2008) a criação e a ampliação de uma base de recursos permite que os camponeses tenham certa liberdade nas trocas econômicas, porque pelo menos em parte ela se baseia em trocas com a natureza. Interessante notar que nas falas das famílias, o cultivo de auto-consumo envolve valores culturais e simbólicos, é um costume herdado dos antepassados e uma prática que se mantém também por prazer. Isso fica expresso nas falas de Márcia ao dizer que seria “feio” ter terra para plantar e ir comprar no mercado,

¹³ Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído é uma das formas de certificação de produtos orgânico, que caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema: produtores, consumidores, técnicos e demais interessados.

ou ainda como seu marido só tem alergia quando come tomates da cidade com veneno, reação não observada quando os tomates consumidos são os produzidos em casa. Percebemos ainda na fala de Ana (2012) ao falar com orgulho de sua habilidade em produzir tomates. Ou ainda, na narrativa de Teodoro (2012) ao declarar que entre suas conquistas esta o novo pomar: “Coisa boa é os arvoredo, agora eu to fazendo cobertura de solo e eles não ficam descoberto, porque planta é igual a gente né? Tem que ter roupa também!”

Mas é claro, as questões econômicas também estão presentes como lembra Horácio: “na agricultura familiar tem que ter autosustento. O cara produzindo o autosustento e mais alguma coisinha, não tem do que reclamar”. Interessante observar que para além das famílias entrevistadas, Camilo (2012) outro agricultor que participou da pesquisa e o único a declarar que gostaria de voltar a produzir de forma convencional, comenta que não come o próprio arroz, prefere comprar no mercado. Nas palavras do agricultor:

Essa historia de veneno é frescura! Outro dia vi na televisão que na carne tem hormônio, então veneno por veneno tem em tudo! Tem na água ai também! Então da na mesma! Eu não como esse arroz, teria que pegar de saca, então prefiro comprar o de 5kg no mercado é mais barato! (CAMILO, 2012)

Essa fala ajuda a reafirmar as colocações da seção anterior da Agroecologia como um projeto ainda em construção no MST e no próprio Assentamento, evidenciando que a lógica de alguns agricultores em relação à produção se assemelha muito mais ao modelo empresarial descrito por Ploeg (2006, 2008 e 2009) do que o modo camponês. Ainda, conforme ressalta Gutiérrez (2012) as disputas entre os modelos revelam também um conflito de valores, que, nesse caso, se expressa entre o orgulho de se alimentar a partir de sua terra e trabalho, versus o de ter poder aquisitivo para comprar no mercado.

Assim, para Ploeg (2006; 2008 e 2009) a relação pouco dependente dos mercados é outro fator central da condição camponesa. Tendo em vista que o foco desta pesquisa não estava centrado em análises de mercado e que tal foco mereceria com certeza uma tese específica, acreditamos que afirmar que a produção agroecológica de arroz de Viamão tem uma relação de baixa dependência com os mercados seria precipitado e quiçá pretensioso. No entanto, acreditamos ser relevante mencionar alguns elementos observados que apresentam ressonância

com as colocações do autor. Nesse sentido, a produção de auto-consumo e as estratégias de gestão dos recursos aqui já abordados estão entre as estratégias levantadas pelo autor, visto que permitem que boa parte das necessidades sejam supridas sem processos de comercialização.

No entanto, a realização dos processos de compra de insumos e a comercialização feitas através da Cooperativa como membro do Grupo Gestor permite que o processo aconteça em uma lógica distinta do mercado convencional. Como ressalta Fagundes (2011), a atuação da COTAP como subsidiária e medidora da comercialização, ajuda a descentralizar a atividade e possibilita um maior controle pelas famílias do peso real da colheita, porcentagem de impurezas, umidade do grão, e os demais processos desta fase. Assim, a partir da sua atuação a Cooperativa oferece condições de acesso para financiamento e compra mais sintonizadas com a lógica dos assentados e consegue preços mais em conta ao realizar as compras de insumos em grande quantidade. A relevância da COTAP nesse sentido é reconhecida pela maioria dos agricultores, conforme as falas já apresentadas no “Corre” onde declaram a atuação da Cooperativa como essencial para sua permanência no cultivo.

Um elemento que não pode deixar de ser mencionado é o uso de sacas de arroz para o pagamento das dívidas com o Distrito de Irrigação e pendências com a Cooperativa, circulando recursos em sistemas não mercantilizados, uma prática da agricultura camponesa também citada por Ploeg (2009). Aqui vemos novamente a reciprocidade em ação, no entanto como uma categoria econômica associada à redistribuição, conforme identificado por Polanyi (1944) e reafirmado por Sabourin (2011). Ao definir os pagamentos em sacas de arroz, e não no valor corrente da saca conforme o fluxo do mercado estabelece-se um sistema de troca operacional e uma reciprocidade generalizada por permitir que a solidariedade e os laços sociais se sobreponham ao valor material da troca evitando a busca do lucro, lógica essencial das relações de mercado (POLANYI, 1944; SABOURIN, 2011). Ainda, ao centralizar o recebimento das sacas e retornar o valor do produto vendido ao Distrito, a COTAP utiliza-se um sistema de redistribuição. Assim, é estabelecida uma economia de intercâmbio e reciprocidade regida muito mais por códigos morais e valores humanos, do que em critérios mercantis. Seguindo a lógica proposta por Polanyi (1944) ao afirmar que:

As classes em luta terão maiores possibilidades de triunfar se foram capazes de obter ajuda exterior e a obterem se seus membros gestionarem bens objetivos fixando interesses mais amplos do que seus próprios (POLANYI, 1944, p. 249)

O sistema que usa o produto quase como uma moeda também estabelece uma rede de relações de confiança e reciprocidade, que abre possibilidades para a criação de uma moeda social, seja em sacas de arroz ou não. As moedas sociais ou locais tem sido amplamente utilizadas pelas redes de economia solidária e incentivada pelo Ministério do Trabalho e Emprego como uma forma de incentivo de economias locais e criação de sistemas de crédito comunitário como estratégias que fomentam o desenvolvimento local (TRABALHO, 2011).

Em uma direção oposta, o alto uso de mecanização no cultivo acarreta uma grande dependência do mercado, seja para a aquisição das máquinas em si, manutenção ou ainda o pagamento de serviços. Assim, a compra de maquinário tem sido a solução buscada pela maioria dos grupos não só por questões econômicas, mas também para aumentar a autonomia no uso, visto que conforme os relatos a necessidade de contratação também põe as famílias em dependência da disponibilidade de agenda dos prestadores de serviço. Conforme a tabela 2, somente os grupos 5 e 8 atualmente depende totalmente de prestação de serviços. Os demais trabalham com maquinário próprio da família ou em regime de uso compartilhado nos grupos, ou seja, novamente utilizando lógicas que permitam a gestão autônoma da base de recursos.

Tabela 2 - Propriedade de Maquinários.

Grupo	Trator: quantidade e propriedade	Colhedora: quantidade e propriedade
Grupo 1	1 grupo	grupo
Grupo 2	2 tratores próprios	própria
Grupo 3	1 grupo	grupo
Grupo 4	2 tratores próprios	própria
Grupo 5	contrata de terceiros	contrata
Grupo 6	1 trator em parceria	grupo
Grupo 7	3 tratores próprios	própria
Grupo 8	contrata de terceiros	contrata

Grupo 9	3 tratores do grupo	grupo
---------	---------------------	-------

Fonte: elaborada pela autora (2013).

Outro fator que tem gerado uma maior dependência dos mercados e aumento do custo de produção é a falta de um silo secador no Assentamento ou próximo sob a administração do Grupo Gestor, fazendo com que as famílias tenham um maior custo de transporte para encaminhá-lo até cidades como Tapes, Nova Santa Rita e Eldorado do Sul. Além disso, a estrutura do Grupo Gestor tem capacidade para armazenar apenas 41% da produção atual, sendo frequentemente necessário o aluguel de um silo em Viamão. O trânsito do produto pelas estruturas convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre, também cria o risco de perda do status de produto orgânico. Assim urge a construção de uma infraestrutura no Assentamento Viamão, processo que está sendo viabilizado através de um financiamento com o BNDES tendo a previsão de início ainda em 2013.

A centralidade do trabalho é extremamente relevante e essencial, tanto para a agricultura camponesa quanto para a produção de base ecológica. Conforme Ploeg (2008) o processo de trabalho é uma das arenas na luta social do campesinato, visto que este se dá através de esforços onde a produção centrada na unidade familiar possibilita melhorar os recursos através de adaptações contínuas na busca de uma condição de bem-estar, aumento de renda e melhores perspectivas. Nesse sentido, a estrutura organizacional utilizada para a produção centrada no trabalho cooperado conforme já descrito, facilita a consolidação da rede de relações sociais, incentiva as práticas de reciprocidade e viabiliza a participação social como elemento indispensável para a construção do conhecimento Agroecológico.

No entanto, as distintas formas como os grupos tem se organizado internamente demonstra claramente como as famílias, enquanto atores e através de seu poder de agência, reagem à regra imposta pelo Grupo Gestor, recriando acordos tácitos que permitam que seus projetos sejam implementados. Assim, ao analisar o grupo que atua de forma coletiva percebemos que a organização do grupo não visa apenas seguir a norma imposta, mas tem sido interpretada pelos atores envolvidos como a melhor estratégia para estas famílias. Ao resgatar a narrativa de Clóvis percebemos o processo coletivo permitiu que as famílias retomassem seus lotes de produção, saíssem de uma situação de inadimplência e criassem emprego

e renda para 4 funcionários do grupo que realizam as atividades de plantio e administração. Ainda, a decisão do grupo de utilizar parte do recurso da Safra 2011/212 para a compra de um trator mostra uma perspectiva estratégica e um amadurecimento das relações internas ao agirem em prol da autonomia do grupo. Ainda, conforme descrito no “Corre”, durante a elaboração dos projetos de plantio, este foi o único grupo que demonstrou equilíbrio entre as famílias no grau de informações, no sentido de todas as famílias saberem fornecer dados detalhados de seus cultivos sem a interferência do coordenador do grupo, sugerindo que a construção do conhecimento agroecológico tem acontecido de forma mais simétrica.

Já os grupos “coletivos individuais”, onde a coletividade se dá muito mais nos aspectos administrativo, com alguma cooperação para o manejo, revelam que as diferentes racionalidade e formas de trabalho, são interpretadas como um desafio para o trabalho coletivo. As falas que exemplificam tal questão são de Horário (2012) ao declarar “o pensamento é muito diferente do meu pensamento de como eu acho que deve ser” ou de Alfredo (2012) ao dizer “É os mesmos que plantava desde o início, mas já tivemos varias mudanças na forma de trabalhar!”.

Ainda que as famílias insistam que não há mais arrendamentos no Assentamento, o terceiro grupo identificado onde o processo de plantio é concentrado em um número bem pequeno de famílias, demonstra de forma mais intensa a fragilidade da imposição da norma. Administrativo e burocraticamente ela é seguida visto que a documentação é feita no nome de cada beneficiário. No entanto, em termos práticos este é o formato que menos contribuí para a geração de autonomia das famílias e para o processo de construção do conhecimento Agroecológico. Além disso, a constatação da proximidade dos lotes como um dos fatores principais na composição dos grupos, nem sempre se refletindo em afinidades na metodologia de trabalho, certamente fragiliza e desafia a continuidade dessa norma.

Ao longo da pesquisa, o baixo numero de plantadores era frequentemente justificado pela baixa demanda de trabalho do cultivo, visto que boa parte é mecanizada. No entanto, ao analisar a Tabela 3 abaixo sobre quem realiza o plantio vemos que os grupos 2, 3, 4, 5 e 9 terceirizam este serviço. Assim, mesmo com o trabalho mecanizado o contexto indica que há possibilidade de mais alguns postos de trabalhos para as famílias.

Tabela 3 – Envolvimento das famílias no processo de plantio safra 2010/2011.

Grupo	Plantio safra 2010/2011			
	Realizado pela própria família	Realizado por agricultores do grupo	Realizado de forma coletiva	Realizado por terceiros
Grupo 1			100%	
Grupo 2		60%		40%
Grupo 3	10%	30%		60%
Grupo 4	20%			80%
Grupo 5	42%			58%
Grupo 6	13%	87%		
Grupo 7	80%	92%		
Grupo 8	100%			
Grupo 9	77%			23%

Fonte: elaborada pela autora (2013).

No entanto, temos que reconhecer que o processo de produção do arroz trata-se de um monocultivo. Assim, para um processo de transição agroecológico mais pleno, é importante que outras práticas ajudem a incrementar a diversidade social, ecológica e econômica. É aqui que a última característica determinante do campesinato proposta por Ploeg (2006, 2008 e 2009) se faz presente. As famílias entrevistadas de forma geral são compostas por um casal e 2-3 filhos. Se pensarmos na renda gerada pelo cultivo do arroz, onde após 1 ano de trabalho e investimentos, a produtividade média do Assentamento tem sido de 13 sacas/ha de lucro, o valor total recebido por família no ano fica entre R\$ 3900,00 e R\$ 5850,00¹⁴ (conforme o tamanho do lote variando de 10 ha a 15 ha). Assim, as famílias tem uma média de R\$ 325,00 a R\$ 487,00 por mês para garantir o sustento de 5 pessoas. Assim, retomando o dado apresentado anteriormente que cerca de 30% das famílias trabalha integralmente fora do assentamento e, os 70% restantes possuem envolvimento com a agricultura, porém nem sempre de forma exclusiva, fica bastante claro que a busca por outras fontes de renda não se dá simplesmente por vontade de ir trabalhar na cidade, mas por sobrevivência.

¹⁴ Cálculo realizado com valor de referência da safra 2011/2012, sendo a preço da saca R\$ 30,00.

Entre os entrevistados, apenas quatro homens tiveram alguma experiência profissional fora da agricultura, sendo a maioria previa ao envolvimento com o MST. Assim, a maioria das estratégias complementares de renda desenvolvidas, permanecem associadas à atividade agrícola, com a exceção de duas famílias. O cultivo do arroz é claramente um domínio dos homens, sendo a participação das mulheres restrita em alguns casos ao processo administrativo como titulares dos lotes ou na época de semeadura para cuidar de predadores, ficando sua geração de renda vinculada a outras atividades. Assim, a pluriatividade fica mais evidente no contexto de relações familiares conforme podemos visualizar no quadro 2, onde apresentamos uma síntese por família das estratégias de geração de renda.

Quadro 2 - Geração de Renda por Famílias envolvidos com o plantio do arroz no Assentamento Filhos de Sepé.

Família	Composição familiar	Cultivos de auto-consumo	Renda familiar	
			Homens	Mulheres
Família 1	Casal e 3 filhos pequenos	Sim	Cultivo de arroz, serviços com máquinas;	Serviços autônomos como diarista e/ou baba.
Família 2	Casal e 4 filhos	Sim	Cultivo de arroz e serviços com máquinas.	Dona de casa
Família 3	Casal (filhos morando fora de casa)	Sim	Cultivo de arroz, produção de hortaliças para venda, produção de sementes, aposentadoria.	Auxilia na produção de hortaliças e sementes, aposentadoria, serviços autônomos como diarista e/ou babá
Família 4	Casal e um filho	Sim	Cultivo de arroz, serviços com máquinas, conserto de maquinários e aposentadoria	Aposentadoria e eventual produção sementes
Família 5	Casal	Sim	Cultivo de arroz	Aposentadoria e engajamento em serviços autônomos de culinária
Família 6	Solteiro	Sim	Cultivo de arroz	
Família 7	Casal, 2 filhos pequenos e 1 jovem	Sim	Cultivo de arroz, serviços com máquinas.	Presta serviços para o Assentamento.
Família 8	Casal e 1 filho	Sim	Cultivo de arroz e mecânica	Costureira autônoma
Família 9	Pai e 3 filhos		Cultivo de arroz, serviços autônomos de pedreiro.	

Fonte: elaborado pela autora (2013)

O fato de todas as atividades de renda complementar citadas serem de caráter autônomo ou temporária ressalta as colocações de Ploeg (2009) como um estratégias acionadas para que possam continuar produzindo. Ainda assim, vale complementar que a diversificação da produção, com o envolvimento nos grupos de hortaliças ou frutas foi apontado pela maioria das famílias como uma perspectiva futura de interesse.

Pensando em uma perspectiva mais ampla, em relação as famílias o a produção, uma questão que não podem deixar de ser mencionadas aqui é em relacionados aos desafios geracionais para a reprodução social e o processo de construção do conhecimento agroecológico. Entre as nove famílias participantes envolvidas diretamente com o plantio de arroz, oito dos plantadores tem mais de 37 anos, dos quais 3 tem mais de 60 anos. Apenas um dos plantadores tem 20 anos. Entre as famílias, somente 2 possuem filhos jovens envolvidos com a produção do arroz. Diante desse cenário de um claro envelhecimento dos plantadores, algumas reflexões podem ser feitas.

Entre os entrevistados mais velhos, a citação de problemas de saúde é bem frequente e nas entrevistas eram comum falas que colocam a idade avançada e a saúde precária como condicionantes para realizar ou não determinadas atividades. Esse é o caso de Lara que alega não poder produzir hortaliças para venda pela idade ou dos plantadores mais velhos que dizem “vou plantar enquanto a saúde deixar!”. Novamente, o idoso analfabeto que encaminhou um projeto de plantio também incentiva outra reflexão, visto que sua debilidade física também era clara, sendo impossível imaginá-lo trabalhando na lavoura. A situação é complexa, pois casos como este podem dar margem a uma situação de exploração por parte de outros agricultores com condições físicas e habilidade para o plantio. Ao mesmo tempo, caso não houvesse outro agricultor disposto a realizar o plantio na área deste senhor, é bem provável que seu lote estaria inativo e não sabemos se ele tem outra fonte de renda. Portanto, a questão das relações entre o envelhecimento e exigência produtivas aos assentados é um tema complexo a ser analisado e ainda que não fosse nosso foco, merece um estudo mais detalhado.

Assim, fica evidente o desafio de que a continuidade da produção de arroz depende de um maior envolvimento dos jovens, processo no qual a construção do conhecimento agroecológico se torna fundamental. Para além das questões da metodologia de construção do conhecimento debatidas na sessão anterior fica a

questão de como os jovens podem ser incluídos nesse processo. Cícero, o plantador com 20 anos, declara ter se envolvido por incentivo da família, no entanto deixa claro que gostaria de estar envolvido em uma atividade mais rentável, se possível fora do Assentamento. Ou seja, a escolha seria baseada em uma falta de perspectiva e não interesse real na atividade, o que põe em questão a continuidade da escolha. Já, Nílton, mesmo em situação irregular, tem 3 dos 4 filhos diretamente envolvidos na lavoura. Ao comentar o envolvimento dos filhos, Nílton revela uma situação de inversão na passagem de conhecimento intergeracional: “Eles tão aqui aprendendo com nós, bastante mais avançado do que nós até! Sabe, as vezes eu até já paro, já dou uma escutada nos guri! Porque tão mais avançado nesse plantio do que eu já” (NÍLTON, 2012).

Assim, se a forma de chegada dessa família ao Assentamento apresenta um desafio ao processo de inclusão propostos pelo MST e o INCRA, ela também traz um contexto interessante para o processo de construção do conhecimento agroecológico que merecia um olhar mais atento. Além disso, o envolvimento com a Agroecologia tem desafiado as famílias a desenvolverem aprendizados relacionados a novas dinâmicas e atividades que envolvem níveis mais elevados de alfabetização e conhecimentos de informática (registro constante das atividades, contabilidades de recursos, elaboração de projetos, leitura de mapas digitais, etc). Por um lado, isso se torna positivo por incentivar uma maior organização e atenção por parte das famílias ao processo administrativo e que em alguns gera inclusive certo orgulho por deixar de ser “simplesmente” um plantador, mas também poder “dirigir” a lavoura, conforme as falas que repetimos aqui:

Aqui é tudo anotadinho...a gente ta até aprendendo com esse tipo de coisa ai. Aprendendo o que? O que a gente não fazia! A gente sabia as coisas, mas não anotava. Agora não! O dia que tu bota a semente na água, que tu tira, que tu vai semeia, é tudo marcadinho, o que tu bota, quantas pessoa trabalham, o que é feito lá em baixo, o que é feito no preparo da terra, quantos trator, é tudo marcado! Porque o assentado tem que saber...(NÍLTON, 2012)

Sabe qual é a minha função do grupo? A minha função do grupo é que eu cuido dos livro de campo. Quando nos lutava com o químico não fazia nada de anotação, nos não fazia nada. Agora não, é tudo anotado! Hoje se entrou na lavoura, se nos gradeamos tem que anotar tal dia, tal lote. E isso vai chegar lá na certificadora. Nós guardemos nas pastas e essas pastas chegam até lá! Por exemplo olha aqui, isso aqui é das terras do Diogo. Aqui é tudo que nos fizemos e isso depois vai para a pasta dele, desde o tempo do preparo do solo até a colheita (CLÓVIS, 2012).

Por outro lado, também é um desafio, visto que a maioria dos agricultores cursou no máximo até a 5ª série, sendo a exceção novamente o mais jovem entre eles que chegou a cursar um 2º grau técnico. Assim, este novo contexto também pode se tornar uma restrição. O fato da nova geração que está crescendo no Assentamento ter um maior acesso a educação, inclusive graduações de nível superior, faz com que os filhos muitas vezes sejam quem ajuda nas anotações ou ainda fazer as “coisas de computador”. Em alguns casos essa se torna mais uma demanda para o técnico que ajuda a registrar os documentos, tornando a carga de trabalho já alta, maior ainda. A situação onde essa questão ficou caracterizada foi no processo de definição do coordenador do Distrito de Irrigação, onde não foi possível encontrar um candidato apto conforme as características levantadas pelos agricultores (pertencer ao Assentamento; conhecer o processo produtivo e organizacional do arroz; ser alfabetizado; ter carteira de motorista, ter experiência em lidar com projetos e habilidades de informática), sendo o técnico a pessoa que mais se aproximava do perfil. Tendo em vista que este estava com o contrato vencido há meses, a situação levou a uma discussão no mínimo curiosa, onde algumas famílias sugeriam demiti-lo como técnico do Assentamento e recontratá-lo como coordenador do Distrito. O que só agravaria o problema visto que resolveria uma questão, mas tornaria a demanda da assessoria técnica já em situação crítica, pior. A solução posta, foi a flexibilização dos critérios e a contratação de um dos agricultores, ficando acordado que o processo burocrático ficaria a cargo do técnico. Assim, o baixo envolvimento dos jovens no plantio, aliado aos desafios das novas dinâmicas, cria uma tendência de que os jovens estariam se inserindo muito mais no processo administrativo do que no produtivo. Ainda que esta seja uma solução em termos de geração de renda, permanece a dúvida se haverá uma nova geração de plantadores.

É importante comentar, que a proximidade de Viamão propiciou as famílias também um maior acesso a estruturas de saúde, fato comentado por todas as famílias, como uma situação distinta de seus locais de origem. Assim, podemos entender a partir das trajetórias da família, que o seu contexto de origem seria o que Wanderley (2009) chama de um “rural profundo”, onde a distancia a serviços e infraestrutura básica cria um contexto de precariedade à população. Importante mencionar que conforme descreve Kageyama (2008), durante muito tempo o rural tratado como um espaço de baixa densidade, em situação de atraso material e

cultural, com função primordial de produzir alimentos em quantidades e custos baixos. Essa era a visão do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil a partir dos anos 50, que priorizava o crescimento urbano-industrial e que aliado ao processo de modernização da agricultura, só agravou os problemas históricos de concentração fundiária e exclusão social, além de provocar um significativo êxodo rural no país (PACÍFICO, 2009; CONTERATO E FILLIPE, 2009).

Assim, a continuidade dos problemas sociais, a emergência da crise ambiental, associada ao declínio do modelo produtivista, faz com que a partir dos anos 70 surjam mudanças na maneira de se interpretar o rural (KAGEYAMA, 2008). Wanderley (2009) analisa como o processo de modernização não levou ao “fim do rural” ou a um processo de homogeneização, mas que é justamente o contexto de heterogeneidade observado no rural que incentiva a autora a propor uma existência de uma nova ruralidade onde por um lado, há uma nova visão do rural, que passa de fonte de problemas e atraso (miséria, isolamento, reserva eleitoral) a um espaço de soluções como geração de renda, melhor qualidade de vida, espaço de preservação, local de lazer, etc. Por outro, se observa que existem condições de vida similar dos espaços urbanos, não sendo mais possível falar em oposição e isolamento rural/urbano (WANDERLEY, 2009)

Nesse sentido, apesar de muitos interpretarem a proximidade de Viamão como uma ameaça aos objetivos da reforma agrária e ao modo de vida das famílias no Assentamento, observamos uma relação de complementaridade conforme descreve Wanderley (2009). A partir dos dados levantados onde as famílias declaram ir à cidade para suprir necessidades (educação, saúde, bancos, comércio) e que voltam “tontos” ou com “dor de cabeça de tanto trânsito e agito”. Associado aos dados descritos que revelam claramente um modo de vida e trabalho onde uma série de hábitos rurais são mantidos e reproduzidos, fica em evidência que ainda que a chegada ao Assentamento em Viamão tenha sido a opção oferecida pelo Estado e o MST a estas famílias, a permanência é uma escolha apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Conforme coloca Wanderley (2009) é por reconhecer este como seu espaço de vida, lugar onde se vive e de onde se vive. Ou ainda como fala Nílton (2012) “Não tem lugar melhor que esse pra gente viver!”

6.3 Assentamento de preservação

Conforme relatado anteriormente, o processo de consolidação da APA do Banhado Grande aconteceu paralelamente à consolidação do Assentamento e a implementação do RVS Banhado dos Pachecos ocorreu quatro anos após os assentados já estarem ocupando a área em Viamão, sem que houvesse um processo de inclusão destas famílias na criação da UC. A negociação da área se deu de forma exclusiva entre a SEMA e o INCRA, como proprietário oficial das terras. Assim, desde a constituição das UC tem sido criado um cenário de tensão com o Assentamento.

Entendemos que a tensão aqui colocada tem suas raízes no modelo de gestão de recursos de uso comum e de preservação ambiental em vigor, onde as múltiplas realidades das comunidades locais são pouco consideradas. Nesse sentido, a produção de alimentos e a preservação de ecossistemas são vistos como questões antagônicas.

O debate em torno da gestão de recursos de uso comum vem sendo feito há décadas. Conforme Berkes (2005) as abordagens referente aos recursos seguem duas questões essenciais: (a) quem tem acesso ao recurso? (questão da exclusão) e (b) quais são as regras de uso do recurso? (questão da regulamentação). É com base nessas características que alguns recursos são ditos “recursos de uso comum”, por serem recursos aos quais a exclusão ou o controle ao acesso por parte dos usuários é difícil e o uso compartilhado potencialmente permite que cada usuário subtraia o que também pertence a outros (BERKES, 2005). Uma teoria de destaque que busca explicar tal dilema é a “Tragedy of the Commons” proposta pelo biólogo Garrett Hardin (1968), que de forma sintética propõe que o livre acesso a recursos finitos, somado a uma demanda crescente, levaria a uma superexploração inevitável em um contexto onde “a liberdade no uso de recursos comuns provoca a ruína de todos”. Assim, a solução proposta pelo autor é de que para garantir um uso racional dos recursos estes deveriam ser privatizados ou mantidos pelo Estado, tendo regras de acesso e uso (HARDIN, 1968).

Berkes (2005) elabora uma visão bastante crítica a tal perspectiva e através de uma síntese de vários outros estudos, argumenta que existem quatro regimes básicos de apropriação dos recursos naturais, a saber: o regime de livre acesso onde não há direitos de propriedade claramente definidos, sendo o acesso livre e

aberto a todos; a propriedade privada caracterizada por contextos onde o proprietário tem o direito de excluir usuários ou ainda controlar o uso dos recursos; a propriedade comunal onde o recurso é controlado por uma comunidade definida de usuários, permitindo que estes excluam outros e determinem a regulamentação de uso de recursos e a propriedade estatal por sua vez coloca o acesso e o controle dos recursos sob a jurisdição do governo (BERKES, 2005). Estes seriam tipos ideais dos regimes, sendo que em contextos reais eles tendem a ser controlados por sistemas combinados dos tipos descritos (BERKES, 2005).

As Unidades de Conservação de maneira geral representam um exemplo dos regimes estatais, que ao serem implementados com eficiência podem levar ao uso adequado dos recursos naturais e resguardo do bem comum (MEDAGLIA, 2010). No Brasil, a criação de um sistema nacional de unidades de conservação começou a ser discutido a partir dos anos 1970, sob a influência do movimento ambientalista (SANTILLI, 2005). O primeiro projeto de Lei encaminhado ao Congresso em 1992 tinha um conteúdo extremamente preservacionista, ou seja, centrado em proteger a diversidade biológica e vendo a presença humana como uma ameaça à conservação (SANTILLI, 2005). A Lei nº 9.985/2000 que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, ainda que tenha mantido em seu embasamento uma abordagem preservacionista clássica, incorporou uma série de conceitos socioambientais que permitem uma perspectiva de interface entre biodiversidade e sociodiversidade, permeada pelo multiculturalismo e pela pluriétnicidade (SANTILLI, 2005). Nesse sentido, além da preservação de ecossistemas naturais constam nos objetivos do SNUC:

promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, LEI N 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, grifo nosso).

Ainda, conforme Art. 5º do SNUC (Brasil, lei n 9.985, de 18 de julho de 2000) onde são descritas as diretrizes que devem reger a gestão das UC, consta que esta deve ser assegurada a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, considerando as condições e

necessidades destas populações no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais. O instrumento proposto para efetivar a participação da sociedade e a democratização da gestão das UC se dá através da organização de Conselhos que agregam os órgãos públicos responsáveis pela gestão da área com representações de atores com interesses relacionados com a unidade, tendo como atribuições fundamentais: acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo, garantindo seu caráter participativo, avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor, manifestar-se sobre obra ou atividade causadora de impacto sobre a unidade de conservação ou em sua zona de amortecimento (SANTILLI, 2005). Conforme a Lei nº 9.985/2000 o Plano de Manejo é um:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, LEI N 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000).

Neste sentido, o documento deveria apresentar a sistematização do conhecimento sobre o meio físico e biológico da Unidade de Conservação, incorporando dados das populações envolvidas, podendo assim gerar subsídios para as ações necessárias para a consolidação da UC (SEMA, 2012). No entanto, na prática a perspectiva preservacionista tem prevalecido e o processo de implementação das UC tem perpetuado uma concepção moderna de “meio ambiente” que conforme coloca Ingold (1995 apud ZHOURI E OLIVEIRA, 2012) “longe de ser a ambiência do nosso habitar e possibilitar a reintegração da humanidade no mundo assinala o ápice de um processo de separação”. Em muitos casos a implementação de UC acontece por demandas de institutos de pesquisa ou movimentos sociais organizados, mas poucas vezes envolvem as comunidades residentes da área em questão, levando a situações de conflito onde o modo de vida da população local se contrapõe aos objetivos das UC (DIEGUES, 1994). As disputas tão recorrentes no país em torno de áreas protegidas e populações fazem com que os moradores locais, após terem suas áreas de residência ou entorno declaradas UC e sendo submetidas a regras impostas a nova condição, torna as pessoas criminosos por existirem, tornando-se uma “problema” a ser resolvido.

Esse é o contexto vivido no Assentamento, onde a tensão existente é entre o modelo de preservação imposto pelo Estado, e não com os ecossistemas como ambiente de entorno tampouco com a necessidade de preservação destes. As falas das famílias descritas no Habitar revelam isso. Assim, o conflito está relacionado com a visão dicotômica da relação entre sociedade e natureza do modelo em vigor, que mantém uma concepção estética e mitificada do mundo natural onde a única forma de mantê-lo estável e intocado seria o afastamento do convívio humano (DIEGUES, 1994). Sevilla Guzmán (2002) destaca que é justamente a essa perspectiva que ignora os sujeitos sociais vinculados ao manejo dos recursos naturais que a Agroecologia se coloca de forma crítica, pois é uma consequência do processo de cientificação aos quais os recursos têm sido submetidos constituindo um "modo industrial de uso dos recursos naturais" que continuamente só tem contribuído para a degradação ambiental e social. Ou ainda como colocaria Ingold (2000), uma visão Ocidental moderna desengajada do ambiente, onde a agricultura e o cultivo de alimentos seriam uma ação humana de imposição a uma natureza subordinada, reproduzindo uma crença de que o homem e suas práticas não pertencem aos ecossistemas, e por isso devem ser afastados.

Conforme os dados descritos nas trajetórias e no Habitar entendemos que é essa visão distanciada e dicotômica que vem sendo reproduzida pelo Estado através da Sema, Incra e outros órgãos colegiados como o Comitê Gravataí. É a essa relação distanciada que as famílias reconhecem no "Meio Ambiente" personificado, como agente de controle e fiscalização, e que em nada revela a relação dos assentados com o ambiente de entorno. Diegues (1994) coloca que essa perspectiva demonstra-se extremamente antropocêntrica e beneficia, em especial, as populações urbanas que residem longe do ambiente natural e precisam de um espaço de recreação para amenizar as pressões ecológicas que vivem nas cidades. Assim, o autor esclarece como a concepção de "mundo natural" é distinta entre as populações urbanas e de povos indígenas ou rurais por dependerem do meio para sua reprodução, estabelecendo relações mais integradoras onde o natural passa a ser parte de seu modo de vida (DIEGUES, 1994).

É essa visão integrada que identificamos nas famílias assentadas. É uma perspectiva que não integrada que leva Horácio a questionar o porquê de sua cachorra não poder acompanhá-lo ou ainda que faz com que os assentados liguem para o Gestor em busca de apoio quando tem suas criações roubadas, pois não

compreendem essa lógica do “Meio Ambiente” que separa os animais que vive “no mato” dos que ficam nas casas ou lavouras ou porque um cervo é digno de cuidados e vigilância e suas criações não!

Ao comentarem sobre a presença de bugios, jacarés, capivaras e cervos em áreas de lavoura, horta e pátio das casas, as famílias revelam a inconsistência e possibilidade de se pensar na preservação destas espécies como simplesmente contidas em uma ilha de preservação. Ao realizar uma pesquisa sobre a diversidade de insetos predadores no Assentamento, comparando áreas de cultivo de arroz com áreas do RVS, Ferreira (2012) observou que há espécies de predadores compartilhadas entre as duas áreas, o que indica que a área de reserva legal pode atuar como repositório de inimigos naturais para as áreas cultivadas. Tendo em vista a concepção de Ingold que todos os seres tem poder de agência, poderíamos ainda dizer que ao não se conterem aos limites territoriais impostos pelo Estado, estes seres não humanos também demonstram a fragilidade da lógica preservacionista de ilhas de contenção.

Assim, a partir de seu engajamento com o ambiente e seus elementos (fauna, flora e demais não-humanos), as famílias questionam a eficácia do modelo preservacionista em vigor, seja por não dar conta de realmente “isolar” a área conforme revelam as falas sobre a presença de pessoas de fora, quanto pela lógica do modelo. Ao demonstrarem indignação por serem vistos como poluidores e responsáveis por ações de degradação dentro do Assentamento, revela-se mais uma vez o contexto de marginalização onde, além ter seus bens roubados e espaço de vida danificado, são responsabilizados pelas ações. Assim, tanto pelo histórico do processo de implementação, complementados pelos relatos das famílias fica evidente que estas famílias são vistas pelo Estado como uma ameaça permanente a integridade e concretização dos objetivos das UC, colocando os assentados em situação de marginalização e confronto. Essa postura ignora a possibilidade das famílias como cogestores das UC, onde através de seu conhecimento e sua forma de habitar poderiam na verdade auxiliar e potencializar as condições para a existência e reprodução de espécies da flora e da fauna local. Essa visão também é reafirmada pelo Gestor do RVS que ainda que reconheça que o modo de vida e trabalho das famílias favoreça a área de proteção e seus elementos, não vê como o conhecimento das famílias poderia realmente auxiliar na gestão da Unidade. E também ao vislumbrar que na consolidação do Plano de Gestão sejam constituídas

regras ainda mais regidas ao modo de vida e trabalho dos assentados, como cercamento de áreas, intensificação da vigilância sanitária sob as criações de animais ou ainda maior controle dos animais domésticos. Importante destacar que vemos nessa visão, não uma perspectiva pessoal, mas a reprodução do pensamento acadêmico científico e na forma fragmentada em como o conhecimento tem sido reproduzido nas sociedades. Assim, nas formações de ciências naturais se aborda em exaustão os fenômenos físicos, químicos, matemáticos, se desseca e analisa todas as formas de vida, porém pouco ou nada se aprende sobre como humanos e não-humanos interagem.

É também a desvalorização do conhecimento endógeno em relação ao científico que fica exposta no relato que declara que as informações dadas pelos agricultores de que o cervo ainda existia na área eram tidas como uma lenda e que só após ser elaborado um projeto com metodologia científica é que a população de cervos é reconhecida. Ou seja, aquilo que é vivido, visto e dito pelas famílias a partir de seu engajamento com o ambiente não é digno de consideração. No entanto, ao ser “visto” com as lentes científicas, passa a ser fato consumado, dado científico e incontestável que mobiliza ações, recursos e projetos.

Sabemos que as famílias assentadas não se inserem nos conceitos de comunidade local¹⁵ ou tradicional¹⁶ conforme os preceitos do SNUC, por estarem na área somente desde 1998 e recentemente estar tendo uma segunda geração no local. Porém, conforme lembra Santilli (2005) o conceito de “populações tradicionais”, tem sua origem nas ciências sociais e é compreendido a partir da interface entre biodiversidade e sociodiversidade, assim a incorporação dessa noção pelo ordenamento jurídico é recente e pouco clara. Ao problematizar a definição de população tradicional, em especial a adoção do termo na legislação ambiental, Prado (2012) argumenta como este ao invés de ser uma definição cultural de

¹⁵ A Medida Provisória nº 2.186-16/2001 estabelece como conceito de comunidade local: “grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, distinto por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas”.

¹⁶ Já a Lei do SNUC, ao definir as reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, estabeleceu, ainda que indiretamente, o conceito de populações tradicionais, “cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte” (no caso das reservas extrativistas), ou “cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (no caso das reservas de desenvolvimento sustentável)” (BRASIL, LEI N 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000).

grupos, torna-se uma armadilha para julgar quais são as populações que “preservam” e quais não o fazem, classificando assim aqueles que têm direito resguardados e os que não têm. Ainda, ao enquadrar os conceitos de comunidade local ou tradicional a uma questão de herança geracional e genealógica, atua com uma lógica de cultura como algo estático e uma concepção de conhecimento como algo passível de ser transmitido, uma visão moderna e desengajada dos ambientes (PRADO, 2012). Assim, a legislação ambiental ao avaliar questões de direitos fundiários e de uso de recursos sujeita as populações a um segundo julgamento ao determinar que peritos devam atestar se estas “são tradicionais” e se ainda o “continuam sendo” ou “deixaram de ser”.

A autora sugere que a adoção do conceito de “pessoas e ou grupos sociais residentes” seria mais adequado para lidar com as complexas situações que envolvem atualmente as UC, em vistas de reconhecer os diferentes grupos sociais e suas inserções em áreas protegidas e seu direito de lá permanecer (PRADO, 2012). Nesse sentido, Acsehrad (2001) ao fazer uma revisão das políticas ambientais no país demonstra como estas se constituíram muito mais em uma apropriação da natureza e exploração dos recursos naturais por poucos, e ainda que tenham acontecido conquistas pela mobilização social, o cenário criado continua insuficiente para dar conta dos problemas ambientais ou pautar uma efetiva democracia ambiental. Assim, ao oscilar entre um ambiente restritivo e um ambiente lucrativo a legislação ambiental brasileira impede uma construção real de direitos ambientais da população (ACSELRAD, 2001).

De toda forma, o estabelecimento destas famílias na zona de amortecimento¹⁷ da RVS e alguns casos, dentro da própria área, faz com que sua presença não possa ser ignorada. Conforme descrito na sessão anterior, a gestão de recurso faz parte da lógica e modo de produção da agricultura camponesa e familiar. Entre as transformações atuais identificadas na agricultura familiar está a constatação de que organizações de agricultores tem sido mobilizadas para produzir e preservar bens comuns e públicos, assumindo funções de interesse geral da sociedade que antes eram do Estado ou deveriam sê-lo, bem como atuar na gestão de programas de desenvolvimento local de manejo de recursos. (SABOURIN, 2009). Dessa forma, Vieira, Berkes e Seixas (2005) afirmam que a interdependência dos

¹⁷ O entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade.

problemas que envolvem a crescente degradação ambiental, tem levado a melhor compreensão do papel do humano em tais questões e incentivado uma reavaliação das estratégias de gestão e desenvolvimento, buscando uma visão mais integradora e complexa para as dinâmicas naturais e sociais, que permita interpretar as respostas adaptativas e co-evolutivas com mais discernimento. Nesse sentido, há uma compreensão de que os sistemas complexos possuem vários possíveis estados de equilíbrio, onde através da resiliência, os sistemas demonstram plasticidade ao absorver distúrbios, reagindo de formas nem sempre previsíveis e controláveis (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

Tal colocação vai ao encontro da perspectiva agroecológica que propõe os agroecossistemas como unidade de análise, entendendo que as populações são parte dos ecossistemas, havendo um complexo sistema de retroalimentação entre sistemas biológicos e sociais, que têm co-evoluído de forma conjunta e codependente (NORGAARD, 1987). A construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre uso e manejo dos recursos naturais e a sua integração com os saberes de origem acadêmica. (PERTERSEN, 2009). Dessa forma, a agricultura camponesa, como uma prática localmente enraizada, seja pela peculiaridade de composição dos ecossistemas ou das culturas a eles associadas, gera um conhecimento próprio e específico que permite a potencialização da biodiversidade ecológica e sociocultural no desenho de sistemas sustentável (CARMO; COMITRE; FAGUNDES, 2012). Ainda, conforme a Altieri (2009), a perspectiva agroecológica busca uma integração entre equidade socioeconômica com preservação ambiental. É nesse sentido que Ottmann et al (2012) consideram que o conhecimento endógeno gerado pelas comunidades locais em uma relação intrínseca entre as variações ecológicas e sociais de cada agroecossistema, ou como diria Ingold seu engajamento no mundo, é que torna os agricultores atores na gestão destes agroecossistemas. Em ressonância, Santilli (2005) aponta como a legislação ambiental é falha em tratar a conservação da biodiversidade em ecossistemas cultivados.

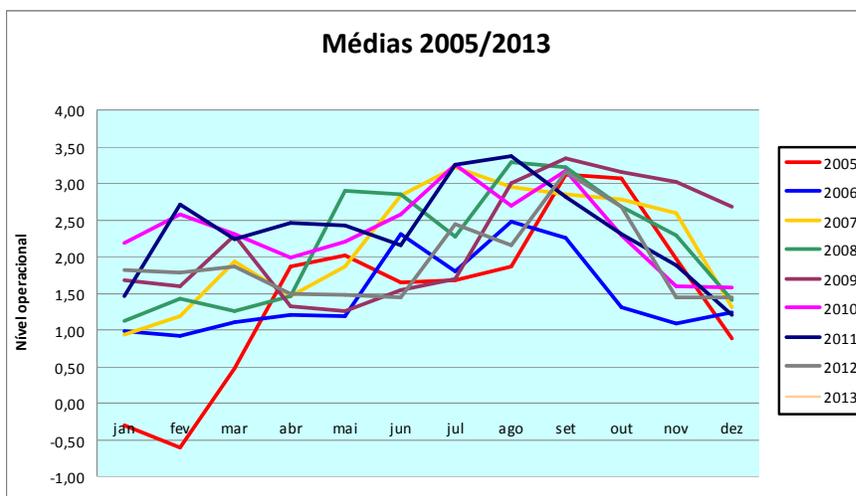
Há uma tendência das políticas públicas de priorizar ações voltadas à conservação da biodiversidade espontânea, em detrimento da conservação da biodiversidade em ecossistemas cultivados. As espécies cultivadas são conservadas principalmente ex situ, em bancos de germoplasma, desconsiderando o papel dos agricultores tradicionais no manejo da diversidade de espécies e na conservação da diversidade varietal dos cultivos. As ameaças à agrobiodiversidade e à variabilidade genética das

plantas cultivadas são representadas principalmente pela agricultura dita moderna, baseada na monocultura de espécies, que promove a erosão genética e a desestruturação de sistemas agrícolas tradicionais, colocando em risco a segurança alimentar. Fundamental, portanto, que as políticas de conservação voltem maior atenção para o componente cultivado da biodiversidade – a agrobiodiversidade (SANTILLI, 2005, p. 69)

Assim, ao questionar o porquê das imposições em prol da preservação ambiental se limitarem ao Assentamento, mas não serem extensivas aos lavoureiros lindeiros e indústrias, as famílias não só estão reconhecendo o cenário de marginalização e privação aos quais são impostas, mas demonstram uma visão ambiental e ecossistêmica muito mais ampla e complexa do que o Estado.

Tal questão fica evidente na arena do Comitê Gravataí. O Estado, através da Sema e a CORSAN, com o apoio do Comitê Gravataí ao tratarem da estiagem e os problemas de falta de água para a população durante o verão como uma consequência da água escoada das lavouras, interpreta um problema ambiental de forma linear e simplista. O gráfico abaixo (figura 9), apresentado em reunião ordinária do Comitê Gravataí em 8 de janeiro de 2013, demonstra que as estiagens e a baixa do nível do rio Gravataí nos meses de novembro e dezembro tem sido um fenômeno registrado, no mínimo deste 2005 (COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRAVATAÍ, 2013).

Figura 9 - Médias no nível do Rio Gravataí de 2005 a 2013.



Fonte: Samuel (2012)

O relatório final do Plano da Bacia Hidrográfica do Gravataí indica que o ano de pior estiagem foi de 1992 (época onde o Assentamento ainda nem existia) e

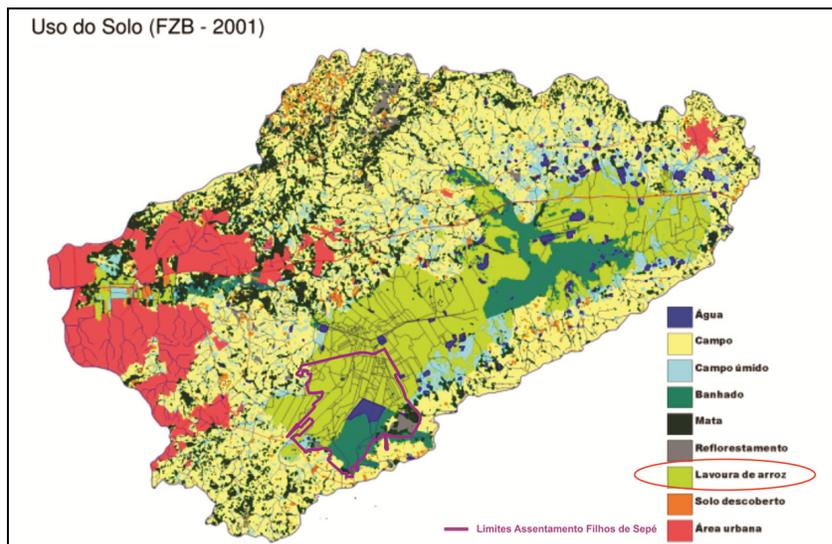
alega que os problemas sobre a utilização da água na Bacia do Gravataí envolvem uma série de questões, visto que as águas são utilizadas para abastecimento de cerca de 650mil pessoas na região, irrigação de lavouras de arroz e servir como corpo receptor de grande carga de despejos domésticos e industriais:

Os conflitos vinculados à utilização da água estão diretamente relacionados à multiplicidade dos usos e ao aumento da demanda. A situação é mais evidente nos grandes centros urbanos e nas regiões com déficit hídrico, onde a escassez de água está relacionada a condicionantes naturais e antrópicas: contaminação, desperdício, acréscimo de demanda e redução do potencial natural de fornecimento. Em períodos de estiagem a situação se torna mais crítica, e os conflitos se tornam mais intensos em face da redução da oferta e concomitante com o aumento de demanda.....O parque industrial tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, bem como a população urbana. Este crescimento acelerado provocou um incremento da carga poluidora, gerada devido à irrigação de culturas, dessedentação de animais, lançamentos de efluentes domésticos e industriais, lixívia de resíduos sólidos, drenagem urbana, fontes difusas rurais e a precipitação de poluentes atmosféricos, potencializados pelas baixas vazões e inversões de fluxo que ocorrem devido à influência das alterações de nível do rio Guaíba (BOURSCHEID , 2012 p. 99).

Assim, tendo em vista que as situações de estiagem são um fenômeno recorrente na Bacia há anos e de acordo com os próprios documentos do Comitê, associadas a uma série de fatores, questionamos a intensidade da pressão posta nas famílias tratando o cultivo de arroz como a principal fonte do problema, sendo a interdição e suspensão das atividades de deságue a solução apontada. Ainda que compreendamos que o aumento de sólidos em suspensão na água provoque uma alteração na dinâmica de captação e tratamento da água¹⁸, visto que o cultivo de arroz irrigado uma atividade praticada na região desde o início do séc. XX, conforme relatado na “Trajetória do Arroz”, era de se esperar que o Estado tivesse desenvolvido formas de adequar o sistema de tratamento de água para evitar tais problemas neste período. Além disso, o mapa de uso do solo na Bacia do Gravataí elaborado pela Fundação Zoobotânica (2001), divulgado no relatório final do Plano da Bacia Hidrográfica do Gravataí (Figura 10) demonstra que as áreas de lavoura do arroz vão muito além dos limites territoriais do Assentamento Filhos de Sepé, sendo a área deste referente a 4,5% da área total da Bacia.

¹⁸ Conforme o decreto de emergência 49.938 de 7 de dezembro de 2012 a situação causa aumento do consumo de produtos químicos, o aumento do volume de água gasta no processo de operação da Estação de Tratamento de Água, a redução da vazão de operação e conseqüente redução do volume de água distribuída, bem como a despressurização das redes de distribuição, que ocasionam danos à adutoras e a redes de distribuição

Figura 10 - Uso do solo na Bacia do Gravataí.



Fonte: Fundação Zoobotânica (2001), adaptada pela autora (2013).

O contexto do anúncio da situação de estiagem no Comitê, seguida de uma convocação pela FEPAM ao Assentamento para tratar do tema e apesar de as famílias se comprometerem com o desvio do deságüe, ainda assim as falas iniciais da reunião do Comitê Gravataí terem um tom acusativo, revela novamente um contesto de marginalização. A visita ao ponto de saída da água da Barragem para o Gravataí que antecedeu a reunião pode ser vista como positiva, pois permitiu que o Comitê como um todo conhecesse a precariedade do sistema de irrigação e que a turbidez da água da Barragem é um fenômeno natural associado ao solo turfoso. No entanto, o fato de tanto a reunião como a visita aconteceram após o decreto de emergência, associado ao início do debate a tarde onde falas sugeriram que os problemas seriam o resultado de um descaso dos assentados, demonstra mais uma vez o tratamento dado às famílias assentadas.

Importante ressaltar, que nos documentos e nas reuniões não é feito distinção sobre a produção convencional com o uso de agrotóxicos e as consequências disso na qualidade da água. No entanto, a produção agroecológica do arroz irrigado é mencionada por membros do Comitê, inclusive o INCRA, como um empecilho a uma produção efetiva e um problema por gerar um aumento da turbidez da água. Vale lembrar que a única forma de cultivo de arroz possível de ser realizado de forma orgânica é o pré-germinado, sendo o deságüe das lavouras uma prática necessária, sendo a suspensão um risco de perda da lavoura. E segundo

dados do Assentamento, ainda que se deixe a água decantar por 10 a 15 dias na lavoura, a água continua saindo com matéria orgânica. Ressaltamos ainda que devido à capacidade de captação da CORSAN ser de cerca de 400 l/s, o comprometimento do Assentamento é de lançar uma vazão de água da Barragem de 300l/s para o Rio Gravataí, no entanto dados coletados no Assentamento mostram que a vazão real liberada é muito superior, chegando a 1000 l/s em algumas coletas.

Visto a obrigatoriedade de plantio orgânico imposta pela SEMA, fica a contradição do próprio Estado que em nome da preservação ambiental por um lado, impõe uma forma de trabalho a estas famílias e por outro à ameaça e põe em risco. Se as famílias escolhem obedecer a uma das regras impostas descumprem a outra. Se cumprirem as duas, põe em risco sua fonte de renda, ou seja, sua própria sobrevivência. Assim, são dados às famílias uma série de deveres, porém nenhum direito. Encurraladas em um jogo sem saídas, as famílias se tornam como coloca Prado (2012) criminosas por existirem.

Além disso, o questionamento ao Estado sobre as medidas tomadas para impedir o crescimento urbano em casos de impossibilidade de abastecimento de água conseqüente demanda de água e a resposta de que não existem tais medidas, pois a legislação não dá base legal para o Estado o fornecimento de água caso questões técnicas sejam atendidas, demonstra como algumas atividades são favorecidas em detrimento de outras. Ou seja, ainda que reconheça que o crescimento urbano desenfreado é uma das causas dos problemas de abastecimento de água da população, o Estado alega não ter base legal para restringir empreendimentos (sejam estes residenciais ou industriais) que aumentaram a demanda de água, no entanto não vê problemas em impor restrições aos modos de vida de uma comunidade rural assentada, utilizando inclusive força policial quando julga adequado.

Assim, como descreve Zhouri e Oliveira (2012) a lógica usada para aplicação da legislação ambiental permite que populações locais sejam fiscalizadas, controladas e até mesmo coagidas por força policiais, declarando que qualquer ação de dá em nome da preservação ambiental como um interesse de todos. No entanto, a legislação pode ser “flexibilizada” caso os interesses econômicos e institucionais assim o peçam, assim as ações potencialmente criminosas podem ser facilmente resolvidas com medidas mitigadoras e compensatórias.

É frente a esse contexto que se revela a incompreensão dos assentados sobre a lógica de atuação do Estado frente à preservação ambiental.

Essa coisa aí do Gravataí não é pelas pessoas. Desde quando eles se preocupam em dar água para o povo? Quem tá reclamando mesmo é a cervejaria! A Kaiser. Quanto de água tu acha que eles usam todo dia o ano todo? E tu acha que eles devolvem a água limpa? Nos usamos na época que o arroz precisa, e devolvemos limpa, não tem veneno é só um pouco de barro mas que depois desce, mas não é que nem veneno que mata. De certo eles preferem beber a água com veneno! (ALFREDO, 2012)

Eles reclamam tanto da nossa água, o tal do lodo é terra que mistura na água, é só terra! Não prejudica a saúde é só esperar que ela senta.... Agora tu desce o Gravataí mas lá adiante, até pneu e sofá tu vê lá dentro. Aqui a gente não faz nada disso e eles tão sempre nos cobrando (ALCEU, 2012).

A gente preserva tanto essas águas que é vida, é o que mantém a cidade lá pra baixo, os outros vizinhos não respeitam entendeu? Eles pegam a água que nos largamos e põe veneno! E só nós é que somos cobrados, tá bem! Tem que ser cobrado para fazer direito, mas eu acharia que deviam cobrar mais dos outros também! (ALFREDO, 2012)

O encaminhamento final da reunião com o comprometimento do Comitê em auxiliar na captação de recursos para as obras necessárias de revitalização e readequação do sistema de irrigação do Assentamento mostra um reconhecimento de que o problema tem fortes fundamentos técnicos e demonstra uma abertura e para a compreensão do contexto vivido pelas famílias. O fato de 3 lavouras vizinhas terem sido interditadas pela polícia foi visto pelo Assentamento como uma conquista, uma espécie de reconhecimento indireto que ao punir os outros reconhece a falta de culpa das famílias.

Entendendo que o estabelecimento destas famílias neste local foi feito por uma ação do Estado reconhecendo estas famílias como merecedoras de uma política social, é essencial que as ações dos distintos órgãos governamentais sejam no sentido de contribuir para a melhoria das condições de vida destas famílias, e não piorá-las ou restringi-las. Ainda, que as ações do Estado estejam de baseadas em uma interpretação das leis que proporcione as famílias seus direitos sejam estes sociais, ambientais e econômicos.

A relação intrínseca entre as questões fundiárias, ambientais e sociais é reconhecida pelo Programa Nacional de Reforma Agrária implantado em 2003 ao propor que as ações deste sejam integradas ao projeto nacional de desenvolvimento, com a implementação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica e na sustentabilidade ambiental, promovendo

seguridade social nas áreas reformadas e a criação de assentamentos ambientalmente diferenciados, através de parcerias entre MMA e MAPA (INCRA, 2012). Conforme o INCRA (2012) dos 48,3 milhões de hectares incorporados à reforma agrária nos últimos oito anos, 80% foram transformados em projetos ambientalmente diferenciados, correspondendo a 534 assentamentos nas modalidades: Projeto de assentamento Agroextrativista; Projeto de Desenvolvimento sustentável e Projeto de Assentamento Agroflorestal. Infelizmente a maioria destas iniciativas tem sido restritas ao Norte e Nordeste do país em ações direcionadas a novos empreendimentos.

Assim, fica a questão: visto que o Assentamento Filhos de Sepé esta dentro de uma APA e tem em seu território um RVS, também não deveria ele ser tratado como um assentamento ambientalmente diferenciado? E o que seria necessário para isso? É possível uma gestão compartilhada conforme sugere Berkes (2005) com um modelo que combine a gestão estatal e comunitária? É possível o estabelecimento de uma parceria simétrica onde conhecimento endógeno e conhecimento científico possam juntos atuar em prol de ambientes e pessoas?

Em estudo realizado sobre áreas de reserva legal em assentamentos da reforma agrária e no estado do Paraná, Sonda (2010) revela que os assentamentos contribuíram de forma positiva nos últimos 30 anos para a recuperação ambiental do estado. Conforme a autora, a inclusão da pauta ambiental nos programas de reforma agrária, os assentamentos passaram a desempenhar um papel fundamental na recuperação e de conservação da biodiversidade, visto que o processo de construção coletiva e formação educativa que acontece nos assentamentos permite uma construção participativa em prol da recuperação ambiental das áreas (SONDA, 2010). Em sua pesquisa nos Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Gutiérrez (2012) afirma que:

Hoje são frequentes ações concretas de proteção de nascentes, conservação de áreas remanescentes de ecossistemas nativos, assim como de outros espaços com valor para tal fim. Da mesma forma, há um evidente aumento no número e percentual de áreas destinadas à preservação tanto na UPF, quanto na área total de cada assentamento. Contudo, falta instalar um sistema de monitoramento e acompanhamento da implementação dos planos (GUTIERREZ, 2012, p. 341)

Neste contexto, nossa intenção é estabelecer uma visão crítica ao modelo preservacionista tradicional e a forma como a APA do Banhado Grande e a RVS

Banhado dos Pachecos foram implementadas e vem sendo mantidas sem que haja uma inclusão real dos agricultores assentados. O que propomos é que haja um processo de integração destas famílias no processo de Gestão das áreas, reconhecendo que através de seu conhecimento e práticas elas podem atuar como parceiras na preservação das UC. Na verdade, acreditamos que isso já esteja acontecendo, tanto pela forma como vem sendo gerida a água da barragem e nascentes através do Distrito de Irrigação, como pelo cuidado e atenção que as famílias demonstram pelos elementos das áreas como a fauna e a flora, ou ainda pela preocupação que expressam pela pouca eficiência no controle das áreas, frente aos impactos gerados por visitantes e também pelas falas do gestor. Assim, acreditamos ser urgente a criação de um Conselho específico para a área, que possa desencadear um processo participativo de elaboração do Plano Gestor, onde as ações de preservação possam ser delineadas em um processo que valorize o conhecimento local das famílias assentadas e permita suas formas de reprodução. Ainda, que a situação destes como população residente seja levada em consideração de forma diferenciada nas estâncias de decisão. Tornando a presença do INCRA e da SEMA no Assentamento uma possibilidade de cumprimento real do papel do Estado e das políticas públicas, aliando esforços entre governos e movimentos sociais. Resta saber até aonde a consolidação de um contexto qualitativo de vida e trabalho para a agricultura familiar em coprodução com os ecossistemas é de real interesse do Estado. Ainda que o Estado demonstre um reconhecimento da relevância da agricultura familiar com um investimento de recursos públicos nunca vistos antes, a apropriação contínua do capital agroindustrial e financeiro do trabalho e exploração dos ecossistemas onde estes agricultores vivem e produzem, mantém a contradição do apoio estatal a dois modelos distintos, permanecendo como privilegiado o definido por Ploeg como empresarial (PERTERSEN, 2009). Assim, Petersen (2009) afirma que “a agricultura camponesa permanece sendo frequentemente considerada por parcela significativa de estudiosos do mundo rural e tomadores de decisões como um resíduo histórico em vias de extinção” (PERTERSEN, 2009, p. 8).

Fica a esperança do reconhecimento de que os cervos não são os únicos sobreviventes que aquele ambiente abriga. Talvez adquirindo o status de espécie em vias extinção os camponeses possam receber o mesmo cuidado e atenção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já que um fim é necessário para desencadear um novo começo, apresentamos aqui algumas considerações finais. Este estudo teve como objetivo central investigar como as famílias assentadas em Viamão que estão em processo de transição agroecológica tem percebem o processo de construção do conhecimento. Para isso uma série de questões foram levantadas em torno das possíveis influências, potencialidades e limitações.

As trajetórias demonstram que os processos e fenômenos que conduziram o lugar, o cultivo e as famílias, envolvem uma série de interações entre humanos e ambientes não sendo possível separar o processo social do ambiental. Ao pensarmos na trajetória das famílias em especial, vemos que a agricultura sempre esteve presente não só como forma de trabalho, mas também como estratégia de subsistência. Entre os mais velhos fica evidente como o processo de modernização da agricultura se insere no mundo dessas pessoas, redirecionando práticas e pautando um modo de vida e trabalho que gera um cenário de restrições, marginalizações e dependências.

Foi esse cenário que mobilizou as famílias a se engajarem no MST, acreditando que através da organização social poderiam alcançar melhores condições de trabalho e vida. O engajamento no MST ao mesmo tempo em que facilita e viabiliza a concretização dos projetos das famílias, também impõe a elas um “carimbo social” que perpetua e mantém uma condição de marginalização. Ainda que alguns indivíduos tenham se envolvidos com atividades não agrícolas para garantir sua renda, o “viver da terra” sempre foi o sonho nutrido por estas famílias.

A conquista da terra e a chegada ao Assentamento marcam o início de uma nova luta, onde novas restrições são colocadas, tendo o Estado um papel central, seja pela morosidade do INCRA na implementação dos programas, seja instituição de áreas de proteção ambiental com uma abordagem preservacionista que afasta as famílias da base de recursos tão essencial para sua reprodução social.

O início do sistema produtivo com um cultivo estranho para a maioria das famílias, em um ambiente novo, associado à prática de uma agricultura convencional e moderna leva o Assentamento a uma condição de precariedade social, facilitando a invasão do local por lavoureiros de Santa Catarina. Como resposta, a geração de renda das famílias, de maneira geral passa a se dar ou por uma situação de

dependência a subordinação aos “Catarinas” (seja em trabalho ou arrendamento de lotes) ou pelo envolvimento com trabalhos fora do Assentamento, onde a proximidade com Viamão propicia o acesso a postos de trabalho na cidade e entorno.

Assim instaura-se uma espécie de “crise” no Assentamento, onde as diretrizes da reforma agrária idealizada pelo INCRA e pelo MST não são cumpridas e uma série de conflitos em torno da gestão dos recursos aumenta a tensão com o Estado. O engajamento na transição Agroecologia se desenvolve como uma contraposição a esse contexto, sendo por um lado a implementação de um novo direcionamento produtivo do MST e por outro uma solução encontrada por agricultores com alguma experiência no cultivo que insistiam em ter o seu sustento a partir do trabalho com a terra.

Uma ação do Estado em 2008, ainda que realizada de forma violenta e traumatizante para as famílias, abre a possibilidade de retomada dos lotes pelos assentados e através do envolvimento ativo do Grupo Gestor do Arroz como financiadora e subsidiária, cria-se o contexto necessário para o florescimento da Agroecologia no assentamento.

Ainda que o processo de transição seja recente, pela narrativa das famílias é possível constatar que o envolvimento com a Agroecologia tem se mostrado mais adequado para a condição camponesa em que estas se encontram, permitindo a ampliação da autonomia e melhoria da qualidade de vida em vários contextos. Assim, apesar de haverem posicionamentos divergentes, ainda que o engajamento das famílias na transição agroecológica tenha envolvido uma imposição legal, a permanência tem sido uma escolha.

Os posicionamentos divergentes no Assentamento ajudam a evidenciar a Agroecologia como um projeto em construção e disputa dentro do MST. Esse contexto também é reforçado pela maneira confusa e as vezes contraditória como a Agroecologia tem sido conceituada e disseminada, onde ao ser entendida como um “estilo” de agricultura utiliza metodologias de ensino difusionistas e lógicas lineares.

No entanto, o processo de construção do conhecimento agroecológico e sua aplicação pelos atores demonstra uma dinâmica de engajamento e interação entre humanos e não-humanos em sintonia com uma perspectiva mais ampla, onde a Agroecologia se reafirma como um campo de conhecimento complexo e multidisciplinar. Assim, existe um distanciamento entre o discurso e a prática, porém

no sentido de que a prática dos atores se demonstra mais coerente do que o discurso reproduzido.

Há um reconhecimento do Estado sobre a relevância da Agroecologia e da agricultura familiar, dedicando a estas políticas públicas específicas que facilitam o processo de transição e inserção de produtos nos mercados. No entanto, a atuação do Estado no que diz respeito à leitura e aplicação da legislação ambiental, tem contribuído para a reprodução e ampliação de um contexto de restrição sobre o uso dos recursos, colocando em risco o trabalho e modo de vida das famílias.

Assim, dentro das limitações de tempo e engajamento que tivemos, acreditamos que conseguimos se não responder, pelo menos levantar elementos que contribuem para a elucidação das questões levantadas. Acreditamos também, que a pesquisa abre reflexões que podem desencadear novos estudos ou ainda processos de mudança no processo de construção do conhecimento agroecológico no Assentamento, seja pela revisão dos conceitos e metodologias utilizadas ou para potencializar fatores que tem contribuído para a ampliação e consolidação do processo. As questões levantadas sobre o processo geracional apontam uma situação que merece atenção.

Esperamos ainda, que este estudo possa contribuir para uma revisão da atuação do Estado frente ao Assentamento Filhos de Sepé, reconhecendo a contribuição que estas famílias têm dado através de seu modo de vida e trabalho, seja para a gestão de recurso, a preservação de áreas ou ainda na construção prática do conhecimento agroecológico. Mas também frente à elaboração de novas políticas públicas e implementação de novos programas onde a interação entre comunidades e a gestão de recursos estejam em jogo.

Academicamente, consideramos que o uso combinando das três abordagens teóricas aqui utilizadas se mostrou bastante interessante para suprir lacunas que as abordagens apresentam isoladamente. A antropologia ecológica na perspectiva de Ingold nutre a Agroecologia e a POA com elementos que dão densidade ao processo de construção do conhecimento e resolve com destreza a dicotomia sociedade e natureza criticada por ambas, porém de forma abstrata. Por sua vez, a Agroecologia e a POA fornecem uma consistência política e prática que a antropologia ecológica de Ingold deixa a desejar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA(ABA). Construção do Conhecimento Agroecológico. Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2007. Disponível em:< <http://www.aba-agroecologia.org.br/aba2/images/pdf/tr01.pdf> > Acesso em: 10 ago. 2012.

ABREU, L.S et al. Relações entre agricultura orgânica e Agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da Agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 26, p.143-160, jul./dez. 2012.

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

ALMEIDA, V. E. S; TAVARES, M.S.O.C; FRANÇA, R.M. Manejo dos Recursos Naturais com Ênfase na Agrobiodiversidade: o caso do Assentamento Cunha. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. [**MANEJO COMUNITÁRIO DE RECURSOS NATURAIS**]. Brasília: Anppas, 2008. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-883-1022-20080510211808.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5 ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A.R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p.67-80, dez. 2002.

BASSI, J.B.; COELHO-DE-SOUZA, G.; KUBO, R.R. Etnoecologia contemporânea e interdisciplinaridade: contribuições da antropologia ecológica de Tim Ingold. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010. Curitiba. **Anais...** Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político. Curitiba/PR: UFPR, 2010.

BERKES, F. Sistemas Sociais, Sistemas Ecológicos e Direitos de Apropriação de Recursos Naturais”. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

BOTELHO, I. **A história do arroz**. [2012?]. Disponível em: <<http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=146&item=2>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

BRACAGIOLI, A. Desenvolvimento e envolvimento da agricultura no sul do Brasil: abordagem crítica do processo de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

BRASIL. **Plano Safra para a Agricultura Familiar 2012/2013**. Brasília: MDA, 2012.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: MMA 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BRASIL. Embrapa. Embrapa Clima Temperado. **Cultivo do Arroz Irrigado no Brasil**: sistemas de cultivo convencional. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap08.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2005.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **DECRETO Nº 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012**. Decreto regulamenta o art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos -PAA, e o Capítulo III da Lei n 12.512, de 14 de outubro de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, jul. 2012.

BULHÕES, F.M.; DAL SOGLIO, F.K. A Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 4, n. 2, p.613-616, nov. 2009.

BOURSCHEID. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí**: relatório final. Porto Alegre: Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente, 2012.

CAMARGO. P. Fundamentos da Transição Agroecológica: Racionalidade Ecológica e Campesinato. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 156-181, 2007.

CANUTO, J.C. Reflexões sobre o estado da arte do conhecimento agroecológico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA, 9., 2008, Porto Alegre. **Palestra**. Porto Alegre: Aba, 2008. p. 1 - 9. Disponível em: <<http://www.cisguanabara.unicamp.br/redeAgroecologia/arquivos/biblAgroecologia/reflexoesestadodaarte.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A.; PAULUS, G. (Org.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: Paulus, 2009.

CARVALHEIRO, E.M.; GARCEZ, D. Da perspectiva orientada a ator ao processo de mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no litoral norte do rio grande do sul. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,

ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Da perspectiva orientada a ator ao processo de mercantilização**: o caso da produção de banana ecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul. Londrina: Sober, 2007.

CARMO, M.S. COMITRE, V.; FAGUNDES, G. **Termo de referência**: AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA. Campinas: Rede de Agroecologia da Unicamp, 2012. 13 p. Disponível em: <<http://www.cisguanabara.unicamp.br/redeAgroecologia/arquivos/biblAgroecologia/termodereferencia.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2012.

CARNEIRO, H. **Comida e Sociedade**: uma historia da alimentação. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARVALHO, C.D. A história oral: uma metodologia de pesquisa em Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 2, n. 2, p.428-431, out. 2007.

CARVALHO, I.C.M., STEIL, C.A. O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 3, n. 34, p.81-94, dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade>>. Acesso em: 24 nov. 2011

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (Ed.). **Topografia II**: Altimetria. Curitiba: Cefet, [2012?]. Disponível em: <<http://pessoal.utfpr.edu.br/arildo/arquivos/Topografiallaltimetria.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRAVATAÍ. Médias do nível do Rio Gravataí 2005 / 2013. Alvorada. Documento apresentado na 281ª **Reunião Ordinária do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí**, Alvorada, 8 de janeiro de 2013.

CONTERATO, M.A; FILLIPI, E. E. **Teorias do Desenvolvimento**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

COTRIM, D.; DAL SOGLIO, F.K.. Análise do processo de Construção do Conhecimento Agroecológico. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2012, **Ponencias GT2**. Porto de Galinhas: Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 2010.

DALGAARD, T.; HUTCHINGS, N.J.; PORTER, J.R.. Agroecology, scaling and interdisciplinarity. **Agriculture, Ecosystems And Environment**, Netherlands, p.39-51, 2003.

DEPONTI, C.M.. Desmistificando a intervenção para o desenvolvimento à luz da perspectiva orientada ao ator. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 9., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007. p. 1-11.

DI DEUS, E. **Antropologia e Ambiente**: entre transgressões e sínteses. Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado, 2007.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DIEL, R. **Gestão racional de recursos naturais de uso comum**: recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Departamento de Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ENGEL, G.I. Pesquisa-ação. **Educar**, Curitiba, n. 16, p.181-191, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Marco Referencial em Agroecologia.. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FAGUNDES, L.F. Potencialidades e limites da produção do arroz orgânico no Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 6., 2011, Presidente Prudente. **Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-Espaciais**. Presidente Prudente: Unesp, 2011. p. 1-14. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/encontros/engrup/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

FAUTH, E.M. Caracterização e evolução recente da produção agropecuária na região metropolitana de Porto Alegre. In: MIGUEL, L.A.; GRANDO, M.Z. **Agricultura na região metropolitana de Porto Alegre**: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERREIRA, M. L. G. **Diversidade comparada de insetos predadores em uma área de arroz com produção orgânica e em uma unidade de conservação, na área de proteção ambiental Banhado Grande, Viamão, RS**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Curso de Fitotecnia, Departamento de Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FORTES, A.B. **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1959.

GIBSON, J.J. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GIDDENS, A. **The constitution of society**: an outline of the theory of structuration. Cambridge, Polity Press, 1984.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES DE ALMEIDA, S. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: As-pta, 2009. p. 67-84.

GUTIÉRREZ, L.A.L. **Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária**: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de Porto Alegre. 2012. 407 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Departamento decentro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. Science, 162: 1243-1248, 1968.

INCRA. **Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária**. Brasília: Incra, 2001.

INFINDHA (Brasil). **Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento Viamão**. Porto Alegre, 2004.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment**: essays in Livelihood, Dwelling and Skill. London: Routledge, 2000.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.6-25, abr. 2010.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In.: BOOTH, D. (Org.). **Rethinking social development**: theory, research and practice. Essex: Longman Scientific and Technical, 1994.

MAIA, C.M.D. Percepções que permeiam o conceito de agricultura familiar e a cronologia da luta In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARQUES, F.C. **Velhos Conhecimentos, Novos Desenvolvimentos**: transições no regime sociotécnico da agricultura: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. 221 f. Tese (Doutorado) – Curso de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, J.S. (Org.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MEDAGLIA, V. **Filosofia do meio ambiente e gestão compartilhada da biodiversidade da mata atlântica**: debates públicos sobre a coleta de frutos da palmeira-juçara no Rio Grande do Sul. 2010. 284 f. Dissertação (Mestrado) - Curso

de Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Departamento de Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MEDEIROS, L.S; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MERTZ, M.M. Breve retrospectiva histórica da agricultura na região metropolitana de Porto Alegre. In: MIGUEL, L.A.; GRANADO, M.Z. **Agricultura na região metropolitana de Porto Alegre**: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 13-42.

MOCELIN, D.G. Movimentos Sociais e Movimentos Sociais Rurais. In: GEHLEN, I.; Mocelin, D.G. (Org.). **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOREIRA, R.M.; CARMO, M.S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agriculturas**, São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p.37-56, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST - 2007. **Carta Do 5º Congresso Nacional Do MST**, Brasília, p. 1-1. 8 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7701>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: Lutas e Conquistas**. 2. ed. São Paulo: MST, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-RS (Brasil). **Agroecologia**: princípios e concepções no MST-RS. Viamão: MST, 2012.

NOGAARD, R.B. The Epistemology Basis of Agroecology. In: MIGUEL, Altieri. **Agroecology**: The Scientific Basis of Alternative Agriculture. Boulder: Westview Press, 1987.

OTTMANN, G. et al. **Introducción a la agroecología de las emergencias**. Córdoba: Ed. da Universidade de Córdoba, 2012.

PACIFICO D. História da modernização da agricultura: Um conto de muitas facetas In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PARANHOS, M.G. F.; SILVEIRA, L.M.; NOGUEIRA, F. A trajetória da Rede Ater Nordeste: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste brasileiro. **Construção do Conhecimento Agroecológico**: novos papéis, novas identidades. Brasília: Articulação Nacional da Agroecologia, 2007. p. 58-70.

PETERSEN, P.; DIAS, A. (Org.). **Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Pernambuco: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007.

PETERSEN, P. (Org.) In: **Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades**, Brasília: Articulação Nacional da Agroecologia, 2007. p.196-217.

PETERSEN, P. **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**, Rio de Janeiro: 2009.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F.K.; CAPORAL, F.R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**, Rio de Janeiro: 2009. p. 85-103.

PLOEG, J.V.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLOEG, J.V.D. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J.D.VD. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, 2009. p.17-32.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO, R.M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C.A.; CARVALHO, I.C.M. **Cultura, Percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

RAYNAUT, C. **Ideal e material, em busca de novos paradigmas: o papel da interdisciplinaridade**. Conferência ministrada no Curso de Doutorado em meio ambiente e Desenvolvimento/UFPR, março 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto estadual 38.971 de 23/12/1998**. Cria a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande e da outras providencias. Diário Oficial do RS, 23 de dezembro de 1998.

RIO GRANDE DO SUL, Casa Civil. **DECRETO DE EMERGÊNCIA 49.938 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012**. Declara situação de emergência na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Diário Oficial, Porto Alegre, N. 236, p. 1, dez 2012.

ROESE, A.; GERHARDT, T.E. ; SOUZA, A.C. DE; LOPES, M.J.M. Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científica. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, p. 1-3, 2006.

ROTMANS, J.; KEMP, R. Managing Societal Transitions: dilemmas and uncertainties - The Dutchenergy case-study. OECD Workshop on the **Benefits of Climate Policy**:

improving information for policymakers, Paris, 2003. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/6/31/2483769.pdf>>. Acesso em: 13 março, 2007

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: **A diversidade agricultura familiar**. Schneider, S. (Org.) Porto Alegre, UFRGS, Estudos Rurais, 2006.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SAMUEL, P. Reunião Ordinária do Comitê do Gravataí realizada em 8 de janeiro em Alvorada. 2012.

SANTILLI, J. **SOCIOAMBIENTALISMO E NOVOS DIREITOS: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 2003.

SEMA. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. **Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica**, Porto Alegre, 27 set.. 2012. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=295>. Acesso em: 21 dez. 2012.

SEVILLA-GUZMÁN, E.. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.18-28, mar. 2002.

SILVA, P. G. **A incorporação da Agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SONDA, C. Reforma agrária, desmatamento e conservação da biodiversidade No estado do paraná In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina. **REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: Teoria e Prática no Estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, 2010. p. 83-100.

SOUZA, J.M. de. **Percepções ambientais dos citricultores ecológicos do Vale do Caí/RS**. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Departamento de Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses>. Acesso em: 24 nov. 2011.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. **Seminário de Tim Ingold**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ner/index.php/estante/visoes-a-posicoes/1-seminario-de-tim-ingold>>. Acesso em: 03 set. 2012.

STUIVER, M. LEEUWIS, C. PLOEG, J.G. VAN DER The Power os experience: farmer´s knowledge and sustainable innovations. In WISKERKE, J.S.; PLOEG, J.D. VAN DER. **Seeds of Transiton**. Assen: Van Gorcun, 2004.

TRABALHO: MOEDAS DA SOLIDARIEDADE. Brasília: **Ministério do Trabalho e Emprego**, mar. 2011. Trimestral. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/revista/edicao9/revista.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

VELHO, O. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. **MANA 7**, v. 2, p.133-140, 2001.

VIA CAMPESINA (Internacional) (Org.). Primeiro Encontro Mundial sobre Agroecologia e Sementes Camponesas. **Camponeses Realizam Encontro Mundial Sobre Agroecologia e Sementes Crioulas**, Surin, p. 1-1. 14 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/camponeses-realizam-encontro-mundial-sobre-Agroecologia-e-sementes-crioulas>>. Acesso em: 22 dez. 2003.

VIAMÃO. Prefeitura Municipal (Org.). **Viamão: história**. Disponível em: <www.viamao.rs.gov.br/viamao/viamao> Acesso em: 26 de nov. 2011.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F; SEIXAS, C S. **Gestão Integrada e Participativa de recursos Naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Aped, 2005.

ZHOURI, A.; O, R. Experiências locais e olhares globais: desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. In: STEIL, C.A.; CARVALHO, I.C.M. **Cultura, Percepção e ambiente**: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEITZMAN, R. Construção participativa de um modelo de formação de educadores(as) comunitários(as) em segurança alimentar e nutricional e agricultura urbana. PETERSEN, P. (Org.). In: **Construção do Conhecimento Agroecológico**: Novos Papéis, Novas Identidades, Brasília: Articulação Nacional da Agroecologia, 2007. p.196-217.

ANEXOS

ANEXO A - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: O processo de construção do conhecimento agroecológico: a perspectiva dos agricultores assentados em Viamão, RS

Pesquisadora: Mestranda Potira Preiss, fone: (51) 91820892, e-mail: potipreiss@gmail.com

Pesquisadores Responsáveis:

Prof. Dr. Fabio Kessler Dal Soglio, fone: (51) 3308-3281, e-mail: fabiods@ufrgs.br

Prof. Dra. Rumi Kubbo, (51) 3308-3281, e-mail: rumikubo@bol.com.br

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO²

(Participação nas Entrevistas)

Sr(a):

Enquanto pesquisadores deste projeto, convidamos você para participar de uma entrevista, a ser gravada em áudio caso autorizado. A pesquisa pretende investigar a percepção dos agricultores assentados em Viamão sobre o processo de construção do conhecimento agroecológico a partir de sua experiência. As entrevistas buscaram informações sobre a trajetória de vida das famílias e seu trabalho na agricultura. Esta iniciativa faz parte da minha formação acadêmica no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fica assegurada a liberdade de optar pelo ingresso e continuidade no estudo ou pela desistência, a qualquer momento, sem que sua tomada de decisão incorra em prejuízos ao (a) Sr(a).

Confirmando o caráter confidencial da entrevista e o compromisso de preservar o seu anonimato quanto às informações concedidas. Para tanto, a gravação será inutilizada no final do trabalho. O seu anonimato tem como objetivo resguardar sua identidade, evitando assim o uso de suas informações por terceiros.

Tanto eu, como meus Professores Orientadores, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, mesmo após a entrevista, cujas formas de contato constam acima.

Local:

Data:

Potira Preiss
Pesquisadora
Mestranda

Prof.Dr. Fabio Dal
Soglio
Pesquisador Orientador

Prof.Dra. Rumi Kubbo
Pesquisadora Co-
orientadora

Nome Participante

1. Projeto de Mestrado vinculado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. Elaborado à luz da Resolução 196/96, CONEP, MS, Brasil (2002). Duas vias (uma destinada ao participante e outra à pesquisadora).

ANEXO B - EDITAL DE ABERTURA DE SAFRA 2012/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11

**EDITAL DE ABERTURA DA SAFRA 2012/2013**

O Superintendente Regional do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e com nas determinações legais e no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul abrangendo o Projeto de Assentamento Viamão – Filhos de Sepé (código SIPRA RS0099000), **RESOLVE** comunicar todos os beneficiários desse Projeto que a partir desta data está aberta a safra agrícola 2012/2013 conforme os critérios acordados entre o INCRA, os órgãos ambientais, a Associação dos Moradores do Assentamento e o seu Conselho de Irrigantes.

O limite máximo para o plantio de culturas irrigadas é de **1.600 hectares**, dentro da área delimitada como Perímetro de Irrigação. Os projetos de lavoura irrigada deverão respeitar estes limites, a demarcação de lotes com base no parcelamento aprovado em 2006, e as determinações da Licença ambiental, entre elas a **proibição de uso de agrotóxicos**.

De acordo com a orientação do Ministério Público Federal, no final da safra será exigido dos beneficiários documentos de empresa ou instituição habilitada que ateste que a produção está certificada como **orgânica** ou que o lote encontra-se em **período de conversão** para este sistema, conforme a legislação federal, especialmente a Lei nº 10.831/03, o Decreto nº 6.323/07 e a Instrução Normativa nº 64/08, do MAPA.

O calendário e os demais critérios para apresentação e aprovação dos projetos de lavoura e informações finais de produção referentes à safra **2012/2013** encontram-se nos três anexos deste Edital. Estas normas serão utilizadas para a fiscalização das lavouras. Os projetos serão avaliados por Comissão especial composta por representantes do Incra, dos assentados, dos órgãos ambientais competentes e da assistência técnica.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11



Na comercialização da produção será obrigatória a emissão de **Nota Fiscal do Produtor** (Talão Modelo 4) em nome do/a titular do lote e/ou cônjuge. Será considerado irregular o beneficiário que não comprovar a emissão destas notas.

O INCRA poderá a qualquer tempo, no exercício de ato de fiscalização, solicitar notas, contratos e documentos diversos.

O plantio em áreas não autorizadas (lotes sem projeto) constitui infração grave e sujeitará o seu responsável a penalidades, inclusive multa e a apreensão da produção.

Conforme a Lei Federal nº 6.662/79 todo o beneficiário que fizer uso da água para irrigação deverá pagar a tarifa de fornecimento da água.

O cultivo de **culturas diferentes do arroz** no Perímetro de Irrigação deve ser comunicado, indicando o local e a área prevista a ser plantada, na data da apresentação de projetos de arroz. Estes comunicados passarão pela análise da comissão de aprovação dos projetos de arroz e divulgados em edital.

Porto Alegre, 15 de maio de 2012.

ROBERTO RAMOS
Superintendente do INCRA/RS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11



ANEXO I

CALENDÁRIO E CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DE LAVOURA IRRIGADA NA SAFRA 2012/2013

Com o objetivo de ordenar a apresentação, análise e aprovação dos projetos de lavoura irrigada ficam definidos o calendário de trabalho e os critérios para apresentação dos projetos para a safra agrícola 2012/2013 no Projeto de Assentamento Viamão nos seguintes termos:

Calendário:

- ✓ Apresentação dos projetos:
 - 12 de junho – Setor A - Centião – Das 09 às 14:00hs.
 - 13 de junho – Setor C - Sede – Das 09 às 14:00hs.
 - 14 de junho – Setor D - Casa Branca – Das 09 às 14:00hs.

- ✓ Avaliação dos projetos a campo, com elaboração de croqui, verificação da disponibilidade de água e cultivos vizinhos: 19 a 29 de junho;
- ✓ Prazo final para pagamento da taxa de água: 02 de maio;
- ✓ Julgamento dos projetos: 04 de julho;
- ✓ Publicação inicial dos projetos aprovados e reprovados: 05 de julho;
- ✓ Contestação dos projetos reprovados: 09 a 10 de julho;
- ✓ Julgamento das contestações dos projetos reprovados: 11 de julho;
- ✓ Publicação final dos projetos aprovados e reprovados: 12 de julho;
- ✓ Assinatura do termo dos contratos de irrigação: 30 e 31 de julho.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11



CRITÉRIOS PARA O PLANTIO:

Para serem aprovados os projetos deverão atender às seguintes exigências:

- ✓ Área localizada dentro do Perímetro de Irrigação determinado por meio do estudo do IPH/UFRGS (3.600ha), conforme demarcação com base no parcelamento de 2008;
- ✓ Área total máxima de plantio no Perímetro de Irrigação de 1.600ha, sendo de 1300ha irrigados pela Barragem e no máximo 300ha pela fonte Águas Claras;
- ✓ Área total máxima por projeto, a ser definida pela Comissão de Avaliação de Projetos;
- ✓ Beneficiários/as regulares na Relação de Beneficiários (RB) do SIPRA/INCRA com lote no Perímetro de Irrigação. Não serão aceitos projetos de beneficiários/as sem lote no Perímetro;
- ✓ Projetos individuais, em nome do/a titular do lote, permitida a cessão de uso temporária e gratuita entre assentados regulares, mediante acordo formal (declaração) entre as partes. não é permitida a cessão de lote com direito de uso obtido por sub-declaração (sub-procuração);
- ✓ Durante a safra, o/a beneficiário/a deverá comprovar o trabalho direto na lavoura ou por meio dos seus familiares;
- ✓ Ausência de sobreposição de projetos e de beneficiários, ou seja, apenas um projeto para cada beneficiário e para cada lote;
- ✓ Adequação ao limite da capacidade de atendimento da estrutura de irrigação (vazão dos canais alimentadores);
- ✓ Preenchimento do formulário com informações básicas da lavoura para elaboração do projeto;
- ✓ Cultivo **sem o uso de agrotóxico** de qualquer espécie e sem o uso de insumos não permitidos no sistema de produção orgânico, conforme legislação federal;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11



- ✓ Autorizar, com documento individual por beneficiário, a cobrança de todas as dívidas referentes a taxa de água de anos anteriores, a ser descontado em arroz diretamente no secador da COOTAP no final da referida safra, com exceção de projetos em lotes irregulares, dos quais aquele que cultivar estes lotes não necessitam pagar as dívidas;
- ✓ Autorizar, com documento individual por beneficiário, a cobrança da taxa de água no valor de **5 (cinco) sacas de arroz em casca limpo e seco por hectare** cultivado na safra 2012/2013, a ser descontado em arroz diretamente no secador da COOTAP no final da referida safra;
- ✓ O valor em moeda corrente (R\$) por saca de arroz limpo e seco para qualquer tipo de pagamento descrito neste Edital será determinado pelo Conselho de Irrigantes de acordo com os valores de mercado para o arroz em questão na época de colheita;
- ✓ Apresentar comprovante de pagamento que comprove situação regular com a taxa de água de acordo como o estipulado neste Edital;
- ✓ Será cobrada multa do irrigante que plantar área superior àquela declarada no projeto ou que tenha plantado sem contrato de fornecimento de água com o Distrito de Irrigação; a multa será paga em dinheiro, logo após a colheita, no valor estimado da produção a ser colhida na área excedente ou irregularmente plantada; oportunamente, antes da colheita, o INCRA definirá a forma de pagamento e a quem reverterá o valor da multa. A competência para a avaliação das áreas excedentes ou sem contrato bem como a data de realização das mesmas será do INCRA;
- ✓ Caberá ao Conselho de Irrigantes a elaboração do Plano de Gestão, visando o planejamento e execução racional dos projetos de lavouras, o qual será posteriormente avaliado pela Comissão de Avaliação de Projetos;
- ✓ Assinatura do **Contrato de Fornecimento de Água**. Os assentados que não assinarem o contrato serão considerados irregulares para o plantio;
- ✓ Ser integrante de um dos grupos de produtores de arroz existentes ou a serem criados no Assentamento, do qual os coordenadores compõem o Grupo Gestor dos Produtores de Arroz do Assentamento;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SR/11



- ✓ O mapa utilizado para a confecção dos projetos de lavouras, deverá ser o modelo oficial adotado pelo INCRA.

Notas:

01. O valor da taxa de água de outras lavouras e criações autorizadas que não o arroz serão definidas pelo Conselho de Irrigantes e AAFISE até o encerramento da colheita.
02. A divulgação deste Edital, para conhecimento dos beneficiários será feita através de reuniões dos grupos de produção, onde os coordenadores de grupo devem recolher assinatura dos presentes, enviando posteriormente ao INCRA e exposição nas sedes sociais e comerciais do Assentamento.
03. A assistência técnica será responsável pelo envio ao INCRA de dois relatórios técnicos: o primeiro ao final do período de plantio e o segundo no início do florescimento, sobre o desenvolvimento das lavouras e práticas culturais utilizadas. Após o encerramento da colheita deverá ser preenchido e enviado também, o formulário constante no anexo III contendo informações finais de produção.
04. Projetos em lotes irregulares, a fim de melhorar o arranjo das lavouras, podem ser aprovados pela Comissão de Avaliação, desde que os projetos sejam de beneficiários regularizados e que não haja perspectiva iminente de ocupação do lote por novo beneficiário.

Não será aceito pagamento da taxa de água em cheque. As únicas formas de pagamento que terão validade serão, através de depósito na conta corrente 28.089-5, Agência 0628-9 (Viamão) do Banco do Brasil S/A, em nome da Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé, e desconto em arroz diretamente em secador da COOTAP.

ANEXO C - FORMULÁRIO DE DADOS PARA PROJETO DE LAVOURA



Ministério do Desenvolvimento Agrário
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Superintendência Regional do Rio Grande do Sul - SR/11



ANEXO III

FORMULÁRIO DE DADOS PARA PROJETO DE LAVOURA Safra 2012/2013

1. Beneficiários(as)

Nome		CPF ou RG	
Titular:			
Cônjuge:			
Endereço de moradia			
Rua:		nº:	
Setor:	Fone:		

2. Lote de Produção

nº do lote:	Localização do lote:		
Área a ser cultivada com arroz irrigado (ha):		Área total (ha):	
Culturas não irrigadas a serem cultivadas:			Área (ha)

3. Técnicas de Produção do Arroz Irrigado

Sistema de cultivo:	Variedades:
Data de início de preparo do solo:	Data de semeadura:

Viamo, _____ de _____ de 2012.

 Beneficiário(a)

 Técnico Responsável

ANEXO D - DECRETO DE EMERGÊNCIA 49.938 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

Mais Direta
Postal
 em parcerias
CORAG
 CORREIOS

GOVERNO DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

ANÚ LXX

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Nº 236

CERTIFICADO

RESPONSABILIDADE
SOCIAL


2004 / 2005 / 2006 / 2007 / 2008 / 2009 / 2010

www.corag.com.br

Edições completas desde junho de 1935

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 49.938, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012.

Declara Situação de Emergência na Bacia Hidrográfica do Rio Grande - RS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, e de conformidade com o art. 7º, inciso VII, da Lei Federal nº 12.469, de 28 de abril de 2012, e o art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, e

considerando os investimentos e informações técnicas da Companhia Reguladora de Saneamento – CORAGS, e da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, constantes no Expediente Administrativo nº 14050-01.00711-1;

considerando os objetivos e princípios previstos no art. 1º, inciso II, de 26 de dezembro de 1994, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentado no artigo 171 da Constituição-Estatuto do Rio Grande do Sul;

considerando que a água é um recurso natural de disponibilidade limitada e finita de valor econômico que, enquanto bem público de domínio do Estado, está sob gestão efetiva por meio de uma Política de Recursos Hídricos, nos termos da Lei, e, nos termos do art. 7º da Lei nº 81.200/1994;

considerando os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 373/2001 para a classe I e 2, dentro da classificação das águas para diferentes usos;

considerando que a Política Estadual de Recursos Hídricos tem por objetivo assegurar a prioridade atendimento da população humana e preservar a sustentabilidade e desenvolvimento das atividades econômicas;

considerando o comprometimento dos serviços de abastecimento público na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, conforme dados técnicos pela Companhia Reguladora de Abastecimento – CORAGS, relativos à qualidade, ao e quantidade, que são atendidos aos padrões impostos pela legislação vigente;

considerando que para ocorrer a situação prevista pela CONAMA e pela SEMA se faz necessário o controle da concessão de guilhões públicos, o aumento da vazão de água para os processos de operação de Usinas de Tratamento de Água e redução do custo de operação e consequente redução de vazão de água distribuída, bem como o despoluição das redes de distribuição, que ocasionam danos à saúde e à vida de distribuição;

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência em toda a área da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, provocada pela redução de vazões e agravada por fatores de origem pública ocasionada pelas atividades ligadas às atividades econômicas regionais, em especial aquelas com uso intensivo de recursos hídricos.

Parágrafo único. A situação de emergência de que trata o presente artigo aplica-se tanto maior intensidade e abrangência pública às áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, que compreende os setores localizados entre os parâmetros 15 e 141 de UTM, como seguem: 130400 A, B e C; 13050000, São Gabriel, Venâncio, Vila União, Santa Helena, São Vicente, Gramma, Vila Nova, Santa Cruz, Parque Conceição, Matos, Salgado Filho, Vila Naval, Tardes, Florimont, Santa Lúcia, Evandro, Aquilino, Jansen, Passo do Pedreiro, Córrego, Uruguai, Passo São João, Lourenço, Parque São Amador, Nova Campina, Bairro de Madureira, Parque dos Anjos, Gramma, Zona Industrial, Mãe d'Água, Miranda Galvão, Vila do Sobrado, Jardim da União, Jardim das Indústrias, Vila Maria, Parque de Beldina, Regenda Paulista, Vila Castel, Vila Maria, Vila Imperial, Zona Industrial e Rural.

Art. 2º Fica a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA autorizada a promover atividades para mitigar os efeitos do aumento do consumo excessivo na área da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, bem como a realização de campanhas para a conscientização dos usuários de guilhões de acordo com as orientações e prioridades estabelecidas pelo Ministério Nacional.

Parágrafo único. As atividades de que trata o presente artigo serão coordenadas pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA.

Art. 3º Fica autorizada ao comitê de administração e ao órgão público de fiscalização, em conformidade com o estabelecido nos artigos 10 e 101º da Lei nº 7 de Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

I – emitir nos procedimentos técnicos, e qualquer fase do processo de solicitação, licitação, abertura de processo licitatório de obras hídricas, manutenção de redes, fornecimento de materiais e insumos de manutenção com unidades econômicas, orientações específicas para evitar qualquer alteração de água destinada ao consumo humano;

II – responder, em qualquer de qualquer de qualquer de obras que apresentem alterações de qualquer natureza pública;

III – responder, pelo período que for necessário, as solicitações de água para uso em áreas hídricas da Bacia Hidrográfica do Rio Grande para finalidades distintas do abastecimento público, desde que decorrentes de projetos de uso de água e fornecimento autorizados pelo Estado.

Parágrafo único. Serão desta publicação os efeitos de comunicação sobre o período de vigência do presente Decreto, em especial quanto à situação das ações de mitigação de danos e de redução de água.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor no dia de sua publicação, devendo vigorar até prazo de noventa dias.

PORTO ALEGRE, em Porto Alegre, 7 de dezembro de 2012.


TARCISO CENEZA
 Governador do Estado

Registre-se e publique-se.


TARCISO CENEZA
 Secretário de Estado de Meio Ambiente


TARCISO CENEZA
 Secretário de Estado de Meio Ambiente


Corag
 Companhia Rio-grandense
 de Artes Gráficas

www.corag.com.br